

A DEFESA NACIONAL

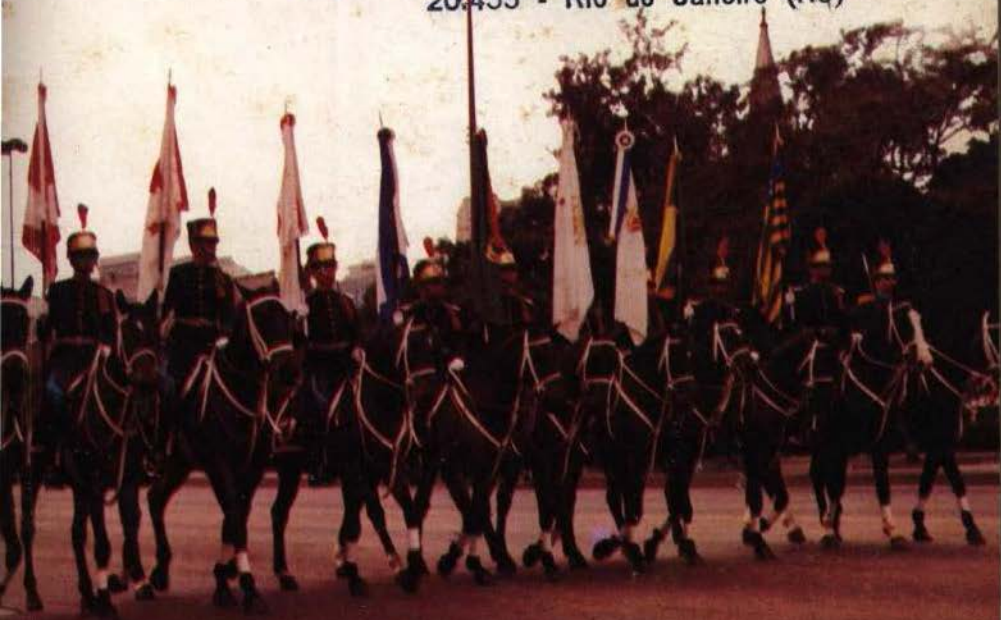
REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias - Ala Marcellio Dias

Praça Duque de Caxias, 25 - 3.º andar

20.455 - Rio de Janeiro (RJ)



**CONJUNTURA E AS
FORÇAS ARMADAS
BRASILEIRAS**

Paulo Muniz Costa

**Nº 757
JUL/SET-92**

Quem escolhe Toyota não joga no escuro.



Jipe equipado com opcionais.

Não é por acaso que ninguém duvida do Jipe Toyota. Forte. Versátil. Com o motor OM 364 mais potente, ele enfrenta as piores estradas e aguenta o trabalho pesado. Se você quiser, seu Toyota pode vir equipado com roda livre, relógio quartz, tacômetro, bancos em tecido, direção hidráulica, ar condicionado e muitos outros itens. Além disso, na hora da revenda você também não arrisca. Porque ele tem grande durabilidade e valorização de mercado. Agora que o Jipe Toyota deixou bem claro suas vantagens, é só levar o seu. Com toda a certeza.



TOYOTA 4x4



A DEFESA NACIONAL

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Palácio Duque de Caxias - Ala Marcílio Dias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3.º andar
20.405 - Rio de Janeiro (RJ)

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
COMENTÁRIOS.....	8
A CONJUNTURA E AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS.....	18
Sergio Paulo Muniz Costa	
FRONTEIRAS E GEOPOLÍTICA: UMA DISCUSSÃO DAS TEORIAS DO GE- NERAL MEIRA MATTOS.....	41
Philip Kelly	
A CRISE BRASILEIRA — UM PROBLEMA POLÍTICO-ECONÔMICO OU ÉTICO-MORAL?	50
Oscyr Pizzotti Minervino	
A RESERVA QUE CONDENA UM POVO.....	58
João Metello Mattos	
A CONTROVÉRSIA DO MINISTÉRIO DA DEFESA.....	63
L.P. Macedo Carvalho	
PROJETO CALHA NORTE — IMPORTÂNCIA PARA A AMAZÔNIA E RE- FLEXOS PARA A SEGURANÇA NACIONAL.....	68
Evandro Bartholomei Vidal	
COMANDO E CONTROLE — UM PONTO DE VISTA.....	89
Antonio Florêncio da Silva	
OS VEÍCULOS AÉREOS NÃO-TRIPULADOS (VANT).....	95
Jorge José Oliveira Cardoso	
O LABORATÓRIO DE PESQUISA EM ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS.....	104
Rubens Silveira Brochado e Aléssio Ribeiro Souto	
“RÁDIO AURIVERDE” — UMA DEBOCHADA AFRONTA.....	119
José Moretzsohn	
INFORMAÇÕES.....	140
DESTAQUES DA IMPRENSA.....	147

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Primeiros Tenentes: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e Z. DE SOUSA DEIM

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: Berthold Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino Lima e Silva, Pargi Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéo Cavalcante, Euclides Figueiredo, Tanorda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

1.º o 2.º



NOSSA CAPA

Parada militar comemorativa do 7 de Setembro, Dia da Pátria — tradição que resiste ao tempo; único evento de evocação à Independência do Brasil com participação popular significativa em nossos dias.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente:	Gen Div Sergio Ruschel Bergamaschi
Diretor-Secretário:	Cel Arismar Dantas de Oliveira
Diretor-Administrativo:	Ten Cel Amaro dos Santos Lima
Diretor-Tesoureiro:	2º Ten Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt
Conselheiros:	Cel Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel Fernando Barbosa Monteiro Gonçalves Cel Humberto Caldas da Silveira T C Raul Fernandes de Sá Filho
Suplentes:	Cel Geraldo Martinez Y Alonso Cap Gil Farias 1º Ten Paulo Jorge de Medeiros

Revista *A DEFESA NACIONAL*

Redator-Chefe:	Gen Bda Sady Guilherme Schmidt
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis Cel Marco Antônio Esteves Balbi CMG José Correia de Sá e Benevides Cel R/1 Claudio Moreira Bento Cel R/1 Luiz de Alencar Araripe Professor Jorge Boaventura

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Assinatura anual (4 números) exterior e número avulso, ligar para *A Defesa Nacional*

Tel.: (021) 253-4628

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

REDAÇÃO: Pça Gen Tibúrcio, 125 — CEP 22290, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tel.: (021) 542-5646 r 204/205 — FAX/ECEME 5425454

ADMINISTRAÇÃO: Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25 — CEP 20445, Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados, que não necessariamente refletem a opinião da ECEME e do Exército Brasileiro.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Accepta-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

EDITORAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA: Biblioteca do Exército

ESTE PRODUTO A GERDAU NÃO ASSINA EMBAIXO.



ASSINA EM CIMA.

A Gerdau sempre assinou embaixo de todos os seus produtos. Agora, está indo além: os vergalhões GG-50 são os primeiros a trazerem o nome gravado no aço em todas as bitolas. Na hora de comprar, você só precisa fazer uma rápida investigação para identificar os vergalhões que têm suas especificações submetidas a um rígido controle de produção. O nome Gerdau garante ainda outras grandes vantagens. É uma empresa que atua em todas as regiões do país, facilitando a distribuição e assistência técnica. E são mais de 90 anos desenvolvendo produtos de alta qualidade para construção civil: tubos soldados, arames, pregos e muito mais. Na hora de escolher o vergalhão para sua obra, dê um toque de detetive: procure a marca GG-50. O vergalhão com firma reconhecida.

Para maiores informações, procure o seu distribuidor mais próximo ou ligue para **Gerdau Aço para Construção Civil**: (011) 871-1177 — São Paulo.



QUALIDADE PELA COMPETÊNCIA



EDITORIAL

A NOVA ORDEM INTERNACIONAL E OS IMPERATIVOS PERMANENTES DE DEFESA

A Guerra do Golfo, tornada viável pelo desmoronamento do comunismo na Europa e o fim da Guerra Fria, foi uma operação de aniquilamento militar, de velocidade e proporções jamais vistas anteriormente. Em menos de 100 horas, uma poderosa e moderna força armada foi neutralizada e a vontade de lutar de um país historicamente aguerrido quebrada. Para os vencedores, o custo em vidas humanas foi surpreendentemente baixo. Ao fim do conflito, uma potência militar consolidou a ocupação do espaço deixado pelo desaparecimento do mundo bipolar.

A portentosa consequência desses acontecimentos, anunciou-se, seria o advento de uma nova ordem internacional, definida como de estabilidade e paz para o mundo.

Acreditava-se que o fim da Guerra Fria haveria de provocar um corte drástico nas despesas militares das grandes potências, ao tempo em que a agonia do comunismo internacional, aliada à fantástica sofisticação de meios exibida no teatro-de-operações kuwait-iraquiano, tornaria sem sentido as preocupações dos países em desenvolvimento com assuntos de defesa. Falira o costumeiro agressor de suas hipóteses-de-guerra e os custos de um conflito armado haviam chegado aos limites da exorbitância. Os inimigos reais e atuais seriam o subdesenvolvimento e a miséria. Deveriam, portanto, direcionar os recursos orçamentários destinados a despesas militares para setores da economia voltados diretamente para o desenvolvimento e a ação social. A segurança lhes poderia ser melhor provida por organismos internacionais, a custo zero, ou quase zero.

A lógica do raciocínio parecia perfeita.

Explicitado em foros do Primeiro Mundo, o revolucionário conceito de defesa foi acolhido, com entusiasmo, por alguns círculos do Terceiro, motivados uns por idealismo, outros por preconceito contra as instituições militares. Mas não faltaram civis (insuspeitos de conluio com militares) para defenderem a essencialidade de países como o Brasil possuírem forças armadas para proverem sua própria defesa, nem os que encararam a nova idéia com olhos de desconfiança.

Por ocasião de uma conferência para examinar "o papel do Sudeste Asiático num mundo em transformação", o Primeiro Ministro da Malásia, Mohatir Mohamad, comentou, sombrio: "...as pressões sobre os países serão políticas e sociais, assim como econômicas... não são de se excluírem aventuras militares... Não mais há russos a quem se possa recorrer".

Algumas realidades do pós-guerra do Golfo endossam as preocupações assinaladas pelo Primeiro-Ministro. Para os países em processo de industrialização, o equacionamento das questões de defesa passou a enfrentar os óbices resultantes do que se poderia denominar aproveitamento do êxito por parte dos vencedores do conflito. Esses óbices são balizados pelo endurecimento dos países desenvolvidos em relação às suas políticas de comércio e segurança, à não-proliferação nuclear e de tecnologia de foguetes, ao controle das tecnologias de ponta, à limitação e controle da produção e do comércio de armamentos e, finalmente, às pressões para reduzir despesas militares e forças armadas. São óbices que se tornam mais contundentes, quando se atenta para a crescente fluidez de limites entre tecnologia de uso pacífico e de emprego militar, entre armas ofensivas e defensivas, entre países confiáveis, para os que se pode transferir tecnologia, e os outros. Essencialmente políticos, os critérios para fixação desses limites são expressos, unilateralmente, pelas grandes potências, sempre sob o fundamento de diminuir riscos de instabilidade e de guerra.

Decorrido mais de um ano do fim do conflito do Golfo, os indicativos do início da nova ordem não surgiram ainda. A anunciada redução de arsenais não aconteceu. As grandes potências, que já haviam acordado em cortar despesas militares, para aliviar uma carga sobre a economia que se fazia insuportável, ampliaram esses cortes. Nada porém semelhante ao "desarmamento geral e completo sob controle eficaz", que povoava a retórica das conferências da ONU, a operacionalizadora, de direito, da nova ordem imaginada.

A despeito de meritórias iniciativas em favor da paz, a ONU está longe de dar aos Estados proteção eficaz contra agressões de qualquer natureza, externa ou interna. É-lhe impossível deixar de submeter-se aos imponderáveis que diferenciam os graus de segurança proporcionados aos curdos e aos xiitas iraquianos, aos curdos turcos, aos palestinos, aos croatas e aos bósnios, só para exemplificar. A constituição do corpo de exército franco-germânico e as dificuldades de integrar forças alemãs, japonesas e russas em operações militares de preservação da paz são amostras dos muitos obstáculos a ultrapassar antes que ela possa assumir o papel de gendarme mundial, que alguns lhe querem conferir.

Sempre desejada, não se encontrou ainda a fórmula que permita a igualdade de representação dos Estados em um organismo que se pretende democrático e capaz de administrar a paz. Enquanto tal não acontecer, forças armadas nacionais continuarão a ser o último e confiável recurso do Estado para a defesa dos seus direitos.

É certo que a defesa nacional não é atribuição exclusiva das forças armadas. Mas as missões que elas têm nessa defesa não podem ser legadas a nenhuma outra instituição, muito menos a terceiros, mesmo que seja um organismo internacional.

O Kuwait, por circunstâncias que lhe são específicas, foi levado a confiar a defesa do seu território a terceiros.

Deu no que deu.



COMENTÁRIOS

NOVA BANDEIRA

Prof.^a Therezinha de Castro

No dia 9 de setembro de 1822, no Salão dos Despachos do Palácio Imperial, nascia a Bandeira do Brasil. Aí, além de D. Pedro, estavam José Bonifácio, o futuro Barão de Taunay e o artista francês Jean Baptiste Debret. De antemão, o Imperador determinava as cores verde e amarelo, já que segundo a tradição perpetuariam as Casas de Bragança-Lorena, que através de D. Pedro e D. Leopoldina ocupariam o trono. A bandeira, segundo D. Pedro, deveria unir passado, presente e futuro.

Sentindo a reprovação de Taunay pelas cores, confirmou-as José Bonifácio, acrescentando, numa figuração poética, que representavam não apenas as famílias reinantes no presente, mas sobretudo epopéias do passado, com reflexos no futuro. Justificou mostrando que, tradicionalmente, haviam sido verdes ou amarelos os estandartes dos Bandeirantes, que aumentaram o território nacional, ao desbravarem florestas à procura do ouro.

Atento às discussões, Debret desenhava a bandeira debruçado sobre um papel. Ao seu lado, D. Pedro ordena-

va-lhe que além do verde-amarelo, a Bandeira deveria representar o vasto império que nascia unido de norte a sul, de leste a oeste num só pensamento, numa única História. Atendendo ao Imperador, Debret, trazido para o Brasil por D. João com a Missão Artística Francesa, e um dos fundadores da Escola Nacional de Belas Artes, inscreveu no paralelogramo verde o quadrilátero romboidal na cor amarela como símbolo da unidade nacional. Assim, como nos mapas, a parte superior tem um ângulo representando o norte, o lado direito do observador e da bandeira o outro ângulo indica o leste, na parte inferior e oposta está o sul, e no lado esquerdo o ângulo que representa o oeste.

Esse símbolo do Brasil Império, uma vez complementado, seria oficializado pelo Decreto de 18 de setembro de 1822, que, em determinação desse trecho assim o descreve: "A Bandeira Nacional será composta de um paralelogramo verde e nele inscrito um quadrilátero romboidal cor de ouro, atravessado por uma cruz da Ordem de Cristo, sendo circulada a mesma esfera de 19 estrelas de prata, em sua orla azul, e firmada a coroa real diamantina sobre o escudo, cujos lados

serão abraçados por dois ramos de planta de café e tabaco, como emblemas de sua riqueza comercial, representados na sua própria cor, e ligados na parte inferior pelo laço da nação.”

O cerne da Bandeira Imperial chegaria ao regime republicano com o verde-amarelo e o quadrilátero romboidal dos quatro pontos cardeais indicativos de nossa presença no continente, que a inteligência de Rio Branco, elo dos dois regimes, conservaria nas questões de fronteiras.

Na Bandeira Imperial as estrelas, todas iguais, representavam as Províncias sem identificá-las; na Republicana, como Estados, então em número de vinte e um, ficavam, em cinco grandezas, dispostas na esfera azul, como representação num lavor artístico do céu do Rio de Janeiro na noite de 15 de novembro de 1889. A esfera azul passava a ser cortada por uma faixa branca com legenda positivista — “Ordem e Progresso” — de letras verdes. Essa Bandeira Republicana apresentada ao Governo Provisório pelo Apostolado Positivista do Brasil, foi idealizada por Miguel de Lemos, tendo seu desenho sido executado por Décio Villares.

O Decreto nº 4 de 19 de novembro de 1889 determinava que a esfera azul seria “pontuada por vinte e uma estrelas, entre as quais a Constelação do Cruzeiro do Sul, dispostas na situação astronômica, quanto a distância e tamanhos relativos, representando os vinte Estados da República e o Município Neutro”. Além das cores verde e amarela, a Bandeira Republicana conservava, da Imperial, a correspon-

dência numérica entre as estrelas e unidades administrativas da Nação, destacando-se, pois, que em face de os Estados da Federação terem absoluta igualdade no Corpo da Nação, não se estabelecia correspondência deles com as estrelas com cinco grandezas.

A Bandeira Brasileira assim permaneceu por algum tempo, quando em 1959 o Deputado Mendes de Moraes pretendeu alterá-la, eliminando a legenda “Ordem e Progresso” e acrescentando-lhe mais cinco estrelas, para representarem respectivamente o Estado da Guanabara, e os Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Rondônia. O projeto foi julgado inconstitucional pelo Parecer de 25 de agosto de 1959, cujo relator, o Deputado Barbosa Lima Sobrinho, declarava que para alterar a Bandeira ter-se-ia previamente que reformar a Constituição.

Várias outras investidas acabaram por conseguir o Decreto nº 48.124 de 16 de abril de 1960, que mandava incorporar à Bandeira uma estrela de primeira grandeza para representar o Estado da Guanabara. Estrela que jamais foi incorporada, pois nunca se publicou no Diário Oficial o modelo anexo no artigo 1.º do inconstitucional Decreto.

No entanto, através de pronunciamentos arbitrários e contraditórios, a vinculação entre Estados e estrelas passava a ser feita proposta, sendo finalmente consagrada pela Lei nº 5.443 de 28 de maio de 1968. Eram ainda incluídas mais duas estrelas representando os Estados da Guanabara e do Acre. Por sua vez, a temática de sua alterabilidade era consagrada pela

Emenda Constitucional nº 3 de 8 de junho de 1961 que, em seu artigo 7º, estabelecia: “a Bandeira Nacional poderá ser modificada sempre que se alterar o número de Estados que compõem a Federação”.

Chegava-se então à Constituição de 1969 que, no parágrafo 2º do artigo 1º, determinava: “São Símbolos Nacionais a bandeira e o hino vigorantes na data da promulgação desta Constituição e outros estabelecidos em Lei.”

Na data da promulgação contava a Bandeira com 23 estrelas, quando a Lei 5.700 de 1º de setembro de 1971 vinha consagrar a inalterabilidade dos símbolos nacionais, alterada pela Lei sancionada em 11 de maio de 1992.* Alteram-se bandeira e selo — são agora 27 estrelas, incluindo-se os Estados do Amapá, Roraima, Tocantins, Rondônia e Mato Grosso do Sul.

E assim, o azul da esfera vai se enchendo de estrelas de diferentes grandezas, para satisfazer a necessidades bem mais políticas do que cívicas; estrelas que representam em escalas diferentes os Estados, que dentro da Federação são iguais.

A bandeira brasileira deve ser símbolo tradicional, como objeto invariável do culto cívico da Pátria Una. Símbolo máximo da nacionalidade, a Bandeira deve ser definida e intocável. Deve ser sempre a mesma como laço moral de união entre o passado, presente e futuro.

A vinculação das estrelas aos Estados é, sobretudo, inconstitucional, visto que, no contexto da Federação, são todos iguais. E, dentro dessa igualdade que mantém a unidade, não po-

dem os Estados continuarem a ser representados na desigualdade de estrelas que vão da primeira até a quinta grandeza.

A “Visão Permanentemente da Pátria” que se inscreve na base do mastro monumental da Praça dos Três Poderes em Brasília, deveria ter ressonância na inalterabilidade do Símbolo. O passado não pode ser alterado, pois tradição é memória do coração.

* Lei nº 8.421 de 11 de maio de 1992, publicada no Diário Oficial do dia seguinte.

NO CAMPO DA INTELLECTUALIZAÇÃO: UMA NOVA POSTURA PARA A FAB

Major Brigadeiro L.N. Menezes

A grande quantidade (e que aumenta dia a dia) de oficiais e subalternos que passou a frequentar os bancos universitários, nos últimos tempos, já parece merecer um estudo e análise de suas razões no seio da força aérea. Não que haja “erro cometido” na opção mas, sendo fato insuscitado (como se pretende provar) parece realmente merecer uma pesquisa... E, talvez, uma tomada de posição ou mudança de atitude.

Para um antigo “mestre-escola”, já acostumado aos “brados e lamúrias” dos nossos “estudantes” nas fainas da EADAR, CPEA, ECEMAR etc., é difícil entender como esse elevado contingente se submete, passiva e pacificamente, a um novo processo escolar, a ele dedicando suas minguadas horas

ou de lazer ou de convívio com a família. E sem “brados e lamúrias”, o que é ainda mais curioso.

Tentando arrazoar sobre o “fenômeno” (invulgar em termos numéricos) concluímos que parece ser um problema relacionado com o processo educacional em curso. Ou melhor, com a inexistência de um “plano educacional permanente” para os nossos Quadros. Um plano que esteja permanentemente presente durante o transcurso de toda a carreira, e não episodicamente, como é a volta aos bancos escolares atualmente prevista nos regulamentos. E — talvez mais ainda — um plano educacional coerente com aquilo que se pratica em todo o mundo civilizado, e que abrange os profissionais das armas, sem exceções vis-à-vis às imposições da carreira face à guerra aérea moderna.

Enfrentemos os fatos. A nossa FAB foi criada em período de guerra e, na realidade, o que fizeram nossos antepassados e pioneiros, foi “por de pé” uma organização militar que, desde aquela data e até hoje, continua a ter uma destinação mesclada dentro do panorama militar brasileiro: desenvolvimento (empresarial?) e segurança/defesa. Encurralada nesse contexto, as escolas de formação e até a Academia da Força Aérea, que durante diversas gerações de alunos e cadetes (e mesmo até hoje) se viu às voltas com currículos variáveis e de objetivação dúbia (decorrentes da mencionada “destinação mesclada”) “não teriam garantido aos seus aspirantes e graduados, nessas últimas décadas, uma formação intelectual universal e atualizada que

viesse a assegurar o necessário embaçamento e a abertura desejada para garantir a aquisição de novos e imprescindíveis conhecimentos para a nossa carreira, visando aos anos 2000, século da robótica e informática”. Mesmo não sendo total verdade, pelo menos essa é a avaliação que todos fazem, proveniente do exercício das funções castrenses pelos recém-formados.

Tentando estimular o gosto pelo voo, alguns (curioso!) colocam em dúvida a importância e a prioridade dessa busca pelo aprimoramento na fundamentação intelectual continuada e atualizada no soldado do ar dos anos 2000. Com essa visão, é criada uma mentalidade *sui generis* no espírito do plantel de oficiais e subalternos jovens e oposta àquela que se impõe, até mesmo à mocidade escolar do mundo e dos dias de hoje: “atividade (aérea) moderna igual a permanente atualização/aquisição de conhecimentos”. Seremos nós os primeiros a negar a tese?

Além disso, as unidades aéreas de instrução, recipiendárias dos oficiais e subalternos recém-formados, sempre assoberbadas com problemas típicos de reduzidos efetivos, de orçamento, de manutenção e suprimento além do engajamento no programa operacional que lhes compete, nem sempre conseguem garantir aos seus estagiários algo que esteja além das “exigências mínimas” (?) para o desenvolvimento de carreira. Com isso, pouco (ou na realidade quase nada) é dedicado às atividades intelectuais curriculares e extra-curriculares: o mais importante passa a ser a atividade mecânica de “voar por voar”.

Por outro lado, engajados na execução dos programas de vôo e manutenção do estado operacional de suas tripulações, as unidades aéreas de emprego quase sempre são compelidas a deixar para o plano secundário o programa de instrução terrestre (acadêmico) que lhes cabe. Além disso, não existindo um compromisso tácito entre o escalão subordinado e o escalão superior, com relação ao cumprimento desses mínimos acadêmicos, quase sempre essas manifestações de caráter intelectual caem no rol das matérias de menor prioridade, ou até no esquecimento. Atividades acadêmicas pós-graduação? Nem falar...

Mesmo considerando a dificuldade de fazer negar a inexorabilidade dos elementos antes citados, há que se convir que os homens-de-armas mais ávidos, criados sob a égide de tal conjuntura e sem estar sendo conduzidos e/ou motivados para a busca de um melhor nível cultural, optam pela marcha na direção dos bancos universitários por decisão própria. É uma fuga, uma compensação íntima ou uma vontade coletiva insatisfeita?

Cumpra pesquisar...

Embora a realidade seja, seguramente, menos cruel do que a que acima descrevemos, as nossas poucas bibliotecas testemunham que os nossos homens de uniforme azul-baratêia pouco lêem, o que nos fornece mais elementos para sustentar a tese. Nem mesmo os livros de aviação ou relacionados com a profissão parecem despertar maior interesse, o que parece estranho. Mas, neste caso, o desconhecimento de uma língua estrangeira, que

propicie leitura de bibliografia importante, é um sério agravante, o que — de alguma forma — poderia justificar a ausência de leitores, já que aeronáutica e espaço modernos são, prioritariamente, impressos em outra língua que não o português. Cumpre pois, dominar outro idioma e isso, mais uma vez, só através do estudo. Com um clima desse tipo, todas as tentativas de assegurar uma aquisição continuada de conhecimentos (mesmo que ela seja diretamente relacionada com o trabalho que está sendo realizado pelo homem, naquele imediato momento), têm tido pouco sucesso. Com isso, o nível cultural fica estagnado ao nível anterior... E já discutível, como provado.

Aparece então um brado de inter-rogação e alerta: estará até mesmo a curiosidade profissional desaparecendo?

Assim, inseridos nesse panorama, sem orientação cultural institucionalmente dirigida (a não ser aquela contida nos cursos regulamentares já provados como insuficientes), os oficiais ascendem aos primeiros postos da carreira sem carregarem, de um para o outro, a bagagem de cultura e conhecimentos fundamentais que, *in totum*, obrigatoriamente já deveriam possuir. Nesta fase chegam a assumir pequenos comandos e chefias. Cabeira aqui, além disso, alguma consideração quanto ao nível de conhecimentos técnicos e táticos que possuem. E aqueles relacionados com a psicologia aplicada, relações humanas e inter-relações sociais?

E é a partir desse estágio na carreira que um grande número de oficiais

subalternos, principalmente dos postos intermediários, inteiramente consentes do espaço vazio intelectual a preencher, estimulados por uma vontade de vencer "inércia e *status quo*" para dedicar o seu pouquíssimo tempo disponível, fora de seus horários de trabalho, a cursos nas Universidades. E o fazem até mesmo nos mesmos cursos noturnos. Sem que essa possa ser considerada uma escolha errônea, demonstra "autodidatismo sem orientação" ou "formação intelectual auto-gestionada". E onde fica a Organização?

Urge, parece, adotar uma medida corretiva, talvez estabelecendo um Plano Educacional Permanente para Força Aérea" que, praticado de forma somatória, curricular e extracurricularmente, permita o incremento do domínio da intelectualização dos nossos homens e atenda, ao mesmo tempo, aos impulsos dos mais motivados e de maior potencialidade e — por que não? — a alguns dos muitos reclamos da própria Força...

Para tanto, o primeiro e imprescindível passo será o de "fixar com clareza e perenidade os objetivos (o "para quê") a atingir na formação dos nossos homens, definindo perfis, estabelecendo métodos de desenvolvimento e potencialidades, de avaliação de desempenho e mérito fixando níveis a atingir coerentes com as exigências do serviço, nivelando o plantel humano por cima e não por baixo", estimulando os mais capazes a permanecerem nos quadros e eliminando, em qualquer fase do processo, os reconhecidamente incapazes e indesejáveis, encerrando

assim, de uma vez por todas, a famosa e envelhecida questão até hoje não respondida: "formar homens para a Aeronáutica ou para a Força Aérea?"

Em suma, ir ao que chamamos "começo de tudo": os currículos das escolas de formação.

No caso da AFA, por exemplo, até hoje a organização vive o dilema entre dar aos cadetes uma formação voltada para as ciências sociais ("já que ele comandará homens") ou para as ciências exatas ("já que ele será o gestor de sistemas complexos"). Ou, pior ainda, "assegurar os créditos necessários para que, ao ser desligado, o cadete tenha facilitada sua retomada escolar na vida civil", neste caso trabalhando para aqueles que não ficam conosco em benefício dos aproveitáveis... E o currículo da EEAer, pulverizado em mais de 25 cursos diferentes, não seria também um "sinal"?

Após isso, dar partida a um plano dessa natureza parece ser apenas questão de compatibilizar a montagem dos programas de instrução terrestre das unidades com as iniciativas tomadas, em separata, por algumas escolas e unidades da FAB e, ainda, com as iniciativas individuais, unificando — no seu cerne — todo o processo educacional em curso, encadeando-o passo por passo em todo o espectro da carreira, sem solução de continuidade. Em suma, um trabalho permanente que jamais se interrompe, independentemente do posto, graduação, função ou local de trabalho: uma *all training Air Force*!

Esse "Plano Educacional Permanente para a Força Aérea" permitirá

preencher, *a posteriori*, os “claros” porventura existentes nos currículos da AFA, nos programas de instrução terrestre das unidades aéreas, nos currículos acadêmicos da EEAer, do Curso Especial de Saúde, da EAOAR, da ECEMAR etc. etc., fazendo uma acomodação de assuntos de interesse geral e institucional, eliminando alguma superposição de currículos, buscando obter a tão desejada compatibilização e, também, a aspirada complementação cultural, propiciando o desenvolvimento dos recursos humanos da FAB, permitindo até a fuga desse “processo de grilhões”, que constrange a criatividade e a plasticidade que caracterizam a educação moderna.

Como se desenvolveria, então, o processo?

Com uma sólida e atualizada base acadêmica, os aspirantes-a-oficial e graduados seriam entregues às Unidades de Transição ou aos Estágios, imbuídos de uma atitude intelectual receptiva que garantirá não só o auto-aprimoramento como a absorção tácita de novos conhecimentos, quer no campo das ciências sociais ou das ciências exatas, quer no campo de técnicas aplicadas à profissão das armas.

Nessa fase, percorrerão os primeiros postos da carreira sob a ação de um programa educativo misto de cultura geral e cultura técnico-militar e que poderá, até, ser ministrado por correspondência, em alguns assuntos, mas sempre em paralelo com uma atividade curricular institucional. Não haveria, portanto, os espaços abertos entre os cursos regulares: estariam todos eles ocupados pelo plano... e com o plano!

Caberá às organizações diversas as providências necessárias, fazendo cumprir o que já prescrevem os regulamentos: as bibliotecas deverão ser mantidas à altura do plano e as determinações contidas nas diretrizes anuais de instrução deverão ser cumpridas rigorosamente.

Ainda inserido no contexto do plano, caberia listar a bibliografia recomendada e que venha de encontro aos objetivos do mesmo plano, facilitando, inclusive, a aquisição da própria literatura ou documentação. O gosto pela leitura seria incrementado através de exposição bibliográfica, circulação periódica de livros, campanhas educativas etc.

Além disso, as bases e unidades aéreas desenvolveriam um programa de palestras, de desenvolvimento de testes, de painéis etc., abordando temas relacionados, ou que viessem a sê-lo, com o plano, sempre em um crescendo. Para esses trabalhos, a comunidade universitária poderia vir a ser convidada para participar.

Para aqueles cuja potencialidade transcendesse aos padrões normais, a Força poderia patrocinar a cessão de bolsas em universidade, zelando para que — nesse caso — as áreas escolhidas fossem de interesse direto da FAB e não só do indivíduo. Com isso eliminar-se-ia o chamado “autodidatismo desorientado”...

Ascendendo dentro do plano, o oficial seria entregue à EAOAR, onde tomaria contato com problemas e assuntos da alçada de pequenos comandos e chefias. Dentro de um currículo altamente flexível e extremamente com-

pacto, o oficial seria preparado para solucionar pequenos temas táticos, estimulado a debater a doutrina de emprego da Arma Aérea, a organização e a administração, eliminando, evidentemente, as matérias já antes tratadas na execução do plano educacional permanente e, por conseguinte, reduzindo a permanência do oficial fora de sua sede para atender às exigências dos cursos regulares.

Essa fase já exigiria um processo seletivo. Dos instruendos seriam indicados os futuros instrutores das escolas, assim como os capacitados a cursar as escolas de nível estado-maior ou cursos de pós-graduação em universidades civis.

De volta à tropa, o oficial ficaria ainda sujeito à ação do plano educacional permanente, por meio de processo estabelecido *a priori* (que pode ser até por correspondência), até que seja encaminhado aos cursos de nível estado-maior.

As escolas de estado-maior e as de alto nível representam a síntese de elaboração do pensamento militar. Das suas pesquisas, dos seus estudos, das suas análises devem frutificar as normas que pautem as doutrinas do emprego, execução e administração. Para bem cumprir seus altos propósitos, às escolas de nível estado-maior e de alto nível caberia estabelecer um processo altamente seletivo para admissão dos seus membros permanentes, consequentemente dos homens que, no futuro, “regerão” o plano educacional permanente. Esse plano seria, assim, um “circuito fechado” funcionando por consenso, e não institucionalizada-

mente (em tese), e que garantiria uma orientação e ampliação intelectual, permitindo o que a Força Aérea Brasileira, *en masse*, percebidamente já requer: uma ação educativa permanente (não episódica), visando ao aprimoramento profissional, mantendo seus membros — antes de mais nada — continuamente comprometidos com as manifestações intelectuais de interesse da carreira... e não apenas com as escolhas (aleatórias) individuais, como é o caso que se tentou retratar nestas notas e que, em nossa opinião, são muito mais fruto de uma postura adequada ao passado do que ajustada à modernidade da era da comunicação e da informação...

Outrossim, a título de complementação do raciocínio, é imperioso saber que um sem-número de Forças Aéreas só asseguram o acesso ao generalato para aqueles que, além de haverem cumprido os compromissos regulamentares com o seu plano educacional, ainda apresentam um diploma universitário...

Vale um novo comentário, não?

O LEGADO DOS INCONFIDENTES

Maj Eng Renato José Barbosa Bahia

A História oficial afirma que o grande objetivo da Inconfidência Mineira era libertar o Brasil do jugo português e, ao mesmo tempo, implantar um regime republicano. Entretanto, como se sabe, os in-

confidentes foram delatados e o movimento não logrou conquistar seus objetivos.

A Independência e a Proclamação da República se deram, respectivamente, a trinta e a cem anos após a morte do alferes Xavier no patíbulo do Largo da Lampadosa. Dessa forma, aparentemente, muitas pessoas podem deduzir que os inconfidentes se sacrificaram em vão. Todavia, é necessário procurar, mais a fundo, as grandes realizações e as conseqüências da Inconfidência.

Os intelectuais que idealizaram a Conjuração das Alterosas eram iluministas profundos. Acreditavam que a *liberdade*, a *igualdade* e a *fraternidade* eram valores maiores que precisavam ser incorporados, não somente à legislação, mas também à própria conduta individual humana.

Quando se compara o conteúdo intrínseco dos valores iluministas de *liberdade*, *igualdade* e *fraternidade* com os da *ética* praticada pela sociedade do século XVIII, verifica-se que os primeiros são extremamente avançados. Pensar em *liberdade*, num mundo colonialista; em *igualdade*, numa sociedade escravocrata, e em *fraternidade*, num regime de despotismo, era uma atitude concebível, somente, para espíritos corajosos e mais evoluídos.

Estudando o pensamento inconfidente, a conduta individual de cada membro da conjura e as deliberações das reuniões, tem-se a impressão de que a enorme convicção da retidão da causa abraçada, juntamente com o acendrado e desenvolvido senso ético da maioria dos chefes do movimento,

impediu que se planejassem ações mais pragmáticas visando à derrocada do maquiavélico governo colonial português.

Em outras palavras, o alto grau de moralidade presente na *Inconfidência Mineira* não aceitava o planejamento e a execução de ações violentas para derrubar a estrutura vigente.

Tudo leva a crer que se chegou a sondar o visconde de Barbacena, governador da capitania das Minas Gerais, para chefiar o movimento separatista.

Na reunião em que se estudou a hipótese de prender o visconde de Barbacena e sua família, não se chegou a um consenso sobre o destino a dar aos prisioneiros, pois não se admitia a idéia de matá-los...

O mesmo ideal iluminista, que orientou os inconfidentes na década de 1780, foi o responsável pela cruenta e sanguinolenta *Revolução Francesa* de 1792.

Na França de Robespierre, a força reformista da idéia iluminista explodiu a viçada sociedade dos *Lusos*.

No Brasil de Tiradentes, a idéia iluminista contribuiu para formar a nacionalidade brasileira. O sacrifício solitário do alferes Xavier penetrou fundo na alma do povo, mostrando-lhe que a colônia buscava um destino diferente do da metrópole, e que já existiam brasileiros capazes de se imolarem em prol desse ideal.

Cada povo possui características genéricas próprias que servem para vislumbrar o caráter do elemento humano que o compõe. O povo brasileiro, é

claro, também possui suas peculiaridades, e pode-se destacar algumas:

- *pacifismo* — os fatos mais marcantes da nacionalidade brasileira foram pautados por soluções conciliatórias, onde o pacifismo imperou;

- *adaptabilidade* — as diferenças étnicas e culturais das três raças que vem compondo o povo brasileiro, estão assimiladas e fundidas em um clima de normalidade e tranqüilidade;

- *cordialidade* — a sensibilidade ao sofrimento alheio, a facilidade em esquecer e relevar injustiças, uma certa dose de pudor em manifestar os seus egoísmos, a repugnância por soluções radicais são algumas das manifestações desse elemento afetivo, tão arraigado no caráter nacional.

Quando se busca a origem dessas características, forçosamente se chega ao tempo dos inconfidentes. Foram eles os primeiros a receberem as idéias iluministas, repletas de princípios éticos, sem dúvida muito adiantados para aquela época, mas pujantes e pertinentes o suficiente, para vir se incorporando, paulatinamente, à alma do povo brasileiro.

Os intelectuais inconfidentes receberam a bagagem iluminista, quase

sempre, durante sua formação universitária na Europa. É importante salientar que existiram intelectuais, como o padre Luís Vieira da Silva que, mesmo não sendo estudante no estrangeiro, soube assimilar, com profundidade e autenticidade, todo incipiente e revolucionário ideário iluminista.

Os inconfidentes não se limitaram a pregar o credo iluminista. Mais do que isso, eles praticaram a filosofia, pautaram sua conduta coerentemente com o que expunham verbalmente.

Esse fato explica, sem dúvida, porque a idéia de *liberdade, fraternidade e igualdade*, revolucionária para aquela época, passou a ser incorporada pela alma popular a ponto de, duzentos anos mais tarde, estar no alicerce filosófico das características marcantes do que está sendo o homem brasileiro.

Resta-nos, pois, neste ano de 1992 — bicentenário do sacrifício do imortal alferes Xavier — lembrarmos que o movimento de 1789, embora não tendo conseguido, de imediato, nos libertar do jugo português, nos legou algo importante, profundo e irretorquível, ou seja, um grande destino, onde a *liberdade, a igualdade e a fraternidade* são nossos maiores referenciais.



A CONJUNTURA E AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS(*)

Sergio Paulo Muniz Costa

As idéias sobre a inexistência de hipóteses-de-guerra admissíveis para o Brasil e sobre a redução dos efetivos e o redirecionamento das Forças Armadas Brasileiras são os focos das análises de que o autor se ocupa.

Hoje em dia, no entanto, novas vozes se ouvem — vozes que pregam doutrinas inteiramente desligadas da realidade, inteiramente inadequadas para nossa década, doutrinas que parecem supor que as palavras bastarão sem as armas, que o vitupério vale tanto quanto a vitória e que a paz é sinal de fraqueza.

John Fitzgerald Kennedy (do discurso jamais pronunciado ao Conselho de Cidadãos de Dallas)

INTRODUÇÃO

No Brasil, talvez nunca se tenha pensado e escrito tanto sobre o mundo como nos dias atuais. Aumenta no país, paulatinamente, a

consciência da participação da Nação em um sistema internacional, dominado pelo conflito. A demanda da bipolaridade ideológica cedeu espaço a uma multipolaridade econômica, tecnológica e cultural. Inúmeras diferenças de interesses, objetivos e concepções do mundo cresceram no

(*) Selecionado pelo PADECEME

vácuo da divisão ideológica do mundo, causado pelo colapso da URSS e incerto futuro da Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

Os militares brasileiros não estão imunes a esse processo. Participam intensamente das mudanças que ocorrem na nação, e procuram se situar profissional e institucionalmente no contexto das violentas alterações em curso. Na realidade, seu posicionamento é muito mais fácil de se definir do que o de determinados setores da sociedade afinados com o sistema político-ideológico que se esboroou em Berlim.

O presente artigo tem por finalidade analisar duas grandes polêmicas levantadas em torno das forças armadas brasileiras. A primeira é a idéia que vem sendo trabalhada no cenário político nacional de que não existem hipóteses de guerra admissíveis para o Brasil. A segunda, freqüentemente amparada em depoimentos de analistas estrangeiros, via de regra pouco familiarizados com as realidades nacionais, levanta a questão da redução dos efetivos e do redirecionamento das atividades das forças armadas. Na realidade ambas as polêmicas se resumem em uma questão — a destinação das forças armadas. Afinal, se não existisse hipótese de guerra, para que existiriam forças armadas? Existindo, “desgraçadamente”, as mesmas, por um descuido da sociedade ou conspiração de alguma “entidade pré-militar”, por que então não mudar sua missão?

Concomitantemente a essas polêmicas bizantinas, de forma curiosa, determinados setores procuram atrair

os militares para a participação em atividades estranhas à profissão, e vozes que há pouco pregavam “a volta aos quartéis” clamam pela participação dos militares no combate ao narcotráfico, à violência, à pobreza e, até, ao mosquito transmissor da dengue. A medida que se amplia o leque de participações dos militares na vida nacional, se restringe a atividade profissional militar através do achatamento e contingenciamento orçamentários.

Aparentemente o resultado desse processo pode levar a uma desmilitarização das forças armadas ou a uma militarização da sociedade. O mais perigoso é que essas opções, aparentemente extremas, não se excluem mas se completam. Forças armadas indisciplinadas, desmotivadas e despreparadas do ponto de vista material e doutrinário não oferecem resistência a aventuras políticas e, em algumas situações, transformam-se em veículo dessas aventuras, quando a política invade os quartéis e o irracionalismo conquista corações e mentes.

Quanto mais as forças armadas deixam de ser as fiéis depositárias do monopólio da violência do Estado, mais militarizada se torna a sociedade, proliferando as milícias e o controle do estado sobre as pessoas. Em sentido oposto, quanto mais profissionais forem as forças armadas, mais afastadas elas estarão da política partidária e maior efeito dissuasório em relação a uma ameaça às instituições democráticas elas representarão. É curioso observar que os mais eficazes promotores da militarização das sociedades não foram os militares, mas sim ele-

mentos interessados em verticalizar as mesmas e eliminar toda a oposição política. Essas verdades simples e evidentes têm sido surpreendentemente esquecidas no cenário nacional, muitas vezes, pelos mesmos setores que acenaram com esses argumentos para que os militares acelerassem o processo de aperfeiçoamento das instituições democráticas no país.

Para atingir os objetivos do presente trabalho, serão analisados os conceitos de conflito, crise e guerra, uma das vertentes da polêmica. Em seguida, será examinada a outra vertente da questão, através do estudo de dois casos de modificações em instituições militares: o das forças armadas dos Estados Unidos, no auge na Guerra Fria, e o das forças armadas alemãs, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. O primeiro, além de atender às finalidades do presente estudo, pode ter interesse especificamente militar, pois lança luz sobre um processo de evolução de um dispositivo de defesa nacional coerente com as instituições a que deve servir. O segundo, com um enfoque predominantemente político, ilustra o caso das forças armadas germânicas na década de trinta, quando a Alemanha foi presa do totalitarismo e enveredou pelo maior desastre de sua História.

CONFLITO

As definições de conflito são claras.

“Conflito é um fenômeno social caracterizado por um choque de ações que decorrem do propósito de conqui-

tar objetivos distintos, utilizando o mesmo poder disponível, ou de conquistar o mesmo objetivo, utilizando distintos poderes disponíveis.”¹

“Conflito internacional é uma hipótese a ser considerada quando se define pela ação de estados que, tendo em vista objetivos perseguidos por seus governos, tentam impor a outros sua vontade.”²

Textos publicados pela ESG, ainda que não expressando a opinião daquela instituição, propõem a seguinte definição de *hipótese de conflito*:

“*Hipótese de conflito* é a antevisão de um quadro em que se presume a necessidade de uso do poder nacional para superar quaisquer tipos de ameaças deliberadas a objetivos vitais da Nação.”³

Conquanto a *hipótese de conflito* possa ser estabelecida pelo governo, como propõe o texto acima referenciado, os maiores pensadores sobre os conflitos e as guerras, de Clausewitz a Aron, jamais identificaram um rompimento nas relações entre os adversários durante uma guerra, não se justificando, portanto, a argumentação de que a formulação de *hipótese de conflito* favorecerá mais efetivamente a busca da paz durante a guerra do que a formulação de *hipótese de guerra*. Nenhuma guerra real toma um curso livre, escalando até o absoluto. Esse é o foco da preocupação de Anatol Rapoport, no prefácio que redigiu para a edição portuguesa da obra de Clausewitz. O que ocorre muitas vezes é a perda de vista dos objetivos da guerra, por falta de uma política que os estabeleça e de uma estratégia

coerente que direcione o esforço nacional para a consecução dos seus objetivos.

A renomada cientista política argentina, Virgínia Gamba, em sua obra *Estratégia: intervención y crisis* desenvolve extensa argumentação, mostrando como o conflito no Atlântico Sul evoluiu para uma crise e, daí, para a guerra. Para uma melhor compreensão dos termos *crises* e *conflito*, podemos apreciar um trecho do referido livro:

"...es conveniente llamar la atención de un interesante artículo titulado A quién se sorprendió en las Malvinas y por qué?, de Sir James Cable, publicado en la revista Encounter de setiembre-octubre de 1982. El autor, al hablar del detonante de la crisis de 1982, escribe lo siguiente:

.....
Los británicos parecían haber renunciado a cualquier tipo de acción en relación con la Argentina, excepto la dilación constante del conflicto..."⁴

A obra de Gamba nos permite, ainda, importantes conclusões sobre os inconvenientes de serem exercidos, pelas mesmas pessoas, altos cargos políticos e militares. Guardadas as devidas proporções, há uma semelhança com o caso analisado por Hans Dellbrück sobre o efeito da virtual ditadura exercida pelo círculo de Ludendorf em 1917, obstruindo a visão global da guerra e, conseqüentemente, dos objetivos da Alemanha. Não cabe aos militares formular *hipóteses de conflito*. Por serem potencialmente inúmeras, conforme a quantidade de atores no sistema internacional, e serem função

de uma conjuntura, é pretensioso fazer previsões sobre o seu desenvolvimento. É um assunto de governo, do qual participarão certamente os militares, sem no entanto adiantar um planejamento militar para uma solução que o governo pode encaminhar sem ação militar.

Admitir a formulação de *hipótese de conflito* pelos profissionais da violência é retroceder ao militarismo da passagem do século, quando os instrumentos militares se adiantaram aos demais recursos de que dispunham os Estados para solver as disputas. A situação se torna particularmente complexa, se imaginarmos que cada força singular possa propor *hipótese de conflito*, cada qual priorizando a visualização da guerra que a "favoreça". Foi o caso das forças armadas norteamericanas no início da década de 50, quando cada uma desejava o poder nuclear e se esforçava para convencer congressistas e altos funcionários do Executivo, de seu papel predominante na guerra que se travaria no futuro.

Finalmente, é importante lembrar que, qualquer espectro de conflito que se elabore, terá em um de seus extremos a guerra, independentemente da denominação que se lhe aplique — *confronto armado*, *enfrentamento armado* —, fenômeno social que atraiu à sua causa todos os ramos do conhecimento humano, e há muito tempo deixou de ser assunto exclusivamente militar.

CRISE

Com um amplo dispositivo militar desdobrado em todo o mundo, os Estados Unidos se viram várias vezes às voltas com acontecimentos ou situações que, se não fossem devidamente controladas, poderiam evoluir, no ambiente tenso da Guerra Fria, para uma confrontação de conseqüências inimagináveis. A definição adotada pelos norte-americanos seria a seguinte:

*"Crisis: A political /military event or situation of considerable urgency that contains at least the potencial of Presidential involvement, resource/force management, and confronta-tion."*⁵

Hugh Ware analisou alguns casos desse tipo de incidente e extraiu algumas conclusões que sintetizamos a seguir:

- a captura do *Pueblo*, navio de informações norte-americano, em 1974, ao largo do Camboja:

- pôs em evidência a necessidade de coordenação de planos de contingências;

- foi um exemplo típico de situação em que um comandante que dispõe de força operacional formula opções viáveis e as apresenta à autoridade em comando;

- não houve integração entre a comunidade de informações e as forças armadas.

- ataque ao *USS Liberty*, navio de informações norte-americano, em 8 de junho de 1967, no Mediterrâneo, por aviões israelenses:

- houve falha de comando, controle e comunicações.

- desembarque de tropas americanas na República Dominicana, em 1965:

- apresentou o problema de coordenação entre militares e diplomatas, pois os primeiros obedeciam através da cadeia de comando, chegando eventualmente ao Presidente, enquanto os segundos ligavam-se ao Secretário de Estado e ao Presidente, inexistindo qualquer forma de coordenação entre ambos os segmentos.

- a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1961:

- diz o autor "...talvez a crise que melhor ilustre os problemas de relacionamento entre a estrutura militar e a autoridade civil, devido à diferença de vocabulário, formação e necessidades";⁶

- nessa crise, o secretário de defesa ligou-se diretamente a um comandante de contra-torpedeiro.

O autor, admitindo que as crises continuarão a acontecer em todo o mundo, muitas vezes de forma inesperada, advoga o desenvolvimento de uma capacidade de estabelecer estruturas adequadas à resolução dessas crises, e defende a implementação de sistemas de vigilância, comando, controle e comunicações, para responder rapidamente às situações de crise.

Ao segmento naval do poder militar de uma nação interessa, particularmente, o estudo das crises, conforme aponta o capitão-de-fragata Mackenney Schmauk, ao citar trecho de autoria do professor O'Connel no seu trabalho *Implicancias Políticas del Manejo de Crisis*:

"El mar es la única área donde las

fuerzas armadas pueden competir con mayor o menor seriedad con el fin de promover objetivos políticos; es la única área donde pueden concentrarse, preparadas para la intervención sin amenazar intervenir en forma manifiesta. Un ejército que cruza una frontera representa un uso de la fuerza completamente distinto a una armada que cruza el mar.'⁷

No entanto, seria temerário admitir, hoje, que a Marinha de uma grande ou média potência devesse atuar numa situação de crise por si só, ou previamente formular uma conduta político-estratégica para uma crise cuja solução é problema do Estado. Cabe, naturalmente, ao poder naval planejar as medidas operacionais cabíveis para atender às necessidades de emprego de força numa crise, força que o Estado poderá empregar ou não, e, ainda assim, dificilmente representada somente pelo poder naval. Nesse sentido, é natural o poder naval visualizar o seu emprego ao longo do espectro de conflitos numa escala mais baixa do que a guerra. Os demais segmentos do poder militar também podem, e até devem, fazê-lo, à medida que se ampliam os desafios decorrentes do crescimento da estatura político-estratégica da Nação.

Não cabe aos militares formular hipóteses de crise, mas sim planos de contingência para atender à necessidade do emprego da força militar no contexto de uma situação cuja evolução desejável ainda é evitar a guerra. Especialistas do país que mais se envolveu em crises no período pós-segunda guerra, os Estados Unidos afirmam que

elas continuarão a ocorrer, em diferentes partes do mundo, em momentos inesperados. O que procuraram fazer os americanos foi dimensionar seus sistemas de comunicações, controle, comando e informações, para atender à sua eclosão, bem como preparar seus militares para, contando com os meios disponíveis no momento e local considerados, formularem opções a serem submetidas ao comandante supremo para decisão. Se os militares tomarem as rédeas da condução da crise, ela já terá evoluído de antemão para o confronto armado.

GUERRA

Virginia Gamba mostra como o fracasso no manejo de crises leva às guerras e o que são guerras limitadas:

*"Constatamos siempre que los conflictos limitados son el resultado de un fracasso en el manejo de crisis; a menudo son canalizados en forma anacrônica o irracional; y no resuelven en forma duradera los problemas que la han motivado."*⁸

*"Una guerra limitada es la que se pelea por objetivos menores a los recursos totales de los beligerantes, desejando a la vida civil intacta y tratando de respetar también gran parte de la fuerza armada oponente. Debe invariavelmente terminar en negociación."*⁹

"Obviamente, no se considera una guerra limitada aquella que está sendo peleada por actores periféricos convencionales, que quizás estén utilizando

el total de su poderio en dicha pugna.''¹⁰

A definição brasileira de hipótese-de-guerra é suficientemente clara para dispensar quaisquer comentários: hipótese-de-guerra é "a antevisão de ocorrência de conflito armado, em quadro conjuntural nacional ou internacional, que exija o emprego violento do poder nacional como último recurso para a superação de pressões dominantes."''¹¹

Ainda do estudo da participação da Argentina na Guerra das Malvinas, pode-se inferir que quaisquer que tenham sido as causas do extravasamento do conflito para a crise e, desta, para a guerra, num momento e numa relação de forças desfavorável à Nação, ficou claro que inexistia um planejamento de guerra capaz de respaldar pela força a vontade política. No doloroso momento da derrota, como qualquer outra Nação, a Argentina soube de quem cobrar a responsabilidade: das suas forças armadas. A deposição e julgamento político da junta militar é um processo distinto do julgamento profissional das forças armadas pelos seus próprios integrantes. Afinal, já se disse que uma força armada suporta tudo, até mesmo a incompreensão, exceto uma derrota.

O dever do segmento militar do Estado é o preparo para a guerra, que virá quando os conflitos evoluírem para crises incontornáveis. Não fará a guerra por si só, mas orientado pela inteligência politicamente organizada, o Estado, e a serviço da Nação. Civis e militares desse segmento estudarão e acompanharão os conflitos e as cri-

ses, pois deles serão atores obrigatórios, em maior ou menor grau. No entanto, ninguém os substituirá nas difíceis e complexas tarefas de preparar, desdobrar e operar os meios de combate que lhes foram confiados pela Nação. Ainda assim, nem mesmo a guerra eles tomarão sozinhos nas mãos, mas a executarão de acordo com os objetivos fixados pela política.

O CASO NORTE-AMERICANO

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA e a URSS lideraram campos opostos na nova fase do conflito mundial que se convencionou chamar de Guerra Fria. Apesar de desenvolverem estratégias diametralmente opostas, ambas as super-potências se preocuparam, desde o início do conflito, em evitar uma confrontação militar direta. A experiência de duas guerras mundiais e suas conseqüências haviam marcado profundamente a geração que tinha combatido a Segunda Guerra Mundial.

No início do século, nacionalismos exacerbados, militarismo e tensões econômicas, culturais e políticas haviam engendrado um quadro de pré-guerra pronto a explodir o mundo da *Belle Époque* ao menor incidente. O atentado de Seravejo, como era de se esperar, acendeu o rastilho das mobilizações que chegou ao barril de pólvora da guerra mundial sem o menor esforço sério das chancelarias para interrompê-lo. Planos de guerra, estradas de ferro estrategicamente direcionadas e esquemas de mobilização foram acionados automaticamente, obstruindo toda co-

municação diplomática que pudesse evitar o conflito. A convicção de que o contencioso poderia e deveria ser resolvido pelas armas — corolário do estado de espírito militarista que dominava a maioria das nações européias — aliada à ilusória crença numa vitória rápida, desencadearam a corrida às armas.

O julgamento do processo decisório que levou à declaração da Segunda Guerra pode ser sintetizado nas palavras de Winston Churchill, “após ter perdido e rejeitado todas essas vantagens (a integridade da Áustria e a Tchecoslováquia), a Grã-Bretanha avança, levando a França pela mão, para garantir a integridade da Polônia que, somente seis meses antes, tinha tomado parte, com o apetite de uma hiena pelos despojos, na destruição do Estado tchecoslovaco... A decisão que foi enfim tomada, no pior momento possível e sobre a região menos indicada, não podia deixar de provocar o massacre de dezenas de milhões de homens”.¹²

Após a Segunda Guerra Mundial, a idéia de se evitar a guerra pela dissuasão começa a tomar forma nos Estados Unidos com a divulgação do *The United States Strategic Bombing Survey*, em 1946,¹³ e pelas conclusões apresentadas pelo *Comitê de Política Aérea ao Presidente Truman*, em 10 de janeiro de 1948.¹⁴

Como William Kaufmann mostrou, o dispositivo de defesa dos Estados Unidos tinha quatro funções: 1ª) a formação de conceitos estratégicos; 2ª) a distribuição de recursos para o aperfeiçoamento e deslocamento de forças

destinadas a implementar os conceitos estratégicos escolhidos; 3ª) a integração dos planejamentos econômico, político e estratégico; 4ª) a mais importante — a operação real do dispositivo militar.¹⁵

Em 1947, o *National Security Act* criou o estado-maior conjunto e o cargo de secretário da defesa. Embora possuísse a autoridade formal para coordenar a ação dos três chefes de estado-maior, o secretário de defesa não conseguia fazê-lo, devido às ligações que as forças armadas tinham no Congresso, ao direito de acesso que os chefes de estado-maior tinham ao presidente da república e à inclinação dos secretários em acatar os conselhos dos chefes militares experimentados e prestigiados pela condução de vastas operações durante a última guerra.

A Guerra da Coreia obrigou a uma nova mobilização militar norte-americana. Os efetivos, que tinham decaído de 12.123.455, em 1945, para menos de 1.600.000, em 1947, voltaram a se expandir, chegando a 3.600.000, em 1953. As despesas militares tinham passado de 5% do PIB, em 1950, para 13,5%, em 1953. O presidente Eisenhower, entendendo que a economia norte-americana não poderia suportar indefinidamente tal esforço, iniciou um projeto para racionalizar as despesas militares.

Sua condição de artífice da vitória aliada, seu enorme prestígio e seu conhecimento dos meandros do Pentágono lhe emprestavam autoridade efetiva para tanto. Na sua campanha para dar coerência ao esforço militar norte-americano, Eisenhower empre-

gou quatro instrumentos. O primeiro foi a doutrina básica da segurança nacional, a ser elaborada anualmente pelo conselho de segurança nacional. A partir desse documento os chefes de estado-maior preparariam um plano conjunto de objetivos estratégicos que conteria as projeções de emprego da força militar por um período de cinco anos. Com isso, ele procurava uma concepção estratégica comum que norteasse os esforços das forças armadas. Outro instrumento foi a reorganização do departamento de defesa, realizada duas vezes durante sua permanência na presidência, sempre com o intuito de reforçar a autoridade legal do secretário de defesa. O terceiro instrumento foi a criação de uma comissão de notáveis para fazer recomendações sobre a política de defesa. O quarto foi a criação do cargo de assessor especial de ciência e tecnologia da Casa Branca, destinado a ajudar o presidente a decidir sobre armas e estratégias. Além desses instrumentos criados, Eisenhower continuou a empregar a limitação orçamentária que já vinha sendo usada por Truman. Com esse poderoso recurso, Eisenhower buscava controlar o crescimento das despesas militares.

No final da década de 50, os rusos lançaram o desafio da corrida espacial e começou a surgir o temor de que os EUA estavam estrategicamente vulneráveis, devido a uma "lacuna de mísseis". Crescia também o debate em torno da capacidade da dissuasão nuclear para garantir Berlim, a Europa Ocidental e outros interesses vitais norte-americanos. A Crise de Berlim,

de 1959, e o encaminhamento de outras tão graves levavam ao questionamento da capacidade norte-americana de se opor aos soviéticos sem uma guerra mundial.

A proposta do candidato democrata às eleições de 1960, John Kennedy, era, sinteticamente, ampliar as forças convencionais, estreitar os laços com a OTAN, eliminar a lacuna de mísseis e manter a superioridade nuclear estratégica norte-americana como elemento dissuasório. Já como presidente eleito, Kennedy instruiu seu secretário de defesa, Robert S. McNamara, a reavaliar toda a estratégia militar norte-americana, a capacidade norte-americana de honrar compromissos e a eficiência e economia do funcionamento e organização do sistema de defesa, bem como a considerar a eliminação de bases e instalações obsoletas e a necessidade de adequação, modernização e mobilidade das forças atuais, convencionais e nucleares. Recomendou, ainda, desenvolver uma estrutura de força necessária sem considerar os tetos orçamentários já definidos, devendo, no entanto, fazê-lo ao menor custo possível.

O estudo inicial das questões colocadas levou a um aumento do orçamento militar em 1,5 bilhões dólares e, no verão de 1961, outro incremento nas despesas militares seria solicitado. Respondendo à pressão das necessidades da conjuntura, durante sua gestão, McNamara implementou inúmeras medidas bastante efetivas, destinadas a aumentar o poder militar norte-americano.

No campo estratégico nuclear, foi acelerado e incrementado o projeto *Polaris*, a capacidade de produção dos mísseis *Minuteman* foi dobrada, o estado de prontidão do comando aéreo estratégico foi ampliado, as defesas aéreas foram aperfeiçoadas, os sistemas de comando, controle e comunicações das forças nucleares estratégicas foram melhorados, e projetos obsoletos foram abandonados, enquanto outros como o *Dynasoar*, o *Advent*, o *Defender* e o *Discoverer* foram impulsionados, tudo a um custo adicional de 1,53 bilhões de dólares.

No que diz respeito às forças não nucleares, McNamara providenciou a construção de mais 129 aeronaves de transporte militar, a criação de um fundo de munições, a pesquisa sobre armas não nucleares, aumentos de efetivos do exército e dos fuzileiros navais e mudança da missão e dimensionamento das forças especiais, a um custo adicional de 693 milhões de dólares.

Foi criado, também, um comando de ataque, formado por 8 divisões do exército, que faziam parte da reserva estratégica, e esquadrões do comando aerotático e de transporte militar, objetivando, através de treinamentos conjuntos, incrementar o poder de combate da reserva estratégica pelo fogo e pela mobilidade. Para centralizar a produção de informações estratégicas, McNamara criou a *defense intelligence agency* (DIA) e, para ajustar a estrutura existente às necessidades de segurança, criou o comando logístico, o comando de aperfeiçoamento de material bélico e os comandos de exército

continental e extra-continental. Para nivelar os estoques de reposição das forças armadas que operavam muitos equipamentos semelhantes, e economizar recursos, McNamara criou a *defense supply agency*, alegando, posteriormente, ter economizado, com essa medida, 240 milhões de dólares ao ano.

A fim de superar as deficiências do sistema orçamentário, McNamara introduziu uma nova filosofia básica de administração, com o método de planejamento-programação-orçamento. O método comportava três fases: a primeira fase era a do planejamento, executada a partir do "plano conjunto de objetivos estratégicos", elaborado, em conjunto, pelos chefes de estado-maior; a segunda fase seria de programação, e a terceira fase de preparação das estimativas orçamentárias. O seu princípio central era o do planejamento centralizado e da operação descentralizada. Sem comprometer o executivo com as despesas propostas, a projeção quinqüenal das despesas tomava a forma de um caminho geral a ser seguido.

Mas McNamara implementou, ainda, importantíssimas mudanças na política de defesa dos Estados Unidos. Uma delas foi a mudança no conceito de defesa dos países subdesenvolvidos, provocada pelas declarações de Krushchev, apoiando as Guerras de Libertação Nacional, e pelas preocupações de Kennedy após o encontro com o líder soviético, em Viena. Foi desenvolvido, então, um conjunto de medidas políticas, econômicas e militares destinado a fortalecer as nações subdesen-

volvidas, alvos da ameaça comunista. Segundo essa concepção, os fundos de assistência militar deveriam ajudar, também, a promover o desenvolvimento.

Uma outra contribuição importante de McNamara foi a grande expansão da capacidade da reserva militar norte-americana. Em pouco tempo, a reserva estratégica norte-americana, composta por 6 divisões do exército — 3 sem capacidade de combate imediata — e 2 divisões dos fuzileiros navais, foi aumentada para 10 divisões do exército, aptas a serem empregadas dentro de um prazo de dois meses. Essa capacidade foi implementada graças à racionalização do emprego da guarda nacional como incrementadora do poder de combate das unidades operacionais. De qualquer forma, houve, no início dos anos 60, em função do agravamento das tensões na Alemanha, uma mobilização parcial norte-americana, tendo sido convocadas duas divisões da guarda nacional, e mais duas colocadas de sobreaviso. Tropas foram embarcadas para a Europa, a força aérea enviou 11 esquadrões de caça da guarda nacional aérea e a marinha recebeu mais 40 contra-torpedeiros. A rapidez e a profundidade das mudanças implantadas por McNamara provocaram reações no Congresso — que mantinha estreita ligação com as forças armadas — que cobrou explicações cristalinas de McNamara, conforme se pode ver nos seus depoimentos publicados pelo *Industrial College of the Armed Forces*.

Mas a principal contribuição de McNamara foi a concepção estratégica

de emprego do poder militar norte-americano. Inicialmente, ele acolheu o conceito da resposta flexível, defendido pelo chefe do estado-maior da força aérea, general Thomas D. White. Essa concepção partia da premissa de que a melhor dissuasão seria ter capacidade de estabelecer a superioridade militar durante uma guerra. No caso de um confronto com a URSS, essa concepção prescrevia o ataque contra bases de bombardeiros e mísseis inimigos, seguido do ataque às cidades inimigas, se fosse o caso, mantendo, ainda, elementos disponíveis para continuar a ameaçar o inimigo e levá-lo a terminar a guerra em condições favoráveis aos Estados Unidos. Essa doutrina seria mais tarde assumida por McNamara e traduzida, politicamente, pelo principal assessor do secretário de defesa, o economista Thomas C. Schelling, formado por Harvard.

Segundo o doutor Wendell John Coats, professor-assistente no *Connecticut College*, os principais pontos do modelo McNamara de uso punitivo da força militar seriam os seguintes:

- procurar barganhar com o inimigo, independentemente da capacidade de controlá-lo, contê-lo ou desarmá-lo;
- prosseguir atuando de forma aberta, lenta, crescente e intermitente;
- o uso do poder de fogo deveria ser encarado prioritariamente, não como um problema tático, mas sim como uma questão de alvejar e destruir objetivos inimigos, anulando a capacidade de ataque do adversário e atuando, por conseguinte, no sentido de restaurar a paz;

• a ameaça do uso da força seria uma contínua escalada, na qual a possibilidade de incremento nos níveis de destruição é de tal forma manipulada, que se espera que os adversários, de maneira economicamente racional, sejam refreados nos seus cálculos em torno dos pontos de inflexão do jogo de infligir e sofrer golpes.¹⁶

O estudo da atuação de *Robert McNamara* à frente do departamento de defesa dos Estados Unidos da América nos mostra a importância da eficiência do sistema de defesa de uma nação para que ele se mostre eficaz. Foi uma era de grandes progressos no campo da administração, particularmente na sociedade norte-americana, onde proliferavam enormes empresas cuja administração representava um grande desafio. Aliás, é importante destacar que McNamara fora eleito presidente da *Ford* no dia seguinte ao da vitória eleitoral de John Kennedy. O presidente, seguindo uma tradição americana, recrutou importantes auxiliares entre os expoentes do mundo dos negócios, dentre eles, McNamara.

A administração Kennedy procurou atender às demandas apresentadas a qualquer sistema de segurança, quais sejam: formar conceitos estratégicos, distribuir recursos para o aperfeiçoamento e deslocamento das forças que vão implementar esses conceitos, integrar as ações nos diversos campos do poder e operar o dispositivo militar. O modelo de administração de McNamara foi extremamente eficiente. Os recursos foram racionalmente empregados, permitindo aos EUA fazer frente à ameaça soviética sem abando-

nar sua prioridade para o crescimento econômico. Foi também consolidada uma estrutura, esboçada desde a administração Eisenhower, destinada a integrar os esforços comuns no âmbito do departamento de defesa.

Do ponto de vista de concepção estratégica, o modelo McNamara permitiu aos Estados Unidos conter a ameaça soviética na Europa, empregando seu poder nuclear para respaldar sua capacidade convencional de enfrentar os soviéticos, o que acarretou uma sensível diminuição dos riscos de uma guerra nuclear global. No entanto, essa concepção estratégica se estendeu a formas de conflito que ainda não eram suficientemente conhecidas pelos norte-americanos, como o próprio McNamara admitia em relação à guerrilha. O resultado foi a aplicação dessa concepção doutrinária na Guerra do Vietnã, onde somente o diretor da CIA, John A. McCone¹⁷ alertou para o prejuízo que a estratégia da escalada, derivada da estratégia global de resposta flexível, traria para os EUA, pois as pressões da opinião pública americana e internacional pela cessação dos bombardeios do Vietnã do Norte aumentariam paulatinamente, correndo o tempo a favor do Vietnã do Norte e não a favor dos EUA. O extravasamento da doutrina McNamara a outros níveis da estratégia e a falta de estratégias operacionais militares adequadas aos conflitos de baixa intensidade (CBI) estão certamente entre as causas do fracasso americano na Guerra do Vietnã. Afinal, foi mais uma lição proporcionada pela História Militar, que sempre mostrou que o primeiro passo para

a derrota de um exército é dado quando ele perde a capacidade de pensar.

A reação do exército norte-americano foi o resgate do estudo da arte operacional, formulando doutrinas específicas para os problemas a enfrentar, como no caso da doutrina do CBI e, principalmente, no caso da "doutrina da batalha ar-terra", bem como uma vigorosa crítica das limitações políticas e psicossociais que lhe foram impostas no decorrer da Guerra do Vietnã. A estratégia operacional empregada no conflito da América Central e a atuação do governo americano durante o conflito, a crise e a guerra do Golfo não deixam dúvidas de que as lacunas e imperfeições do modelo McNamara foram sanadas. A subordinação militar ao poder civil, paradigma de qualquer sociedade democrática, não implica na supressão do pensamento militar e, muito menos, na não participação dos militares no processo decisório das questões ligadas à segurança nacional.

O CASO ALEMÃO

Com a entrada em vigor do Tratado de Versalhes, a 10 de janeiro de 1920, foram extintos o "grande estado-maior", o "ministério da guerra prussiano" e o "supremo comando". O serviço militar obrigatório foi extinto e foram proibidos carros-de-combate, artilharia pesada e aviação.

A correlação entre presidente da república, chanceler, ministro da *reichwehr*, o general comandante do exército e o general chefe do estado-maior

permite algumas observações importantes.

Inicialmente pode-se observar a fase apolítica do exército, em seu período mais longo sob a chefia do general Von Seeckt, na qual a força evoluiu doutrinária e materialmente, apesar das limitações de Versalhes, e respaldou o regime parlamentar de Weimar. No final da década de trinta, a política partidária começou a crescer dentro do exército, com a criação de gabinetes políticos no ministério da defesa e no comando do exército, o que acabaria levando seu principal promotor, o general Schleicher ao ministério, em 1932. Quando Hitler consolida seu poder totalitário e encaminha a Alemanha para a Guerra Mundial observa-se a acumulação de funções de comando e administração militares.*

Após sua ascensão, Hitler criou o "alto comando das forças armadas" (OKW), neutralizando a capacidade do "alto comando do exército" (OKH) de formular a política militar, subordinando-o ao OKW. Em seguida, ao recriar o estado-maior geral, eliminou o *immediatvortrag*, o direito tradicional de o chefe do estado-maior se dirigir ao comando supremo. Dando continuidade à sua política, expandiu continuamente os efetivos das tropas de choque (SS), a corporação paramilitar nazista, até esta se constituir, durante a guerra, num exército paralelo, com carros-de-combate e artilharia. Paulatinamente, Hitler implementou medidas de controle ideológico partidário-político do exército, através de doutrinas raciais, amparado na doutrina dos "dois pilares" formulada pelo mi-

* Ver quadro à página seguinte.

A CONJUNTURA E AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

PRESID	CHANCELER			MINISTRO REICHWEHR	CMT EX	CH EM
	Nome	Partido	Período			
EBERT Fev 19 a Fev 25 --- HINDEN BURG Ate Ago 34 --- Hitler	Scheidman	PSD	13.2.19/20.6.19	Noske	Reinhard	VonSeeckt
	Bauer	PSD	21.6.19/26.3.19	"	"	"
	Mueller	PSD	21.3.20/20.6.20	"	"	"
	Fehrenbach	ZENTRUM	21.6.20/4.5.21		VonSeeckt	Hasse
	Wirth	"	10.5.21/25.10.21		"	"
	Wirth	"	26.10.21/21.11.22		"	"
	Cuno	s/Part	22.11.22/12.8.23		"	"
	Stresemann	PPop	13.8.23/29.11.23	Gessler	"	"
	Marx	ZENTRUM	30.11.23/14.1.25	"	"	"
	Luther	s/Part	15.1.25/16.5.26	"	"	"
Hitler	Marx	ZENTRUM	17.5.26/28.6.28	Groener	Heye	Blomberg
	Mueller	PSD	29.6.28/29.3.30	"	"	"
	Bruning	ZENTRUM	30.3.30/31.5/32	"	Heye	
	Papen	s/Part	1.6.32/2.12.32	Schleich	Hammerst	Adam
	Schleicher	s/Part	3.12.32/29.1.33	"	"	"
	Hitler	PNS	30.1.33	Blomberg (Jan 38)	Frisch (33-38)	Beck (33-38)
				Hitler	Braucht (38-41)	Halder (38-42)
				Hitler	Hitler (41-45)	Zeidler (42-44)
				"	"	Guderian (44-45)
				"	"	

nistério da defesa, a qual colocava exército e partido como sustentáculos do Estado.

Embora essas medidas fossem neutralizando paulatinamente o exército, foi a sua incapacidade de controlar ou de reagir a três eventos, de natureza sumamente grave, que permitiu que o totalitarismo se consolidasse na Alemanha, arrastando-a à maior catástrofe de sua história.

O primeiro foi o expurgo de 30 de junho de 1934, um massacre promo-

vido pelos homens de confiança de Hitler, no qual foi assassinado o general Schleicher, um general político, no ostracismo, que se opusera a Hitler, além de muitas outras personalidades de diferentes partidos que se opunham ao nazismo, e de homens das SA, rivais das SS. Esse episódio praticamente selou o destino do exército, que se omitiu perante um ato de banditismo político, na esperança de ver suprimidos os arruaceiros das SA. Naquele dia, Hitler conseguiu muito mais do

que eliminar alguns de seus indesejáveis comparsas. Eliminou toda oposição política, colocou-se na posição de juiz supremo da nação alemã, confundindo o próprio Estado consigo mesmo, e tornou o exército seu cúmplice por omissão.

O segundo evento foi a conferência de 5 de novembro de 1937, em Berchtesgaden, proferida por Hitler, estando presentes o general Blomberg, ministro da guerra, o general Fritsch, comandante do exército, o almirante Raeder, comandante da marinha de guerra, o general Goering, comandante da força aérea e Von Neurath, ministro do exterior, na qual o Führer anunciou que o *lebensraum* (espaço vital) na Europa Oriental seria conquistado pela força militar até 1943 no máximo. Hitler, que se enfurecera nas primeiras semanas de seu governo com a reação negativa de seus generais a seus planos megalômanos, explicitava agora todas as suas intenções e, ante a firme reação do general Fritsch, passaria a encaminhar a fase final do processo de alienação daquela instituição tão incômoda com que era obrigado a conviver, o exército alemão.

O último, o golpe de misericórdia, foi a conspiração para desmoralizar o general Fritsch, comandante do exército, afastado de suas funções, em janeiro de 1938, devido a uma acusação de homossexualismo forjada pela Gestapo e SS, e substituído pelo general Brauchitsch, que aceitou o cargo antes do julgamento de honra de Fritsch (no qual seria inocentado) e sem consultar os generais mais antigos, tornando-se,

dessa forma, instrumento da submissão do exército alemão ao nazismo.

Antes de iniciar a guerra, Hitler já acumulava a função de ministro da defesa e neutralizará qualquer liderança militar que pudesse oferecer resistência a seus planos.

ATUALIDADE E CONJUNTURA

O Brasil vive um momento crucial de sua História. A nível mundial, as mudanças estruturais na presente quadra do século tornam a presente conjuntura volátil e aberta a toda sorte de possibilidades. Embora persistam aspectos estruturais da nossa cultura que se refletem em nossas instituições e em práticas socialmente aceitas, uma compreensível e considerável incerteza quanto ao futuro aumenta a responsabilidade dos contemporâneos pelos seus destinos.

A Segunda Guerra Mundial chegou ao seu final nos anos 90. O longo conflito cultural, ideológico, econômico, político e militar, aparentemente decidido pela violência no interregno 1914-1945, chegou a um resultado decisivo nos últimos anos do século, com o reconhecimento pelos seus principais protagonistas da falência do totalitarismo e do estruturalismo.

O fenômeno do totalitarismo pode ser entendido como um instrumento para queima de etapas na corrida para o desenvolvimento social e econômico das nações. Idealizado inicialmente por Platão, avançou decisivamente com Hobbes, no século XVII, e, durante os grandes acontecimentos do final do

século XVIII e XIX, ganhou sua moderna identidade lapidada por diversos pensadores.

Foi, até os anos 90 do século XX, aceito nas principais nações do mundo como uma alternativa para nações social, política e economicamente menos desenvolvidas alcançarem as nações líderes na competição mundial. Embora algumas de suas formas mais sutis, como o marxismo ocidental, neguem a existência da nação, é essa realidade incontestável que está por trás desse monumental esforço ideológico.

O totalitarismo sempre foi uma opção drástica de organização da nação para participar da competição internacional.

O fracasso dessa forma de organização experimentada pelos regimes fascistas e comunistas, após terem sido derrotados militar e economicamente pelas nações democráticas, abalou o prestígio da ideologia totalitária em todo mundo, e alçou lideranças nacionais não comprometidas com seus postulados em diversas nações. Esse processo do pós-guerra, iniciado em relação ao nazismo, culminou, nos anos 90, com a dessovietização da Europa.

Se nações européias abandonaram, depois de amargas experiências, a opção totalitária como proposta de organização eficaz para competirem eficazmente, é prematuro afirmar que as ideologias totalitárias tenham terminado no mundo, particularmente na América Latina, incluindo o Brasil. O número de pessoas que ainda aceitam seus dogmas, o grande esforço intelectual dispendido na sua teorização e, principalmente, as grandes desigual-

dades entre as nações garantem às ideologias totalitárias uma sobrevivência que pode reabilitá-las, no caso do advento de uma ruptura da ordem internacional ou do surgimento de um novo centro irradiador em um país que se arvora à condição de líder do Terceiro Mundo no ambiente do famigerado conflito norte-sul. Infelizmente, a julgar pela intensidade com que essas idéias são veiculadas em todos os segmentos de nossa sociedade, nosso país é um candidato a desempenhar esse papel.

Na América Latina floresceram versões totalitárias adaptadas à cultura e à geografia da região, aproveitando o caudilhismo, a segregação indígena e o cantonalismo. Nos anos 40 e 50, destacou-se o peronismo, uma versão fascista esquerdizante do totalitarismo. Nos anos 60, sob inspiração de economistas marxistas e de algumas idéias socialistas, estruturalistas formularam uma reação latino-americana à cultura liberal-capitalista ocidental, conhecida como "terceira via". Nos anos 70 e 80, o isolamento de populações indígenas historicamente discriminadas na América Espanhola inspirou movimentos guerrilheiros, dos quais se destacam o *Sendero Luminoso* e *Tupac Amaru*.

A fase de enormes dificuldades que o Brasil enfrenta projeta no horizonte ameaças à viabilidade da Nação. São predominantemente externos os inputs causadores da atual crise brasileira. Potência média emergente, o Brasil recebe hoje do efervescente sistema multipolar internacional influências mais fortes do que há trinta anos atrás,

quando nação não-industrializada e bem mais distante cultural e economicamente dos principais centros de poder mundiais. A História mostra que são esses *inputs* externos os causadores de grandes mudanças nos sistemas sociais. De uma maneira geral, os sistemas têm uma considerável capacidade de adaptação, de reequilíbrio e, até, de congelamento de demandas de origem interna.

A importância econômica, política e cultural do Brasil na América Latina, sua maior proximidade em relação à Europa e Estados Unidos, se comparada a outros países como a China e a Índia, e a condição de nação reivindicadora de mudanças na ordem internacional, tornam o nosso país celeiro ideal para o florescimento de teorias políticas radicais. Intelectuais estrangeiros têm produzido obras e obtido inusitado apoio para estudos que referendam regimes não-democráticos, enquanto centros de pesquisas nacionais dirigidos por marxistas vêm desenvolvendo a cultura do desastre nacional. Centros de estudo e de pesquisa social, política e estratégica vêm sendo progressivamente dominados por idéias marxizantes, por vezes travestidas de defensoras do nacionalismo, o grande fermento ideológico-revolucionário que Lenin recomendou que nunca fosse desprezado.

Para agravar mais ainda a situação, ideólogos do que eu denomino de “quinta internacional”, a ecologista — muito dos quais recentemente convertidos de outras seitas ideológicas —, praticam mais uma vez o historicismo que sempre caracterizou os

inimigos da sociedade aberta. Procuram, de todas as formas, desviar o foco da discussão sobre a necessidade de maior inserção do Brasil na economia mundial, para a negação de todas as políticas e estratégias governamentais até aqui praticadas, abrindo caminho para a panacéia ideológica que asseguram tudo resolver. Devido a diferenças culturais e à falta de isenção e de interesse de muitos órgãos de imprensa, as descabidas ações praticadas pelo “eco-tribalismo” — assim denominado por Alvin Toffler — contra a nossa soberania são erroneamente interpretadas como medidas oficiais de governos estrangeiros. Choques de interesses e diferenças de pontos de vista em relação a outros países, intrínsecos à competição internacional, tomam então uma dimensão explosiva, quando misturados às atrevidas propostas da “Internacional Ecologista”, mais sutil e sofisticada que as anteriores, mas alimentada pela mesma fonte que motivou tantos desastres — o irracionalismo. Em meio a naturais reações da alma nacional, que os socialistas de todas as eras e matizes insistem em menosprezar, é compreensível que a proposta da “comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento”, que não esconde seu viés socialista e foi produzida sob os auspícios da ONU, seja confundida com as ações referendadas também pela ONU para conter o militarismo islâmico. Se não traçarmos uma nítida linha demarcatória entre as motivações, intenções e ideologias que estão por trás de todas essas medidas, corremos o risco de nos solidarizarmos e nos confundirmos

com os fora-da-lei internacionais e, ao subestimarmos nossa nacionalidade e a capacidade de o Estado Brasileiro de manter a ordem e a lei dentro do território nacional, nos arriscamos também a alimentar o nacionalismo, caricatura do patriotismo.

Uma reflexão sobre a conjuntura brasileira indica que as graves dificuldades com que se debate a Nação ainda não foram superadas. A permanência desse quadro pode levar a crescentes pressões no sentido de mudanças institucionais. Essas pressões podem se dar pelo encaminhamento insatisfatório das soluções de complexos problemas nacionais, agravados pelas pressões externas, ou pela ação de grupos político-ideológicos. Qualquer que seja a fonte das mudanças que se vislumbram no horizonte, estamos nos referindo à possibilidade de uma ruptura da continuidade institucional pela ação ilegítima de grupos político-ideológicos que se aproveitem, ou mesmo ampliem, as dificuldades do momento.

O Brasil vive um processo de mobilidade social intenso, uma crise econômica de proporções inéditas, um confuso processo de crise e transformação de valores morais tradicionais, e uma crise política que abala os próprios alicerces do regime. A interrupção do processo de desenvolvimento devido a mudanças estruturais na economia mundial está na base dos problemas nacionais, adicionando ao sentimento de frustração a xenofobia, pois muitos confundem a origem, que é externa, com a culpa, que, se existir, infelizmente é nossa.

O reconhecimento de serem exter-

nos os principais impulsos sobre a Nação não significa aceitar que os destinos nacionais sejam conduzidos pelos acontecimentos internacionais, causando um tipo de reação que oscila da subserviência a interesses estrangeiros à arenga nacionalista. É o encaminhamento adequado das questões internas que permitirá à Nação articular-se convenientemente para participar da acirrada competição internacional. A não compreensão dos fenômenos exógenos que repercutem intensamente na vida nacional leva inevitavelmente à esclerose da capacidade de adaptação da Nação a mudanças necessárias, alimentando indesejáveis determinismos que há muito já podiam estar sendo superados.

Nesse quadro de indiscutível necessidade de mudanças, o processo democrático de encaminhamento das reformas necessárias à modernização do país deve ser preservado, como garantia de participação de todos os setores de uma sociedade já articulada e dotada, até, de algum grau de sofisticação nos seus mecanismos econômicos e culturais.

Nesse desafiante momento da vida nacional, as forças armadas devem ser vistas pelas elites e pela sociedade como uma garantia de que a lei e a ordem serão obedecidas e de que não se dará nenhuma aventura que possa retardar por gerações o nosso desenvolvimento.

Uma visão militar do momento por que passam as forças armadas brasileiras na conjuntura nacional não identifica essa valorização das mesmas como seguro contra acidentes externos e in-

ternos. Ao contrário, é com perplexidade que se assiste a sucessivas tentativas de alterar a sua destinação constitucional à revelia do processo constituinte, a um cerceamento orçamentário que não leva em consideração serem as forças armadas instituições nacionais e permanentes e ao agravamento da questão salarial — apesar dos esforços dos chefes militares — que, se intencional, poderá vir a se mostrar mais eficaz como forma de gerar indisciplina e quebrar a hierarquia, do que as tentativas feitas em outros graves momentos da vida nacional. Coroando todo esse quadro lamentável, são de autoridades públicas e de setores da sociedade ditos sérios e representativos, que deveriam reconhecer o valor, a destinação e a necessidade das forças armadas, que partem, direta ou indiretamente, os mais graves ataques às forças singulares, envolvendo-as em escândalos fabricados, desmoralizando seus chefes e projetando, a todo momento, uma imagem negativa das mesmas.

CONCLUSÃO

A análise dos conceitos de conflito, crise e guerra nos permitiu concluir que o conflito é uma condição perene da convivência entre as nações. A competição, hoje menos ideológica e mais econômica, é a causa de muitos conflitos. Cabe ao Estado, através de sua diplomacia, administrar os conflitos, evitando que degenerem em crises. Crises mal gerenciadas provocarão enfrentamentos armados, qualquer que

seja sua dimensão ou denominação. Iniciado o confronto armado, ainda continuará o Estado a administrá-lo conforme os objetivos que pretenda atingir.

O estudo da evolução do sistema de defesa norte-americana durante a Guerra Fria nos permitiu apreciar um modelo desejável de evolução da máquina militar de uma democracia, perfeitamente adequada à dimensão político-estratégica da Nação. As graves questões ligadas à segurança tiveram a resposta adequada, traduzida no esforço integrado do que havia de melhor e mais representativo na Nação, permitindo que os EUA, depois de corrigirem alguns erros estratégicos, vencessem nos anos 90 o conflito com a União Soviética. No entanto, é fundamental observar a solidez das instituições sobre as quais se processava a evolução da máquina militar norte-americana. Não havia ameaça ponderável à legitimidade do regime, nem qualquer intento de modificação da destinação constitucional das forças armadas. A transparência das ações do secretário de defesa, seja por suas convicções pessoais, seja pela contingência da vida política norte-americana, não levantavam dúvidas sobre a finalidade das medidas implementadas — o aperfeiçoamento da máquina militar norte-americana de acordo com os objetivos nacionais dos Estados Unidos.

O estudo do caso alemão nos leva a uma situação bastante diferente. Ali podemos apreciar o caso de um exército de uma nação onde havia uma profunda crise econômica, ocorrido um tumultuado processo de crise e modi-

ificação de valores morais, e o sistema político sofria uma crise que abalava sua legitimidade, sugerindo, até mesmo, a falta de alternativas válidas de governo. Sem convicção no regime que sustentava, a República de Weimar, defendeu-o das revoltas armadas, mas não soube defendê-lo politicamente. Quando a democracia se encaminhou para seu lúgubre final na Alemanha, pouco antes da ascensão de Hitler, o exército alemão não suspeitava que o seu fim estava próximo. Sobreveio o totalitarismo nazista que, em pouco mais de cinco anos, neutralizou politicamente o exército, colocando-o a serviço de uma empreitada que ele sabia não poder cumprir, e que terminaria arrastando a Alemanha à ruína. Foi um eloquente exemplo da implementação de modificações estruturais, válidas do ponto de vista setorial, sendo utilizadas politicamente como veículo de desestabilização do regime político. Diferentemente de outros exércitos, onde a solidez das instituições políticas aliviava suas forças armadas de preocupações políticas internas, o exército alemão via-se obrigado a acompanhar o processo político interno e a garantir o cumprimento da vontade da nação, expressa pelas ainda claudicantes mas promissoras instituições políticas alemãs. Quando os nazistas, sem formarem maioria nas eleições, através de um artifício legal, viram-se alçados ao poder e passaram a executar o processo de atomização e domínio da sociedade alemã, faltou aos seus chefes, alguns dos quais já convertidos ao nazismo, a visão política e a coragem para liderarem a in-

tervenção e interromper o processo. Quando tentaram fazê-lo, mais tarde, o surgimento e rápido crescimento de outras forças militares nazificadas, a desmoralização dos chefes do exército, a infiltração ideológica nos círculos de oficiais mais jovens e o virtual domínio da sociedade pelos nazistas impediram qualquer ação realmente efetiva.

A comparação dos dois casos históricos permite-nos concluir, também, que não é a pura e simples racionalização da estrutura militar que garantirá a vitória na prova suprema da guerra. O que diferencia os países vencedores dos perdedores é a capacidade dos respectivos governos estabelecerem, através da política, objetivos compatíveis e estratégias eficazes para atingi-los. O desfecho das duas guerras mundiais e da Guerra Fria comprovaram que só o amadurecimento das instituições democráticas pode permitir às nações lograrem esse intento. A estrutura do ministério da defesa da Alemanha, verticalizada e centralizada por Hitler, impediu qualquer discussão séria sobre os verdadeiros problemas estratégicos alemães, só servindo para submeter o exército aos desígnios do totalitarismo. Ao contrário, nos EUA, ainda sem a estrutura do Pentágono e do National Security Act, todas as opções político-estratégicas foram discutidas abertamente entre o comandante supremo e os chefes militares, sendo assegurada, desde o mais alto escalão, a integração das ações das forças armadas. Com a evolução das instituições políticas, ocorreu, subsequentemente, uma evolução da estru-

tura de defesa que otimizou desempenhos e racionalizou custos.

A preocupação lícita de determinados setores da sociedade brasileira com a subordinação dos militares ao poder civil e com o controle dos meios de violência por esse mesmo poder está dirigida sobre o objeto errado. Não é a negação das hipóteses-de-guerra que garantirá esse controle. Nenhum eufemismo logrará afastar a desagradável realidade da violência, da ambição e do irracionalismo do homem, pois as maiores monstruosidades da História foram perpetradas sob a pacífica denominação de remoção, solução e reeducação.

As elites responsáveis e sinceramente devotadas à Nação devem ter em mente os riscos que determinadas propostas de modificação na missão e estruturação das forças armadas podem representar numa conjuntura difícil como a que o país atravessa, bem como analisar a importância das forças armadas para a estabilidade e evolução política da Nação. Uma análise equilibrada das medidas que vêm sendo adotadas pelos ministérios militares evidencia a busca da eficiência, através da adoção do planejamento-programação-orçamentação, da abordagem estrutural sistêmica, da evolução doutrinária e tecnológica, dentro dos recursos de que a Nação pode dispor. A eficácia das forças armadas, infelizmente, não decorrerá somente das medidas tomadas pela administração militar. Ela dependerá em muito da importância que as elites derem às forças armadas, traduzida não somente na sensível, presente e séria questão

dos orçamentos e vencimentos, mas, também, no prestígio e respeito que dispensarem às mesmas.

O foco do debate deve se concentrar no fortalecimento das instituições democráticas, que contêm inequivocamente a causa da subordinação das forças armadas ao poder civil. É essa causa que deve unir todos os brasileiros, civis e militares, sinceramente devotados ao progresso da Nação. No decorrer desse debate será possível identificar os aventureiros que visualizam as forças armadas como obstáculo a ser vencido para a consecução de suas inconfessáveis intenções, as vivandeiras que as enxergam como meros instrumentos da sua ambição, e os patriotas esclarecidos que as entendem como elas são, "instituições nacionais e permanentes, baseadas na hierarquia e na disciplina, que se destinam à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

NOTAS

- 1 SANTOS, Luiz Carlos de Albuquerque. *Os Conflitos*. In Hipóteses de Conflito, Rio de Janeiro, ESG, 1988, pág. 10.
- 2 Ibidem. *Os Conflitos Internacionais*, pág. 20.
- 3 Ibidem. *Conclusões*, pág. 44.
- 4 GAMBIA, Virginia. *La Crisis del Atlantico Sur*. In Estrategia: intervención y crisis. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1985, Cap. V, pág. 184.
- 5 WARE, Hugh. *New Tools for Crisis Management*. *Proceedings*. Annapolis. Vol. 100 nº 8/858, pág. 19, agosto 1974.
- 6 Ibidem, pág. 23.
- 7 SCHMAUK, Carlos Mackenney. *Implicancias Políticas del Manejo de Crisis*. Valparaíso. Vol. 108 nº 801, pág. 128, março-abril 1991.

- 8 GAMBA, Virginia. *Conceptos Estratégicos Contemporâneos*. In *Estrategia: intervención y crisis*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1985, Cap. I, pág. 40.
- 9 Ibidem, pág. 42.
- 10 Ibidem, pág. 41.
- 11 MELLO, João Baptista Cordeiro. *Doutrina de Guerra*. In *Doutrina Política e Estratégia de Guerra*. Rio de Janeiro. ESG, 1988, pág. 10.
- 12 HART, Liddell. *Les événements qui précipitent la guerre*. In *Histoire de la Seconde Guerre Mondiale*, 1ª edição, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1973, Cap. I pág. 15. Tradução livre.
- 13 KAUFMANN, William W. *Prelúdio à Revolução*. In *A Estratégia de McNamara*. Rio de Janeiro. Distribuidora Record, 1965. Cap. I pág. 16.
- 14 Ibidem.
- 15 Ibidem pág. 18.
- 16 COATS, Wendell John Jr. *The Manlingering McNamara Model for the use of the U. S. Military Force*. Washington. Vol. XVII nº 4 pág. 19, ano 1989.
- 17 COATS. Ibidem pág. 20.

BIBLIOGRAFIA

- ARON, Raymond. *Pensar a Guerra*, Clausewitz. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1976.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1979.
- BARNETT, Correlli. *Os Generais de Hitler*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda. 1990.
- BOUCHARD, Joseph F. *Accidents and Crises: Panay, Liberty and Stark*. Naval War College Review. Newport. Vol. XLI, nº 4 págs. 87 a 102, agosto 1988.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo. Livraria Martins Fontes Ltda. 1980.
- COATS, Wendell John Jr. *The Malingering McNamara Model for the Use of U.S. Military*

- Force*. Strategic Review. Washington. Vol. XVII nº 4, págs. 18 a 30, ano 1989.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1991.
- GAMBA, Virginia. *Estrategia: intervención y crisis*. Buenos Aires. Editorial Sudamericana. 1985.
- GORLITZ, Walter. *O Estado-Maior Alemão: sua história e estrutura — 1657-1945*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1955.
- JOHNSON, Paul. *Tempos Modernos*. Rio de Janeiro. Instituto Liberal. 1990.
- KAUFMANN, William W. *A Estratégia de McNamara*. Rio de Janeiro. Distribuidora Record. 1965.
- McNAMARA, HITCH, ENTHOVEN. *A Modern Design For Defense Decision*. Washington. Industrial College of the Armed Forces. 1966.
- MELLO, João Batista Cordeiro de. *Doutrina, Política e Estratégia de Guerra*. Rio de Janeiro. ESG. 1988.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O Marxismo Ocidental*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1986.
- MORDACQ, Jean Jules Henri. *Politique et Stratégie dans une Démocratie*. 6ª edição. Paris. Plon Nourrit et Imprimeurs-Éditeurs. 1912.
- OSGOOD, Robert E. *Limited War Revisited*. Boulder. Westview Press. 1979.
- POPPER, Karl. *A Miséria do Historicismo*. São Paulo. Editora Cultrix. 1991.
- SCHMAUK, Carlos Mackenney. *Implicancias Políticas del Manejo de Crisis*. Revista de Marina. Valparaíso. Vol. 108 nº 801, págs. 125 a 129, março-abril 1991.
- SANTOS, Luiz Carlos de Albuquerque. *Hipóteses de Conflito*. Rio de Janeiro. ESG. 1988.
- SHIRER, William L. *Ascensão e Queda do Terceiro Reich*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964.
- TAVARES, José Augusto Teixeira. *Estudo sobre a Natureza do Conflito*. Salvador. Departamento de Estudo de Problemas Brasileiros UFBA. 1984.
- TOFFLER, Alvin. *Powershift: As Mudanças do Poder*. Rio de Janeiro. Editora Record. 1990.
- SILVA, Michael — SJORGREN, Bertil. *Europa 1992 — Um Novo Jogo do Poder Mundial*. São Paulo. Makron Books. 1991.

WARE, Hugh. *New Tools for Crisis Management. Proceedings.* Annapolis. Vol. 100 nº 8/858, págs. 18 a 24, agosto 1974.

WAGNER, Abraham R. *Crisis Decision — Making. Israel's Experience in 1967 and 1973.* New York. Praeger Publishers. 1974.



Major de Artilharia SÉRGIO PAULO MUNIZ COSTA. Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, de Oficial de Comunicações da Escola de Comunicações e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Serviu no 29º GAC, Cruz Alta-RS, no 32º GAC, Brasília-DF e no 14º GAC, Pouso Alegre. Foi Instrutor do Curso de Artilharia do CPOR-R, Instrutor-Chefe do NPOR do 14º GAC, Instrutor da Divisão de Ensino, e Comandante da 2ª Bateria de Cadetes do Corpo de Cadetes da AMAN, e Instrutor do Centro de Estudos de Pessoal (CEP). Atualmente é aluno do 2º ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

XINGÓ ESTÁ COM 70% DE SUAS OBRAS CIVIS JÁ CONCLUÍDAS

A Usina Hidrelétrica de Xingó está com mais de 70 por cento de suas obras civis concluídas e a montagem dos equipamentos eletromecânicos em pleno andamento. De acordo com o cronograma, a primeira das seis turbinas que compõem a central do empreendimento será em agosto de 1994, segundo o presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — Chesf, Marcos Lopes.

O funcionamento da Hidrelétrica de Xingó em 1994 é fundamental para que o Nordeste não seja submetido a um novo racionamento de energia elétrica, como ocorreu durante o ano de 1987 e o começo de 1988, face do atraso das obras da Hidrelétrica de Itaparica. A construção de Xingó, que começou em março de 1987, vale lembrar, ficou para trás em outubro de 1989 e junho de 1990. Um novo atraso na obra pode agravar a situação de Xingó, onde vivem 40 milhões de brasileiros, em situação de iminência de um novo racionamento de energia.

Xingó é um empreendimento atraente. Vai gerar a energia necessária para o País, a US\$ 23,00 o megawatt-hora gerado, enquanto que o custo do megawatt-hora gerado no Centro-Sul do Brasil fica ao redor de US\$ 30,00. Xingó é o maior projeto de geração do sistema Chesf e produzirá, em sua primeira etapa, 18,4 milhões de megawatt-hora, o que representa 25 por cento do potencial hidrelétrico do Nordeste.

Defendida unanimemente por todas as lideranças do Nordeste, a Hidrelétrica de Xingó tem as suas obras permanentemente acompanhadas por empresários, políticos, governadores e Imprensa da Região. Xingó, localizada no rio São Francisco, na divisa dos Estados de Pernambuco e Alagoas, garantirá a energia necessária ao desenvolvimento do Nordeste até o início do próximo século.



FRONTEIRAS E GEOPOLÍTICA: UMA DISCUSSÃO DAS TEORIAS DO GEN MEIRA MATTOS

Philip Kelly

Traduzido pelo Tenente-coronel Marco Antonio Cunha, o artigo comenta o livro do General Meira Mattos, *Geopolítica de Fronteiras — Fronteiras do Brasil*, editado pela Bibliex (1990).

O general Carlos de Meira Mattos, do Brasil, é reconhecido na Europa e na América do Norte como o mais notável escritor contemporâneo de Geopolítica. Suas obras abrangem ampla variedade de assuntos, da História Militar ao desenvolvimento da Amazônia, do armamento moderno à segurança do Atlântico, da teorização geopolítica às recomendações políticas para a elevação do Brasil no conceito mundial. Todas essas abordagens têm contribuído para a compreensão e aplicação da Geopolítica como elemento de importância no desenvolvimento nacional, na polí-

tica externa e nas relações internacionais.

O mais recente livro do general, *Geopolítica e Teoria de Fronteiras: Fronteiras do Brasil* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1990) obviamente amplia sua contribuição. O livro é oportuno, criterioso e um acréscimo importante para a literatura sobre Geopolítica e relações internacionais existente. Contém abordagens e interpretações que simplesmente ainda não haviam sido apresentadas em outras publicações. A alta qualidade de seu mais recente trabalho é mantida nesta publicação. Francamente, meu

interesse a respeito de questões de Geopolítica de limites internacionais, assunto ao qual anteriormente não dera grande importância, tem sido estimulado pelas idéias e teorias contidas no seu estudo. Com toda sinceridade, tenho crescido na minha compreensão de fronteiras no que se refere ao contexto mais amplo da Geopolítica.

De forma a repassar a obra e discutir minhas impressões sobre seu conteúdo, eu gostaria, inicialmente, de delinear os principais temas e teorias apresentados pelo autor. Em seguida, avaliarei essas matérias, fazendo uma reflexão sobre algumas em particular, buscando comparar, em alguns casos, a minha visão norte-americana de Geopolítica, com a perspectiva sul-americana de Meira Mattos.

Temas e teorias principais:

1. Com o aumento das populações nacionais, crescem as pressões nas fronteiras vizinhas, argumenta o general Meira Mattos. Mais contatos internacionais nas regiões de fronteiras, e além delas, também tornam as questões de limites mais delicadas politicamente. Certas regiões vêm a ser particularmente mais suscetíveis a essas pressões, porque o crescimento, muitas vezes, é mais significativo em alguns países do que nos seus vizinhos, criando outro potencial para as tensões fronteiriças. Como consequência, "a pressão fronteiriça tem sido o primeiro passo para a desarmonia e o conflito entre Estados", escreve Meira Mattos (pág. 5). A fim de evitar esse conflito, os limites precisam ser demarcados de forma clara e precisa. O general recomenda que as questões de fronteiras

sejam resolvidas de acordo com uma comissão binacional de delimitação, porque a guerra moderna é "suicida" e o direito e as organizações internacionais não têm sido capazes de solucionar todos os conflitos de fronteiras. A melhor maneira de se obter a paz regional é encontrada através de paciente e habilidosa diplomacia.

2. Existem duas modalidades básicas de linhas fronteiriças: *Limites naturais* sob a forma de rios, lagos, montanhas, desertos, selvas e oceanos e *delimitações artificiais* de traçado geodésico, astronômico e matemático. Meira Mattos não tem predileção por uma modalidade específica. Entretanto, ele sustenta que nas áreas de elevada densidade demográfica, como na Europa, as fronteiras naturais tendem a predominar. *Faixas* de fronteiras e limites fixados artificialmente, como os normalmente encontrados na África e na América Latina, são mais comuns em áreas de baixa densidade populacional.

3. As fronteiras são "a epiderme do corpo estatal", a sensível camada exterior que espelha o vigor de um povo, de uma cultura e de um Estado. Certos limites estão sujeitos a expandir-se ou reduzir-se, conforme as dinâmicas de crescimento nacional e regional. Essa *descrição de fronteira orgânica* revela uma importante e necessária linha de coerência adotada por Meira Mattos, do início ao fim do livro, muito embora a característica orgânica, isto é óbvio para o autor, seja mais uma tendência do que uma garantia para a paz e o desenvolvimento.

Meira Mattos reconhece, com

veemência a validade da tese organicista, empenhando-se na defesa das sete leis da expansão territorial de Ratzel (págs. 41-42) assim como das leis de pressão fronteiriça de Backheuser e Supan (págs. 44-46, 49-53). Eu concordo com a afirmação do general de que, favoravelmente ou não, *os limites, da mesma forma que os rios sinuosos, tendem a mudar de posição*, refletindo as pressões que lhe são aplicadas, e que os estudiosos norte-americanos estão errados quando descartam esta possibilidade orgânica, alegando não passar de mera argumentação fascista.

Além disso, diversas fronteiras são "instáveis" ou "mutáveis" por serem suscetíveis aos fluxos e refluxos das transições históricas de certos países. A necessidade de demarcações físicas e culturais bem definidas, reforça esta tendência dinâmica. Não somente ao se expandirem as fronteiras refletem ou criam condições favoráveis a conflitos regionais, mas também a redução de espaços periféricos, o colapso diante de conflitos internos figuram como perigos igualmente sérios à soberania nacional. Conseqüentemente, o equilíbrio interno, bem como a harmonia regional, dependem de fronteiras estáveis, de acordo com o general Meira Mattos.

4. Existem também duas categorias de países: Estados *imperialistas* e Estados *satisfeitos*. Os imperialistas, empenhados em expandir seus territórios, respondem pelas violações de limites nos últimos 100 anos, declara o general. Os Estados satisfeitos, dentre eles o Brasil, contentam-se em desenvolver (e não expandir) seu patrimônio.

Atualmente não existem "fronteiras de tensão" ou fronteiras sob disputa ameaçando a soberania brasileira (pág. 71) e Meira Mattos não menciona qualquer região continental que pudesse estar propensa a conflito (posteriormente, contudo, na sua correspondência de 3 de maio de 1991, que me foi enviada, ele revela a existência de onze áreas limítrofes, que se encontram em processo de litígio na atualidade). Inserido nesse argumento está o fato de que, no presente, o Brasil não enfrenta ameaça militar de vizinhos sul-americanos ou de forças além do hemisfério.

De fato, Meira Mattos acredita que os maiores e mais imediatos perigos e desafios que o Brasil enfrenta provêm da sua política interna, e suas fronteiras estão rigorosamente vinculadas a este assunto. Ele descreve esta conexão mais adiante, delineando quatro estágios na evolução da política de fronteiras luso-brasileira (págs. 65-66):

- *O período expansionista*, principalmente durante os tempos coloniais, quando os colonizadores estavam determinados a dilatar os limites para além da linha do Tratado de Tordesilhas, em resposta aos perigos de invasão provenientes da Europa (Inglaterra, França e Holanda), para acabar com agressão e os vazios políticos de um fragmentado império hispano-americano e pelo seu próprio ímpeto de expansão.

- *O estágio de regularização*, um fim para a expansão territorial e a normalização das fronteiras, somando-se a um equilíbrio das pressões sentidas

FRONTEIRAS E GEOPOLÍTICA: UMA DISCUSSÃO DAS TEORIAS DO GEN MEIRA MATTOS

em ambos os lados das linhas de limites, ao longo da periferia brasileira.

- O *período das demarcações*, do estabelecimento das dimensões da fronteira legal, conforme os procedimentos de diplomacia e negociação convenencionados.

- O *estágio de povoamento e desenvolvimento*, no qual as fronteiras são colonizadas, tornadas economicamente viáveis e integradas com o restante da nação. Neste estágio, as Forças Armadas desempenhariam um papel de destaque na adequação dos territórios virgens ao processo de colonização.

Nesses quatro períodos, a segurança das longínquas regiões periféricas foi motivo de preocupação para os líderes nacionais.

Nos três primeiros ocorreram ameaças externas, mas os perigos surgidos no quarto estágio, bem adiantado atualmente, são talvez os mais sérios, um potencial para a sublevação regional, a fronteira voltando-se contra o litoral do Atlântico, trazendo como resultado a ameaça de fragmentação nacional. Para o general Meira Mattos, isto representa a mais grave ameaça internacional ao país, e a solução para o problema está no desenvolvimento nacional e na integração, um tema que também tem sido explorado em muitos de seus livros anteriores.

Conteúdo adicional do livro e importante para os leitores está sintetizado abaixo:

- Uma descrição de vários conceitos, teorias e categorias de fronteiras extraídos das perspectivas históricas e nacionais. Estes aspectos caracteri-

zam uma valiosa compilação de matérias que não são usualmente encontradas em outras obras contemporâneas.

- A afinidade entre a geopolítica e as fronteiras é uma retrospectiva das origens e do desenvolvimento da geopolítica. Neste ponto, o general defende a idéia das características orgânicas das áreas fronteiriças.

- Uma evolução histórica das fronteiras do Brasil, do período colonial aos dias atuais, com um resumo das dimensões da fronteira física em vigor, dos contatos para intercâmbio internacional ao longo das fronteiras e das antigas fortificações militares, bem como da contribuição das Forças Armadas para o contemporâneo desenvolvimento da fronteira (com um estudo circunstancial da última abordagem do Projeto Calha Norte).

- Uma coletânea de mapas representando os vários aspectos das fronteiras, muitos deles esboçados pela proeminente escritora brasileira de geopolítica, Therezinha de Castro.

COMENTÁRIOS SOBRE FRONTEIRAS E TEORIAS DO GENERAL MEIRA MATTOS

Teorias são visões abstratas da realidade; elas nos auxiliam na seleção de fatos pertinentes e na organização desses fatos, segundo padrões de coerência e de acontecimentos. Como uma forma de estudar as realidades do mundo, a Geopolítica nos proporciona uma sólida ordenação de conceitos e teorias, baseada nas afinidades espa-

ciais entre as nações, o que é útil para a interpretação das questões nacionais e internacionais. O general Meira Mattos tem registrado essa aproximação geopolítica nos seus estudos do Brasil e suas fronteiras porque o modelo é dinâmico, politicamente orientado, comprometido com a eficiência e o desenvolvimento e sintonizado com os posicionamentos das relações internacionais.

Uma preocupação do general é a possibilidade de o Brasil vir a desunir-se internamente no futuro, devido a uma ruptura causada por revoltas nas áreas fronteiriças periféricas, e que daria origem, em última instância, a uma guerra civil entre as diversas regiões. Por este motivo, ele adverte para o perigo do povoamento da Bacia Amazônica por refugiados provenientes de diversas partes do mundo, trazendo consigo uma grande variedade de culturas. Nesta observação, uma teoria geopolítica não apresentada pelo general, mas relevante neste caso (e aplicável ao Brasil), é a tese imperial. Essa teoria, penso eu, ajuda a esclarecer a conexão existente entre a expansão territorial e a sublevação nas fronteiras.

Os países de maior extensão territorial são os melhores exemplos dessa teoria geopolítica, particularmente a Rússia, os Estados Unidos, o Brasil, a China e o México. No caso da Rússia, originalmente existia o pequeno principado medieval de Moscou, exposto, durante séculos, a repetidas investidas de forças estrangeiras. A fim de defender esse território essencial, os líderes deram início à expansão de seus limites visando à segurança, por

julgarem que espaços mais abertos e distâncias maiores tendiam a proteger a região do núcleo central. Inabalavelmente, a expansão prosseguiu até a Rússia tornar-se um grande império, incorporando regiões longínquas, ocupadas por povos de origens diversas dentro dos domínios da Mãe Rússia. Tal medida de segurança revelou-se bem sucedida: Napoleão e Hitler não foram capazes de desdobrar, por muito tempo, seus exércitos e linhas de suprimento no interior da Rússia, e ambos eventualmente foram forçados a uma retirada com perdas substanciais. Grande quantidade de recursos naturais encontrados nesses territórios adicionais foram dividendos obtidos com a expansão, riqueza essa também empregada na defesa contra o invasor.

Mas a Rússia também pagou um preço alto pelo crescimento territorial. As fronteiras tornaram-se muito elásticas e propensas à guerra. Vizinhos, com justo temor de serem absorvidos, resistiram a Moscou promovendo alianças em todas as direções e conspirando com grupos não russos na periferia do Império, visando à sua independência. Gradativamente, o poder de fragmentação na Rússia/União Soviética tornou-se mais evidente, porquanto os povos dos territórios periféricos eram nitidamente muito diferentes, tanto em raça quanto em cultura, dos russos autênticos. Em decorrência disso, temos a revolta, caracteristicamente deflagrada em primeira instância, aqui figurando como uma ameaça constante de fragmentação do império e de uma ruptura interna

provocada pela fronteira contra o centro do poder, conforme aparenta estar ocorrendo na União Soviética da atualidade. Esse medo de desintegração extinguiu a aptidão para a democracia e para o governo progressista, pela necessidade de manter grandes exércitos e de impor a todos os seus domínios uma rígida autoridade central.

O caso em potencial russo aproxima-se da situação brasileira, com suas longínquas fronteiras, sua abundância de recursos nas proximidades das áreas fronteiriças, seu impressionante e vibrante crescimento econômico e demográfico, sua distância da Europa e dos Estados Unidos e as suspeitas da expansão de seus vizinhos espanhóis. Mas o Brasil também diverge do modelo imperialista em importantes aspectos, semelhante aos Estados Unidos no seu século de destino manifesto, diante da perspectiva de as fronteiras serem amplamente despovoadas e subdesenvolvidas e do interesse da diplomacia em estabilizar a fronteira. Em todas essas circunstâncias, Meira Mattos é sensato ao estimular a legitimação dos limites, decorrente de demarcação precisa e negociada e a integração das regiões periféricas aos costumes nacionais.

A tese organicista requer uma observação adicional porque nós, norte-americanos, na minha opinião, também ignoramos, frequentemente, a importância das questões de limites, e temos cegamente rejeitado a noção de que o deslocamento dos limites está propriamente vinculado às dinâmicas nacionais e internacionais. Esta esquiv

à questão orgânica talvez possa ser determinada por estes fatores:

- a incapacidade de visualizar o destino manifesto norte-americano (a extensão dos Estados Unidos do Atlântico ao Pacífico) como uma variação de expansão;
 - a ausência de tensões fronteiriças na América do Norte;
 - a herança geopolítica norte-americana legada pela Inglaterra e por Mackinder, que é estratégica, orientada para o mar e com tendência a desinteressar-se pelo assunto relativo a mudanças de fronteiras;
 - a ligação da tese do *espaço vital* (crescimento territorial como um *direito* dos Estados fascistas) com a idéia orgânica de que o crescimento nacional flui aos borbotões para determinados países, em determinados momentos da História, e que limites internacionais deslocam-se em função disso;
 - uma decisão de conter a expansão comunista nos limites da Segunda Guerra Mundial, pelo temor de que qualquer mudança de limite pudesse significar perdas na Guerra Fria ou gerar benefícios para os marxistas-leninistas;
 - um receio inconsciente de que os Estados Unidos, como outros exemplos imperialistas, possa também estar suscetível a uma fragmentação interna.
- O caráter orgânico, na minha opinião, é mais importante nos dias de hoje, para as relações internacionais, do que no passado, aspecto para o qual o general Meira Mattos também chama a atenção. Algumas nações da América do Sul, inclusive o Brasil, apresentam

lices de crescimento impressionan-
, e esses países estão rapidamente
plorando suas fronteiras. As regiões
interior estão se tornando populo-
, e suas riquezas estão sendo con-
ladas com maior rigor pelos dis-
tes centros do poder nacional. Con-
qüentemente, é muito possível o sur-
mento de pressões para modificações
traçado das fronteiras, e não pode-
s deixar de estudar essa questão, em
corrência dos conflitos que dela po-
m resultar.

Meira Mattos alega que as guerras
ão altamente correlacionadas com
fronteiras, que a maioria das guer-
s está associada a questões de limi-
. Eu concordo com sua colocação,

e a conexão guerra/fronteiras pode ser
provaada estatisticamente. Por exemplo,
somos capazes de pôr à prova a pro-
posição de que quanto mais fronteiras
um país sul-americano possuir, mais
guerras estará sujeito a enfrentar. No
quadro abaixo apresento, na ordem de
classificação, o número de fronteiras
de dez repúblicas e o número de con-
flitos regionais em que estas repúbli-
cas estiveram envolvidas: (*Cisplatina*,
1825-1828 — Brasil e Argentina; *Trí-
plice Aliança*, 1864-1870 — Brasil,
Uruguai, Paraguai e Argentina; *Guerra
do Pacífico*, 1879-1882 — Peru, Chile
e Bolívia; *Letícia*, 1920 — Peru e
Colômbia; *Chaco*, 1932-1935 — Bo-
lívia e Paraguai; *Maranhão*, 1942 —
Peru e Equador):

	Nº Fronteiras	(Ordem de Classificação)	Nº conflitos Sul-americanos	(Ordem de Classificação)
Brasil	10	(1)	2	(3,5)
Argentina	5	(3)	2	(3,5)
Bolívia	5	(3)	2	(3,5)
Peru	5	(3)	3	(1,0)
Colômbia	4	(5)	1	(7,5)
Chile	3	(7)	1	(7,5)
Paraguai	3	(7)	2	(3,5)
Venezuela	3	(7)	0	(10,0)
Equador	2	(9,5)	1	(7,7)
Uruguai	2	(9,5)	1	(7,5)

Comparando o número de fronteiri-
com o número de envolvimento em
conflitos, de acordo com o coeficiente
IO (P) de Spearman que mede a si-
laridade das ordens de classificação
re variáveis, descobri uma corre-

lação estatisticamente significativa
(N = 10; nível de importância 0,02;
coeficiente RHO de 0,72 para uma
zona de rejeição de 0,7155) que cor-
respondia à proposição de que, efeti-
vamente, para a América do Sul,

quanto maior o número de fronteiras, maior o número de guerras de que uma república participaria.

O escritor de geopolítica colombiano, general Julio Londoño Londoño tem questionado (Geopolítica da Colômbia, 1949, pág. 115) que áreas de pontos tríplices, em que os limites de três Estados se encontram, são zonas de fronteiras particularmente sensíveis. Dos trinta e nove pontos tríplices na América do Sul, o Brasil figura em nove, enquanto que a Bolívia possui cinco, Argentina e Peru, quatro, e Colômbia e Paraguai, três. Londoño também descreve a Lei dos Pontos de Crescimento, que são pontos da fronteira onde o crescimento de um país é mais significativo do que o de seus vizinhos (*América do Sul, ou a geografia como destino* (1948), págs. 17-25). Muitas dessas áreas de ponto de crescimento estão distribuídas pela periferia brasileira. O general Meira Mattos está bem a par dessas teorias também.

No contexto desta discussão a respeito da possibilidade de conflito internacional ao longo da fronteira brasileira, eu questiono a assertiva do general Meira Mattos de que esta fronteira está livre de tensão. Quero crer que a posição central e alongada do Brasil em relação ao continente, a sua expansão orgânica (ambas, atual e potencial), o seu vigor nacional, contrastando com aquele de Estado-tampão da Bolívia, Uruguai e Paraguai, somando-se às diversas teorias sobre pressão fronteiriças, citadas por Meira Mattos e por mim mesmo (por exemplo, as de Supan, Backheuser, Lon-

doño e a relação guerras/fronteiras acima descrita), revelam uma forte probabilidade de que o Brasil irá experimentar uma pressão maior do que a sua parcela de tensões fronteiriças em relação a seus vizinhos.

Talvez essa inquietação regional seja um problema ainda maior para a República, do que a ameaça de fragmentação interna.

Diversas áreas suplementares necessitam de algumas considerações, ainda que superficiais, antes que eu conclua este retrospecto da obra do general Meira Mattos. Primeiro, o clamor internacional contra os propalados danos ecológicos perpetrados contra o povo da Amazônia e a infra-estrutura natural da bacia, deve ser reiterado neste retrospecto. A questão é importante e do interesse de todos os cidadãos do globo, e Meira Mattos corretamente assevera (pág. 111) a necessidade de se contrabalançar com proteção ambiental, o objetivo de desenvolvimento na Amazônia.

Segundo, acredito que os rios normalmente representam demarcações internacionais imprecisas, a despeito do fato de que, à primeira vista, se apresentem como limites naturais e óbvios. Os rios tendem a unir povos em vez de dividi-los e, conseqüentemente, na minha opinião, divisores de águas oferecem demarcações de fronteiras mais racionais e precisas do que rios. Por isso, Estados que desfrutaram de graus mais elevados de unidade estão situados, total e exclusivamente, no interior de bacias hidrográficas. Quando grandes rios dividem entidades políticas e

povos, amplia-se o potencial de conflito.

Esse ponto leva-me a fazer uma terceira e última observação: a da possibilidade de uma federação ou confederação na América do Sul, tão em voga sob o rótulo de *integração*. Se os rios significam unidade regional e as montanhas separação nacional, então as fronteiras *regionais* mais naturais entre repúblicas poderiam ser mais apropriadamente traçadas, como *objetivos integracionistas*, de acordo com os divisores de águas das montanhas andinas e dos maciços Guiano e Brasileiro. Com esta inspiração de cooperação econômica regional (e talvez futuramente união política), cinco grandes confederações continentais apareceriam, quais sejam a da Gran Colômbia, a da Franja do Pacífico, a da Bacia do Prata, a da Bacia Amazônica e as Guianas. Potencialmente, a confederação econômica continental poderia surgir da base dessas regiões. Muito embora tal traçado reduza a vitalidade e a importância das fronteiras, o ideal de confederar-se está bem de acordo

com o tradicional modelo diplomático do Brasil e sua missão de liderança continental apregoada por seus estadistas, inclusive o general Meira Mattos. A conexão desses dois temas, a legitimação das fronteiras nacionais e o exercício da liderança continental pelo Brasil, parecem-me duas das destacadas contribuições que as obras do general Meira Mattos têm proporcionado ao campo da geopolítica sul-americana.

Em suma, o livro *Geopolítica e Teoria de Fronteiras: Fronteiras do Brasil*, é um excelente ponto de partida e de conclusão para se discutir em profundidade as questões da fronteira sul-americana. Como é característico das obras de Geopolítica do general, o leitor é levado à teoria e sua aplicação, ao embasamento histórico e a uma clara perspectiva do Brasil no cenário americano e mundial. Eu convido a uma cuidadosa leitura de seu valioso e criterioso livro, por tratar-se de uma contribuição importante à geopolítica bem como às relações internacionais do Brasil.

PHILIP KELLY, Professor (PHD) em Ciências Políticas da "Emporia State University", Kansas, Estados Unidos. Respeitado especialista em estudos da América Latina e de Geopolítica. Administrador da publicação "Index of Latin America Democracy". Autor de vários livros, entre os quais destacamos "Geopolitics of the Southern Cone and Antarctica" e de inúmeros artigos em revistas especializadas dos Estados Unidos.



A CRISE BRASILEIRA

Um problema político-econômico ou ético-moral? (*)

Oacyr Pizzotti Minervino

Do ponto de vista do autor, as razões da crise brasileira situam-se no campo ético-moral.

Apoiado nessa premissa, após destacar conceitos básicos de cidadania e ressaltar a importância da Educação Cívica, ele apresenta uma proposta para reverter o atual quadro nacional, a médio e a longo prazo.

RETRATO DA ATUALIDADE

Parte importante da elite brasileira está amorfa, apagada e desorganizada, mais preocupada com problemas particulares do que com o destino da coletividade. Não expressa e não luta por suas idéias, preferindo ficar à frente da televisão, reclamando do que assiste.

Mas não há vácuo de poder. Se quem de direito não se impõe, logo

surgem pessoas despreparadas e mal intencionadas que assumem a liderança.

As consequências são desastrosas. Todos reclamam e criticam sem razão, porquanto cada um dos integrantes da sociedade tem uma parcela de culpa.

As cenas que se desenrolam aos nossos olhos nas ruas, nos lares, nos meios de comunicação social são inaceitáveis para um país que se diz civilizado e já foi a oitava economia mundial. Os assaltos, os seqüestros, os estupros, os roubos à mão armada, à luz do dia, nos centros das cidades,

(*) Selecionado pelo PADECEME

e a corrupção generalizada fazem parte do dia-a-dia dos brasileiros.

Tudo isto é facilmente explicável. Basta analisar as idéias que são divulgadas, com ardor e persistência, por uma minoria ativa:

- defesa do direito de o menor abandonado permanecer na rua;
- contestação ao desenvolvimento nuclear;
- ridicularização de heróis e feitos históricos nacionais;
- colocação dos “dirietos humanos” acima do interesse coletivo;
- deturpação da História, reescrevendo-a de modo faccioso e mentiroso;
- ridicularização e contestação das forças armadas;
- ridicularização dos laços tradicionais de união da família;
- exaltação do homossexualismo;
- divulgação do uso das drogas;
- incentivo ao “jeitinho” — o malfeitor sempre sai ganhando;
- incentivo ao sectarismo entre as regiões do Brasil;
- ridicularização das religiões tradicionais;
- importação de hábitos e costumes estrangeiros, prejudiciais à saúde e ao convívio social;
- pregação da liberdade sem responsabilidade;
- ridicularização das instituições nacionais;
- prevalência da “ecologia” sobre os interesses nacionais;
- justificação do crime, pelas baixas condições sociais;
- ridicularização e banimento do

ensino formal do civismo e dos problemas brasileiros;

- incentivo à libertinagem dos costumes;
- incentivo à luta entre grupos sociais: ricos x pobres; pretos x brancos; sem terra x com terra; patrões x empregados; capitalistas x socialistas; população x comerciantes; empresários x população; civis x militares; médicos x população etc.

São idéias presentes, clara ou subrepticiamente, nos cabeçalhos e notícias dos jornais, nos programas de rádio, nas novelas e noticiários das televisões. E não há brasileiro bem intencionado e de mente sã que se disponha a contestá-las.

Como consequência, resulta:

- o enfraquecimento das expressões culturais;
- o aumento crescente dos crimes de todos os tipos;
- a segmentação da sociedade em grupos que se digladiam;
- cidadãos honestos presos em edifícios ou condomínios fechados, que mais parecem fortalezas, e malfeitores em liberdade, nas ruas;
- a ampliação das disputas entre os Estados;
- o crescimento das taxas de doenças endêmicas e transmissíveis;
- o aumento dos percentuais de dissolução do casamento;
- o crescimento do número de menores abandonados, em razão do estímulo à maternidade e à paternidade irresponsáveis;
- a insegurança da população;

A CRISE BRASILEIRA

Um problema político-econômico ou ético-moral?

- o crescimento gigantesco da corrupção em todos os níveis.

Todas essas conseqüências têm como causa a perda dos valores morais de referência por parte dos indivíduos, dos grupos e da sociedade como um todo. A exaltação dos valores inferiores resulta na degradação da moral e da ética, levando o ser humano a um primitivismo característico das civilizações inferiores e dos animais irracionais. E a resultante final é a desesperança do povo, o sentimento crescente de vergonha nacional, e o início de uma nova vida no exterior, como saída.

Portanto, como se pode constatar, a atual crise brasileira não é política nem econômica, como normalmente se alardeia. Trata-se, na realidade, de uma profunda crise ética e moral.

A CIDADANIA

A cidadania vem sendo interpretada de forma restrita. Só é lembrada em época de eleições e fala-se como se ela se limitasse ao direito de votar.

Cidadania, no entanto, tem um sentido muito mais amplo. Cidadão é o indivíduo útil à sociedade, à Nação e a elas perfeitamente integrado, não só no convívio com os semelhantes, mas, principalmente, pela comunhão de objetivos.

A cidadania está muito mais ligada aos deveres do que aos direitos. Lamentavelmente, entretanto, demagogia interesses ocultos e escusos, ideologia medíocre e míope conduzi-

ram-nos a uma Constituição utópica, que quase só prescreve direitos.

Para que a Nação se desenvolva buscando o bem comum, é necessário que todos estejam convencidos de que cada um tem que dar uma parcela do seu esforço à sociedade.

Esse sentimento não nasce com o ser humano, essencialmente egoísta. Quem tiver dúvida, basta observar duas ou mais crianças pequenas em volta de um brinquedo. A disputa será grande e tudo vai acabar em briga e choradeira. Se, ao longo da existência, as pessoas não forem educadas para conviverem em sociedade, irá ocorrer, com os adultos, o mesmo que se observa nas crianças. E é isso o que já está acontecendo em nosso País.

Alguns sentimentos básicos devem ser desenvolvidos para se educar as pessoas a viverem em sociedade:

- a *cooperação*, que tem em vista auxiliar o próximo a atingir um objetivo, sem ter em mente a obtenção de qualquer vantagem própria;

- a *abnegação*, que consiste em colocar o interesse coletivo acima do próprio interesse;

- a *solidariedade*, que leva o indivíduo a prestar suporte moral ao próximo, sem ter em vista atender a interesses particulares;

- o *espírito comunitário*, que consiste em trabalhar para o bem comum do grupo ao qual o indivíduo está integrado, sem receber remuneração, auferir lucros ou vantagens pessoais.

São sentimentos muito difíceis de serem incutidos porque, de modo ge-

l, contrariam características peculiares ao ser humano. É mais fácil ocorrer a acomodação em vez da ação, preferir a crítica, que fazer a correção, e trabalhar em benefício próprio, em vez do coletivo.

As vicissitudes por que passam as sociedades produzem, espontaneamente, regras de convivência. Existem dois procedimentos para fazê-las obedecidas. Um é o processo educativo, em que as pessoas aceitam as normas com bom grado e, depois de assimiladas, defendem-nas com entusiasmo e dedicação. O outro é o da imposição, que consiste em aplicar castigos àqueles que não assimilam as regras, transgredindo-as.

É nas grandes cidades onde se sente mais fortemente a desagregação social. Ocorrem os maiores problemas de ordem da qualidade de vida. Algumas vezes, parece que os cidadãos perdem a condição humana. Os enormes conglomerados de pessoas dificultam e, algumas vezes, impedem que se desenvolva o processo de educação que leve o indivíduo a atuar em benefício da coletividade. A grande velocidade em que ocorre o desenvolvimento tecnológico impõe mudança rápida nas condições ambientais da sociedade. Isso resulta em que algumas regras, até então estabelecidas, percam sua razão de ser. A competição, existente em todos os campos da atividade humana, é outro fator de desagregação. A vida agitada que se desenvolve em todos os níveis sociais, onde cada minuto é importante e não pode ser desperdiçado, cria a ansiedade.

Todos esses fatores conduzem à tensão individual e coletiva. E, se não há tempo para cuidar de si próprio e da família, como conseguir alguns minutos para pensar no próximo e na coletividade?

As consequências dessa situação são desastrosas e a desagregação social cresce de forma sufocante, abafando a todos. As pessoas ficam insensíveis às desgraças alheias, esquecendo-se de que, amanhã, poderão estar na mesma situação, e ninguém virá em socorro.

A EDUCAÇÃO CÍVICA

Dá-se o nome de *Educação Cívica* ao processo educativo que tem por fim orientar os integrantes de uma comunidade a conviverem em harmonia e a buscarem objetivos comuns. É ela que forja o cidadão.

A Importância da Educação Cívica

A *Educação Cívica* tem por fim conscientizar o cidadão dos deveres e responsabilidades para com a sociedade. Busca fazê-lo sentir que a ruptura das regras que permitem o bom convívio social conduzirá ao tumulto, à balbúrdia, ao enfraquecimento da Nação e à sua sujeição a outro país melhor organizado.

Cidadão é o indivíduo útil à sociedade, com participação ativa na busca desinteressada da construção do bem comum, perfeitamente integrado ao

A CRISE BRASILEIRA

Um problema político-econômico ou ético-moral?

grupo e dirigindo suas ações para a preservação dos objetivos nacionais.

A *Educação Cívica* constitui um conjunto de atividades orientadas para o desenvolvimento de hábitos, atitudes, valores e comportamentos de pessoas e instituições, tendo em vista a criação de ideais que desenvolvam a cooperação do indivíduo, conduzindo-o a agir solidário com a comunidade, a fim de preservar o acervo cultural da Nação e do País.

A *Educação Cívica* desperta a consciência dos deveres e direitos em cada cidadão, mostrando seu lugar e sua missão na sociedade, de modo a compreender que os objetivos da coletividade se sobrepõem aos individuais, desenvolvendo o sentimento de nacionalidade.

Há, entretanto, um cuidado a ser tomado na condução da *Educação Cívica*. Ela não deve sufocar a expressão da individualidade, fazendo o cidadão servir ao Estado de forma cega. Se esta condicionante não for considerada, a coletividade partirá para o radicalismo, para o estatismo e o conseqüente governo autoritário.

O que se Busca com a Educação Cívica

A educação cívica deve desenvolver: o apeço à Pátria; o fortalecimento da família; o respeito às instituições nacionais; a obediência à lei; a fidelidade ao trabalho; a integração na comunidade; o respeito às tradições e à cultura; a liderança positiva, agregadora da sociedade; os valores que evi-

tem os preconceitos contra raças, credos e minorias.

O apeço à Pátria é um dos pontos mais importantes da *Educação Cívica*. Incute, no cidadão, o sentimento de pertencer à Nação. Dá-lhe orgulho do passado, o conhecimento dos feitos dos seus ancestrais. A confiança de um presente seguro, pela conjugação das forças dos seus compatriotas, e a certeza de um futuro melhor para si e seus descendentes. O sentimento de nacionalidade é desenvolvido pelo(a): respeito aos símbolos nacionais; comemoração das datas cívicas; culto aos heróis nacionais e às personalidades importantes da história nacional; divulgação dos objetivos nacionais; conhecimento da situação do país, em relação ao mundo; conscientização dos problemas nacionais e a necessidade de participação de cada cidadão na solução dos mesmos; desenvolvimento do orgulho nacional, destacando os fatores positivos da personalidade nacional.

A família é a célula do tecido nacional. É nela que o indivíduo aprende as primeiras lições de convivência na coletividade. É nela que são criados hábitos de obediência aos princípios morais, éticos e de lealdade ao grupo social. Destruída a família, a médio prazo, estará destruída a nação. Daí a necessidade de preservar o núcleo familiar e incentivar a paternidade e a maternidade responsáveis.

O respeito e o culto às instituições nacionais é um problema complexo na formação da cidadania. As nações em desenvolvimento não possuem um grande número de instituições nacionais fortes, confiáveis, organizadas e

respeitáveis. Aflora então o problema: Como respeitar uma instituição que não faz por merecer confiança? Nesse caso, resta conscientizar o cidadão a exigir, por meio de ações agregadoras positivas, que as instituições levem em conta os anseios sociais.

Um país só é organizado e a nação é forte se cada cidadão cumpre a lei voluntariamente ou seja obrigado a fazê-lo, se transgressor.

É interessante destacar, no entanto, que deve haver o menor número possível de leis, regras e normas para organizar a sociedade. Descartes em seu livro *O Método*, comenta: "Como o excesso de leis fornece, frequentemente, escusas ao vício, um Estado é muito mais bem organizado quando, só possuindo poucas, elas são estritamente observadas."

As leis devem permitir que haja espaço para a liberdade individual coabitar com o direito coletivo. Para que as leis possam ser rigorosamente cumpridas elas necessitam ser claras, genéricas e coordenadas. À proporção que se criam leis minuciosas e em grande número, elas se entrecrocaram, ficam confusas e contraditórias. Essa é a melhor forma de se estimular a corrupção e a impunidade.

Uma nação cresce e se fortalece em função do trabalho organizado, produtivo, eficaz e coordenado dos cidadãos. Estimular o amor ao trabalho, assim, um dos aspectos preponderantes da Educação Cívica.

É preciso incutir em cada indivíduo que há necessidade de criar oportunidade de trabalho, de regulamentá-lo, de modo que fiquem definidos

os direitos e deveres do cidadão. É necessário estimular o respeito mútuo entre patrões e empregados. Convém que todos assimilem a idéia de que todo o tipo de trabalho honesto é digno de respeito e merece remuneração condigna.

O salário do trabalhador deve permitir que ele abrigue, alimente, eduque e proporcione lazer à família. A legislação deve incentivar o indivíduo a trabalhar e orientar o fruto desse esforço para o bem comum da sociedade. Em suma, a Educação Cívica forma o cidadão de modo que ele sinta que o trabalho é a forma mais digna pela qual o ser humano pode ter uma vida bem sucedida e realizada.

A integração à sociedade deve ser buscada utilizando-se todos os grupos formais e informais e cada uma das atividades que são comuns à coletividade. O trabalho, o lazer, o esporte e as artes são alguns dos principais elementos por intermédio dos quais deve-se procurar a integração social e a realização pessoal do indivíduo.

O elo mais forte de uma nação é a consciência comum dos cidadãos de pertencerem a um grande grupo, onde todos os integrantes possuem os mesmos costumes, crenças, tradições, cultura e perseguem um objetivo comum. Isso dá a cada indivíduo a sensação de comprometimento na perpetuação dessa tradição para o bem de todos. Dá orgulho, ao cidadão, pertencer a um grupo forte e coeso que está pronto a defendê-lo até as últimas consequências, independentemente da escala que ocupa na hierarquia social.

Os laços de tradição são alicerçados e reforçados por intermédio das expressões culturais artísticas.

Os hinos, as canções tradicionais e o cancionário popular possuem uma capacidade multiplicadora e exercem ação profunda na tarefa de aplicar a Educação Cívica.

A literatura conta a história da nação, perpetua hábitos e tradições com a força que só a palavra escrita tem capacidade de perenizar.

A arquitetura, a escultura e a pintura, pelos seus traços e formas, são capazes de caracterizar uma nação.

O cinema e a televisão merecem um cuidado especial e têm importância acentuada na Educação Cívica. A imagem tem força contundente. Ela explica-se por si própria. A televisão chega à criança e à família como um todo, divulgando conceitos sem que os cidadãos tenham capacidade de controlá-los. Pode-se deixar de ir a uma exposição de artes, a um cinema ou não se ler um livro que divulguem idéias nefastas ao convívio social. Com a televisão, isto se torna difícil de ser feito, devido ao seu dinamismo e à diversidade de programação. Por isso, é necessário que haja um código de censura que impeça a divulgação de idéias que se contraponham ao bem comum e contrariem as normas da boa convivência social. Os países tidos como grandes democracias e citados como exemplo da defesa da liberdade dos cidadãos possuem esse tipo de censura para a TV.

O culto às tradições deve ser incentivado. No entanto, não se pode perder de vista que o exagero leva o grupo

à estagnação e à limitação da criatividade individual. Nessa área, é importante buscar-se o ponto de equilíbrio.

Nenhum grupo humano atinge, em boas condições, o seu objetivo, sem que haja uma liderança capaz. No caso do País, tem-se que se estimular a criação de lideranças sadias, honestas, coerentes e bem intencionadas. Por esse motivo, é preciso que a Educação Cívica ofereça condições favoráveis desde a infância, permitindo prática constante. Isto pode ser feito por meio do escotismo, dos centros cívicos para jovens, nos clubes e grêmios recreativos, nos centros de estudos em universidades, entidades culturais, clubes de serviços, sindicatos e outras associações de classe.

UMA PROPOSTA

O Brasil é um país jovem e um país de jovens. Nossa experiência como nação independente não chega a dois séculos, enquanto, há longos anos, mais da metade da população brasileira tem menos do que dezoito anos.

Isto significa que a maioria dos cidadãos que votam não tem experiência política e, por esse motivo, torna-se presa fácil de lideranças inescrupulosas. Acredita em soluções fáceis para problemas complexos. Pensa ser possível transformar a natureza do homem, buscando para isso soluções radicais.

Outro problema sério que decorre da jovialidade do povo e da alta taxa de crescimento da população é a necessidade de esforço redobrado no

ampo da educação. Entretanto, mais o que recursos materiais e financeiros nessa área, torna-se necessário que todos entendam a grande diferença entre educação e ensino. Quando se fala em educação no Brasil, pensa-se logo em construir escolas grandes, modernas, cheias de aparelhagens pedagógicas. Discute-se, com empolgação, os diversos métodos de ensino, currículos e uma série de componentes ligados ao ensino. No entanto, poucos são os que se preocupam com o mais importante, que é o ato de educar.

Educar consiste em se criar, no indivíduo, hábitos positivos que lhe sejam úteis à sobrevivência e a sua convivência na coletividade. Educar é exigir que se chegue à hora marcada, respeitar o direito do próximo, é criar o hábito da leitura, é cumprir e fazer cumprir as leis, normas e regulamentos etc. Em uma frase, poder-se-ia resumir a educação como orientar o indivíduo a viver em harmonia consigo mesmo e com o mundo que o cerca, estimulando-o a progredir espiritualmente e materialmente.

A crise é séria. Mas tem solução.

Inicialmente, cada um de nós que tem responsabilidade em nossa socie-

dade precisa se convencer de que o prosseguimento no caminho ora trilhado conduzirá a coletividade a escombros, onde nós e nossos descendentes sofreremos perdas dolorosas. O nosso tecido social está doente. Necessita de medidas corajosas para salvá-lo. Todos os cuidados devem ser tomados para que a infecção não se generalize e o enfraqueça de tal modo que não haja mais esperança de cura.

Tomando-se consciência do problema e ciente de que a solução está na educação, cabe às lideranças de todos os níveis deixar o comodismo, organizar-se e contribuir com uma parcela de esforço para a reconstrução da sociedade.

Se, atualmente, vivemos mergulhados na escuridão do caos social, lutemos para produzir a luz da liberdade com responsabilidade e da paz social. Que cada um faça soar o toque de alvorada da verdadeira cidadania, consciente da sua responsabilidade para consigo mesmo, com os descendentes e com a nação brasileira.

Que cada um se empenhe, se erga, segure a bandeira da educação e lute por ela. Que cada um de nós se transforme em um educador.



Gen Bda OACYR PIZZOTTI MINERVINO — é graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras (Artilharia — 1959), cursou a EsAO (1968), a ECEME (1974) e o CEMCFA (ESG-1985). É graduado em Administração de Empresas pela UERJ (1978) e possui os cursos de Marketing Internacional e Propaganda, em nível de pós-graduação, da Universidade de Long Island, Nova Iorque (EUA). Foi instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Assessor Militar Brasileiro na Academia Militar de West Point, Nova Iorque (EUA) e serviu no Gabinete do Ministro do

Exército. Atualmente, comanda a Artilharia Divisionária da 4ª Divisão de Exército.



A RESERVA QUE CONDENA UM POVO

João Metello Mattos

Dentro de uma abordagem histórica e científica, o autor examina o critério utilizado para a demarcação dos terras para o povo *Ianomâmi*.

*"A verdade sai do erro mais facilmente
que da confusão."*

Bacon

O assunto da demarcação de terras para uso e fruição do povo Ianomâmi vem sendo tratada em um nível emocional tão elevado, que não foi possível examinar o assunto dentro de uma abordagem estritamente científica, apesar da existência no país de estudiosos capazes de apresentarem esse ângulo do problema.

O excesso de pressão política de grupos ambientalistas internacionais, e sua repercussão na área política nacional, afastou da discussão esse segmento da inteligência nacional, os cientistas, que certamente teriam muito

a contribuir, aumentando o grau de racionalidade do processo de tomada de decisão.

Todo esse assunto que deveria ser exaustivamente estudado, terminou sendo influenciado por reportagem sensacionalistas da grande imprensa mundial que, por razões de *marketing* de comunicação, mostram apenas um ângulo do problema, seus aspectos mais chocantes: a doença, a morte e a miséria.

Ocorre que essa é a resultante previsível do contato não planejado, não controlado, não acompanhado e não

assistido, da cultura Ianomâmi com agrupamentos de homens brancos, em seus matizes mais contraditórios de interesse, desde funcionários da Funai, missionários de diferentes seitas religiosas, garimpeiros, mineradores, caçadores clandestinos, pescadores, colhedores de açaí, de palmito, de castanhas, madeireiros, contrabandistas, narcotraficantes, plantadores de epadú, assim por diante.

O exagero da dimensão atribuída à reserva, longe de preservar a nação ianomâmi, irá prejudicá-la fortemente, pois o principal argumento que fundamentou reservar para cada indígena algo entre 7 a 10km² (compreendendo um espaço de terra maior que Portugal, que possui 10.5 milhões de habitantes, enquanto os Ianomâmi têm sua população estimada entre 9.000 a 12.000 pessoas) é equivocado, não possuindo base científica, como procuraremos mostrar adiante.

A premissa equivocada que levou à decisão, onde todos perdem, inclusive os que hoje se consideram vencedores, partiu do princípio de que um grupo social pode ser conservado isolado, após contato com outros grupos sociais que estão em diferentes estágios de desenvolvimento.

Se verdadeira a premissa, e sendo os índios em questão caçadores que se deslocam quando a caça escasseia na região, a questão se resumiria em dimensionar uma área suficientemente grande, de forma a conter reservas de caça.

Como consequência, cálculos não explicados da Funai chegam à conclusão que uma área igual a três Ho-

landas deve ser entregue a uma população 1.400 vezes menor que a daquele país!

E isso em prejuízo das pessoas a quem pretendem defender.

Não existe evidência histórica ou científica, de que qualquer grupo humano tenha se mantido isolado de forma artificial. Após contato, em todos os casos relatados em trabalhos científicos, houve interação, com a absorção de traços culturais, resultando na geração de novos pólos culturais.

Reservas muito grandes lembram segregação, e não se consegue segregar populações humanas sem graves riscos.

Pessoas não são micos-leões-dourados para os quais uma área espaçosa, contendo reservas de alimentos, é suficiente, para a sobrevivência do grupo em condições ideais.

Os ianomâmis já estão contaminados pelas doenças dos brancos, é preciso que se dê a eles os mesmos direitos de um cidadão brasileiro, para que possam usufruir de benefícios do século XX e não apenas de suas misérias.

Como exemplo da impossibilidade histórico-científica de manter um povo em seu habitat, como espécie de raros primatas, citaremos casos comprovados em que o isolamento não se mantém, e a interação é positiva.

Dados de pesquisa científica, recentemente divulgados, permitem fazer um paralelo bastante ilustrativo do que ocorre, quando grupos em diferentes estágios culturais entram em contato. Esses dados mostram que é a abertura para outras culturas que promove o desenvolvimento de um povo, como

demonstram de forma totalmente irrefutável testemunhos arqueológicos, que nos descrevem a evolução dos grupos que habitavam a região do Lácio, e que deram origem ao surgimento do maior império da antiguidade, o Império Romano (*La Recherche* — Jul/Ago 90).

Entre o X e o VIII século antes de Cristo (a.C.) entre os povos itálicos, emerge para um papel relevante os habitantes do Lácio, região que se estendia entre o rio Tibre e o vale Garigliano, ao sul.

Nessa época remota que se insere na proto-história de Roma, documentos arqueológicos recentemente divulgados podem comprovar a evolução dos grupos tribais para as cidades-estado, estimulados pelos contatos entre as tribos do Lácio e povos com nível de desenvolvimento mais avançado, como os etruscos, ao norte, e a *campânia* ao sul, onde foram estabelecidas colônias gregas.

Essas duas regiões que correspondem, respectivamente, às áreas de influência das atuais cidades de Florença e Nápoles, eram muito mais desenvolvidas que o Lácio.

A Etrúria, rica em jazidas de cobre, de estanho e de ferro, aberta para o mundo mediterrâneo, era desenvolvida desde os X e IX séculos antes da era cristã, utilizando formas de organização proto-urbanas.

A *campânia* tinha visto chegar os navegadores miocênicos da idade do bronze, cuja civilização teve início na ilha de Creta — depois, na época de fundação de colônias, os gregos que fundaram o entreposto de *Ischia* e a colônia de *Cumes*.

Servindo de intermediário para o comércio entre essas duas regiões, o Lácio foi profundamente influenciado, particularmente em suas estruturas econômicas e sociais.

Os habitantes do Lácio viviam em aldeias habitadas por comunidades de 100 a 300 pessoas.

As habitações eram exclusivamente constituídas de cabanas circulares, ovais ou retangulares.

Não havia hierarquia ou o conceito de propriedade da terra. A unidade da comunidade era baseada no conceito de família estendida, isto é, grau de parentesco — cada família formando um grupo único durante 20 ou 30 anos, antes de se dividir em várias unidades.

O Lácio beneficia-se das relações culturais ao norte e ao sul de sua região.

A competição entre os grupos familiares e a introdução de culturas agrícolas permanentes, como a vinha e a oliveira, segundo interpretação das evidências arqueológicas, causou a passagem da propriedade coletiva para o conceito de propriedade privada.

O sucesso na exploração agrícola e a acumulação de bens materiais logo resulta em poder político. Algumas famílias consolidam seu poder, criando em torno de si um grupo de famílias “clientes”, isto é, com relação de subordinação.

A fabricação de objetos fica mais complexa, como é o caso da construção de carros, onde se utiliza o bronze, a madeira, o cobre e o ferro.

No VII século a.C. difunde-se a escrita.

Nessa época, surgem as construções em pedra e casas cobertas com telhas, e, também, os primeiros edifícios públicos pavimentados em pedra, como o fórum.

Não é preciso continuar a descrever a sequência da evolução do Lácio, onde a estrutura social tornou-se mais hierarquizada e complexa com o surgimento da aristocracia, da monarquia e, posteriormente, dando origem ao Império Romano.

Como os documentos arqueológicos comprovam, os romanos conseguiram fazer sua evolução, e construir o maior império do mundo antigo, a partir de seus contatos e comércio com agrupamentos humanos mais desenvolvidos, o que agora se pretende negar aos Ianomâmis.

Com muita lucidez, o editorial intitulado *A Redoma Fatal*, publicado no jornal *O Globo*, conclui que:

“A preservação de grupos étnicos em redomas que os mantenham distantes de contatos humanos não passa de uma tentativa de fazer parar o tempo, como se isso fosse possível, em zonas cujas dimensões e natureza tornam impossível um policiamento protetor.

O artificialismo condena esse equívoco, e o resultado final ameaça ser a contaminação dos grupos primitivos pela ação clandestina do que há de pior na sociedade moderna, enquanto o que há de melhor é mantido à distância pelo respeito à lei.”

Muito mais sério e preocupante que todos os inconvenientes já menciona-

dos, pelo excesso de área a ser demarcada, inclusive a destinação de área em faixa de fronteira, antes da existência de lei regulamentadora, como exige o § 2º do Art. 20 da Constituição Federal, está em que a decisão contraria a premissa básica que fundamenta a formação das nações no continente americano.

Brasileiro é quem nasce no Brasil, não importa se filho de japonês, ianomâmi, português, tereno, banto, alemão, nagô, italiano, todos contribuindo culturalmente para a formação de uma nação, que pouco a pouco adquire identidade própria.

O conceito de nacionalidade baseada no sangue, isto é, os filhos mantêm a nacionalidade dos pais, leva a divisões, conflitos, à criação de guetos.

É preciso preservar o fundamento sob o qual se construiu este País.

A Nação Brasileira tem como postulado de sua formação o local de nascimento. Os Ianomâmis, nascidos em território brasileiro, são brasileiros natos.

Há tempo de se corrigir o equívoco, de prejudicar, por excesso de zelo ecológico, a quem deseja proteger, em sua imensa reserva, por tratá-los como animais raros, como micos-leões-dourados, ao condená-los ao isolamento; e aos brasileiros em geral, pela subtração de parte substancial de seu território, à legítima utilização econômica; e ao risco que introduz ao desrespeitar princípio fundamental de coesão nacional, quem nasce dentro das fronteiras nacionais é brasileiro.

Cumprir preservar a unidade da

Nação Brasileira, encorajando os princípios que unem as pessoas em uma

mesma comunhão de sentimentos. E a nacionalidade é uma delas.



Capitão-de-Corveta (IM) RNR JOÃO METELLO DE MATTOS — Bacharel em Ciências Contábeis, Licenciado em Estatística e Auditor de Sistemas, foi professor em comissão da Escola Naval e conferencista do Centro de Estudos de Pessoal do Exército, sendo autor dos livros: A Sociedade do Conhecimento, editado pela Universidade de Brasília e Kasuga-Tal, um laço entre o Brasil e o Japão, com o apoio da Aliança Cultural Brasil-Japão.

MULTIPLIQUE OS LUCROS DA SUA EMPRESA NO BANESTES.

O Banestes apresenta as maneiras mais rápidas, seguras e eficientes para aumentar a rentabilidade e otimizar os lucros da sua empresa. Com um detalhe: o

dinheiro que você aplica no Banestes, além de financiar o crescimento da sua empresa, financia o crescimento e o desenvolvimento social do Espírito Santo.

Super Cobrança Banestes:

Rápido, seguro e eficiente. O sistema de cobrança que não fica nada a dever às melhores cobranças do país. Para você ter uma idéia, a Super Cobrança Banestes está presente em todos os municípios do Estado, com mais de 200 pontos de atendimento. Mas se os seus negócios costumam ir mais longe, pode ficar tranquilo. A Super Cobrança Banestes cobre o Brasil inteiro, com mais de 6000 pontos de atendimento, pelo Sistema Verde-Amarelo. Super Cobrança Banestes.

Dólar Turismo Banestes:

Suas operações com dólar turismo ficam mais seguros quando você trabalha com uma instituição financeira de confiança como o Banestes. Aqui, as operações de compra e venda têm mais agilidade, sem burocracia. Você encontra Dólar Turismo nas seguintes Agências do Banestes: Central, Esplanada, Reto da Penha, Praia do Canto, Vila Velha, Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Colatina. E também no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Governador Valadares e Brasília.

Aplicações para Excedentes de Caixa:

A gente quer aproveitar também, já que estamos mostrando serviços e produtos que vão aumentar o seu caixa, para recomendar a aplicação dos seus excedentes de caixa aqui mesmo no Banestes. Para isso, você tem o FAF, FAF AUTOMÁTICO, POUPANÇA ACUMULADA, CDB, RDB, Discuta a rentabilidade destes e de outros investimentos com nossos gerentes. E descubra que a sua empresa tem um verdadeiro parceiro no mercado. Pronto para ajudar de verdade no seu desenvolvimento.

BANESTES S.A.
Banco do Estado do Espírito Santo

GOVERNO
TRABALHADOR
ESPÍRITO SANTO



A CONTROVÉRSIA DO MINISTÉRIO DA DEFESA(*)

L.P. Macedo Carvalho

A criação do Ministério da Defesa volta a ser tema de debate, ao ensejo do chamado processo de modernização do Estado Brasileiro, que se anuncia em curso. O artigo comenta diversas facetas do problema, que não podem ficar à margem das discussões.

"A guerra é a realização da política por outros meios e o objetivo político é o fim, enquanto a guerra é um meio, não se podendo conceber o meio independente do fim."

Clausewitz

Retornou à pauta de debates a criação do Ministério da Defesa. Apesar de ser um dos mais controvertidos temas e, provavelmente, um dos menos compreendidos, não constitui novidade. De longa data, volta ciclicamente à discussão, seguindo a conjuntura política vivida.

Após a bem sucedida invasão da Normandia — Operação *Overlord* —,

Eisenhower sentenciou que haviam terminado os dias da atuação isolada de cada força singular — Exército, Força Aérea ou Marinha. Mas o problema de integração das forças armadas numa única pirâmide é, talvez, dos mais complexos de todas as questões organizacionais, tanto psicológica como logisticamente.

Desde a antiga Roma, que proibia às legiões cruzarem o Rubicão, e dos tempos de Cromwell, os militares são vistos com suspeita pelos políticos. Nos

(*) Selecionado pelo PADECEME

bastidores do poder há um conflito permanentemente para subordinar o militar no político. As tentativas de colocar o Exército e a Marinha sob a égide de um Ministério da Guerra vêm dos idos do conservador Disraeli, em 1856, no reinado da Rainha Vitória. Todavia, os ingleses — precursores na coordenação e controle unificados das três forças — só lograram implantar o Ministério da Defesa com o trabalhista Attlee, sucessor de Churchill, em 1946. Assim mesmo, na realidade, o Exército britânico, a *Royal Navy* e a *RAF* continuaram desfrutando de grande liberdade de manobra. Prolongados e controversos debates ainda se seguiram, durante certo período, em que se argumentava o risco de perda do espírito-de-corpo de cada uma das forças singulares. Só em 1962, o conservador Macmillan obteve efetivamente a integração completa das forças armadas — um dos mais importantes feitos de seu gabinete —, abolindo o tradicional cargo de “Primeiro Lorde do Almirantado”, cassando a autonomia das três forças e instalando a direção unificada delas num edifício acinzentado de *Whitehall*.

Os norte-americanos criaram o Departamento da Defesa em 1947, mas encontraram o arqui-racionalizador do Pentágono no Secretário de Defesa do governo Kennedy — Robert McNamara. A administração McNamara caracterizou-se por eleger o custo-benefício como fator determinante do sucesso na tomada de decisões e por levar em conta o custo marginal no desenvolvimento de sistemas de armas estratégicas competitivos. Tais medi-

das reduziram o orçamento do Departamento de Defesa em mais de 1 bilhão de dólares, diminuíram consideravelmente o efetivo de funcionários civis de seus quadros, padronizaram e simplificaram o material usado pelas forças armadas (da cueca verde-oliva de côs alto com seis botões, distribuída então pelo Exército, aos mais sofisticados artigos), resultando tudo em maior eficiência e eficiência operacional. Duas revoluções principais ocorreram com a nomeação de McNamara em 1961: a remodelação da estratégia e das forças de Tio Sam e a revisão absoluta do processo de tomada de decisões no Pentágono.

O exemplo histórico da mais completa integração nas Forças Armadas é o canadense, verificado em 1968. Chegou ao extremo de centralizar a formação básica dos cadetes das três academias militares e de padronizar o fardamento de soldados, marinheiros e aviadores, com um uniforme verde escuro brilhante e galões dourados nas mangas. Essa experiência não foi bem sucedida. Levou o moral dos militares ao fundo do poço e acabou sendo revista.

Cá entre nós, a criação do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), em 1946, sob a denominação de Estado-Maior Geral, assinala apenas o surgimento de uma assessoria militar combinada do Comandante Supremo das Forças Armadas — o Presidente da República. Decorreu, ao término da II Guerra Mundial, da necessidade sentida de um órgão militar de cúpula que coordenasse e integrasse as ações das Forças Armadas, parti-

cularmente em caso de operações bélicas. Contudo, por interesse ou desinteresse do governo, falta de amadurecimento e vontade política, conflitos e disputas interforças, o EMFA, de fato, jamais ganhou a devida expressão nos círculos político-militares nacionais.

Somente vinte anos mais tarde, em 1967, voltou-se a pensar seriamente na integração das Forças Armadas, com a promulgação do famoso Decreto-Lei 200, cujo texto estabelecia o seguinte:

“Art 168 — O Poder Executivo promoverá estudos visando à criação do Ministério das Forças Armadas para oportuno encaminhamento do projeto de lei ao Congresso Nacional.

Art 169 — Como medida preparatória e preliminar à criação do Ministério, a garantia da mais perfeita integração das Forças Armadas e a coordenação de suas atividades poderão ser asseguradas na forma dos arts 36, 37 e parágrafo único e 50 da presente lei.”

A idéia nunca saiu do papel. Castelo Branco, temeroso do agravamento da crise gerada com a questão da aviação embarcada e mais preocupado em manter a união das Forças Armadas, perdeu a oportunidade de promover a integração militar.

Por ocasião dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, da qual resultou a Constituição de 1988, foi proposta a criação do Ministério da Defesa. A proposta teve pouca receptividade e terminou arquivada.

Agora, o Planalto faz ressurgir promessa de campanha eleitoral — criar o Ministério da Defesa.

O tema, portanto, não é novo. Embora de natureza polêmica, indica uma tendência natural. Suscita a apresentação de uma miríade de opiniões contrárias e favoráveis ou a formulação de um sem número de vantagens e desvantagens. A propalada tese de se obter maior profissionalismo dos especialistas no “manejo da violência” e, por conseguinte, melhor desempenho das Forças Armadas, é relativa. Poder-se-ia apontar uma série infundável de exemplos históricos de países do primeiro e terceiro mundos dotados de Ministério da Defesa, que nem por isso se cobriram somente de glórias ao longo de sua existência.

O Ministério da Defesa não deve ser visto, pois, como símbolo da queda do regime militar ou da frustração de soldados profissionais transformados em marionetes nas mãos de políticos. Sem dúvida, o poder acumulado pelo Ministério da Defesa, em particular nos países carentes de estabilidade política, é certamente sem paralelo. Dispõe de vultosos recursos financeiros e materiais, controla ponderável efetivo de servidores públicos espalhados por todo o país, e exerce grande influência nos círculos políticos. O cargo requer autoridade, competência e equilíbrio para lidar com problemas estratégicos, administrativos, técnicos, diplomáticos e de relações humanas, além de exigir profundo sentimento do trabalho de pesadas burocracias, acentuado pelas naturais rivalidades intramuros e exteriores, para não aludir às

pressões internacionais. No passado, almirantes, brigadeiros e generais, na guerra silenciosa dos gabinetes, costumavam até sonegar informações entre as três forças, na defesa de interesses e do prestígio respectivos. As funções do Ministro da Defesa trazem no seu bojo desafios dos mais variados matizes, de difícil solução a médio prazo.

O cargo tanto pode ser exercido por civil como por militar. Calógeras, à testa da Pasta da Guerra, exemplifica a feliz administração de soldados por um civil, em que pese se atribuir os louros colhidos, na época, ao Marechal Hermes. É preciso cuidado para não se cair na tentação de rodízio no cargo de representantes de cada força singular (no caso de se valer de militares), com o intuito de amainar arestas. Tal prática, em outros países, mostrou-se inconveniente, levando ao cargo homens nem sempre credenciados por reais méritos, não raro cansados pelo peso da idade, sem criatividade e combatividade, alçados a tais funções elevadas em razão simplesmente de antiguidade hierárquica.

Admitir que a criação do Ministério da Defesa colocará fim às disputas normais interforças é ledó engano. Ministério da Defesa é caricatura de uma organização de componentes rivais sob comando único. Sua instituição não implica a anulação das forças singulares. A identidade, as características orgânicas e as tradições de cada força ditam as respectivas missões e doutrinas de emprego, razões pelas quais têm de ser preservadas e respeitadas.

O Ministério da Defesa ensinará a ampliação da guerra de papéis, com

volumosa tramitação de memorandos, ofícios, estudos, relatórios, pareceres etc. Exigirá maior número de coordenadores, oficiais de ligação, grupos de trabalho, comissões e mais comissões. Dizem que quanto menos engenhos bélicos, mais pessoal é imprescindível para administrá-los e mantê-los em boas condições de emprego. Impõe-se, assim, não cometer o pecado de reduzir os minguados efetivos combatentes em benefício de maior número de "tigres de papel" — os burocratas que costumeiramente emperram o processo administrativo-decisório. Não se deve esperar esvaziamento de estados-maiores. O EMFA deverá ganhar a merecida importância que lhe cabe e transformar-se no suporte do Ministério da Defesa. Os estados-maiores das três forças singulares serão mantidos e, conforme o modelo adotado, poderão assumir outros encargos e responsabilidades. Certamente, surgirão novos comandos e estados-maiores combinados.

Queiram ou não, a Nação jamais prescindirá da figura do soldado. A História aí está para isto comprovar. A expressão militar do Poder Nacional é parte de um todo indivisível e integra o Executivo. Está na moda falar-se em "desmilitarização". Mas as Forças Armadas constituem o braço armado da Política Nacional e suas missões constitucionais são definidas e perenes, variando apenas as prioridades a elas dadas em função do regime que garantem e da conjuntura atravessada.

A criação do Ministério da Defesa em si não traduz menosprezo pelas

Forças Armadas. Independe de sistema presidencialista ou parlamentarista. A solução não está em copiar-se modelos alienígenas. Há a considerar, antes de tudo, as peculiaridades do País, as nossas tradições, cultura e mentalidade para determinar o que nos convém. O tema pede que seja tratado de maneira racional e escoimado de paixões. O assunto reclama análise aprofundada.

Criar o Ministério da Defesa por mero casuismo *revanchista* ou simplesmente para honrar compromissos de palanque, a fim de afastar os militares do processo de tomada de decisões políticas, não faz sentido. Até porque não será o fato de se ter um civil à frente dos negócios da caserna que inibirá as Forças Armadas de tomar a iniciativa para cumprir com a sua inarredável destinação constitucional.

Os ministérios militares ou o Ministério da Defesa serão sempre uma pedra no sapato ou no caminho dos políticos até se reconhecer o papel dos

militares na sociedade. As Forças Armadas refletem tão somente as sociedades de onde dimanam. Resta fazer o que se tem de fazer, na hora certa, e acabar com a mania de tapar o sol com a peneira. Hesitações e improvisações não conduzem a bom termo. Urge uma política para as Forças Armadas e não política nas Forças Armadas. Anseia-se por uma doutrina militar coerente com a realidade nacional e exeqüível, para que as Forças Armadas se organizem de modo a poderem ser empregadas consoante o estabelecido.

Se o pretendido Ministério da Defesa vier a propiciar maior economia — o que é questionável —, eficiência, eficácia, racionalidade e operacionalidade, é louvável e desejável. Caso contrário, *resultará em mais uma frustrante reforma ministerial que cairá no vazio, com grande descrédito para o governo.*



LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO, p.s.c., é pós-graduado pelo "Staff College", Camberley, Reino Unido, e secretário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; foi membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, e do corpo permanente da Escola Superior de Guerra. É Coronel da Reserva do Exército.



PROJETO CALHA NORTE — IMPORTÂNCIA PARA A AMAZÔNIA E REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL

Evandro Bartholomei Vidal

Matéria extraída de monografia redigida, pelo autor, como exigência curricular para obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos Militares, em 1991.

Aborda a concepção e a implementação do Projeto Calha Norte, desmistificando conceitos perversamente difundidos.

"A Amazônia não é um inferno verde nem um paraíso perdido mas, sim, uma vasta área onde toda uma geração espera ansiosa e confiante o esplendente alvorecer de um amanhã fecundo, diferente e promissor. É tempo, na verdade, de o homem comandar a vida na Amazônia, deixando de escravizar-se ao rio, como secularmente vêm acontecendo. É tempo de findar aquela extrema anomalia, tão decantada no passado de que o homem, na selva, vivendo da exploração florestal, pelo isolamento insuperado, trabalha para escravizar-se. É tempo de mudarmos essa imagem. O que queremos é uma Amazônia integrada, mas para sempre brasileira."

Gen Rodrigo Octavio Jordão Ramos

INTRODUÇÃO

A Amazônia Legal Brasileira possui 5 milhões de km², 57% do território nacional.

De fisiografia grandiosa e selva-gem, sua ocupação e desenvolvimento são um desafio.

Integrá-la definitivamente ao contexto nacional tem sido buscado ao longo de gerações. Porém, tudo o que se fez até então foi insuficiente para preencher seu grande vazio demográfico, fortificá-la economicamente, e resistir à cobiça internacional.

No seu contexto, sobressai a área ao norte da calha dos rios Solimões e Amazonas, pela extensa faixa de fronteira que abarca, pelo isolamento que lhe proporcionam os rios que a delimitam ao sul, pela exagerada pretensão de povos indígenas que a habitam e pelas dificuldades que a fisiografia lhe impõem às comunicações.

O "Projeto Calha Norte", envolvendo, principalmente, o antigo Ministério do Interior, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas, mostra o caminho seguro e sem retorno para se alcançar, na área, os objetivos impostos pela geopolítica brasileira.

Partindo do levantamento das necessidades fundamentais e imediatas da região, foi estabelecido um conjunto de projetos especiais que buscam atender às necessidades regionais básicas, promovendo seu desenvolvimento socio-econômico e sua integração ao restante do País.

Os objetivos de cada um deles, aliados à estratégia da ação governamental para sua execução, revelam a importância do Calha Norte para a Amazônia e a segurança nacional, porquanto visa a promover desenvolvimento, em paralelo à conquista e manutenção dos objetivos nacionais permanentes na região.

CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA DA ÁREA ABARCADA PELO PROJETO

A área abarcada pelo Projeto Calha Norte situa-se na parte mais setentrional do País. Com terras em ambos os hemisférios, corresponde a 14% do território Nacional.

Não efetivamente integrada no contexto nacional, devido às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente, e praticamente inexplorada, ela abriga 1,2% da população nacional, distribuídos irregularmente e concentrados nas capitais dos Estados, com uma extensa faixa de fronteiras virtualmente habitada por indígenas.

Distante dos centros de poder e desenvolvimento do País, conta com apenas um grande pólo de desenvolvimento político-sócio-econômico, em Manaus (AM), e dois menores, em Macapá (AP) e Boa Vista (RR).

Esse afastamento mais se acentua pelo obstáculo natural da calha dos rios Solimões e Amazonas que tende a dissociá-la do restante do território brasileiro. Ao norte da área, verifica-se uma continuidade territorial que, se por

um lado induz aproximação natural e desejável com os países limítrofes, por outro permite fácil acesso aos agentes do comércio e de atividades ilegais, como o narcotráfico, a guerrilha e o contrabando.

Seu solo é fraco, dependente da cobertura vegetal e sujeito à erosão e rápida perda de nutrientes. Inversamente, seu subsolo é extremamente rico em recursos minerais, despertando cobiça de diversas entidades e países.

Carente de vias de comunicação terrestre — as poucas existentes são totalmente dependentes das condições climáticas — é carente, também, de recursos sociais básicos, principalmente de saneamento, educação e saúde.

Existem, ainda, problemas decorrentes de conflitos entre índios, posseiros, gerimpeiros e empresas de mineração, enquanto a continuidade territorial com países vizinhos permite que problemas de litígio entre eles tenham reflexos na região.

INGERÊNCIAS EXTERNAS

No século passado, ocorreu a primeira tentativa de ingerência, durante a Guerra dos Cabanos (1835-1840), quando Inglaterra, França e Estados Unidos propuseram, aos revoltosos, a separação da Amazônia do restante do Reino, sob pretexto de protegerem a região e seus habitantes.

Em 1849, o chefe do Observatório Naval de Washington, Mathew Maury, publicou um artigo em que desenvolveu teoria segundo a qual o Golfo do

México e a Amazônia fazem parte de um mesmo complexo geográfico e, conseqüentemente, o Amazonas seria uma extensão do Mississipi. Com base nessa teoria, mais tarde foi proposta a criação da República Amazônica, para abrigar os negros americanos recém-libertados.

No final do século, foi criado, em Nova Iorque, o *Bolivian Syndicate*, que negociou um contrato com o governo da Bolívia para ocupar a região do, hoje, Estado do Acre, em litígio entre o Brasil e a Bolívia, desde 1867, e quase provocou uma guerra entre os dois países.

Outra tentativa de locupletação da área ocorreu na última metade do século passado, a pretexto de redistribuir a população mundial. Tratava-se de plano japonês, pelo qual a Amazônia receberia os excedentes populacionais do mundo.

Em 1948, a Unesco planejou o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, cujo objetivo era a desapropriação da Amazônia. Concedia atribuições executivas a uma entidade internacional, criava imunidade para pessoas e bens, e retirava toda e qualquer jurisdição territorial do Brasil. A iniciativa agradou a tal ponto as nações estrangeiras, que as autoridades brasileiras no exterior passaram a ser inquiridas sobre as áreas que os países interessados poderiam dispor para “exploração comercial e colonização”.

Nos anos 60, o Instituto Hudson elaborou o Projeto dos Grandes Lagos, ou Plano de Mar Mediterrâneo Amazônico, que previa a construção de sete grandes lagos na Amazônia continen-

al, com o objetivo oficial de facilitar a navegação fluvial do Brasil com os outros países amazônicos. Segundo Robert Panero, técnico do instituto americano, eles serviriam de ligação entre as bacias dos rios e melhorariam o potencial de navegação dessas bacias, provendo um grande número de subprodutos estimuladores do desenvolvimento regional. Algo semelhante seria construído em Chocó, na Colômbia, misto de hidrelétrica e sistema de vias navegáveis, autêntica variante para utilização, pelos EUA, do Canal de Panamá, pois os dois lados seriam ligados, por canais, aos oceanos. Cidades como Santarém, Parintins, Itacoatiara, Óbidos, Maués e Manaus, dentre outras, ficariam submersas.

Era mais uma tentativa negativa de intervenção estrangeira, na Amazônia brasileira e na colombiana, em flagrante desrespeito aos princípios de autodeterminação, da independência nacional e da soberania, que devem reger as relações internacionais dos Estados.

Recentemente, o governo francês propôs criar uma estrutura supranacional de defesa do meio-ambiente que, apoiada na estranha tese da "soberania compartilhada", teria o direito de intervir em nossos assuntos internos.

Há, ainda, a conhecida atuação do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs que, em suas diretrizes, afirma claramente, ao referir-se à Amazônia e à população que a habita: "...são patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer".

Atualmente, as tentativas de ingerência na Amazônia apóiam-se na ecologia. O "choro ecológico" esconde a tutela internacional. Em 1987, por exemplo, foi detectada uma expedição científica na Amazônia, patrocinada pela Unesco, com a presença de cubanos, realizando levantamento aéreo das obras do Projeto Calha Norte. Existem programas de preservação ambiental, sob supervisão internacional, com outros interesses que não ambientais, mascarados de pesquisas que, nem sempre, respeitam a soberania nacional.

O PROJETO CALHA NORTE

Concepção

Em 1985, após avaliação político-estratégica da região, foi determinada a realização de estudos aprofundados que permitissem estabelecer medidas destinadas a enfrentar as carências mais sérias da área e a assegurar a soberania e a integridade do território nacional, ao norte da calha dos rios Solimões e Amazonas (esboço nº 1).

Considerou-se necessária uma ação de governo para dar partida à efetiva incorporação da área ao processo de desenvolvimento nacional, estimulando sua integração com as demais regiões do País e, de forma equilibrada, sua aproximação com países vizinhos.

Em maio de 1985, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional iniciou os estudos da região.

PROJETO CALHA NORTE — IMPORTÂNCIA PARA A AMAZÔNIA E REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL



Esboço n.º 01: Região ao Norte dos Rios Solimões e Amazonas

Após análise detalhada de características geográficas, demográficas, ecológicas, psicossociais, econômicas e militares, ficaram evidenciados os aspectos capazes de constituir ameaça à soberania e integridade nacionais.

Os estudos consideraram ainda que:

- a integração dessa região geoeconômica ao resto do País poderia assegurar um nível adequado de relacionamento com os vizinhos, por meio dos canais de cooperação técnica, econômica, comercial e cultural. Como decorrência, o Brasil poderia surgir como opção confiável e fraterna para o desenvolvimento recíproco;

- um planejamento abrangente de médio e longo prazo poderia, diferentemente de esforços isolados, direcionar a atuação governamental, juntamente com a iniciativa privada, no sen-

tido de promover-se desenvolvimento harmônico e adequado aos interesses nacionais.

Acolhendo proposta consubstanciada em exposição de motivos da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional,¹ o Presidente da República aprovou a constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para estabelecer um Plano de Ação Governamental para a região, voltado para os objetivos do desenvolvimento da área e da segurança nacional.

O GTI, coordenado pela Seplan, foi integrado por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e do Interior e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, con-

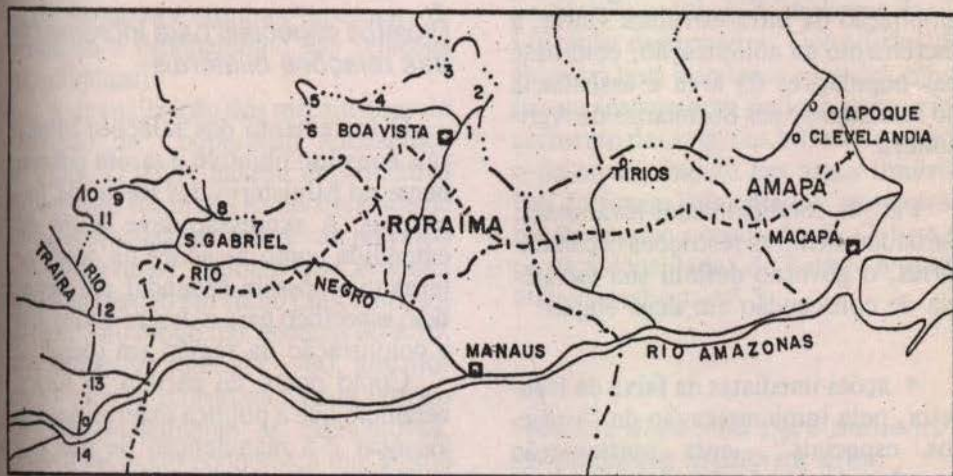
¹ Exposição de Motivos n.º 018, de 19.06.85.

tando com efetiva participação dos Ministérios Militares e o da Fazenda.

O exame da realidade regional levou o GTI a identificar três espaços diferenciados para abordagem: a faixa de fronteira, entre Tabatinga (AM) e Oiapoque (AP), com 150 km de largura; a orla ribeirinha dos rios Solimões e Amazonas e seus principais afluentes e o espaço circunscrito, constituído pelo núcleo interiorano.

O primeiro deles, a faixa de fronteira, foi eleito prioritário e preferencial para programação e ação imediata. Nessa faixa, que se confronta com

cinco países, ao longo de 6.500 km, foram selecionados seis trechos prioritários para atuação (esboço n.º 2): trecho noroeste de Roraima e norte do Estado do Amazonas, na fronteira com a Venezuela, onde se destaca a presença dos índios ianomâmis; trecho do Alto Rio Negro, a noroeste do Amazonas, na fronteira com a Venezuela e a Colômbia, conhecido como “Cabeça do Cachorro”; trecho ao norte e a leste de Roraima, na fronteira com a Venezuela e a Guiana; trecho do Alto Solimões e Alto Trafra, na fronteira oeste do Amazonas com a Colômbia;



- | | |
|----------------------|---------------------|
| 1 — Bonfim | 8 — Cucuí |
| 2 — Normandia | 9 — São Joaquim |
| 3 — Paracaima (BV-8) | 10 — Querari |
| 4 — Erico | 11 — Iauareté |
| 5 — Aquarius | 12 — B. Bittencourt |
| 6 — Surucucu | 13 — Ipiranga |
| 7 — Maturacá | 14 — B. Constant |

Esboço n.º 2: Áreas prioritizadas na faixa de fronteiras

trecho do Tumucumaque, na fronteira norte do Pará com o Suriname; e o trecho ao norte do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa.

O diagnóstico da região, realizado pelo GTI, identificou as seguintes necessidades fundamentais e imediatas: intensificação de relações bilaterais com países vizinhos, com destaque para trocas comerciais; aumento da presença brasileira na área, com base na ação pioneira das Forças Armadas; proteção e assistência às populações indígenas; intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira; aceleração da produção de energia local; ampliação da infra-estrutura viária; e incremento da colonização, com base nas populações da área e assistência do Ministério e das Secretarias de Agricultura.

Face às condicionantes levantadas, particularmente as restrições orçamentárias, o governo definiu sua estratégia de consecução em duas etapas:

- ações imediatas na faixa de fronteira, pela implementação de “projetos especiais”, com participação coordenada dos órgãos federais e estaduais, para atendimento das necessidades fundamentais já vistas anteriormente;

- ações subseqüentes, envolvendo a área como um todo, definidas em programas e projetos compatíveis com as diretrizes gerais do Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

Os Projetos Especiais

O “Projeto Calha Norte”² é um planejamento integrado de ação governamental. Tem em vista, no seu todo, o desenvolvimento sócio-econômico da área considerada e sua conseqüente integração ao restante do País.

Os projetos especiais, a seguir detalhados, caracterizam as ações imediatas do governo no atendimento às necessidades básicas da área. Tiveram início em 1986, com previsão de conclusão no final de 1991.

Projetos especiais para incremento das relações bilaterais

O incremento das relações bilaterais constitui objetivo e tarefa permanente do Ministério das Relações Exteriores. A expressão deve assim ser entendida como as ações na área externa que possam redundar em benefício específico para o desenvolvimento e colonização da região em causa.

Como ponto de partida, o maior benefício que a política externa poderá alcançar é a manutenção de paz e o incremento da compreensão mútua entre o Brasil e seus vizinhos.

A delimitação da fronteira, objeto de um projeto específico, é a atividade

² O termo “projeto” é inadequado, uma vez que o planejamento, como já vimos, envolve um conjunto de projetos especiais. Por uso, ficou, porém, a denominação inicial, criada quando não se conhecia, ainda, a amplitude das ações necessárias e dos recursos econômicos envolvidos.

de maior relevo, e está apoiada nas relações bilaterais. Entretanto, outras atividades a cargo do Itamarati estão sendo desenvolvidas, no âmbito do Projeto Calha Norte e em seu benefício, como listado a seguir:

- revisão da atual legislação do comércio fronteiriço. A legislação em vigor, particularmente a que regulamenta o comércio de pequena monta na região fronteiriça, é bastante complexa e burocratizada;

- incremento das atividades de cooperação técnica. Pode-se constituir em "ponta de lança" para exportação de bens e serviços, estabelecimento de *joint-ventures* e em fator de desenvolvimento e ordenamento das relações econômicas;

- revitalização dos mecanismos do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). O TCA nasceu de iniciativa brasileira, inspirada na necessidade de institucionalizar e orientar um processo de cooperação regional que se vinha desenvolvendo em ritmo crescente, sobretudo ao longo das décadas 60 e 70. Assinado em julho de 1980, nos últimos anos o acordo não pôde corresponder plenamente às expectativas, face à recessão econômica que afetou a todos os países membros. No entanto, constitui o único mecanismo para a consecução de determinados objetivos desenvolvimentistas na Amazônia;

- cooperação internacional no combate ao narcotráfico. Plantação, colheita, refino e comercialização do epadú e da coca constituem atividades ilegais em expansão, principalmente na fronteira noroeste. Torna-se fundamental a alocação de recursos adicio-

nais para as operações conjuntas de erradicação das plantações, a serem realizadas com nossos vizinhos;

- retomada de estudos para novas ligações rodoviárias. Diz respeito a acordos já realizados com a Guiana, para construção da ponte ligando Bonfim (RR) e Lethen (Guiana), e da rodovia a partir daí até Mabura Hill, no país vizinho. A concretização dessas obras permitirá melhor integração da região fronteiriça dos dois países e viabilizará escoamento rodoviário de valor estratégico em direção ao Caribe;

- reforço da rede consular de fronteira. Visa a evitar, no nascedouro, problemas políticos decorrentes da vivificação da fronteira. Consulados de fronteira bem instalados e lotados constituem instrumento valioso para o incremento das relações bilaterais e para o desenvolvimento das áreas limítrofes. Já foram implantados, nessa fase do Projeto, o consulado de Cafena e os vice-consulados de Letícia e Santa Helena (esboço n.º 3).

Projetos especiais para aumento de presença militar na área

O objetivo é fortalecer a Expressão Militar do Poder Nacional na faixa de fronteiras e em suas vias de acesso, cabendo: à Marinha do Brasil, intensificar atividades relativas à segurança da navegação, controle de embarcações e seu policiamento, bem como serviços de patrulha fluvial; ao Exército Brasileiro, a ocupação física dos pontos sensíveis na faixa de fronteira, vi-

PROJETO CALHA NORTE — IMPORTÂNCIA PARA A AMAZÔNIA E REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL



Esboço nº 3: Rede Consular na Região

giando e guardando as vias naturais de acesso ao território nacional; e, à Força Aérea Brasileira, a manutenção de uma infra-estrutura aeronáutica que possibilite o adequado apoio e a preservação da soberania do espaço aéreo, nos pontos sensíveis de interesse na faixa de fronteira.

Complementarmente, as Forças Armadas, pela peculiaridade capilar de sua organização e articulação, deverão contribuir para a vivificação da faixa de fronteiras e para o desenvolvimento da área, apoiando, logisticamente, os órgãos federais e estaduais na execução das ações de governo, particularmente nos setores da educação, saúde, transporte e telecomunicações.

A presença militar, ajustada à estrutura nacional e fiel à sua vocação de solidariedade, tem tradicionalmente estimulado atividades educacionais e econômicas, prestado assistência de saúde

à população local, integrando os silvícolas à comunidade nacional, inibindo o trânsito ilegal de estrangeiros, o narcotráfico e a evasão de riquezas, e implementando uma infra-estrutura viária. Tudo isso respaldando atividades de colonização, tão necessárias às faixas fronteiriças.

Para apoiar a implementação e o acompanhamento dos diversos projetos especiais, foram destinados recursos à Marinha para melhoria dos pontos de apoio na região.

Para que o Exército se faça presente na faixa de fronteira, atendendo eficientemente aos objetivos propostos para o Projeto, foi necessária uma reestruturação da força terrestre na área, com a criação de unidades de fronteira, e a reorganização, articulação e equipamento de comandos militares.

Finalmente, a Aeronáutica, através da implantação de pontos de irradiação

de apoio aéreo, vem atendendo a todo o transporte de pessoal, material e equipamento de interesse dos projetos. Executa, ainda, construção, melhoria e ampliação de aeródromos do interesse do sistema de proteção ao voo, para apoio às organizações militares da fronteira e à Funai.

Projeto especial para o incremento das ações da Funai na faixa de fronteira

Tem por objetivos fortalecer a estrutura operacional da Funai e promover estudos e demarcações de áreas, a fim de viabilizar e efetivar suas ações junto às comunidades indígenas na faixa de fronteiras.

No desempenho de sua política indigenista, a atuação da Funai, a partir de uma experiência de campo, intensificada através da presença permanente na área, fundamenta-se, sobretudo, nas reservas que demandam tratamentos especiais, como a dos lanomâmi.³

Tendo em vista a problemática indígena, foram selecionadas seis áreas prioritárias na faixa de fronteira, para atendimento pelo Projeto Calha Norte; área lanomâmi (AM e RR), na fronteira com a Venezuela, com cerca de 10.000 índios; área de Roraima, fronteira com a Venezuela e Guiana, com

cerca de 15.000 índios; área do Alto Rio Negro, com aproximadamente 15.000 índios de diversas etnias, dispersos numa área que se inicia no rio Japurá, próximo de Vila Bitencourt, fronteira com a Colômbia, e se estende até o Rio Cauabaris, fronteira com a Venezuela; área do Alto Solimões (AM), fronteira com a Colômbia, também com, aproximadamente, 15.000 índios; áreas do Amapá (AP), fronteira com a Guiana Francesa, e do Tumucumaque (PA), fronteira com o Suriname, abrigando, em conjunto, 3.500 índios.

Nessas áreas estão sendo efetivadas, pela Funai, dentre outras, as seguintes ações: reformas, manutenção e construção de novos postos indígenas; melhoria, ampliação e construção de novos campos de pouso; aquisição de equipamento e material permanente para funcionamento dos postos indígenas; projetos de desenvolvimento comunitário e de incentivo ao artesanato; e estudos, demarcações e delimitações das terras indígenas.

A sistemática das delimitações precisava estar inserida num contexto que buscasse o bem-estar das comunidades indígenas e não que satisfizesse, apenas, aos falsos líderes e prepostos. Assim nasceram as colônias e áreas indígenas que, além de se preocuparem com a proteção oferecida pelas demarcações, demonstram a solicitude do governo brasileiro para com os índios, particularmente quanto a saúde, educação e abastecimento de gêneros de primeira necessidade.

³ É importante notar que nossa fronteira norte abriga em grande trecho inúmeros e dispersos grupos indígenas, tornando difícil qualquer atuação governamental na área sem a efetiva participação da Funai.

*Projeto especial para intensificação
das campanhas de recuperação
dos marcos limítrofes*

Resultado de negociações diplomáticas, o território nacional apresenta contornos definidos com todos os vizinhos. Existe, porém, séria deficiência no que diz respeito ao adensamento de marcos para caracterizar as fronteiras.

Prolongamento do trabalho diplomático, demarcar fronteiras representa atribuição da maior importância. Visa a proteger e resguardar a soberania e a segurança nacionais. A demarcação e a caracterização das fronteiras devem, porém, ser realizadas em bases bilaterais e, para isso, constituíram-se comissões mistas, que atuam de forma continuada e permanente na inspeção, caracterização e reconstrução de marcos fronteirícios.

O Projeto contribui, significativamente, para dotar as equipes brasileiras de demarcação de limites com equipamentos e recursos que permitam acompanhar o ritmo de trabalho acordado com as nações vizinhas, bem como possibilitar a adequada manutenção das sedes e subsedes das comissões demarcadoras.

*Projeto especial para ampliação da
infra-estrutura viária*

Incorporada a partir de 1987 ao Calha Norte, tem por finalidade ampliar, de forma racional, a infra-estrutura viária da região.

Para isso, considerou-se a interação da hidrografia com o relevo. Ele de-

termina a característica marcante da Região Amazônica: domínio das terras baixas equatoriais florestadas, existência de tabuleiros e baixos platôs, tudo entremeado por vasta malha de rios de vários portes, todos tributários do Solimões/Amazonas.

*Projetos especiais para ampliação
da oferta de recursos sociais
básicos*

Mais recente categoria de projetos especiais, resultou da participação de diferentes órgãos governamentais⁴ e decorreu da motivação criada pela regulamentação do inciso I, do Artigo nº 17, do Estatuto do Índio, que implantou as colônias e áreas indígenas. Esse programa, originário do projeto-piloto Tabatinga, aproveita a peculiaridade capilar das Forças Armadas para apoio a projetos em regiões distantes e carentes do território nacional.⁵

**Resultados já Obtidos nos
Diversos Projetos Especiais**

Os trabalhos implementados em cada projeto especial resultaram num

4. Ministérios da Agricultura, da Previdência Social, da Saúde, da Educação e do Exército, Gabinete Civil da Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, governos do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá, e municípios da região.

5. Para que se avalie a importância atribuída, pelo governo, à ampliação da oferta de recursos básicos, basta citar que 40% dos recursos alocados para o Calha Norte estão destinados a essa categoria de projeto.

conjunto de ações que, além de aumentar as perspectivas de desenvolvimento social, econômico e cultural, criou condições de progresso e bem-estar necessárias à permanência do homem em sua área de origem.

Além de alguns resultados, atrás descritos, outros foram conseguidos nos últimos cinco anos, conforme explicitado a seguir.

Área das relações bilaterais

Foi construída a Via da Amizade, uma avenida de dupla via, com 3,5 km de extensão, ligando Tabatinga (AM) a Letícia (Colômbia).

Tendo como base os programas e trabalhos acordados em onze conferências e nove reuniões técnicas realizadas pelas comissões mistas, foram construídos, no período 86/89, particularmente na fronteira com a Venezuela e a Colômbia, 547 novos marcos fronteiriços.

Área de aumento da presença militar

A presença militar na faixa de fronteira cumpre a finalidade constitucional das Forças Armadas. Complementarmente, no caso do Projeto Calha Norte, constitui, ainda, importante pólo catalisador de fixação de populações, em função da sua capacidade de apoio logístico e de prestação de serviços sociais básicos nos mais recônditos ermos da nossa fronteira.

No setor do Exército, assinalam-se construções de pavilhões destinados a terceiros, nos aquartelamentos das organizações militares da região. Esses pavilhões destinam-se a abrigar órgãos governamentais que devem estar presentes na área⁶ e que, através da assinatura de convênio com o Ministério de Exército, podem contar com as facilidades de apoio necessárias ao exercício de suas atividades, enquanto as localidades não tiverem estrutura política, econômica e administrativa de suporte adequada. Assinala-se, ainda, a conclusão de obras de aquartelamento e a conseqüente ativação de batalhões e pelotões especiais de fronteiras.

No setor da Aeronáutica, o Projeto Calha Norte, utilizando a experiência da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara), construiu, ampliou e asfaltou mais de 20 pistas de pousos essenciais à continuidade do apoio logístico a ser prestado na região.

Os pontos de apoio, a segurança da navegação, o controle das embarcações fluviais e seu policiamento constituíam as grandes deficiências da área do Projeto Calha Norte.

Assim, a Marinha efetivou a construção do *pier* da Base Naval de Val-de-Cães, a ligação definitiva do Cais da Estação Naval do Rio Negro, e a aquisição e entrada em operação de duas "agências flutuantes" e quatro embarcações rápidas, além da construção de uma lancha-patrolha e uma lancha balizadora.

6 Receita Federal, Polícia Federal, Cobal, agências e postos bancários, Ibama e outros.

Através de dois navios de assistência hospitalar, vêm sendo desenvolvidas ações de apoio médico e odontológico às populações ribeirinhas.

Área dos transportes — ampliação da infra-estrutura viária

Na infra-estrutura complementar, foram realizados investimentos na ligação Ipanorê-Urubuquara, em São Gabriel da Cachoeira, permitindo a integração ao transporte fluvial no rio Uaupés; na construção do trecho da BR-307, ligando São Gabriel da Cachoeira (AM) a Cucuí (AM); na conservação do trecho da BR-174, entre Caracará e Boa Vista; na conservação do trecho da BR-401, de Bonfim a Normandia; e em planejamento e estudos para a ligação Macapá—Tiriós, trecho das BR-210 e BR-163, aproveitando segmentos já construídos da Perimetral Norte.

Área de oferta de recursos sociais básicos

Nessa área, o Projeto Calha Norte já apresenta resultados bastante animadores, dentre os quais se destacam: construção de poços tubulares em Estirão do Equador (AM), Vila Bitencourt (AM), Ipiranga (AM), Palmeiras (AM) e São Gabriel da Cachoeira (AM); construção de uma unidade de distribuição de alimentos da Cobal em São Gabriel da Cachoeira (AM); construção e equipamento de centros de saúde nas áreas indígenas de Parí-Cachoeira (AM) e Içana no Rio Ne-

gro (AM); aquisição e entrada em operação de quatro barcas, como unidades volantes de saúde, para atendimento às comunidades isoladas do Alto Rio Negro; instalação de pessoal de saúde em diversas localidades da região; instalação de uma unidade mista de saúde, com 25 leitos, em Iauaretê (AM); instalação de uma unidade mista de saúde, com 50 leitos, em São Gabriel da Cachoeira (AM); fornecimento de uma farmácia básica, para cada 3.000 habitantes, com periodicidade semestral, para as unidades mistas e volantes de saúde da região; instalação de creches em diversas cidades; e realização, em todos os municípios, de campanhas de vacinação e erradiação de doenças endêmicas.

Ressalta-se, ainda, a ampliação e modernização das instalações do Hospital do Exército, em Tabatinga (AM), o que, face a convênios assinados com os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, e o Governo do Estado do Amazonas, aumenta significativamente a capacidade e a eficiência do atendimento médico-hospitalar das populações de toda a região do Alto Solimões.

Cabe, também, destacar, no setor ligado à educação, formação profissional e recursos humanos: a construção da Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira (AM); a implantação do Colégio Agropecuário de Benjamim Constant (AM); a recuperação de mais de uma centena de salas de aula das redes de ensino escolares municipais; e a instalação de Centro de Treinamento Profissional, em Tabatinga (AM), para o aprendizado industrial.

Área de incremento das ações da Funai na faixa de fronteiras

A problemática indígena tem recebido atenção constante e tratamento cuidadoso da parte do Governo Federal. Os fatos o demonstram.

Até 1984, o País possuía 91 áreas indígenas, em uma superfície demarcada de 12.118.840 hectares. De 1985 a 1987, essas áreas subiram para 100 e a superfície para 18.747.536 hectares. Com as ações de incremento e agilização instituídas pelo Projeto Calha Norte, temos hoje no Brasil 182 áreas e colônias indígenas delimitadas ou demarcadas, em uma superfície total de 30.283.273 hectares.

O resultado obtido é consequência de dois atos fundamentais definidos no Projeto. O primeiro, relaciona-se ao fortalecimento, na região, da estrutura operacional da Funai, e o segundo caracteriza-se pelos levantamentos fundiários realizados, que resultaram na criação de áreas e colônias indígenas.

No que concerne à estrutura da Funai, foram implantadas e efetivadas melhorias nas Superintendências Especiais e Administrações Regionais de Tabatinga (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Barcelos (AM).

Os levantamentos fundiários relacionados ao índio levaram à criação de 19 áreas indígenas na região dos índios Ianomâmi, em Roraima, num total de 2.435.215 hectares, para uma população de 9.910 índios.

Simultaneamente, outros estudos e levantamentos resultaram na criação de mais 16 áreas na região conhecida como "Cabeça do Cachorro", totali-

zando superfície de 2.630.000 hectares, para uma população de 23.620 índios.

Procedeu-se, também, à distribuição de medicamentos e equipamentos de saúde, além de reformas em enfermarias de postos indígenas, conjugadas à construção e reparação de salas de aula, bem como à implantação de projetos especiais nos setores da agricultura de subsistência, bovinocultura, caprinocultura, piscicultura e artesanato, nas colônias e áreas indígenas criadas.

Em estreita ligação com o Programa Nossa Natureza, dedicado ao meio ambiente, foram criadas, na área de atuação do Calha Norte, 13 florestas nacionais, abrangendo área de 8.565.485 hectares e, um parque nacional⁷ com área de 100.000 hectares.

Essas florestas nacionais, basicamente unidades de conservação, resultado de ação integrada da Funai, Incra, Governos Estaduais e Ibama, justapostas às áreas indígenas, asseguram a interação pacífica das diferentes culturas regionais e, sobretudo, garantem a preservação de ecossistemas vitais ao equilíbrio ecológico da Amazônia.

Continuidade ao Projeto — Atos Recentes

Recentemente, através de determinação presidencial, deu-se continuidade ao Projeto Calha Norte, acrescentando,

⁷ Monte Roraima.

aos trabalhos programados, mais uma etapa de atividades, onde destacamos, como principais ações implementadas:

- delimitação da área da cidade de Tabatinga (AM), com a expansão do perímetro urbano, atendendo antiga aspiração da comunidade;

- criação de uma área de livre comércio em Tabatinga (AM), possibilitando, como um dos seus desdobramentos sócio-econômicos, a consolidação, a curto prazo, de um pólo turístico nessa região do Alto Solimões;

- assinatura de Protocolo de Intenções, entre o Estado do Amazonas e a União, objetivando a aquisição de 22 embarcações de apoio às populações da área;

- assinatura de convênio entre os Ministérios do Exército, da Previdência Social, da Saúde, o EMFA e o Governo do Amazonas, para ações de assistência à saúde das populações do Alto Solimões e Alto Rio Negro; e

- assinatura de 27 convênios da LBA com o Governo do Amazonas, Ministério do Exército e municípios da área, visando a consolidar e ampliar as ações dessa fundação junto às populações da fronteira setentrional. Visando à implantação de 41 unidades de atendimento social, entre as quais creches, centros de convivência para idosos, centros de apoio nutricional e de educação social, essa ação beneficia, diretamente, cerca de 200.000 pessoas, moradoras em 79 municípios da faixa de fronteira.

É preciso considerar, ainda, que a Lei Orçamentária para 1990 destinou, aos diversos Ministérios e órgãos Federais, com ações previstas no Pro-

jeto Calha Norte, recursos financeiros para a continuação dos trabalhos.

Ações Subseqüentes

As ações a serem detalhadas pelos programas subseqüentes de desenvolvimento do Calha Norte deverão considerar as diferenciações sub-regionais, a exemplo da faixa de fronteira, do núcleo interiorano de terras firmes e das zonas ribeirinhas existentes.

Tais sub-regiões ou zonas poderão constituir subprogramas específicos, regidos pelos objetivos e diretrizes contidos no "Plano de Desenvolvimento da Amazônia".

No planejamento dessas ações, duas premissas básicas devem ser consideradas: o respeito às características e peculiaridades da sociedade e da cultura amazônica; e a utilização dos recursos naturais, obedecendo, simultaneamente, a que seu uso seja economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto.

Esses objetivos serão promovidos através das seguintes diretrizes gerais:

- definir a política de ocupação da Amazônia e de uso dos seus recursos naturais, com disciplinamento das atividades econômicas, e através de zoneamento territorial que compatibilize os objetivos sócio-econômicos com os aspectos ecológicos;

- intensificar a programação de ciência e tecnologia, reforçando a necessidade de ampla coordenação de todos os órgãos e segmentos de pesquisa em desenvolvimento na Amazônia, de forma a atrelar efetivamente a pesquisa

à ação planejadora e à sustentação do processo de ocupação regional, e a garantir o atendimento à demanda de conhecimentos originados da região;

- promover a implantação de atividades econômicas voltadas para a ampliação dos mercados interno e externo, através do racional aproveitamento dos recursos regionais;

- valorizar a cultura das sociedades indígenas, com o propósito de integrá-las progressiva e harmonicamente à comunhão nacional, estendendo-lhes a proteção das leis em igualdade de condições com todos os brasileiros, bem como assegurando-lhes os mecanismos de preservação, delimitação e demarcação de suas terras; e

- integrar as ações governamentais em todos os níveis (federal, estadual e municipal), e com as ações desenvolvidas por outros programas já em curso na região.

São essas as bases que deverão nortear a formulação e o ajustamento dos programas relativos ao Projeto, na execução da próxima etapa da política governamental para a região.

ÓBICES AO PROJETO CALHA NORTE

Óbices são obstáculos, de toda ordem, que dificultam ou impedem a conquista e a manutenção de Objetivos Nacionais. Podem constituir *fatores adversos* ou *antagonismos*. Aqueles, destituídos de sentido contestatório, são geralmente decorrentes de causas naturais. Estes decorrem de

ação ou manifestação de atitude deliberada e contestatória, de origem volitiva.

Se o antagonismo dispuser de poder, isto é, se à vontade deliberada de se contrapor aos esforços da comunidade nacional se soma alguma capacidade de obter efeitos, qualifica-se como *pressão*.

Quando a pressão constitui ameaça ponderável atuando de forma significativa, com capacidade de dificultar ou impedir a conquista e manutenção de Objetivos Nacionais Permanentes, sua qualificação evolui para *pressão dominante*.

Podemos assinalar, como *fatores adversos*:

- a distância de mais de 3.500 km entre a região e o centro geoeconômico e político do Brasil, que acarreta grandes dificuldades de ligação;

- a interação homem-ambiente, hidrodependente, que favorece endemias e doenças típicas do trópico úmido;

- o excesso de áreas e sua difusão na região, que dificulta o isolamento físico e geográfico das questões. Por serem muito extensas e, em grande parte, localizadas em regiões de fronteira, podem criar implicações internacionais, passando o fator adverso a evoluir para nível de pressão, antagônica aos interesses brasileiros;

- a carência de recursos financeiros, fruto da grave crise econômica por que passa o País, que dificulta carrear verbas suficientes para melhor consecução dos diversos projetos especiais.

Quanto às *pressões*, ressaltam o contrabando, o narcotráfico, o governo

próprio em áreas indígenas e o ativismo preservacionista.

O contrabando traz descrença à autoridade do Estado, nos locais onde ocorre, além de negar a entrada de receita alfandegária para os cofres do Tesouro Nacional.

O narcotráfico impõe sua lei nos locais onde se cultiva, processa e comercializa a droga. É associado natural do estado de descumprimento da lei e da corrupção das autoridades que o aceitam ou toleram, de vontade própria ou sob coação do poder armado dos narcotraficantes. Se de parceria com os movimentos guerrilheiros dos países vizinhos, o óbice é muito agravado, pois cresce seu poder.

O governo próprio em áreas indígenas é uma permanente tentativa externa de internacionalizar partes da Amazônia, a começar pelos enclaves indígenas, utilizados pelas Organizações Não Governamentais (ONG) como “ponta-de-lança” na discussão das questões da Amazônia, certamente com, no mínimo, a complacência dos Governos onde estão sediadas. Há também certo apoio da mídia e de parte da comunidade artística e “intelectual” nacional, bem como de setores da Igreja e empresas multinacionais, o que contribui para fortificar o óbice.

Sob a idéia geral do ativismo preservacionista, congregam-se variados setores e indivíduos das sociedades nacional e internacional. Utilizando como bandeira os movimentos ecológicos e preservacionistas, conseguem influenciar parte da intelectualidade, e no modismo do comportamento de pessoas formadoras de opinião no Brasil. Há

uma natural mistura de interesses, onde a inocência e a pureza de certos idealistas é aproveitada para manter adormecido o potencial amazônico brasileiro. A corrosão psicossocial causada por essa pressão contribui, de modo direto, para reduzir a liberdade de ação na execução do “Projeto”, já que existe uma idéia preservacionista de quase intocabilidade dos recursos, porque isso danificaria, irreversivelmente, a flora e a fauna da Amazônia.

Como *pressões dominantes*, avultam as que objetivam a desnacionalização do brasileiro e a preservação radical da cultura indígena.

Há um movimento internacional difuso, sobre a internacionalização da Amazônia, abrangendo, em sua quase totalidade, áreas situadas ao norte dos rios Solimões e Amazonas. Nelas, os habitantes atuais deixariam de ser submetidos ao controle e ação do Estado brasileiro, sendo desnacionalizados.

O estabelecimento dessas “cabeças-de-ponte” políticas, se permitido, além de atentar contra a integridade e a soberania do patrimônio nacional, demandará grande esforço para sua eliminação, com provável recurso à guerra.

A preservação radical da cultura indígena é pressão muito semelhante à do ativismo preservacionista. Pode produzir efeitos perversos, via antropologia aplicada.

A partir dos enquistamentos antropológicos que pressões internacionais tentam impor ao País, será possível impor sanções globais ao Brasil, com respaldo num direito internacional que o coloque na condição de réu não pre-

servador de “grupos indígenas em extinção”. Essas ações externas, se efetivadas, irão perturbar a paz social e negar a soberania nacional brasileira.

CONCLUSÃO

O Projeto Calha Norte, dentro da estratégia governamental concebida através de um planejamento globalizado, vem realizando significativas e benéficas transformações na área por ele abrangida, com reflexos positivos para toda a Região Amazônica.

Ele se fez necessário para que a região ao norte dos rios Solimões e Amazonas tenha possibilidade de atingir o mesmo nível de desenvolvimento social e econômico alcançado pelas demais regiões brasileiras.

Abandonando as soluções de problemas setoriais e localizados, foram levantadas, inicialmente, as necessidades fundamentais e imediatas de toda a região e, desse levantamento, decidiu-se pela implantação de projetos específicos e globais. Esses diferentes projetos, denominados “projetos especiais”, contemplam a Amazônia com medidas concretas que, além do profundo alcance social, estão criando condições para o desenvolvimento de toda a área.

O aumento da presença do Exército na faixa de fronteira, garantindo a integridade territorial e aumentando a vigilância, tornou-se um poderoso óbice à imigração ilegal, ao contrabando, ao narcotráfico e à ação de grupos guerrilheiros estrangeiros em território nacional.

Historicamente, unidades militares, principalmente do Exército, sempre serviram de pólos de irradiação de colonização e desenvolvimento. A reestruturação da Força Terrestre, imposta pelo projeto, incrementou a assistência às populações da área, estimulando o crescimento econômico e social.

O aumento da presença da Marinha e da Aeronáutica trouxe incremento do fluxo de navegação, maior assistência às populações ribeirinhas, otimização da infra-estrutura aeronáutica, aumento da capacidade de transporte aéreo, elementos necessários ao desenvolvimento regional, em medida compatível com as necessidades dos demais projetos e programas em andamento ou a serem iniciados.

A revitalização dos mecanismos do Tratado de Cooperação da Amazônia está permitindo alcançar objetivos que necessitam do esforço conjunto de todos os países da área. Como exemplo, citamos a busca da erradicação de moléstias de natureza endêmica como a malária.

As ações da Funai necessitavam, há muito, de uma redefinição de seus rumos, desorientada que estava no emaranhado de leis contraditórias. Coube ao projeto centralizar todas as ações do órgão, em benefício não só das populações indígenas, como da população branca. As demarcações das reservas indígenas, além de protegerem os silvícolas, liberam áreas para que o governo possa realizar, dentro do seu programa de reforma agrária, o assentamento de milhares de famílias de outras regiões, através de uma ocupação racional, reduzindo danos à

ecologia e permitindo a melhoria da qualidade de vida da população.

A ampliação da oferta de recursos sociais básicos, ao mesmo tempo que oferece melhoria acentuada à infraestrutura social, proporciona ampliação do mercado de trabalho. Assim, profissionais das mais diversas categorias e especialidades estão encontrando oportunidades de emprego e campo amplo e fértil para o desenvolvimento das suas atividades.

A maior aproximação entre governos estaduais se faz sentir na execução da maioria dos projetos especiais, os quais atingem os problemas comuns à região, independente dos limites interestaduais. Assim, os dividendos políticos advindos desses projetos acabam se refletindo em benefícios para toda a região, representados, de imediato, em maior aporte de recursos, maior cooperação técnica e liberação de canais burocráticos porventura existentes.

O incremento das relações com países vizinhos tem permitido dotar a região de uma legislação de comércio fronteiriço mais adequada, incrementando as trocas na faixa de fronteira e possibilitando maior acesso ao consumo. Esse incremento tem estimulado, também, a cooperação técnica, favorecendo a solução dos problemas comuns a todos os países da área, com economia de esforços.

A visão prospectiva e o modo objetivo e realista com que o "Projeto Calha Norte" está sendo conduzido, permite projetar um futuro extremamente promissor para a Amazônia e a certeza de que aquele espaço geográfico, em breve, será também um es-

paço econômico totalmente integrado ao contexto nacional.

O Projeto, através dos projetos especiais, propõe e executa diversas medidas, em todos os campos do poder nacional para eliminar ou minimizar uma série de vulnerabilidades existentes na área capazes de comprometer, de forma significativa, a segurança nacional.

Os projetos de aumento da presença militar na faixa da fronteira, demarcação das fronteiras e de delimitação das áreas indígenas têm proporcionado à Nação a garantia de integração de uma imensa porção do seu território, potencialmente rica em recursos naturais. Asseguram ainda a manutenção da integridade territorial.

O desenvolvimento levado à região, através dos projetos especiais de aumento da oferta de recursos sociais básicos e de incremento da infra-estrutura viária, tem contribuído, significativamente, para a redução dos desequilíbrios regionais existentes no País, atendendo aos objetivos nacionais de progresso e paz social.

O incremento das relações bilaterais tem trazido resultados positivos no combate às ações do narcotráfico e do contrabando, atividades ilícitas que ameaçam os interesses nacionais, tanto do Brasil quanto das nações vizinhas.

A cooperação internacional no combate a essas atividades, os acordos de cooperação técnica e a revitalização dos mecanismos do TCA estão trazendo uma melhoria nas relações brasileiras com os países vizinhos na Calha Norte. Desse modo, amplia-se

a possibilidade de, através de negociações pacíficas, eliminar quaisquer focos de tensões que venham a surgir com a humanização das áreas fronteiriças.

O adensamento e recuperação dos marcos limítrofes, feitos em bases bilaterais, consolidam os limites da soberania brasileira. Essa definição elimina, desde já, quaisquer futuras reivindicações por parte de outros países sobre áreas do território nacional.⁸

A maior presença das guarnições militares reduzirá, significativamente, ações ilícitas praticadas na área, evitando a evasão indiscriminada das riquezas nacionais. Ao mesmo tempo, fechará a linha fronteira a incursões de grupos guerrilheiros ao território brasileiro.

A redefinição da política indigenista e a conseqüente demarcação de terras indígenas irão eliminar focos de tensão altamente nocivos à segurança nacional. Ao mesmo tempo que protege as populações indígenas, inibe as pretensões de organismos interessados na criação de "nações indígenas" politicamente independentes.

A segurança da Amazônia e sua integração aos melhores padrões do País é tarefa que exige decisão, ímpeto, perseverança e patriotismo.

Somos nós, hoje, os responsáveis pela valorização e proteção de tão extensa área. Temos um compromisso

e um dever para com as futuras gerações, que é a de entregar-lhes, protegida e integrada ao território nacional, tão considerável parcela do norte do país.

O Projeto Calha Norte sintetiza todo esse compromisso e esse dever.

BIBLIOGRAFIA

- ALMANAQUE ABRIL. Rio de Janeiro, Editora Abril, 1990.
- AMAZÔNIA: o desafio do futuro. *Manchete*, Rio de Janeiro, Set 1989, 178 págs. Edição Especial.
- AMAZÔNIA: onde está a verdade. *Veja*, São Paulo, Jul 1989, págs. 60-109.
- BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial. *Exposição de Motivos n.º 770*, Brasília, 1985.
- BRASIL. Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional. Palestra realizada na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1989.
- BRASIL. Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. *Calha Norte. A Fronteira do Futuro*. Brasília, 1988.
- BRASIL. Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. *Calha Norte. A Fronteira do Futuro*. 2ª edição. Brasília, 1990.
- CASTRO, Thiago de. *Espaços Geográficos*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1985.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, 1988.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — Manual Básico.
- GALVÃO, Eduardo Rodrigues. *Estudo de Problemas Brasileiros*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1988, págs. 129-154.
- GONÇALVES, Leônidas Pires. Palestra realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1989.
- IANOMÂMIS a morte de um povo. *Veja*, São Paulo, Set 1990, págs. 70-83.
- LUZ, Porto da. *Compreensão da Amazônia*. Palestra realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1990.
- MATTOS, Adherbal Meira. *O Interesse Nacio-*

8 Reivindicações muito comuns entre nações vizinhas, quando as fronteiras se tornam vivificadas ou quando se comprova a existência, em faixas limítrofes, de solos potencialmente ricos.

PROJETO CALHA NORTE — IMPORTÂNCIA PARA A AMAZÔNIA E REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL

nal e os Interesses Internacionais na Amazônia Brasileira. Palestra realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1990.

— *Uma estratégia para a Amazônia.* Palestra realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1990.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica.* Rio de Janeiro, Biblioteca

do Exército, 1980.

OLIVEIRA, João Roberto de. *Áreas de Fricção na América do Sul e seus Reflexos na Segurança e Harmonia do Subcontinente. A Defesa Nacional,* Rio de Janeiro, 731:137-174, Mai/Jun, 1987.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional.* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1982.



Tenente Coronel Art QEMA EVANDRO BARTHOLOMEI VIDAL — possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras (1973), Formação de Observadores Aéreos (1975), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1982), Analista de Informações categoria "B" e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1991). É acadêmico de Direito. Atualmente chefia as 3ª e 4ª Seções da Artilharia Divisionária da 4ª Divisão de Exército — Pouso Alegre/MG.



Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

JORNAL DA ADESG

A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra — **ADESG** fez circular, em agosto último, o primeiro número do seu “**JORNAL DA ADESG**”. Órgão de publicação mensal, seus 25.000 exemplares iniciais visam permitir a divulgação dos trabalhos da **ADESG** em todo o Brasil, não somente em suas 27 Delegacias e 120 Câmaras de Vereadores, Associações Comerciais e Industriais, Universidades, Repartições Públicas e outros órgãos governamentais e privados. Dessa forma, a **ADESG** procurará demonstrar que está afinada com seus objetivos estatutários de preservar e projetar os valores morais e espirituais da nacionalidade.

Av. Pres. Antônio Carlos, 375 - sala 1201 a 1205 — Edifício Ministério da Fazenda — Tels.: (021) 262-6400 - 262-6501 - 262-7821 - 240-5573 - 240-0820
CEP 20020 - Rio de Janeiro - RJ



COMANDO E CONTROLE — UM PONTO DE VISTA(*)

Antonio Florencio da Silva

A Guerra do Golfo comprovou que a existência de arsenais bélicos sem o necessário sistema de Comando e Controle (C²) pouco efeito produz no campo de batalha. É deste importante binômio que se ocupa a presente matéria.

O Exército Brasileiro tem questionado e debatido, principalmente na ECEME e no EME, sobre um sistema de comando, controle, comunicações e informações — C³I ou, simplesmente, sistema de comando e controle — C².

Discussões sobre a estrutura da força terrestre, o papel da divisão de exército, a força terrestre do teatro de operações, ainda não trouxeram conclusões definitivas.

A Guerra do Golfo Pérsico, conflito mais recente e de características convencionais, comprovou que um amontoado de carros de combate, de

aeronaves e de outras armas, sem um eficaz sistema de comando e controle, pouco efeito positivo produz. Foi o exemplo dado pelas forças iraquianas. Na própria estrutura de guerra dos aliados, os americanos e ingleses trabalharam beneficiados pela compatibilidade do sistema C² da OTAN, enquanto os franceses, que não são membros dessa organização, se alinharam numa estrutura paralela e com os árabes.

Uma ordem dada, ou mesmo um tiro, carecem de confirmação de seus efeitos, resultados etc. Em cada escalão de comando, por menor que seja, deve haver compatibilidade entre sua área de atuação (zona-de-ação) e seus sistemas de armas, de busca de alvos, de informações e de comunicações. Isto,

(*) Selecionado pelo PADECEME

CADEIA DE COMANDO DO “ESCUDO DO DESERTO”



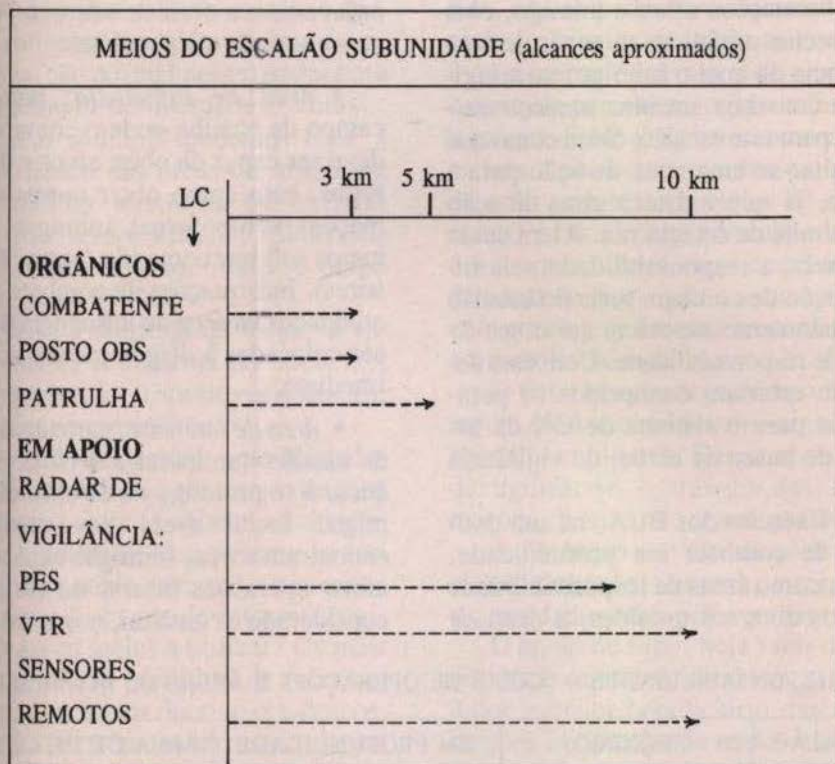
Fonte: Pesquisa de USA TODAY

em resumo, é um dos campos do sistema C².

Costuma-se estudar um sistema C² partindo-se dos escalões maiores. No entanto, para aqueles que possuem menos conhecimento nessa área, fica mais simples examinar as necessidades de C² partindo de escalões menores.

Um pelotão de fuzileiros, suponhamos, possui como sistema de armas os fuzis e metralhadoras. Seus alvos são obtidos por meio de binóculos, radares e, até mesmo, pela própria visão de seus componentes. O controle dos tiros é conseguido utilizando-se os mes-

mos sensores citados. As ordens são recebidas ou transmitidas por meios de comunicações de pouca capacidade de tráfego e de pouco alcance. Pequenos rádios, sinalização por meios visuais e sonoros são os meios mais utilizados. Há necessidade de integração com o escalão superior para intercâmbio de informações e, até mesmo, para o apoio deste. É imprescindível que as informações sobre os inimigos, na área de atuação do pelotão, sejam obtidas com os meios próprios ou colocados à disposição do comando do pelotão, porquanto, o seu



Fonte: FM 34-80 Ex EUA

tempo de reação e de antecipação ao inimigo é muito curto.

Subindo de escalão; as necessidades são maiores, o sistema de armas mais complexo, C² mais elaborado, zonas-de-ação maiores.

Os planejamentos táticos, em tempo de paz, são realizados com base em hipóteses que fornecem informações sobre o inimigo, minimizando um estudo mais detalhado sobre esse fator da decisão. Na ECEME, principal centro de altos estudos militares da Força

Terrestre, a ênfase dos trabalhos escolares recai sobre os ombros do E3, pouco se explorando, no estudo de situação do E2, o enfoque de como obter informações sobre o inimigo. Ressalte-se que, em uma situação de combate, os planejamentos táticos sofrem uma influência ponderável do fator inimigo. Como se obter informações sobre o inimigo? Como formular os conhecidos Elementos Essenciais de Informações — EEI?

Cada escalão deve ser capaz de ob-

ter informações sobre o inimigo, com seus meios orgânicos, a partir de uma distância da qual o inimigo, ao atingi-la, se constitua em uma *ameaça iminente* para este escalão. Seria como que delimitar-se uma zona-de-ação para a frente, já que existe a zona-de-ação com limite de retaguarda. Além dessa distância, a responsabilidade pela informação de combate seria do escalão imediatamente superior, até o seu limite de responsabilidade. Com esta definição estariam conhecidos os parâmetros para o sistema de C², de armas, de busca de alvos, de vigilância etc.

O Exército dos EUA, na sua doutrina de combate em profundidade, adota, como áreas de responsabilidade para os diversos escalões, a *área de*

influência e a *área de interesse*, cujos conceitos são os seguintes:

- *área de influência*: parte do campo de batalha onde o comandante deve ser capaz de obter alvos e dirigir fogos, bem como obter outras informações sobre forças inimigas, com meios sob seu comando (armas e sensores). Informações de combate sobre atividades na área de influência devem ser colocadas à disposição do usuário imediato;

- *área de interesse*: parte do campo de batalha que inclui a *área de influência* e se prolonga na direção do inimigo. Inclui áreas nas quais se encontram forças inimigas capazes de afetar operações futuras do comando considerado e constitui, normalmente,

RESPONSABILIDADES — ÁREAS DE OPERAÇÕES E ÁREAS DE INTERESSE

ESCALÃO	PRÓXIMO	EM PROFUNDIDADE	ÁREA DE INTERESSE
DIVISÃO	ÁREA DE OPERAÇÕES (AOp)		Recebe informações do Corpo.
	Emprega Bda contra os Regimentos de 1º escalão.	Ataca os Regimentos seguintes. Ataca o 1º escalão dos apoios. Fornece informações às Bda.	
BRIGADA	PRÓXIMO	ÁREA DE INTERESSE	
	(AOp)		
	Emprega Btl contra os Btl de 1º escalão.	Recebe informações da Divisão e das Bda vizinhas.	

Fonte: FM 34-80 Ex EUA.

a área de influência do escalão superior. Informações, além da área de influência, são normalmente usadas para planejamento de operações futuras.

Como exemplo podemos citar a profundidade das áreas de influência dos escalões terrestres do exército norte-americano: batalhão, 5km; brigada, 15km; divisão, 70km; e corpo de exército, 150km.

Aliado à doutrina da força, deve-se conhecer a doutrina do oponente, sua organização, dispositivos adotados, dinâmicos ou estáticos.

Sabendo-se das suas possibilidades e responsabilidades, em termos de zona de atuação, como também, conhecendo-se a doutrina de emprego do inimigo, fica mais racional elaborar-se um plano de busca de informações.

Quais os meios a utilizar? Os mais comuns são as patrulhas de reconhecimento, os meios óticos e optrônicos, os meios eletrônicos terrestres ou em plataformas aéreas, tudo de acordo com as necessidades do escalão considerado.

Em épocas remotas, o comando e controle eram exercidos, pessoalmente, pelos comandantes dos mais altos escalões presentes ao campo de batalha. Isso era possível, fundamentalmente, pelas características do próprio combate, do armamento, da zona-de-ação e dos meios de apoio ao combate. Bastava uma elevação e um binóculo para que o comandante comandasse e controlasse suas tropas e ações sobre o inimigo.

Hoje, o combate acontece em campos de batalha de grandes frentes e de maiores profundidades. Em contrapar-

tida, não se pode afirmar se causa ou efeito, os meios de apoio ao combate e os sistemas de armas e de comando e controle permitem engajar o inimigo a longas distâncias, bem como emitir ordens e obter informações em zonas de ação maiores. Os meios de comunicações, dos conhecidos sistemas de área, permitem ao comandante deslocar-se por toda a zona-de-ação com pouco prejuízo para a coordenação e controle da manobra.

O fator tempo surge como um elemento fundamental para o sucesso das operações militares. Daí a necessidade de agilizar-se o tráfego das informações, bem como a sua produção.

A obtenção de informações pelos meios eletrônicos supera, em muito, a quantidade obtida pelos outros meios.

O apoio de fogo, hoje fator de importância capital no combate, já é produtor e maior beneficiário das informações obtidas pelos meios eletrônicos; os chamados sensores de comunicações, de imagens e de não-comunicações (radares). Esses meios instalados em aeronaves, tripuladas ou não, oferecem informações a profundidades que alcançam cerca de 150 km. Os instalados em satélites artificiais não possuem limites.

CONCLUSÕES

O conceito de C^2 deve ser bem entendido a partir das necessidades do binômio comunicações-informações, enfim de comando e controle, das menores frações, pois são aquelas que sofrem maior influência do fator tempo.

O estudo do inimigo, no estudo de situação, deve ser muito valorizado no processo decisório. Para tal há que ser mais difundido e explorado, principalmente na ECEME.

Para se dimensionar um sistema de C² é fundamental que se conheçam os sistemas de armas, de vigilância e de busca de alvos, entre outros, de todos os escalões de emprego no campo de batalha. Antes de tudo, porém, avulta de importância a definição de áreas de responsabilidade, em profundidade, desses escalões, para que sirva de parâmetro básico no desenvolvimento dos sistemas citados anteriormente. Essa definição sofre influência da doutrina de emprego do inimigo.

A partir do momento em que os chefes militares assimilarem a importância das informações de combate, passarão a valorizar, com maior ênfase, o desenvolvimento de sistemas de C² compatíveis com essa necessidade básica de acompanhar todos os passos do inimigo no campo de batalha.

Fatos recentes comprovaram que a existência de arsenais bélicos, sem o necessário sistema de C², pouco efeito produz no campo de batalha.

“Só os tolos aprendem com a experiência própria. Eu prefiro aprender com a experiência alheia.”

(Bismarck)



Ten Cel Com QEMA ANTONIO FLORÊNCIO DA SILVA — é da Turma de 1972 da AMAN e possui os Cursos de Instrutor de Educação Física, da EsAO e da ECEME. Exerceu as funções de Instrutor da EsPCEEx (1976/1978) e da AMAN (1982/1983). Serviu no 4.º BComEx, na 5.ª CiaCom, no 2.º BLog e no 1.º BCom Div. Atualmente, é instrutor da ECEME. Possui como condecorações a Medalha Militar de Prata e a Medalha Marechal Hermes — uma coroa de prata.



OS VEÍCULOS AÉREOS NÃO-TRIPULADOS (VANT)(*)

Jorge José Oliveira Cardoso

Matéria extraída do relatório redigido pelo autor, ao término de sua participação no ICE (Intercâmbio de Cooperação de Especialistas),¹ realizado na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), entre 20 e 22 de agosto de 1991.

A CONCEPÇÃO DO VANT

O VANT, de designação original UAV (*unmanned aerial vehicle*), é visualizado,² como uma tecnologia de importância comparável à do surgimento do radar e do computador. Ele torna restrito o conceito de RPV (*remotely piloted vehicle*), em presença da grande evolução tecnológica e das possibilidades dos novos engenhos.

O tema refere-se a sistemas que utilizam aeronaves não-tripuladas, com possibilidades de realizar voo remotamente pilotado ou pré-programado.

Essas aeronaves, de concepções e carga útil diversas, em função do

1 Objetivando fornecer subsídios para o aprofundamento de estudos sobre o emprego e implantação dos VANT nas unidades do Exército, o ICE contou com a participação de uma equipe de três oficiais e um civil norte-americanos, integrantes do *Joint Project*, do Departamento de Defesa dos EUA, de representantes de organizações do Exército (EME, SCT, ECEME, EsACosAAe, EsAO, CTE_x e EsIC), da FAB (ECEMAR), da Marinha e de um representante da indústria civil AEROMOT.

O intercâmbio pode ser explicado pelas limitações das fontes de consulta existentes (tratado no C 6-121, *A Busca de Alvos na Artilharia de Campanha*, o assunto não alcança duas páginas).

2 Opinião expressa no artigo *See Deep Shoot Deep*, publicado na *Military Review* (edição em inglês) de fevereiro de 1991.

(*) Selecionado pelo PADECEME

desempenho desejado, fazem parte de equipamentos cujos potenciais visualizam:

- *Sistemas não-letais*, para: o reconhecimento à pequena e grande profundidade (de dia e à noite); a busca e designação *laser* de alvos; a avaliação de danos; a observação do tiro de artilharia de campanha ou naval; e para contra-medidas eletrônicas; e

- *Sistemas letais*, com capacidade destrutiva, no espectro das armas "inteligentes".

EMPREGO PIONEIRO

Paralelamente às experiências desenvolvidas nos Estados Unidos, durante a invasão do Líbano, em junho de 1982, Israel empregava os "mini" VANT, relativamente simples, MASTIFF e SCOUT, para comandarem o avanço dentro do perigoso Vale de *Bekaa*, encarregando-se da obtenção de dados referentes aos locais de míssil superfície-ar SAM, soviético.

Voando através do vale, os VANT emitiam sinais eletrônicos que imitavam sinais de radar dos jatos israelenses. Quando os sírios ativaram seus

radares de curto alcance para responder à ameaça percebida, os VANT identificaram e passaram adiante emissões de localização e características dos radares, via uma aeronave *E-2 Hawkeye*, capacitando os mísseis israelenses destruírem locais de SAM.

Com as defesas antiaéreas libanesas danificadas, seus caças fizeram uma incursão pelo vale, enquanto os VANT monitoravam os danos do bombardeio e o movimento das forças sírias.

Nenhuma aeronave israelense foi abatida nesse dia.

EMPREGO ATUAL PRECONIZADO

Atualmente, preconiza-se no emprego dos VANT:

- Como subsistemas principais incluídos no sistema VANT típico: estação terrestre de controle, GCS (*Ground Control Station*); veículo(s) aéreo(s) não-tripulado(s), UAV, em número variável; sistema de comunicações; carga útil e unidade de pouso e aterrissagem.

- Como categorias de VANT, conforme o quadro abaixo:

CATEGORIA	RAIO DE AÇÃO APROXIMADO ³	TEMPO DE VÔO
Alcance aproximado (<i>close range</i>)	30 km	de 1 a 6 horas
Curto alcance (<i>short range</i>)	150 km (desejável: 300 km)	de 8 a 12 horas (com resistência de 36h)
Alcance médio (<i>medium range</i>)	650 a 700 km	não especificado (inferior ao da categoria pequeno alcance)
Duração ou resistência (<i>endurance</i>)	não especificado (superior a 700 km)	até 100 horas

3 Além da linha de frente das próprias tropas.

Os de alcance aproximado e de curto alcance são para uso na área de operações; o de médio alcance já se visualiza o uso no TO, e o de resistência é para uso estratégico.

Uma idéia de dotação no Exército dos EUA, exposta no ICE, é:

- Alcance aproximado — na divisão, Cia VANT com 16 veículos, e, a brigada, Elm(Cia?) VANT com 12 veículos;

- Curto alcance — no corpo de Ex, Elm(Cia?) VANT com 12 veículos;

- Alcance médio — não é previsto para o Ex.

A EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA NA GUERRA DO GOLFO

Ao iniciar-se a guerra, o plano principal conjunto (das forças armadas) para veículos aéreos não-tripulados (*UAV Master Plan*), submetido pela primeira vez ao Congresso dos EUA em junho de 1988, não tinha perfeitamente definidos os requisitos operacionais básicos dos VANT.

Um ano antes, estavam distribuídos a algumas unidades, para testes,

dois tipos de VANT: o *Pointer* (indicador), de categoria alcance aproximado, e o *Pioneer*, de categoria “curto alcance”, este último de origem israelense.

Apresentava-se, portanto, a oportunidade para testes no ambiente de deserto e em missões reais.

As unidades às quais os sistemas estavam distribuídos quiseram empregá-los e, pela quantidade existente, sabia-se que não estavam preparados para fazê-lo em larga escala. Os *Marines*, por não mais disporem da aeronave de reconhecimento *F4*, estavam bastante motivados.

O *Pointer* (Fig. 1)

Quatro dos cinco sistemas *Pointer* disponíveis foram empregados na operação “Tempestade no Deserto”, segundo a distribuição a seguir: com o Exército — 2 sistemas na XVIII Divisão Aerotransportada; com os *Marines* — 1 sistema no 8º Regimento de *Marines* (4ª Bda Expedicionária de *Marines*) e 1 sistema no 3º Batalhão de Blindados (7ª Bda Expedicionária de *Marines*).

• Características

— Envergadura.....	9 pés (2,70 m)
— Comprimento.....	5,8 pés (1,80 m)
— Peso (vazio).....	6,8 libras (3,1 kg)
— Capacidade de carga.....	2,2 libras (1 kg)
— Alcance (ligação de dados) — raio de ação.....	3 milhas náuticas (5,6 km)
— Duração de voo.....	1 hora
— Velocidade — máxima.....	33 nós (60 km/h)
de cruzeiro.....	36 km/h

OS VEÍCULOS AÉREOS NÃO-TRIPULADOS (VANT)

- Custos aproximados⁴

— Veículo aéreo.....	US\$ 10 a 16 mil
— Estação terrestre de controle.....	US\$ 30 mil
— Bateria.....	US\$ 200 (por voo)

- Outros dados:

- carga útil — câmera de TV, diurna;

- o sistema é portátil, acondicionado em 2 mochilas (de 16 e 18 kg);

- destinado ao uso nos pequenos escalões até Btl;

- recolhimento fácil: parando o motor, o veículo para e pousa.

- Emprego na *Desert Storm*

- uso limitado pelos fortes ventos e pela homogeneidade do terreno;

- pôde realizar avaliação dos danos de batalha em “tempo real”;

- usado ainda como “alerta antecipado” e nas ajustagens da Art;

- conclusão: seu emprego no deserto não foi aprovado, particularmente por não conter um GPS (*Ground Position System*) na carga útil.



Figura 1: Sistema *Pointer*, portátil

⁴ Dados de agosto de 1991, dependendo da quantidade em linha de produção.

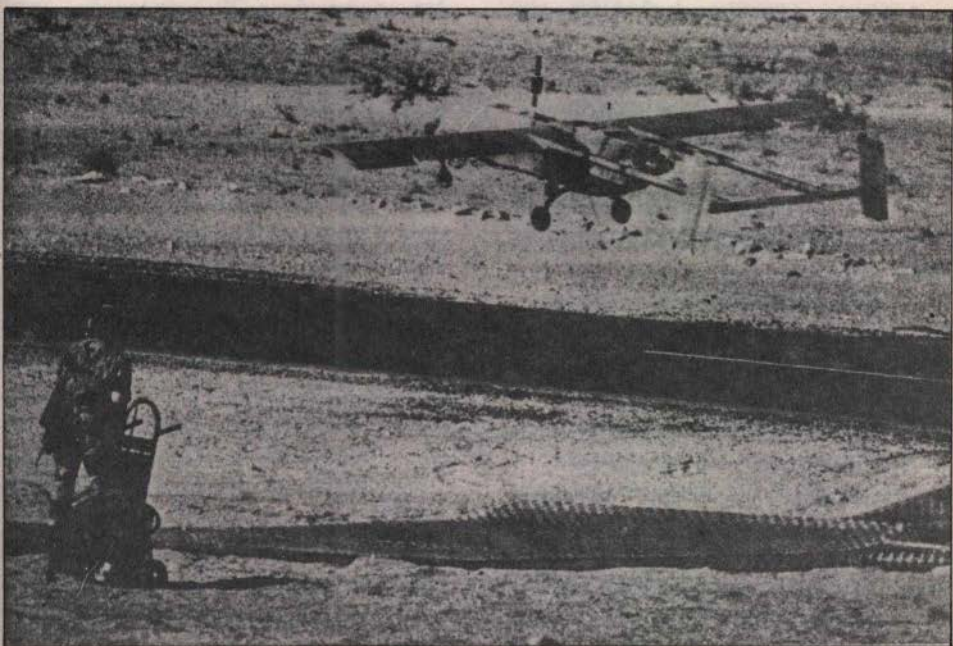


Figura 2: Sistema *Pioneer*, operando na Arábia Saudita

O Pioneer (Fig. 2)

Os sistemas *Pioneer* envolvidos na mesma operação tinham a seguinte distribuição: com o Exército — Pelotão de VANT; com os *Marines* (na 1ª Força Expedicionária de *Marines* —MEF) — 1ª Cia de Veículos de Pi-

lotagem Remota, em apoio direto à 1ª Div, 2ª Cia de Veículos de Pilotagem Remota, em apoio direto à 2ª Div e 3ª Cia de Veículos de Pilotagem Remota, em apoio geral à 1ª MEF; com a Marinha — Destacamento 1, a bordo do *USS Wisconsin* e Destacamento 2, a bordo do *USS Missouri*.

• Características:

- Envergadura..... 17 pés (5,20 m)
- Comprimento..... 14 pés (4,30 m)
- Peso (vazio)..... 265 libras (120 kg)
- Capacidade de carga..... 100 libras (45 kg)
- Alcance (ligação de dados)..... 100 milhas náuticas (185 km)
- Duração de voo..... 5 horas
- Velocidade máxima..... 100 nós (185 km/h)

- Custo aproximado:⁵ US\$ 400 mil, sem a carga útil.

- Outros dados:

- carga útil combinada — TV/FLIR (*Forward looking infrared*), diurna e noturna;

- veículo aéreo construído em fibra de vidro e transportado em veículo longo de 5t;

- estação terrestre de controle — GCS (*Ground Control Sistem*) — operada por 2 homens e transportada em veículo 5t;

- unidade de rastreamento.

- Emprego na *Desert Storm*

O transporte do equipamento para o TO foi muito difícil. Os 2 primeiros sistemas dos *Marines* foram levados numa aeronave *C-5 Galaxie* (usada para transporte de blindados), única capaz de transportar o veículo de 5t. O 3º sistema dos *Marines* e os dois do Exército foram transportados por meios navais, tendo sofrido alguns danos por isso. Na época, o transporte aéreo estava todo empenhado.

O transporte pelo ar mostrou-se mais adequado. Entretanto, o peso dos veículos de 5t foi uma desvantagem. Quando começou a guerra aérea, estavam operando: 2 sistemas em navio, com a Marinha; 3 sistemas com os *Marines*, num aeródromo junto à fronteira do *Kuwait*; e 2 sistemas com o Exército, operando a 300 km à W dos sistemas dos *Marines*.

Cada sistema era mobiliado pelo efetivo de 50 homens mais um elemento do fabricante. 30 se dedicavam

à manutenção e 20 à operação. Desse 20, 2 eram pilotos externos (decolagem e pouso), 3 pilotos internos e 3 encarregados da carga útil.

- Dados principais das missões dos veículos:

- 533 incursões;

- acumuladas 1.688 horas do voo (pelo menos 1 VANT em voo o tempo todo durante a *Desert Storm*);

- 11 veículos danificados (reparáveis) e 1 perdido, abatido pela Art AAE dos iraquianos.

- Operações de combate:

- aquisição e fixação de alvos;

- avaliação de danos de batalha em “tempo real”;

- ajustagem do tiro de artilharia de campanha e naval;

- reconhecimento e “alerta antecipado”;

- coordenação de operações terrestres e aéreas.

A reação dos comandantes ao uso do sistema foi muito positiva. A demanda do uso do *Pioneer* foi tão grande que era desejável estarem 15 sistemas em operação em terra, em vez dos 6 disponíveis.

Um uso comum desse sistema foi em complemento ao sistema de vigilância *J. Stars*. Atuavam juntos. O *J* detectava e o *Pioneer* investigava.

A informação de imagem de localização de alvos e a avaliação de danos foram também muito usadas.

Coube à interferência de outros sistemas nas estações de controle terrestre do *Pioneer* os danos causados a 11 veículos.

A artilharia antiaérea iraquiana atuou até 10.000 pés. Abaixo de 5.000

⁵ Dado de agosto de 1991, dependendo da quantidade em linha de produção.

pés atuava mais intensamente com canhões antiaéreos e mísseis SAM 7. O *Pioneer* abatido voava abaixo dos 5.000 pés, altura de voo padrão estabelecida para esse sistema pela coordenação do uso do espaço aéreo como conduta na *Desert Storm* (os norte-americanos ainda não fixaram uma doutrina de coordenação do uso do espaço aéreo).

O apoio logístico aos sistemas ficou a cargo do escritório do *Joint Project* do Departamento de Defesa dos EUA. O apoio aos sistemas em terra, maior problema, foi desdobrado bem avançado e fazendo quase tudo, inclusive reposição de peças.

A cada 50 horas de uso o motor tinha que ser desmontado/montado e o combustível de jato usado no *Pioneer* era difícil conseguir. Caso destruídos os depósitos existentes, a alternativa era trazê-lo de *Bahrein* ou da Grécia.

A grande vantagem do uso do sistema foi a informação em tempo real.

Para aperfeiçoamento do sistema foi sugerido:

- colocação de indicador *laser* na carga útil, para uso de dia e à noite;
- preparação do vídeo-remoto para mostrar informações mais precisas;
- a possibilidade de decolagem/pouso vertical para os sistemas de Marinha e a de aterrissar em qualquer campo para os sistemas de uso em terra;
- para apoiar o Corpo de Exército/EUA (ExCmp) o VANT tem que ter possibilidade de 8 horas de voo e 250 km de alcance.

O JOINT PROJECT

Estrategicamente voltado para os sistemas não-letais, o *joint project* destina-se a:

- harmonizar os requisitos operacionais entre as forças;
- desenvolver especificações de requisição para os sistemas de VANT, após experiência operacional;
- requisitar tecnologias prontamente disponíveis;
- delinear a integração progressiva de tecnologia mais recente; e
- desenvolver a arquitetura de sistemas de VANT para assegurar a interoperabilidade de todos os sistemas, dos subsistemas e da arquitetura do C³I de cada força.

Projetos em desenvolvimento/aperfeiçoamento

• O *Exdrone*

É o *drone*⁶ descartável, atualmente em experimentação. A concepção é que possa atuar como interferidor de comunicações ou TV-dia (reconhecimento de alvos e vigilância). Como interferidor de comunicações não necessitará de estação de controle terrestre.

Dados característicos:

- Velocidade:
- máxima, 100 nós (185 km/h)
- de operação, 50/60 nós (90/110 km/h)

6 Nome genérico dado ao RPV original.

- peso, 65 libras (29,5 kg)
- alcance — ligação de dados, 50 milhas náuticas (90 km); uso normal, 20/30 milhas náuticas (37/55 km)
- duração de voo — até 6 horas
- custo da estação de controle terrestre (estimativa) — US\$ 30 a 35 mil
- Recuperação através de pára-quedas

• *Próxima versão do Pioneer*, categoria “curto alcance”

A próxima versão do *Pioneer* terá um designador a *laser*, como existe nas munições “inteligentes”.

A vantagem disso será a eliminação da necessidade de ser enviado um homem para “iluminar” o alvo.

O 1º teste estava previsto para fins de 1991, ao custo de US\$ 2.000.000.

• CL 227 MAVUS

É o sistema de VANT de emprego marítimo, de decolagem e pouso vertical.

Canadense, está em fase de testes a bordo da fragata de míssil teleguiado *USS Doyle*. Pretende utilizar CME na defesa anti-míssil dos navios.

• *Searcher*, categoria “alcance médio”

Capaz de voar 20 horas, alcançar de 500 a 600 milhas (800 a 960 km) e voar a 8.000 ou 10.000 pés (2.400 a 3.000m).

Carga útil: FLIR (*forward looking infra-red*).

• “DEA” VLC UAV

É o VANT a ser usado na luta contra o narcotráfico, a pedido do Comando Sul (Panamá).

Está em concepção, com base no *Searcher*, e terá um custo muito baixo. A carga útil será o vídeo, “FLIR” (*for-*

ward looking infra-red) e um radar de abertura sintética, visando a localizar áreas, caminhos e campos de pouso usados pelos narcotraficantes, e com possibilidade de interceptar suas comunicações.

• *VANT “duração” ou “resistência”*

Ao final será um tipo U2, a nível estratégico. Hoje se desenvolve um sistema intermediário, a nível tático, capaz de voar de 24 a 36 horas e alcançar até 8.000 milhas (12.870 km).

Se usado na *Desert Storm* poderia ter servido para complementar a busca dos satélites quanto à localização dos sítios de lançamento do míssil *Scud* e dos centros de comunicações, voando entre as nuvens.

Logística

De cada US\$ 3, US\$ 1 será gasto na manutenção, segundo os critérios do projeto.

A logística do projeto de VANT de curto alcance, com tempo, dinheiro e pessoal sempre escassos, tem objetivo:

• quanto ao transporte, reduzir peso/volume do veículo 5t do *Pioneer*;

• quanto à manutenção:

— ter suprimento de reposição para troca na própria unidade, sem idéia de consertar aí o equipamento. O maior problema é a carga útil: o “FLIR”, por exemplo, será mantido fora do TO;

— eliminar o combustível gasolina, substituindo-o pelo diesel;

• quanto à embalagem para transporte, reduzir os riscos de dano no transporte para o TO;

- quanto ao treinamento de pessoal:

- operar o sistema por elementos com quaisquer características, desde mulheres baixas até homens altos. Os melhores pilotos de VANT têm sido os jogadores de *video-game*;

- treinar 200 a 300 homens por ano. Até setembro de 1994, o treinamento fica a cargo do vendedor. A partir daí, as Forças Armadas assumem o treinamento de pessoal, com a criação de uma escola em Machuca, no deserto do Arizona. Atualmente, o treinamento é realizado com 3 sistemas, mais os aparelhos adicionais, fornecidos pelo vendedor.

Sobrevivência do VANT

É responsabilidade do programa

Surviac, buscando técnicas de seleção de rotas de menor risco, de variar a altitude de voo e de uso de equipamentos de dissimulação.

Mesmo quando abatido o VANT, pode ter existido uma vantagem, já que o míssil utilizado para abatê-lo custou mais caro e não houve perda de um piloto e sua aeronave.

Previsão de emprego dos VANT no futuro

A conclusão dos norte-americanos quanto à batalha do futuro é o ataque aéreo com uso dos VANT, em larga escala, das contra-medidas eletrônicas e dos mísseis anti-radiação.

Economizar vidas está na “ordem-do-dia”.



Coronel JORGE JOSÉ OLIVEIRA CARDOSO — Atualmente instrutor da Seção de Doutrina da ECEME, pertence à turma de Artilharia (1969) da AMAN. Possui os cursos militares: Básico de Pára-quedista, Mestre de Salto, Instrutor de Educação Física, Aperfeiçoamento de Oficiais e Altos Estudos Militares, e os cursos civis de Engenharia Civil (formação) e Engenharia Econômica (especialização). Ex-adjunto da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, foi instrutor de Planejamento de Fogos, do curso de Artilharia da EsAO, e de Apoio de Artilharia às Operações de Brigada, na ECEME.



O LABORATÓRIO DE PESQUISAS EM ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS(*)

Aléssio Ribeiro Souto e
Rubens Silveira Brochado

Matéria resultante do Estágio sobre Gerenciamento de Obras de Cooperação e Obras Militares, de que participaram os autores, no Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos.

Destaca aspectos relacionados com a Organização Militar destinada à execução de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, no exército norte-americano, e identifica áreas de interesse para a Engenharia de Construção do Exército Brasileiro.

*"A Ciência e a Tecnologia delegam poderes
extraordinários àqueles que as possuem e escravizam
aqueles que não as têm."*

Ajax Barros de Mello

(*) Selecionado pelo PADECEME

INTRODUÇÃO

No Exército dos Estados Unidos, a execução de pesquisa é descentralizada, e os Grandes Comandos que dela necessitam possuem organizações subordinadas com a finalidade de levar a cabo essa tarefa.

O Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos¹ possui quatro organizações de pesquisa: o Laboratório de Pesquisas em Engenharia de Construção; o Laboratório de Pesquisas e Engenharia de Regiões Frias; o Laboratório de Engenharia Topográfica; e a Estação Experimental de Hidrovias.

O presente artigo versa sobre a primeira dessas organizações, o Laboratório de Pesquisas em Engenharia de Construção do Exército dos Estados Unidos (*U. S. Army Construction Engineering Research Laboratory* — USACERL), e tem os seguintes objetivos:

- apresentar subsídios sobre essa organização militar em relação à missão, às formas de atuação, aos recursos humanos, materiais e financeiros, à estrutura organizacional, e ao programa de pesquisas.
- identificar, nas pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório, áreas de interesse para a Engenharia de Construção do Exército Brasileiro;
- divulgar as características de uma experiência bem-sucedida para que possa servir de comparação e permitir

a análise crítica de atividades correlatas em nossa instituição.

Essa organização militar é referida ao longo deste texto pelo seu nome completo, pela sigla USACERL, ou, simplesmente, por Laboratório.

FUNDAMENTAÇÃO PARA A EXISTÊNCIA DO LABORATÓRIO

O USACERL foi criado em 1969, em Champaign — Illinois, para apoiar a execução de obras militares e obras públicas, através do desenvolvimento de novas técnicas de engenharia e de tecnologias estado-da-arte. Sua localização nessa cidade deve-se à excelência da Faculdade de Engenharia, e de outros setores da Universidade de Illinois.

A estrutura básica do Exército dos Estados Unidos possui mais de 200 aquartelamentos de grande porte, abrangendo uma área maior do que os Estados de Massachussets, Connecticut e Rhode Island, com um custo atualizado de construção da ordem de 175 bilhões de dólares.

Cerca de 70% dessa estrutura básica de edificações e instalações possuem idade média de 30 anos, com custo anual de manutenção que excede 2 bilhões de dólares.

Há a firme convicção no Corpo de Engenheiros — e, particularmente, no USACERL — de que o meio mais efetivo de reduzir os custos de manutenção é a utilização de novas tecnologias.

O Exército dos Estados Unidos gasta mais de um bilhão de dólares por

¹ Aproximadamente equivalente ao Departamento de Engenharia e Comunicações do EB.

ano com consumo de energia, empregando assim uma significativa parcela do orçamento destinado a serviços. Ademais, estudos recentes indicam que a tarifa de energia atingirá valores mais elevados. Essa expectativa decorre do aumento da complexidade dos sistemas de geração e transmissão e, também, das tendências dessa tarifa refletir o verdadeiro custo da eletricidade.

A redução dos dispêndios com energia também só pode ser obtida, sem prejuízo funcional, através da pesquisa e aplicação de novos procedimentos e novas tecnologias.

Os exemplos mencionados — redução dos custos de manutenção e recuperação e redução do consumo de energia — são problemas cuja solução o USACERL tem equacionado através da pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, e logrado sucessivos êxitos.

O prêmio pesquisa e desenvolvimento (P&D) do exército é a mais alta láurea destinada a pesquisadores da força terrestre norte-americana. Desde 1972, os pesquisadores do USACERL receberam 44 prêmios P&D, cobrindo 24 projetos. O Laboratório tem também 18 produtos patenteados e outros 23 aguardando solução do processo de concessão de patentes.

MISSÃO

A missão do USACERL é executar pesquisas com o objetivo de aumentar a capacitação do Exército dos Estados Unidos nas atividades de projeto, construção, operação, manutenção e recu-

peração de obras militares e obras públicas.

As pesquisas do USACERL se destinam, primordialmente, ao apoio do pessoal:

- do QG do Corpo de Engenheiros, das Divisões e dos Distritos, em suas atribuições de projeto e gerenciamento da construção de obras;

- dos Escritórios de Engenharia dos Grandes Comandos e da Diretoria de Engenharia e Habitação, em suas atribuições de planejamento, operação, manutenção e recuperação de instalações militares; e

- encarregado, no Exército dos Estados Unidos, do gerenciamento do meio ambiente, em suas atribuições de assegurar a qualidade e a segurança ambientais do exército.

As pesquisas do USACERL podem, eventualmente, destinar-se ao apoio do pessoal de outras entidades governamentais ou da iniciativa privada, quando houver encomenda e financiamento de pesquisas específicas de interesse mútuo.

FORMAS DE ATUAÇÃO

Durante seus vinte anos de história, o USACERL tem utilizado uma abordagem inovadora para conduzir os seus trabalhos. Uma vez que uma necessidade específica do exército é identificada, busca-se uma tecnologia existente para suprir essa demanda. Se não existe tecnologia apropriada, os pesquisadores do USACERL começam o seu desenvolvimento, utilizando, com frequência, pessoal e recursos dis-

poníveis na Universidade de Illinois e em outros centros de pesquisa de universidades norte-americanas.

O Laboratório é filiado à Universidade de Illinois, o que lhe dá a condição de obter vantagens similares à de qualquer órgão da própria Universidade.

Como curiosidade, e a título de exemplo recente de interação entre as duas instituições, pode-se citar as atividades de dois pesquisadores do Laboratório, uma brasileira e um colombiano, no desenvolvimento de programas de doutorado na Universidade de Illinois, enquanto funcionários do USACERL.

Conquanto não tenha ligação com o Laboratório, deve ser mencionada a presença de aproximadamente 50 militares cursando graduação e pós-graduação na Universidade de Illinois. No interior do campus há dependência que possuem, entre outras finalidades, a de permitir o treinamento militar periódico para os alunos militares. Estes circulam fardados, com naturalidade, no interior da Universidade e são alvo do respeito dos demais universitários.

O Laboratório mantém ligação com mais de 30 universidades norte-americanas, através do Sistema de Contrato de Encomenda de Tarefa.

A filosofia de pesquisa do USACERL resulta na obtenção de produtos, que ocasionam economia de investimentos. Uma auditoria independente sobre os trabalhos do Laboratório indicou que cada dólar gasto com

pesquisa produz uma média de 42 dólares em benefícios para o Exército dos Estados Unidos. A razão retorno/investimento para produtos individuais varia de 4:1 até 178:1.

O USACERL emprega o conceito inovador de centro de apoio, que tem a finalidade de prestar assistência aos usuários do exército e das outras forças singulares, na utilização dos produtos desenvolvidos pelo Laboratório. Os centros de apoio podem assistir, também, aos usuários civis no uso de tecnologia, através de cooperação típica de entidades privadas.

Os centros de apoio respondem indagações dos usuários através de telefone, conduzem cursos de treinamento, mantêm bancos de dados atualizados e publicam boletins técnicos.

O USACERL trabalha em estreito contato com os usuários do exército, buscando assegurar que as pesquisas resultem em produtos que respondam às necessidades de forma oportuna. São formados grupos de trabalho integrados por elementos do Laboratório e por usuários com objetivo de identificar problemas existentes e estabelecer as prioridades de pesquisa. Esses grupos fornecem *feedback* na fase de teste de avaliação dos produtos da pesquisa.

O USACERL possui intensa produção bibliográfica, que possibilita o trânsito de informações tanto entre os pesquisadores, quanto para o meio exterior, especialmente para os usuários.

As publicações típicas do Laboratório são: relatórios técnicos; relatórios especiais; artigos técnicos; boletins téc-

nicos periódicos; *fac sheets*;² e folhetos de propaganda.

RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS E MATERIAIS

A massa crítica do USACERL consiste de mais de 300 elementos permanentes, incluindo quatro oficiais do exército. Em relação à titulação, 30 pesquisadores possuem doutorado, e 70 possuem mestrado. Esse pessoal é suplementado, em regime de cooperação, por mais de 350 técnicos de alto nível da Universidade de Illinois.

A interação com outras universidades norte-americanas confere-lhe a possibilidade de contar com a influência dos melhores recursos humanos de outros centros de excelência, aumentando o potencial científico e tecnológico.

O orçamento anual do USACERL tem se situado, nos últimos anos, no patamar dos 50 milhões de dólares. Cerca de 30% desse montante são incluídos pelo Congresso Nacional no orçamento do exército. Os demais 70% são originários de empresas privadas e outras instituições governamentais, e destinam-se ao financiamento de pesquisas encomendadas por essas organizações.

Os principais recursos materiais de que dispõe o USACERL podem ser classificados em três grupos:

- Laboratórios e equipamentos

existentes em sua sede, tais como: Laboratório de Metalurgia e Solda; Laboratório de Pintura; Laboratório de Eletrônica; Laboratório de Corrosão; e Máquina de Teste de Choque Biaxial.³

- Laboratórios e equipamentos da Universidade de Illinois, aos quais os pesquisadores do USACERL tem completo acesso, tais como: Laboratório de Acústica; Laboratório de Química; Laboratório de Poluição do Ar; Laboratório de Inteligência Artificial; e Laboratório de Planejamento e Análise do Uso do Solo.

- Equipamentos de computação, distribuídos em todos os ambientes de trabalho do USACERL.

ORGANIZAÇÃO E ÁREAS DE PESQUISA

O USACERL está organizado em quatro divisões técnicas: Divisão de Engenharia e Materiais; Divisão de Sistemas de Meios; Divisão de Sistemas de Energia e Utilidades; e Divisão de Meio Ambiente.

O Laboratório possui centros de apoio situados no campus da Universidade de Illinois, com a finalidade de prestar assistência técnica aos usuários, na utilização dos produtos desenvolvidos por seus pesquisadores.

Nos itens que se seguem serão apresentadas a missão, a organização e as áreas de pesquisa de cada divisão e de suas equipes integrantes. Serão

2 Relatórios de pesquisas ou produtos, de uma a duas páginas, enunciando o problema, a tecnologia, o custo/benefício, o estágio atingido, e o elemento de contato sobre o assunto.

3 Para simular e avaliar os efeitos de terremotos e explosões em estruturas de edificações.

apresentados também os centros de apoio do USACERL.

Divisão de Engenharia e Materiais

A Divisão de Engenharia e Materiais conduz pesquisas buscando a evolução de tecnologias de obras militares e públicas nos campos dos materiais metálicos e não-metálicos, síntese e engenharia. O objetivo dessas pesquisas é a otimização dos vários aspectos relacionados com projeto, construção, operação, segurança física, manutenção e reparo de obras.

A redução dos custos envolvidos nos processos relacionados com obras é um dos aspectos primordiais nos encargos da Divisão.

O equacionamento do problema da redução de custos de manutenção inclui pesquisas relacionadas com novos materiais, inspeção e diagnóstico de edificações, tecnologia de controle de materiais e reabilitação de obras em recursos hídricos.

Adicionalmente, o custo de construção das novas obras militares e públicas exige mais inovações nas técnicas de fabricação, inspeção e seleção de materiais. O equacionamento do problema da redução de custos de construção inclui pesquisas relacionadas com técnicas avançadas de controle de qualidade, sistemas inteligentes aplicados à construção, processos de aceitação de novas tecnologias, segurança física integrada, seleção de materiais para aplicações corrosivas e técnicas para telhamento.

A Divisão de Engenharia e Materiais conduz também pesquisas em materiais especiais para apoiar o exército em suas necessidades de material leve, para montagem de instalações de campanha. As tecnologias que estão sendo pesquisadas incluem estruturas facilmente transportáveis e montáveis; metodologias para estruturas de vão extenso (*Large Space Structures — LSS*) e construção em superfícies extraterrestres.

As áreas básicas de P&D na Divisão de Engenharia e Materiais são: sistemas de gerenciamento de instalações; controle de corrosão; controle de qualidade/garantia de qualidade; materiais; tecnologia eletromagnética; segurança física; sistemas inteligentes; engenharia de estruturas; estruturas rapidamente montáveis; estruturas de vão extenso/construções espaciais; tecnologia de pintura; e tecnologia de solda.

O Programa de Engenharia e Materiais está sendo levado a efeito por seis equipes técnicas: Equipe de Tecnologia de Construção e Manutenção; Equipe de Corrosão; Equipe de Tecnologias Eletromagnéticas; Equipe de Engenharia Estrutural; Equipe de Metalurgia e Garantia da Qualidade; e Equipe de Engenharia Espacial.

Divisão de Sistemas de Meios

A Divisão de Sistemas de Meios conduz pesquisas objetivando melhorar o planejamento, a programação, o projeto, a construção, o gerenciamento e o uso das edificações e instalações militares.

No Exército dos Estados Unidos, a aprovação para a construção de um aquartelamento leva um mínimo de três anos. Durante esse tempo, ocorre um complexo processo de planejamento, justificação, aprovação, projeto e obtenção dos recursos, envolvendo desde a Diretoria de Engenharia e Habitação (em estreito contato com os usuários) até funcionários do Congresso.

A construção do aquartelamento leva de 1 a 5 anos, dependendo do tamanho do projeto. Após a conclusão, segue-se um longo período de utilização, que dura até o ponto em que o aquartelamento se torna física ou funcionalmente obsoleto.

A realização de pesquisas nessa Divisão envolve todo o ciclo de vida do aquartelamento.

Na fase de projeto, estabelece-se como meta a otimização da funcionalidade e dos níveis de conforto, com a redução de dispêndios na construção.

No período de utilização, os aquartelamentos podem ser revitalizados e modernizados, com o imprescindível concurso de novas tecnologias.

As pesquisas na Divisão de Sistemas de Meios visam sobretudo à melhoria do gerenciamento da tomada de decisão relacionada com os aspectos arquitetônicos e de engenharia, de forma a assegurar que a edificação preencha inteiramente os requisitos exigidos pela missão da Organização Militar.

Na definição das metas da Divisão, os seguintes aspectos são levados em conta: a facilidade de manutenção e operação; a incorporação de tecnologias estado-da-arte; a flexibilidade no

projeto para permitir mudanças; o aumento de produtividade e orgulho de permanecer no trabalho, em face do ambiente agradável proporcionado por aspectos construtivos; e o atendimento rigoroso a prescrições ambientais.

As pesquisas da Divisão de Sistemas de Meios englobam a aquisição de conhecimento e informação; o desenvolvimento de modelos; e a integração das novas tecnologias à instituição.

A Divisão conduz também pesquisa em planejamento, projeto, gerenciamento e administração (com intensiva utilização de recursos de informática) relacionados com as missões de construção de obras no teatro-de-operações, afeitas às unidades do Comando de Engenharia, do nível companhia ao nível QG de Grandes Comandos. Deve ser ressaltada a conscientização no âmbito da comunidade de engenharia e arquitetura, de que a pesquisa é um multiplicador de produtividade e qualidade.

As áreas básicas de P&D na Divisão de Sistemas de Meios são: planejamento automatizado; informações básicas para projetos; projeto assistido por computador (*Computer Aided Design* — CAD); previsão tecnológica voltada para edificações; gerenciamento de construção; gerenciamento de utilização de aquartelamentos; preservação e modernização de aquartelamentos; modelagem e simulação (localização x facilidades, dados x sistemas, processos x operações); inteligência artificial (sistemas especialistas e sistemas de apoio à decisão); treinamento e instrução assistidos por com-

putador; armazenamento e recuperação de informações automatizadas; e aquisição, representação e apresentação de conhecimento automatizado.

O programa de pesquisa da Divisão de Sistemas de Meios é levado a efeito por seis equipes técnicas: Equipe de Gerenciamento e Projeto de Arquitetura; Equipe de Gerenciamento da Construção; Equipe de Gerenciamento de Construção no Teatro-de-Operações; Equipe de Análise de Programas Militares; Equipe de Gerenciamento do Patrimônio; e Equipe de Gerenciamento e Integração do Conhecimento.

Divisão de Sistemas de Energia e Utilidades

A Divisão de Sistemas de Energia e Utilidades conduz pesquisas objetivando a redução do consumo e dos dispêndios com energia.

A Divisão tem desenvolvido métodos e procedimentos de análise do abastecimento de energia nas edificações, usando técnicas manuais e automatizadas, e métodos de conservação de energia em todas as fases da construção de obras militares.

A busca de solução para redução dos dispêndios com consumo de energia — cuja ordem de grandeza é um bilhão de dólares por ano — levou a uma intensificação das pesquisas nos últimos cinco anos.

As pesquisas desenvolvidas pela Divisão originaram diversos produtos, dentre os quais podem ser citados:

Sistema BLAST⁴

É um conjunto de programas de computador com o objetivo de analisar o consumo e o custo de energia em edificações. O sistema BLAST tem a possibilidade de investigar o desempenho de alternativas de projetos para aquartelamentos novos ou existentes, de qualquer tamanho ou tipo.

O sistema BLAST possui três componentes principais:

- Subprograma de Previsão de Carga, com a finalidade de simular a carga de hora em hora, a partir de dados meteorológicos e de entradas do usuário baseados em aspectos operacionais e construtivos da edificação;

- Subprograma de Simulação do Sistema de Distribuição de Ar, com o objetivo de calcular a demanda de energia devida aos sistemas de aquecimento e refrigeração; e

- Subprograma de Simulação da Usina Central, com a finalidade de simular sistemas de geração local, sistemas de captação solar, aquecedores e refrigeradores, e de calcular o consumo anual e mensal de energia elétrica e de combustíveis.

Recomendações sobre sistemas de iluminação

Trata-se de uma coletânea de especificações técnicas, orçamentos estimativos de equipamentos e instruções

4 Sigla, em inglês, de Análise de Carga e Sistemas Termodinâmicos em Edificações.

para execução da substituição de equipamentos de iluminação.

A pesquisa que deu origem a essa coletânea incluiu fontes de luz de alta eficiência, projetos de luminárias e equipamentos de controle de iluminação. Incluiu também a montagem de um laboratório de iluminação com a finalidade específica de executar testes e avaliações dos equipamentos sob pesquisa.

Programa SOLFEAS⁵

É um programa de computador que permite avaliar a viabilidade econômica de um sistema de captação de energia solar.

O programa SOLFEAS possibilita a obtenção da relação custo/benefício de equipamentos de energia solar voltados para as seguintes aplicações: aquecimento de água, aquecimento de ambiente edificado, e aquecimento combinado de água e do ambiente.

Programa LCCID⁶

É um programa de computador com a finalidade de executar estudo econômico, relacionado com a solução ótima na instalação de um sistema de abastecimento de energia.

A abordagem básica do LCCID é o condicionamento das alternativas em estudo aos critérios estabelecidos em

cada uma das três forças singulares dos Estados Unidos — exército, força aérea e marinha.

Manual Técnico para HVAC⁷

Esse documento prevê a especificação para projetos, aquisição e instalação de sistemas de controle (painéis e quadros de energia) para equipamentos de HVAC.

As pesquisas desenvolvidas pela Divisão mostraram que a associação de estratégias eficientes de controle com equipamentos de medição, proteção e controle precisos e confiáveis elevam o potencial de redução do consumo em até 25 por cento, no que diz respeito aos custos de energia para refrigeração e aquecimento.

A dimensão da importância conferida às pesquisas na área de energia pode ser avaliada também pela produção bibliográfica dessa Divisão. Entre 1985 e 1991, seus pesquisadores produziram 72 trabalhos escritos (artigos, relatórios técnicos e relatórios especiais) voltados para equipamentos, técnicas, metodologias e sistemas computacionais visando à redução do consumo de energia.

As áreas básicas de P&D na Divisão de Sistemas de Energia e Utilidades são: sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado; usinas centrais de calor; tecnologias de combustão de lixo sólido; tecnologias elé-

5 Sigla, em inglês, de Estudo de Viabilidade em Sistema de Energia Solar.

6 Sigla, em inglês, de Custo do Ciclo de Vida em Projetos.

7 Sigla, em inglês, de Aquecimento, Ventilação e Condicionamento de Ar.

ricas; fontes de energia renovável e não-convencional; e projetos de sistemas de energia e teste de aceitação.

O Programa de Pesquisas em Sistemas de Energia é desenvolvido por cinco equipes técnicas: Equipe de Tecnologias de Conservação de Energia; Equipe de Sistemas Combustíveis e Energia; Equipe de Tecnologias Elétricas; Equipe de Gerenciamento de Projetos; e Equipe de Tecnologias de Energias Alternativas.

Divisão de Meio Ambiente

A Divisão de Meio Ambiente conduz pesquisas que objetivam a preservação e a reconstituição ambientais, particularmente na interação das atividades militares com o meio ambiente.

Os objetivos globais da Divisão são:

- reduzir o custo do atendimento às exigências legais relacionadas com o meio ambiente;
- prover alternativas para que as missões do exército (particularmente treinamento, aprestamento e mobilização) não sejam prejudicadas por questões ambientais;
- fornecer tecnologias apropriadas sustentáveis;
- fomentar a transferência de tecnologia e o treinamento de sua utilização; e
- fornecer tecnologias e mecanismos para atender à Ordem Executiva do Presidente atribuindo ao exército a missão de proteger, preservar e melhorar a qualidade ambiental e o sistema de apoio à vida.

As pesquisas da Divisão foram iniciadas em 1971 e colocaram o exército na condição de pioneiro na preservação ambiental naquele país. Com o passar dos anos, muitos cientistas da Divisão de Meio Ambiente receberam o reconhecimento nacional e internacional por suas contribuições para o exército e para a Nação.

As áreas básicas de P&D em questões ambientais são: o gerenciamento e mitigação de ruídos; o gerenciamento de treinamento; o gerenciamento de lixo perigosos; a redução da poluição; e sistemas e tecnologias voltados para o atendimento de prescrições ambientais.

O Programa de Pesquisas Ambientais é desenvolvido por nove equipes: Equipe de Acústica; Equipe de Recursos Ambientais; Equipe de Apoio ao Treinamento; Equipe de Modelagem e Simulação; Equipe de Engenharia Ambiental; Equipe de Gerenciamento da Qualidade da Água; Equipe de Resíduos Perigosos; e Equipe de Manutenção de Veículos e Redução da Poluição.

Centros de Apoio

O USACERL possui os seguintes centros de apoio:

- Centro de Apoio de Análise de Energia e de Sistemas Termodinâmicos de Edificações, com a finalidade de executar previsão do consumo de energia, análise de desempenho de sistemas de energia e análise de custos;
- Centro de Apoio à Automação, com a finalidade de fornecer assistên-

cia técnica à Diretoria de Engenharia e Habitação na utilização de cerca de 30 configurações de *hardware* e *software* de microcomputadores;

- Centro de Tecnologia de Solda, com a finalidade de prestar assistência na seleção de material, análise de falhas, implementação de testes e execução de inspeção de campo, relacionadas com soldagem em edificações;

- Laboratório de Sistemas de Informações Geográficas, com a finalidade de apoiar a utilização do sistema de processamento de imagem GRASS, que integra dados geográficos, modela informações de recursos terrestres e analisa impactos ambientais; e

- Centro de Apoio MicroPAVER, ROOFER e RAILER, com a finalidade de prestar assistência na utilização de sistemas de gerenciamento de manutenção e recuperação de superfícies pavimentadas, rufos betuminosos e rodovias.

CONCLUSÕES

Pesquisas em Engenharia de Construção

A existência do USACERL no seio do Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos constitui-se em solução diferente da adotada em nosso exército e deve ser considerada e avaliada.

A pesquisa no Exército dos Estados Unidos é descentralizada, cabendo ao Corpo de Engenharia gerenciar o desenvolvimento de tecnologia de seu interesse.

Da análise dos programas de pesquisa das divisões do USACERL, verifica-se que suas atividades estão voltadas para a atividade-fim do Corpo de Engenheiros, no que diz respeito à construção de aquartelamentos e construções em teatro-de-operações.

Outro aspecto relevante é que produtos das pesquisas desenvolvidas são intensamente voltados para os usuários, no que concerne à manutenção e recuperação de aquartelamentos.

Em consequência, as atividades desenvolvidas em centros de estudo e laboratórios se revestem de elevado cunho prático, evitando a dissociação, por vezes considerada normal, entre o ramo técnico-científico e o ramo operacional.

A esse respeito, merece destaque o fato de que a pesquisa relacionada com o gerenciamento automatizado de um banco de dados de projetos de construções no teatro-de-operações — incluindo os projetos de construção implementados na Operação Tempetade no Deserto, no Iraque, em 1991 — é feita por uma pesquisadora civil.

Recursos humanos, financeiros e materiais

O USACERL, além de abrigar técnicos de elevada capacidade, interage com os principais centros de excelência da estrutura universitária norte-americana. Decorrem daí benefícios para sua massa crítica que se refletem no trabalho desenvolvido no Laboratório e no produto final colocado à disposição dos usuários.

O recebimento de 70% de recursos financeiros de outras fontes, que não o orçamento do exército, amplia a capacidade operativa do Laboratório, em relação às necessidades da instituição militar, especialmente porque a maior parte das pesquisas financiadas com esses recursos são aplicáveis às atividades-fim do Corpo de Engenheiros.

O mesmo raciocínio é válido no que diz respeito à utilização dos recursos materiais da Universidade de Illinois.

Na utilização de recursos computacionais, deve ser ressaltado que a totalidade das pesquisas são executadas com o apoio do computador, a maioria dos produtos das pesquisas é implementado através do computador, e que em todas as Divisões estão sendo desenvolvidos sistemas com técnicas de inteligência artificial.

Não é demais asseverar que a utilização de recursos de informática é intensa e, principalmente, eficaz, na medida em que até rotineiras vistorias para recuperações em aquartelamentos estão sendo feitas com sistemas informatizados produzidos pelo USACERL.

Interação com o usuário

O estabelecimento de meios para interagir com o usuário é uma característica marcante do USACERL.

A formação de grupos de trabalho, incluindo o usuário, é a forma usual de determinar necessidades em pesquisas, caracterizar prioridades e colher *feedback* nas etapas avançadas de desenvolvimento tecnológico.

A criação dos centros de apoio, com a finalidade básica de prestar assistência ao usuário, é solução inovadora e de grande efetividade no sentido de aproximar o Laboratório dos destinatários de seus produtos.

A produção de copiosa bibliografia técnica, com divulgação tão ampla quanto possível, é outro mecanismo com que o USACERL procura atingir o seu público-alvo.

Finalmente, uma variada gama de produtos, com aplicação corrente nos aquartelamentos, se constitui em veículo poderoso para transmitir a mensagem do Laboratório e, sobretudo, conferir-lhe credibilidade.

Interação com a universidade

Em sua criação, em 1969, a decisão para a localização do USACERL levou em conta a excelência dos recursos humanos e materiais da Universidade de Illinois. A sua filiação a essa instituição acadêmica e a efetiva colaboração desenvolvida, somados ao apoio buscado em outros centros de pesquisa de alto nível, são fatores determinantes dos êxitos alcançados até o presente.

Deve ser ressaltada, também, a percepção da inexistência de preconceitos e áreas de atrito no relacionamento entre militares e civis, tanto no plano pessoal, quanto no que concerne à importância de suas missões institucionais. Essa avaliação parece igualmente subsistir na interação entre nacionais e estrangeiros, conforme atesta a presença, entre outros, de brasileiro, colombiano,

argentino e chinês trabalhando em projetos comuns do USACERL e Universidade.

Mecanismos de avaliação

O USACERL estabeleceu uma sistemática permanente para avaliar a relação custo/benefício, através de auditoria externa e independente.

O resultado obtido⁸ constitui-se em atestado de eficiência e eficácia da organização e garantia da manutenção do aporte de recursos, no mínimo, nos níveis atuais.

Há também que considerar a relação de causa e efeito entre esse resultado e outras tendências inferidas da análise das atividades do Laboratório, tais como o estabelecimento e revisão periódica de metodologias, a padronização e normalização, a avaliação continuada de processos, sistemáticas e dos próprios produtos, o mecanismo de controle e garantia da qualidade, e a busca da excelência (como lema do Corpo de Engenheiros).

Pesquisas objetivando a redução do consumo de energia

A redução dos dispêndios com serviços é preocupação também no seio do Exército dos Estados Unidos. Essa redução passa necessariamente pela redução do consumo de energia, cujo dispêndio anual atinge 1 bilhão de dólares.

Deve ser assinalada a consciência de que, afora medidas de caráter administrativo para sistematização e racionalização do consumo, a pesquisa envolvendo todas as etapas do processo de utilização de energia é medida fundamental para atingir os objetivos desejados.

Pesquisas sobre preservação ambiental

A legislação norte-americana tem se tornado cada vez mais rígida nas questões ambientais, particularmente em relação a atividades que interferem com o solo e a água, com níveis de ruído, e com a vida de animais e aves silvestres.⁹

As pesquisas realizadas no USACERL se inserem no contexto de prioridade que o Exército dos Estados Unidos e o Corpo de Engenheiros atribuem à preservação ambiental.

Assim, uma das quatro divisões do Laboratório, a Divisão de Meio Ambiente, está inteiramente voltada para a preservação ambiental.

A importância conferida a essa questão pode ser medida pelos resultados alcançados. Os pesquisadores do USACERL possuem prestígio nacional e internacional por suas contribuições à ciência nessa área. Mais de cinquenta produtos desenvolvidos no Laboratório estão sendo utilizados no exército e têm colaborado para alterações de procedimentos em atividades

8 Retorno médio de 42 dólares para cada dólar investido.

9 Exemplos típicos: obras militares e públicas, instrução de tiro e deslocamento de veículos.

des, tais como: execução de obras militares e públicas, treinamento militar, gerenciamento da obtenção e do consumo de água por grandes comandos logísticos, e manuseio e transporte de substâncias perigosas.

Áreas de interesse para a Engenharia de Construção do Exército Brasileiro

As pesquisas realizadas no USACERL são intensamente voltadas para o planejamento, projeto, construção, manutenção e recuperação de obras militares e apresentam interesse para a nossa Engenharia de Construção e, particularmente, para os engenheiros militares de fortificação e construção e de eletricidade.

As áreas de interesse para a Engenharia de Construção do Exército Brasileiro são, no âmbito do USACERL, as seguintes:

- Na Divisão de Sistemas de Meios: o planejamento automatizado de obras; o projeto assistido por computador; o gerenciamento da construção; a preservação e modernização de aquartelamentos; e a modelagem e simulação visando à otimização de procedimentos;

- Na Divisão de Sistemas de Energia e Utilidades: a garantia de qualidade em sistemas de energia; a conservação de energia em aquartelamentos; a integração de CAD com disciplinas de engenharia; e o planejamento integrado e automatizado de energia elétrica;

- Na Divisão de Engenharia e Ma-

teriais: a inspeção estrutural de edificações; os conceitos avançados em estruturas de fortificações e paióis; os sistemas computacionais para avaliação, diagnóstico e recomendação de solução em edificações;

- Na Divisão de Meio Ambiente: a avaliação do estado e tendências das condições de áreas de treinamento do Exército; a análise de perfis e modelos para obras militares e públicas em sistemas de previsão de impacto ambiental; os processos e tecnologias hidráulicas para instalações militares; e as estratégias de gerenciamento ambiental dos aquartelamentos.

Vantagem comparativa de nosso Exército

Cumpre, finalmente, destacar que o Exército dos Estados Unidos, ao decidir pela execução de pesquisa, no campo da engenharia de construção, através de um órgão específico com essa finalidade, buscou um centro de excelência para, em suas proximidades, instalar a base física que abrigaria o Laboratório em questão.

Nesse sentido, o Exército Brasileiro apresenta uma certa vantagem na hipótese de intensificação de esforços em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia voltados para a execução de obras militares, tendo em vista contar, em sua estrutura organizacional, com tradicional instituição de formação de massa crítica — o Instituto Militar de Engenharia (IME).

Essa circunstância favorável pode permitir a busca da redução de dispên-

dios, particularmente com a execução, manutenção e recuperação de obras militares, e com o pagamento de energia elétrica. Tal intento requereria medidas preliminares tais como:

- o aumento do efetivo admitido anualmente no IME, nas especialidades de Fortificação e Construção e Eletricidade;

- a estreita interação entre os setores de execução de obras militares e os setores de formação, visando a canalizar a produção de parcela dos trabalhos de graduandos e pós-graduandos das especialidades mencionadas, para as atividades de obras militares; e

- o estabelecimento de mecanismos de avaliação e controle da relação custo/benefício dos investimentos realizados.

Dessa forma, poder-se-ia lançar as bases para a criação futura de um Laboratório voltado estritamente para a pesquisa em engenharia de construção,

com o objetivo de permitir ao Exército Brasileiro utilizar tecnologias estado-da-arte e de buscar a redução dos dispêndios na execução de obras militares.

BIBLIOGRAFIA

- Departamento de Engenharia e Comunicações. *Relatório do Estágio sobre Gerenciamento de Obras de Cooperação e Obras Militares no Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos*. DEC, Brasília/DF, Dez/91.
- Construction Engineering Research Laboratory, *Engineering and Materials Division*. USACERL, Champaign/Illinois, Jan/91.
- Construction Engineering Research Laboratory. *Environmental Division — Organization and Research Area Descriptions*. USACERL, Champaign/Illinois, Nov/90.
- Construction Engineering Research Laboratory. *Facility Systems Divisions Overview*. USACERL, Champaign/Illinois, Jul/91.
- Construction Engineering Research Laboratory. *Overview of Energy & Utility Systems Division*. USACERL, Champaign/Illinois, Abr/91.

Cel QEM/CDEM RUBENS SILVEIRA BROCHADO — Possui os cursos de Material Bélico da Academia Militar das Agulhas Negras (1968), graduação em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia (1977) e de Direção para Engenheiros Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1987). É o atual Chefe da Comissão Regional de Obras da 11ª Região Militar — CRO/11 (Brasília).



Ten Cel QEM/CDEM ALÉSSIO RIBEIRO SOUTO — Possui os cursos de Material Bélico da Academia Militar das Agulhas Negras (1972), graduação em Engenharia Elétrica (1980) e mestrado em Engenharia de Sistemas (1987) pelo Instituto Militar de Engenharia, e o Curso de Direção para Engenheiros Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1989). Serve, atualmente, na Diretoria de Obras Militares (Brasília).



“RÁDIO AURIVERDE” — Uma debochada afronta

José Moretzsohn

Conclusão de matéria iniciada na edição anterior de ADN e cuja publicação, em seu todo, excederia os limites de espaço regular da Revista.

Propõe-se a resgatar a verdade histórica relativa a diversos aspectos da atuação da FEB na Itália, deturpados no documentário cinematográfico “Rádio Auriverde”, que vem sendo exibido comercialmente nos cinemas nacionais.

*“...pois é a partir da grandeza e da beleza da criatura
que, por analogia, se conhece o seu autor”*

(Sab 13,5)

• A rendição da 148.^a Divisão Alemã foi coisa arranjada para dar alguma glória à FEB, que até aquela altura só acumulara fracassos.

A respeito desse episódio, é bom transcrever-se o que relata o marechal Floriano de Lima Brayner, chefe de

estado-maior da FEB, em seu insuspeito livro *A verdade sobre a FEB*.

Ele conta que, às 9 horas da manhã de 27 de abril, o general Lucien Truscott, comandante do V Exército, chegou a Montecchio, onde se localizava o PC avançado da FEB, à procura do general Mascarenhas. Informado de que Mascarenhas se dirigira

a Collecchio, para assistir à ação da vanguarda brasileira, e tendo tomado conhecimento da situação, sentenciou: *"Diga ao General Mascarenhas que o comando do V Exército tem o máximo interesse em deter e destruir essa divisão alemã, antes que ela alcance a região de Parma."*

Pouco depois de sua partida, chegava ao mesmo PC o general Crittenberg. Cientificado da marcha favorável das operações até aquele momento, exclamou: *"Brayner, a 148ª DI não deve passar. Não pode passar para o norte. Faça sentir isto ao general Mascarenhas!"*

Não satisfeito, ao retornar ao seu PC, o comandante do IV Corpo enviou o seguinte radiograma: *"N.º 215 — 27-4-45 — Secreto — Urgente. Ao Gen Mascarenhas — Estou contando convosco no sentido de impedir que quaisquer elementos inimigos, inclusive a 148ª DI, transponham rio Pó e escapem para Norte. Esta é a grande oportunidade que se apresenta para aniquilar essas forças inimigas. Coordenei com o General Comandante da 34ª DI."*

Plenamente convencido do acerto com que estava conduzindo a operação, o comando brasileiro não tomou medida alguma especial para coordenar com a 34ª DI americana. Se tivesse tomado, teria paralisado toda a empolgante ação que vinha desenvolvendo, e criado sérios problemas para o futuro das operações de todo o Corpo.

A maior prova de que a rendição da 148ª Divisão não era, sequer, esperada pelo comando americano, está na mensagem que, no mesmo dia 27,

chegou ao PC da FEB. Por ela, atribuída-se à Divisão uma missão completamente desvinculada da operação que ela estava conduzindo naquele momento. Veja-se o que lhe era determinado: *"Instrução de Operações n.º 89 — 27 Abr: — Progredir na sua Zona de Ação (ao sul da estrada n.º 9 Bologna-Piacenza), destruindo as forças inimigas encontradas; bloquear as saídas das montanhas dos Apeninos para o norte; substituir elementos do flanco esquerdo da 34ª DI (USA) à medida que o ataque progrida; proteger o flanco esquerdo do IV Corpo."*

Tamanho descompasso entre o que determinava esta ordem e o que se passava revela, claramente, que o IV Corpo não estava seguramente ciente do que a divisão brasileira vinha realizando. A visita de Crittenberg ao PC avançado comprova que ele, tardiamente, tomara conhecimento dos fatos.

Não houve, pois, arranjo algum, como cavilosamente insinuado.

Se a FEB fosse cumprir, ao pé da letra, a Instrução de Operações n.º 89, ter-se-ia diluído por uma vasta região, e a 148ª DI teria passado *"fagueira, com seus 15.000 homens, para surpreender a 34ª DI americana, ao norte de Parma"*.²³

*"Quando os aflitos apelos dos comandos do V Exército e do IV Corpo chegaram, o perigoso combate de Collecchio já estava em declínio, com a vitória em nossas mãos."*²⁴

O coronel comandante da tropa alemã naquela frente foi encontrado

23 e 24 Floriano de Lima Brayner — *A verdade sobre a FEB.*

morto em uma poltrona, com um tiro na cabeça, tudo levando a crer que tenha se suicidado, ao comprovar a irremediável derrota. Seu corpo foi sepultado em Collecchio, por ordem do comando brasileiro.

As unidades brasileiras, após esse embate, prosseguiram na ocupação das passagens, bloqueando literalmente qualquer via de escape dos alemães. Nem mesmo o oficial de ligação americano, que o IV Corpo enviou para substituir o já mencionado major Vernon Walters, baixado a um hospital, conseguiu aquilatar a importância da vitória que se esboçava. Quando, finalmente, se deu conta do que se passava, tratou de informar ao general Crittenberg. Mas faltava apenas uma hora para o desfecho — tempo insuficiente, e Crittenberg não pôde estar presente...

O V Exército só tomou conhecimento da rendição alemã quando as unidades da 148ª DI, já desarmadas, desfilavam sob escolta, para Gaiano e Felegara.

"O episódio da rendição daquela famosa divisão alemã, imposta em combate, ecoou profundamente, despertando as mais curiosas reações dos comandos superiores. A principal, e indiscutível, resultou de não ter o comando da divisão brasileira consultado o comando do IV Corpo, nem estabelecido ligação com a 34ª DI americana, que, por sua vez, nunca se esforçou nem procurou manter ligação conosco.

"Por que havíamos de correr atrás dos comandos americanos, se nos julgávamos capazes de montar e exe-

cutar a operação que impôs a rendição, por nossa própria conta e com os nossos meios exclusivamente?

"Quando terminaram as negociações entre os representantes do comando da 1ª DIE e os da divisão alemã, ficando assentados todos os detalhes para a rendição, o general Mascarenhas tomou conhecimento e os aprovou. Nesse momento, o chefe do EM divisionário propôs que se desse imediata comunicação ao comandante do IV Corpo, Gen Crittenberg. Não concordou o Gen Mascarenhas. Esta comunicação seria feita oportunamente.

"Tinha razão o chefe brasileiro, mais experiente e melhor psicólogo que seus colaboradores.

*"Se aquele acontecimento ocorresse sob as vistas imediatas de um comando americano, o feito das armas brasileiras teria sido desfigurado e passaria imediatamente à responsabilidade dos chefes do Exército dos Estados Unidos."*²⁵

O livro de onde foram transcritos esses trechos é eivado de mal disfarçada ojeriza de seu autor para com o E/3 da FEB, o então tenente-coronel Humberto de Alencar Castello Branco. Sentindo-se de certa forma ofuscado pelo incontestável brilho de seu oficial-de-operações, Lima Brayner não perde ocasião de enaltecer-se, realçando sua participação. É, pois, sintomático que, no trecho acima, reconheça ter sido rejeitada uma sua sugestão. Ele não o faria gratuitamente...

25 Floriano de Lima Brayner — op. cit.

Assim é de lamentar que um brasileiro tente "desmistificar" o feito da FEB, vilipendiando as glórias que Mascarenhas não quis transferir aos americanos.

A vitória brasileira em Fornovo di Taro gerou imediato ciúme. Tanto isso é verdade que o IV Corpo emitiu o seguinte radiograma circular às suas divisões:

"No cumprimento do rádio nº 6.727, do V Ex, datado de 02.0146 B Maio 45, os comandos só podem aceitar rendição incondicional de unidades inimigas. No caso de rendição de uma grande unidade, deve-se entrar em contato com este QG, para instruções (...) Gen Crittenberg — Comandante."

"Unidade", em nosso Exército (e no americano, também), é o escalão batalhão, grupo ou equivalente. E "grande unidade" inclui os escalões "brigada" e "divisão".²⁶

Esta mensagem foi "circular" apenas para "camuflar" o real destinatário, que era o comando brasileiro, pois as outras divisões do IV Corpo não haviam vivido, pelo menos até então, nenhum episódio de rendição de grande unidade inimiga.

O comando americano, certamente, não esperava tanto sucesso.

A vitória da FEB em Fornovo foi resultado de uma série de fatores, entre os quais merece especial menção a capacidade de improvisar, marca acentuada do caráter brasileiro, tantas vezes criticada e acoimada de respon-

sável por falhas de nosso comportamento como povo.

Mascarenhas, antevendo a vitória que poderia obter, não titubeou em "desmontar" a artilharia, naquela oportunidade menos necessária, para motorizar completamente sua infantaria, distribuindo-a por todas as passagens que, dos Apeninos, demandavam o vale do Pó. Foi providência inusitada, surpreendente e, por isso mesmo, vitoriosa.

Rubem Braga, em seu já comentado artigo, conta: *"Quando perguntei ao general Cordeiro de Farias pela sua artilharia, em Vignola, ele me respondeu: — Agora não tenho mais nada a ver com a artilharia; sou gerente de uma empresa de transportes..."* E o saudoso cronista explica: *"É que o inimigo fugia com tal velocidade, que as viaturas da artilharia estavam sendo usadas para transportar os soldados..."*

Vernon Walters, também já citado, depois de narrar a sua baixa ao hospital de Livorno, revela sua pressa em retornar à frente. Superestimando a importância de sua presença, chega a dizer aos médicos que o assistiam: *"Vocês estão privando o V Exército do concurso de toda uma divisão, uma vez que ninguém, como eu, poderia falar com os brasileiros."*

"Certa manhã, um dos médicos veio até minha cama, atirou-me um exemplar do jornal Stars and Stripes e disse: — Eles estão, sem você, conseguindo resultados jamais alcançados no seu tempo."

"Olhei para o jornal e soube que os brasileiros haviam capturado uma

²⁶ À época da 2ª Guerra, havia o escalão "Regimento" considerado como "unidade".

divisão alemã que, pela primeira vez, se rendia totalmente na Itália. Era a 148.^a Divisão. Por incrível falta de sorte, perdi a maior conquista dos brasileiros."

• Nos ataques a Monte Castello, Belvedere estava situado à frente de Monte Castello e teria sido conquistado no dia anterior, facilitando a ação da FEB. Em Monte Castello havia apenas 35 defensores.

Que houve antes da primeira investida a Castello?

Em 18 de novembro, o IV Corpo determinara à divisão brasileira que prosseguisse nas operações para a conquista de Castelnuovo, situada no limite leste de sua zona-de-ação. Ao mesmo tempo, porém, o comando superior lhe retirava o esquadrão de reconhecimento mecanizado e um batalhão do 6.^a RI. A 19, retira-lhe mais um batalhão e coloca o 2.^o Grupo de Artilharia à disposição da 92.^a Divisão americana. A 20, numa clara demonstração de que não soubera, até aquela data, eleger ou selecionar o acidente-capital no interior da posição inimiga, informa ao Gen Mascarenhas que Castelnuovo deixava de merecer prioridade, pois o objetivo visado passava a ser a linha de alturas Belvedere-Castello-Torraccia-Terminale, no flanco oposto da zona-de-ação.

Tornou-se imperioso, em consequência, empregar o 1.^o RI, que ainda se encontrava em Filettolo, em treinamento. A divisão brasileira se viu for-

çada a mudar radicalmente o centro de gravidade de seu dispositivo, colocando em linha uma unidade nem sequer inteiramente equipada. Determinou-se que o armamento e o material necessários para completar-lhe a dotação fossem recebidos das tropas que ainda continuariam na zona de treinamento. Ou seja, boa parte da tropa iria equipar-se e armar-se na hora de lançar-se ao ataque.

Faz-se, aqui, breve digressão, que parece oportuna e necessária, para esclarecer o leigo sobre o potencial de uma divisão, uma vez que, em várias oportunidades, o cineasta se revela decepcionado com os limitados êxitos colhidos pela FEB.

É, portanto, conveniente reafirmar que a FEB não passava de uma divisão de infantaria, acrescida de depósito de pessoal (para recompletamento de perdas) e de serviços especiais diversos, não diretamente ligados às operações.

Durante a guerra no continente europeu, mais de 2.000 divisões foram empregadas pelos diferentes exércitos engajados (foram mais de 30.000.000 de homens) e, salvo um ou outro estudioso do conflito, duvida-se que haja quem possa mencionar uma delas sequer.

No próprio IV Corpo, ao qual a FEB esteve subordinada, havia outras cinco divisões americanas. Seu efetivo total era de 246.300 homens, sendo 172.200 americanos, 10.400 ingleses, 24.000 sul-africanos, 11.600 indianos, 16.700 brasileiros e 11.600 italianos.

Por que, então, só a divisão brasileira haveria de realizar feitos extraordinários? Por que, entre 30.000.000

de combatentes, os minguaos 16.000 da FEB deveriam ter praticado façanhas?

Escreve o cineasta: "...é sintomático verificar a desimportância dos brasileiros no seio da tropa aliada, pela exigüidade de reportagens feitas pelos americanos e ingleses, ínfimas se computarmos o quanto filmaram seus patrícios".

Seria ingenuidade pensar que os americanos deveriam ter dado preferência, em seus filmes, aos brasileiros, em detrimento de seus conterrâneos... O público americano, ávido de conhecer o que vinham realizando seus soldados, assistiria, com toda a certeza e com muito interesse, documentários sobre os brasileiros... Para falar de exigüidade de reportagens sobre nossa tropa o cineasta deve ter descoberto reportagens sobre indianos, sul-africanos, italianos — para se limitar às nacionalidades figurantes no IV Corpo.

Mas ele prossegue: "*Em tempo: a FEB até hoje é virgem do vastíssimo imaginário cinematográfico de Hollywood sobre a II Guerra Mundial, como também se desconhece que o cinema italiano tenha se lembrado, de alguma forma, do pracinha que permaneceu quase um ano no país.*"

Seria então o caso de sugerir-se aos cineastas italianos (e por que não, também, americanos e ingleses?) que explorem, no "imaginário cinematográfico" do grande conflito, o riquíssimo filão descoberto por seu irmão brasileiro: a participação individual de todas as nacionalidades representadas, em solo peninsular, por tropas com-

batentes. Teríamos, assim, além dos indefectíveis *yankees* e ingleses, heróis para todos os gostos: franceses, galeses, irlandeses, escoceses, indianos, sul-africanos, neozelandeses, marroquinos, tunisianos, argelinos, israelitas, poloneses, canadenses e brasileiros (por que não?)...

Uma divisão só excepcionalmente atua isolada, independentemente. Numa situação normal, está sempre enquadrada por um comando superior (corpo-de-exército ou exército), que planeja, coordena e determina seu emprego. Uma divisão não ataca por iniciativa própria nem recua sem autorização superior.

Cumprir ordens, para o militar, não é subserviência, é dever — o mais elementar dever castrense. Se isto é verdadeiro em tempo de paz, no dia-a-dia da caserna, com muito mais razão o será, no campo de batalha. Nenhum desprestígio para o Brasil, portanto, ter sua divisão sob comando estrangeiro. As outras nações que enviaram tropas para lutar na península italiana não se sentiram inferiorizadas por isso.

Assim, a FEB não atacou Monte Castello por decisão de seu comandante. Fê-lo por determinação do IV Corpo, grande comando que a enquadrava. Este, como de praxe, fixou-lhe o objetivo a conquistar, a zona-de-ação, a data-hora do ataque e os apoios previstos. Se o fez corretamente ou não vamos tentar mostrar. O importante é assinalar que a ordem veio de cima e só cabia à tropa cumpri-la.

O primeiro ataque foi a 24 de novembro. Conduziu-o a *Task Force* 45, e dele participou apenas um batalhão

brasileiro (o 3.º do 6.º RI) e o esquadrão de reconhecimento mecanizado. O grosso da tropa atacante era constituído pelo 45.º BI e pelo 2.º do 370.º RI, ambos americanos.

Terá sido um ataque da FEB? Evidente que não. Comandou-o o coronel americano Cronks, e o objetivo do batalhão brasileiro nem era Monte Castello, e sim Monte Terminale.

Aliás, a fixação desta elevação como objetivo do batalhão brasileiro constitui a mais cabal prova de que o IV Corpo estava muito mal informado a respeito da posição alemã e do valor da tropa que a defendia. Monte Terminale era objetivo muito no interior do dispositivo inimigo, onde, provavelmente, estariam localizados os aprofundamentos da divisão defensora.

Esperava-se que um simples batalhão conseguisse tamanha penetração?

Houve evidente deficiência de informações e, conseqüentemente, o valor defensivo da linha de alturas foi subestimado.

Nem mesmo quando o conjunto Belvedere-Castello-Torraccia foi conquistado, três meses depois, graças ao ataque simultâneo de duas divisões (a 10.ª Divisão de Montanha e a brasileira), Monte Terminale foi imposto como objetivo.

Monte Castello, nesse primeiro ataque, era objetivo intermediário do 2.º/370.º RI americano, cujo objetivo final era M. della Torraccia, o mesmo que, em fevereiro, seria o objetivo final da 10.ª Divisão de Montanha.

O 3.º/6.º RI era exatamente o mais fatigado de toda a divisão brasileira, pois faria 70 dias que se encontrava

em combate. Mesmo assim, progrediu bem, até o momento em que seu flanco esquerdo ficou completamente exposto, já que o 2.º/370.º RI, que atacaria por aquele setor, simplesmente retraíra, sem a menor cerimônia.²⁷ Uma companhia de carros de combate americana, lançada na tentativa de impulsionar o avanço do 2.º/370.º RI, não chegou sequer a transpor a linha-de-partida.

A avaliação do poder relativo de combate, por parte do IV Corpo, foi deveras muito mal feita. A *Task Force* 45 foi organizada com tropas heterogêneas, em torno da 45.ª Brigada de Artilharia Anti-aérea, empregada como força de infantaria. Oferecer flanco exposto à ação inimiga é o que de pior pode acontecer a quem ataque. Os tiros de flanqueamento desmoralizam e comprometem todo o esforço ofensivo. E não transpor a linha-de-partida é o fracasso completo, pois ela materializa, no terreno, os locais onde o atacante tem de mostrar seu ímpeto.

O segundo ataque a Monte Castello foi continuação do primeiro, porque desencadeado na madrugada do dia seguinte,²⁸ levando a marca da impetuosidade do comandante do IV Corpo.

Foram empregados os mesmos elementos do dia anterior, e se os reconhecimentos na primeira investida

27 Quando foi comentado, atrás, o aspecto relativo à suposta incompetência dos nossos oficiais, foram transcritas palavras do Gen Mark Clark sobre a conduta dos soldados negros americanos. E todo o 370.º RI era integrado por esses combatentes.

28 A ordem foi dada às 02:30 horas, para execução ao alvorecer.

havia sido sumários, nesta segunda tentativa simplesmente não existiram. Pelos menos para o extenuado batalhão brasileiro, cuja zona-de-ação foi mudada, durante a noite, passando a incluir, agora sim, Monte Castello.

O *Vade-Mécum*, já referenciado, computa o número de horas necessárias para o desencadeamento de um ataque, em função do escalão considerado. Para um BI atacar centralizado, contra uma posição organizada (e certamente Castello o era), são previstas 6 (seis) horas, das quais 4 (quatro) de luz.

Dados de *Vade-Mécum* não devem ser tomados como imutáveis. Cada caso, evidentemente, é um caso. Mas, desprezá-los ou ignorá-los pode custar muito caro.

O segundo ataque foi, também, conduzido pela *Task Force* 45, já sob o comando do Gen Paul Rutledge. Contido por um contra-ataque alemão apoiado por carros de combate, veio mostrar que o escalão atacante era inteiramente insuficiente, diante do valor da força de defesa e das facilidades que lhe proporcionava o terreno.

Voltemos ao *Vade-Mécum*. Quem ataca deve ter superioridade mínima de 2 para 1, sendo sempre desejável que se alcance 3 para 1 ou mais. Os dois primeiros ataques não obedeceram a esse princípio.

O 3º e o 4º ataques somente vieram comprovar que uma divisão não combina atitudes: não pode defender uma frente de 18 km de extensão e ainda atacar em 2 km desta mesma frente, para conquistar objetivos tão

importantes e tão bem defendidos quanto Belvedere-Castello-Torraccia.

O IV Corpo quis saber quais as razões do insucesso de 12 de dezembro (4º ataque) e Mascarenhas respondeu que as apresentaria por escrito. Sem se preocupar muito com cortesia, o comandante brasileiro foi a fundo no problema e disse mais ou menos o seguinte: sua divisão guarnecia uma frente a 20 km e recebeu missão de atacar em 2 km; não tinha poder para cumprir tudo aquilo. Sua divisão manifestaria capacidade de combate quando recebesse missão adequada a seus meios, não só quanto à profundidade dos objetivos impostos, mas também quanto à largura da zona-de-ação que lhe fosse atribuída. Enquanto recebesse missões como a do dia 12, somente poderia revelar impossibilidade de combater vitoriosamente. Disse mais que não cabia ao comando brasileiro julgar-se a si próprio; o comando americano, que tinha a tropa brasileira diretamente sob suas ordens, poderia atestar se vinha ou não combatendo a contento.

Essa resposta de Mascarenhas foi entregue às 5 horas da manhã de 13 de dezembro, mesmo dia em que o avanço na direção de Bologna foi bloqueado em toda a zona de ação do IV Corpo, e uma divisão americana de 15.000 homens se viu, em horas, reduzida a 8.000.

“Na mesma noite de 12, os alemães haviam contra-atacado na região de Camaiore e Viareggio, obrigando duas divisões a recuar 5 km. O comando americano, verificando que havia uma grande reação alemã em toda a frente,

*disse que o assunto estava fora de apre-
ciação e apenas dizia ao comando bra-
sileiro que mantivesse de qualquer
maneira as posições que ocupava. A
neve já cobria os Apeninos. Ninguém
mais avançava. Há estabilização.*"²⁹

Camaioere, acima citada, fora con-
quistada pelo Destacamento FEB, a
primeira tropa brasileira a entrar em
combate, no dia 18 de setembro. Já
se está a 13 de dezembro, mas o IV
Corpo continua em Camaioere...

Só a FEB deveria progredir?

Nenhuma atividade ofensiva se pro-
cessava em toda a frente italiana, en-
trando as operações na fase que ficou
caracterizada como "defensiva de in-
verno", de 13 de dezembro de 1944
a 18 de fevereiro de 1945.

Aliás, desde novembro, quando se
iniciaram as tentativas de conquistar
Monte Castello, nenhum progresso se
verificou em todo o restante da frente
do IV Corpo. Também no setor do VIII
Exército inglês, a leste, a frente se es-
tabilizara. O poderoso XV Grupo de
Exércitos estava paralisado, chegando
mesmo a registrar alguns recuos, como
o da 92.^a DI americana, no vale do Ser-
chio, só contido graças à intervenção
de forças indianas.

Volta a pergunta: só a FEB deve-
ria avançar?

*"Por que apenas na frente brasi-
leira deveria ocorrer avanço? Por que
haveria de caber à pequena FEB, de-
saparelhada e desambientada, levar
de roldão as experimentadas divisões*

*do Mar Kesselring, primorosamente
e, havia longo tempo, instaladas nas
cristas da cordilheira?"*³⁰

A verdade, porém, é que antes de
iniciar a "ofensiva da primavera", era
imprescindível fincar pé naquele desa-
fiador conjunto representado pelas al-
turas de Belvedere-Castello-Torraccia,
para liberar a vital rodovia 64.

Mas o alemão, quando se decidia
a barrar um eixo, não blefava. Haja
vista o que fez em Cassino. O que ali
ocorreu, guardadas as devidas pro-
porções, também ocorreu em Monte
Castello. Veja-se:

— 13 de fevereiro de 1944 — pri-
meiro ataque ao Monte Cassino, con-
duzido por tropas indianas e
neo-zelandesas, sob o comando do Gen
Freyberg; sem êxito;

— 15 de fevereiro — 255 aviões
despejam 576 toneladas de bombas so-
bre a elevação, matando dezenas de
soldados; seguiu-se um intensíssimo
fogo de artilharia durante todo o dia,
partindo o ataque ao alvorecer, repe-
lido com pesadíssimas baixas;

— 16 de fevereiro — o Regimento
Real de Sussex, inglês, é lançado para
reforçar o ataque, mas nada consegue;
143 mortos;

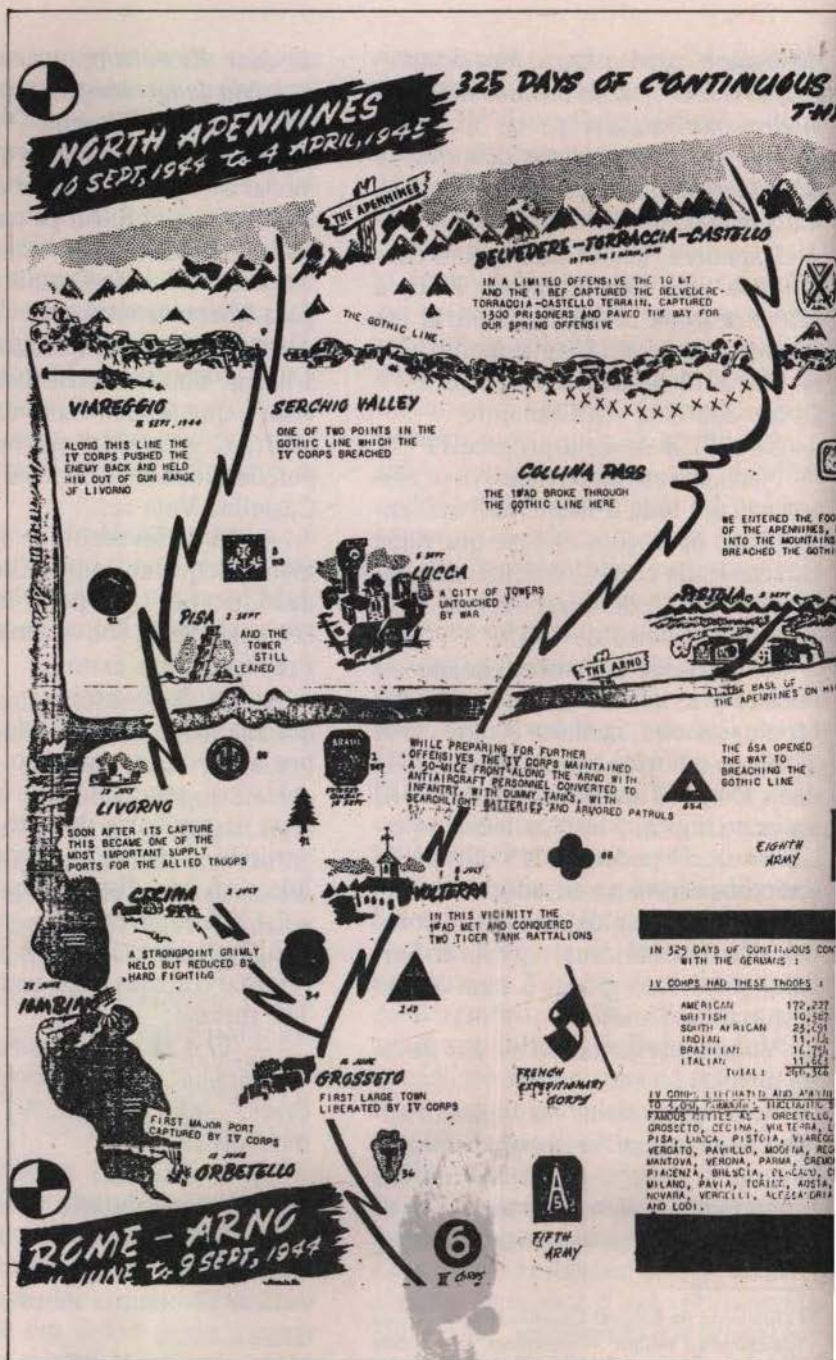
— 17 e 18 de fevereiro — renova-
-se o ataque, com indianos e neozelan-
deses, sem resultados, mas com
terríveis perdas;

O V Exército resolve "dar um
tempo", que duraria quase um mês.

— 15 de março — de 08:30 às
12:00 horas, aviões lançam 1.320 to-
neladas de bombas sobre o monte, ma-

²⁹ Humberto de Alencar Castello Branco — *Seu
pensamento militar* — coletânea organizada
por Francisco Ruas Santos.

³⁰ Floriano de Lima Brayner — op. cit.





tando 75 homens; em seguida, a artilharia inicia seu bombardeio, disparando 200.000 tiros durante 2 horas; o ataque, uma vez mais, foi barrado;

— 22 de março — os neozelandeses renovam a investida e amargam mais 1.594 baixas;

O V Exército resolve esperar mais um pouco.

— 11 de maio — à noite, após preparação de artilharia que envolveu 1.000 peças de todos os calibres e que durou 2 dias, com 173.000 granadas e 1.550 incursões da força aérea, partiu o ataque, mais uma vez sem êxito;

— 18 de maio — o corpo-de-exército polonês conquista Monte Cassino, tendo 4.056 baixas...

O inexpressivo monte, em cujo topo se erguia o secular mosteiro, fora literalmente arrasado, mas resistira de 13 de fevereiro a 18 de maio, isto é, durante 95 dias. Monte Castello resistiu 67 dias...

Os sucessivos desastres diante de Cassino levaram o 1.º ministro inglês, Winston Churchill, em 20 de março, a dirigir-se ao general Alexander, então comandante do XV Grupo de Exércitos na Itália, nos seguintes termos: *"Desejaria que o senhor me explicasse a razão por que a passagem na montanha, através de Cassino, sobre uma frente que não tem mais de 3 ou 5 km de largura, é o único lugar que se pode atacar. Cinco ou seis divisões já foram duramente afetadas, tentando forçar a passagem. Naturalmente não conheço o terreno nem as condições em que a batalha é travada, porém, examinando as coisas daqui, pergunto por que, se o inimigo se concentra nesse*

*ponto, é impossível atacar pelos flancos?... Confio inteiramente no senhor, porém rogo-lhe que me explique por que não é possível uma manobra de flanco."*³¹

Eis o que respondeu Alexander: *"De toda a frente de combate, desde o Adriático até a costa sul, somente o vale do Liri, que conduz diretamente a Roma, é adequado para o emprego da nossa superioridade em artilharia e tanques. A rota principal, chamada n.º 6, constitui o único caminho que permite penetrar nas montanhas... É dominado pelo Monte Cassino, sobre o qual se ergue o convento... Fizeram-se muitas tentativas para flanqueá-lo pelo norte, porém todas foram infrutíferas, pela escabrosidade do terreno... Os americanos tentaram flanquear Cassino pelo sul, porém sofreram grandes perdas... A tenacidade dos pára-quedistas alemães é muito grande, principalmente levando-se em conta que estiveram debaixo de fogo de toda a aviação do Mediterrâneo e de mais de 800 canhões, que durante seis horas consecutivas ali concentraram todo o seu fogo."*³²

Cassino era defendida por pára-quedistas, sabida e compreensivelmente inferiores em poder de combate às divisões de infantaria, pois seu armamento e seu equipamento são, necessariamente, mais leves do que os daquelas.

Apesar de tudo, a tomada de Monte Cassino é considerada uma grande vi-

31 e 32 A Segunda Guerra Mundial — Editorial Codex — Buenos Aires, 1966.

tória por poloneses e, curioso, também pelos americanos...

Nós, brasileiros, contudo, devemos encarar como vergonhoso vexame a conquista de Monte Castello?

O cineasta afirma que Belvedere fica à frente de Monte Castello e que, somente após sua conquista, a FEB conseguiu tomar este.

Isto não é verdade. Melhor dizendo, só em parte o é.

Belvedere-Gorgolesco-Castello constituem uma linha contínua de alturas, perpendiculares à frente de contato. Della Torracchia sim, está num segundo compartimento, atrás de Castello.

Torraccia era o objetivo da 10ª Divisão de Montanha e Castello, o da 1ª DIE.

Se fôssemos utilizar as palavras do diretor de “Rádio Auriverde”, poderíamos dizer que Della Torracchia somente foi conquistada pelos americanos, depois que os brasileiros haviam se apossado das cristas de Monte Castello, pois isto ocorreu às 18 horas de 21 de fevereiro, enquanto Della Torracchia só caiu às 11:30 do dia seguinte.

Mas o cineasta tem razão num ponto: Belvedere foi conquistado antes de Monte Castello. Se não o fosse, Castello não teria caído.

Foram necessários quatro ataques a Castello para que o IV Corpo se convencesse de que era impossível invadir sobre Castello sem neutralizar Belvedere.

Aliás, convém ressaltar, a própria ação sobre Belvedere teve de ser precedida por outra, na noite de 18/19, sobre Monte Serrasiccia-Capel Buso-

Pizzo di Campiano, desencadeada como clássico golpe-de-mão, para proteger o flanco oeste da divisão, e possibilitar seu desdobramento na base de partida.

A 10ª Divisão de Montanha não se sentiu desmerecida com isto. A FEB, porém, deveria envergonhar-se por ter seu flanco protegido...

Atacar Castello sem neutralizar Belvedere seria repetir os mesmos erros das investidas anteriores. Atacar Belvedere sem assegurar a posse de Serrasiccia-Pizzo de Campiano seria, também, expor-se ao fracasso.

Então, o IV Corpo, que teimava em conquistar Monte Castello e Della Torracchia com um simples grupamento de valor RI, agora lançava duas divisões, para obter o mesmo resultado. E o erro é nosso?

*“Duas divisões — a 10ª Divisão de Montanha e a brasileira — em ação combinada, fortemente apoiadas pela artilharia e pela aviação, para obter a necessária superioridade em pessoal, e material, imprescindível a quem ataca uma posição defensiva organizada.”*³³

E mais: para assegurar o êxito, não empregou na operação uma divisão comum. Ao lado da FEB, para ombrear-se com ela (?), engajou a 10ª Divisão de Montanha, composta de *“esquiadores mundialmente famosos, treinada no Colorado e equipada com trenós especiais e outros veículos particularmente aptos ao emprego na neve e nas montanhas.”*³⁴

33 João Baptista Mascarenhas de Moraes — *Mémoires*.

34 Mark Clark — op. cit.

Não é demais realçar o nível da força colocada lado a lado com a 1.^a DIE. Era uma tropa de homens afeitos a nevascas, a escarpas geladas, verdadeiros gigantes, como os descreveram nossos cronistas.

Quando narra o ataque das duas divisões, Mark Clark considera "miraculosa" a escalada de Belvedere pelas montanheseis.

Não é tudo isto sintomático? Não vem atestar favoravelmente à FEB? Não põe às claras que a captura do maciço Belvedere-Castello-Torraccia era empreitada de vulto, exigindo mesmo forças especiais?

A tropa brasileira, que nunca vira neve e que recebera apenas a instrução normal, comum a todas as unidades de infantaria, deu cabais demonstrações de adaptabilidade às condições ambientais e marchou *paripassu* com a poderosa 10.^a Divisão de Montanha, cujo flanco, em momento algum, esteve exposto por retardo da progressão dos pracinhas.

Longe de constituir motivo para deboche, o emprego de tão potente grande unidade no escalão de ataque, junto à nossa DI, só a enaltece.

O documentário, a certa altura, "esclarece" que em Monte Castello havia apenas 85 defensores.

A ordem de operações da FEB, para o ataque (OGO nº 20, de 18 Fev) consigna as seguintes informações sobre o inimigo:

"O inimigo defende numa posição de resistência, cuja orla anterior engloba a crista de Monte Belvedere-pontos 1.027 e 1.036 e as elevações 977 e 887 do Monte Castello. A po-

*sição é coberta por linhas de P.A. (...), com locais de tiro dispondo de apreciável proteção vertical. O inimigo dispõe, como reservas, do 1.º/1.045 RI, 1.º/1.045 RI e do 232.º BI(...)"*³⁵

Todas essas unidades e as que guardavam as posições em sua área de defesa pertenciam à 232.^a DI.

Monte Castello era objetivo tão importante no quadro da manobra do IV Corpo, e mesmo do V Exército, que no dia de sua conquista, 21 de fevereiro de 1945, o PC avançado da FEB recebeu visita das seguintes autoridades:

- Tenente-General MacNarmey — Comandante das forças americanas no Teatro de Operações do Mediterrâneo;
- Tenente-General Mark Clark — Comandante do XV Grupo de Exércitos;
- Tenente-General Lucian Truscott, Comandante do V Exército;
- Major-General Otto Nelson — Chefe do Estado-Maior do General MacNarmey;
- Major-General Joseph Cannon — Chefe da 15.^a Força Aérea;
- Major-General Willis D. Crittenberg — Comandante do IV Corpo de Exército.³⁶

As unidades em campanha organizam, em seus PC, o que se denomina "sala de operações". Um dos documentos mais importantes produzidos nesta sala é a "carta de situação" — um mapa da região de operações, em

35 Manoel Thomaz Castello Branco — op. cit.

36 João Baptista Mascarenhas de Moraes — *Memórias*.

escala bem grande,³⁷ na qual são lançados os dados conhecidos sobre o inimigo e a tropa amiga. Para mantê-la atualizada, os E/2 e E/3 valem-se das informações obtidas mediante consulta a fotografias aéreas, ou diretamente, de patrulhas, prisioneiros de guerra, postos de observação e de outras fontes. O conjunto de informações sobre o inimigo chega aos escalões subordinados sob a forma de carta, calco ou anexo sobre o seu dispositivo.

Pois bem, para avaliar a densidade, a distribuição e — principalmente — a profundidade do dispositivo alemão na frente da FEB, está assinalada, sobre a carta da região, a zona-de-ação que coube ao 1º RI, no ataque a Monte Castello, em fevereiro de 1945.³⁸

Observe-se atentamente a legenda, para estimar o valor dos defensores; atente-se para a data em que o documento foi expedido; considere-se sua origem.

Examine-se a carta (anexo 1), mesmo rapidamente, e ver-se-ão 44 posições de metralhadora somente dentro da zona de ação do 1º RI. Como cada peça de metralhadora utiliza, no mínimo, três homens em sua guarda, ³⁹ nelas havia 132 alemães.

Mas, não existe tropa armada exclusivamente de metralhadoras. A carta apresenta inúmeras trincheiras, certamente ocupadas por outros elementos.

Há atividade assinalada em muitos pontos, abrigos, escavações, espaldões e outros tipos de organização do terreno. Apenas no limite anterior da área de defesa aferrara-se, seguramente, o valor de um batalhão alemão. Em profundidade, é impossível estabelecer, com exatidão, quantos dos três batalhões mantidos em reserva, "aprofundaram" a defesa ou contra-atacaram na zona-de-ação da FEB.

Um batalhão, em qualquer exército do mundo, sempre teve efetivo girando em torno de 700 a 800 homens. E não combate isoladamente; integra-se em um regimento — atualmente, em uma brigada.

Por isso, é lícito admitir-se que o cineasta omitiu um zero em sua contagem. Não eram 85, mas 850 os defensores de Monte Castello.

O comando brasileiro, para obter a superioridade indicada a quem ataca, empregou o 1º RI (três batalhões), uma companhia de engenharia (1ª/9º BE), um pelotão de carros de combate e um pelotão de destruidores de carros, na parte oeste de sua zona-de-ação, realizando o esforço principal, e, a leste, o 2º/11º RI.

A 10ª Divisão de Montanha, em seu ataque, lançou os 87º e 85º RI, para garantir a desejada superioridade sobre os defensores, cujo valor devia ser superior a 85 homens, também.

• A tropa brasileira não encarou com seriedade a missão que lhe coube na campanha

O filme exhibe várias tomadas de

37 No escalão considerado, 1/25.000 a 1/50.000.

38 A folha em que figurava a zona de ação do 11º RI foi doada pelo autor, há uns três anos, ao museu do Exército, razão pela qual deixa-se de usá-la.

39 Atirador, municionador e remunicionador.

pracinhas cantando, dançando e dando cambalhotas. Seu diretor, ignorando que, mesmo na mais dura guerra, há momentos de descontração e de relax, utiliza aquelas cenas, que afirma terem sido resgatadas entre as “censuradas”, para ridicularizar nossos soldados.

Ele mostra grupos de homens se divertindo, ainda no Brasil, ou a bordo dos navios-transporte ou, até mesmo, na Itália, antes da entrada em combate, em locais situados à retaguarda. Mas em momento algum pôde revelar falta de seriedade em quem se encontrava em ação.

São palavras do cineasta: “Se a assepsia dos filmes era justificada, minhas investigações apontaram para uma direção até então apenas intulda. Além das cenas que são e foram tão exaustivamente veiculadas, homogeneizando o logotipo de uma FEB em permanente ação, havia outras, impróprias, digamos, entre o material bruto flagrado e que deveriam ficar discretamente de reserva.

“O que se assistia nos cine-jornais internacionais e nos do DIP evitava a todo custo apresentar o verdadeiro rosto, comportamento e comprometimento da FEB no teatro de operações da Itália.

“Como os cinegrafistas, a exemplo dos correspondentes e fotógrafos (conforme o General Mascarenhas, o pracinha deveria ficar longe deles...) — pela convivência diária — estabeleciam uma intimidade com o grupo, é natural que, à hora da filmagem, surgisse uma dissensão psicológica destoante do universo castrense.

“O resultado são imagens diametralmente opostas, ainda que convergentes: cenas formais, à distância, cerimoniais, quando se focaliza a oficialidade e a tropa como magote enquadado; alegres, circenses (dando cambalhotas, fazendo micagem), posados, ridículos (como se algum familiar tirasse fotos para álbum de recordações), e humanos, quando a sós com os cameramen da imprensa estrangeira.

“Habilmente, esse segundo repertório nunca foi montado nem consta dos enxutos e esporádicos noticiosos sobre a FEB no front, com duração máxima de trinta segundos.

“E fui encontrá-lo arquivado sob a insuspeita rubrica de sobras, como se restos de montagem fossem lixo e não cenas literalmente inéditas (apenas copiadas por segurança e para duplicação, já que o suporte original era de alta autocombustão), “descartadas” por absolutas razões de Estado...”⁴⁰

Inacreditável! Só mesmo por equívoco pode-se pensar em cenas caricatas cortadas “pela censura ou por razões de Estado”. E as ilações sobre as tomadas encontradas como “sobras” são desprovidas de conteúdo, ilógicas e, até mesmo, infantis.

É de se admirar que pessoas desinformadas das coisas de uma guerra, possam arvorar-se de críticos de uma campanha. Daí imaginar que o pracinha teria de aparecer sempre em ação, fuzil em riste, olhos alertas voltados para o inimigo, fisionomia marcada

40 Sylvio Back — Uma rádio bem...

pela determinação, durante as 24 horas dos 239 dias que esteve empenhado em combate. Nenhum descanso. Tudo dentro de um rigor monástico. Afinal, ele não foi levado à Itália para divertir-se ou dar cambalhotas...

O cineasta escarnece dos soldados, "posudos, ridículos (como se algum familiar tirasse fotos para álbum de recordações)", mas "ilustra" um de seus artigos com uma pose grotesca, adequada a álbum de recordações dos tempos escolares: mão direita na cintura, braço esquerdo arrimado em uma mureta, óculos escuros e, sobre a cabeça, como que a coonestar suas posturas, bem desfraldada, a Bandeira Nacional.

Não passa despercebido ao observador a intenção, ao posar em tais condições.

O documentário não avilta apenas a FEB. Menoscaba o Brasil. Posar sob a Bandeira, símbolo do mesmo Brasil, longe de atenuar as implosões "desmistificadoras" que sonhou prodigalizar, com os achincalhes da primeira à última cena, constitui novo e mais grave acinte.

A foto não sugere convivência, mas complacência. Eis que a Bandeira não se faz cúmplice de aleivosias; ela agasalha, ainda quando se tenta caluniá-la ou conspurcá-la, pois jamais rejeitou um filho, seja ele legítimo, adotivo ou bastardo.

Como contribuinte, lamento que a Embrafilme, órgão do Governo Federal, possa financiar a produção de algo como "Rádio Auriverde".

• O espírito de corporação é uma segunda pele para quem já vestiu uma farda

Não fosse uma honra contraí-lo, aquele que enverga uma farda deveria lastimar-se de se ter contaminado com um incurável mal, a "síndrome do verde" ou "viridite". Embora virulenta, é enfermidade benigna — dir-se-ia até desejável, como a catapora e a coqueluche no apropriado tempo. Seu período de incubação é variável; contudo, não costuma ultrapassar uns poucos meses. O agente transmissor não é a farda, mas um conjunto de fatores e vetores que consubstanciam o "ambiente". Por isso grassa, de preferência, dentro dos muros das organizações militares, não obstante haja registros de contágio por desempenho de atividades similares às castrenses ou com estas afins.

A esta benfazeja "síndrome" dá-se o nome de "espírito de corpo". Feliz é a expressão, porque harmoniza, precisamente, os dois elementos constitutivos do ser humano, corpo e espírito.

Na caserna, com tamanha intensidade se cultivam virtudes, com tal rigor se pregam princípios de moral, há tanto empenho em manter condutas e comportamentos corretos, tanto desprendimento e tanta colaboração mútua, que o militar, inconscientemente, associa o uso da farda à "asepsia" do ambiente.

É, então, muito salutar e estimulante verificar que mesmo pessoas estranhas ao meio também o reconheciam. Ainda que o façam sem se darem

conta. Não é o que o cineasta quis salientar com "a segunda pele" a que se referiu?

Sujeito às condicionantes que o "bitolam", o militar desenvolve uma vontade coletiva de empurrar na mesma direção, um indefinível impulso que o leva a *servir*. Nada lhe fala mais alto que este verbo, síntese e essência da sua profissão.

Em conseqüência, ele se afeiçoa ao rochedo — o Exército — e com ele se confunde, num caldeamento, numa interpenetração, num sincronismo tão estreito, que é impossível separar homem e instituição. Ou distingui-los.

A farda é uma segunda pele apenas porque exterior, periférica, circunstante. De certo modo influi, mas não se lhe credite papel mais significativo que o de "uniformizar".

Os militares se mimetizam, não como o camaleão, que assim procede por compulsão instintiva, que lhe modifica a pigmentação a cada instante, dissimulando-lhe a pele sobre o fundo em que se projete sua silhueta. É mimetismo de outra natureza. Endógeno, é, no entanto, centrípeto. E permanente. Voluntário, consciente, espontâneo.

É monocromático, sim, embora não se esgote na padronização exterior que o fardamento imprime. Ao contrário, penetra no âmago mais recôndito da alma e, ali, após curto período de maturação, fertilizado por firmeza de fé e impulso de adesão, torna-se conspícuo através de um desempenho marcado por ações centrífugas de doar, servir e desprender-se. E sem o menor resquício de subserviência, de acei-

tação tácita ou de passividade de quem se renda.

Não se alimenta a veleidade de considerar estejam todos os componentes do Exército "enquadrados" nessa moldura. Coletividade alguma mantém-se intocada ou livre de desajustados. Há sempre os que, por inadaptação ou incompreensão, confirmam esta regra. Mas os que somam ou multiplicam são a esmagadora maioria. Os poucos que diminuem acabam anulados e se perdem ao longo da carreira. Os que procuram dividir bem cedo descobrem que a instituição desenvolveu anticorpos muito eficientes contra o vírus da desagregação, e filtros capazes de eliminar quem, por distonia, se revele indesejável. Graças a esse conjunto de depuradores, ela obtém a imprescindível homocromia que lhe faculta unidade de pensamento e de ação, por muitos, inadvertidamente, atribuída à farda.

Convém que se diga que toda a instrução militar procura acentuar o espírito de cumprimento da missão na guerra. Desde as mais elementares noções transmitidas a um fuzileiro, às mais complexas tarefas expostas a um oficial de estado-maior, em tudo paira, como pano de fundo, o combate. Ou melhor, a missão em combate. Se um atirador falha na descoberta ou na designação de um alvo, se um mensageiro se atrasa na condução de uma ordem, se um graduado carece de iniciativa ou se um chefe, na refrega, não eletriza seus homens, todo o conjunto sofrerá. E vidas se perderão.

O sistemático e permanente apelo ao cumprimento da missão, seja ela

individual ou coletiva, infunde no homem a noção de sua própria importância dentro da equipe. E, então, ele se empenha em fazer sempre bem o que lhe caiba.

No quartel, forma-se o combatente; a conduta em combate permeia toda a instrução ministrada.

Eis porque é tão fácil desenvolver no militar o "espírito de corpo". Ele não é couraça; nada tem a ver com proteção. A farda é mero pano, às vezes, até furado de balas...

A busca de proteção — essencial para a preservação da vida, durante o combate — não pode assumir prioridade que leve à passividade, diametralmente oposta ao espírito de corpo, este "*desejo intenso — que tantas vezes conduz ao sacrifício — de tudo fazer pela grandeza, pela reputação e pela glória de sua unidade*".⁴¹

É ele que impulsiona o homem a executar um lance sob o fogo inimigo, mesmo sabendo que um dos projéteis que cortam os ares, com sinistro sibilo, pode pôr à mostra suas entranhas. É ele que instiga a tropa a um segundo ataque, quando o primeiro já revelou a disposição do inimigo de vender caro a sua posição.

O espírito de corpo alimenta-se, fundamentalmente, das tradições.

É tempo de encerrar estes comentários, que já se estenderam muito mais do que o pretendido.

Mas, antes, deseja-se acrescentar mais dois tópicos.

O primeiro refere-se ao relatório oficial do IV Corpo de Exército Americano, período de 14 de abril a 2 de maio de 1945, *The final campaign across Italy*, publicado no Brasil sob o título de *Campanha ao noroeste da Itália*. Seu prefácio salienta a preocupação "*de conservar a força do realismo lingüístico do idioma original, traduzindo quase literalmente, com prejuízo mesmo de uma melhor apresentação literária*".

Há nele muita coisa interessante em relação à FEB, mais particularmente três capítulos, cujo conteúdo o cineasta desmente de forma categórica: *Estica-se o elástico, Os brasileiros farejam caça e Rende-se a 148ª Divisão*.

Lendo-os, tem motivos de orgulho. O cineasta ou não os leu ou os falseou.

O outro aspecto também está ligado a documento elaborado pelo grande comando que enquadrava a FEB.

Após a guerra tornou-se conhecido, no Brasil, o "Roteiro da FEB", desenhado em cores vivas e com caprichada simbologia, para o livro do general Mascarenhas de Moraes. Foi mais tarde impresso em separata, sendo comum encontrá-lo em quadros, nos nossos quartéis.

O IV Corpo de Exército também confeccionou um "Roteiro" (Anexo 2), no qual provavelmente se inspirou o da FEB. Obviamente, o do IV Corpo é pouco divulgado entre nós.

É interessante examiná-lo.

Trata-se de um quadro com aproximadamente 0,70 x 0,50, dividido ao meio, no sentido longitudinal. O lado esquerdo mostra o desenrolar das operações daquele grande comando ao sul

Bouchacourt — *Ensino sobre a psicologia da infantaria*.

dos Apeninos; do lado oposto, a arrancada pelo vale do Pó, até os contrafortes dos Alpes.

O lado esquerdo é dividido, transversalmente, na sua porção mediana, pelo rio Arno. As operações ao sul desse rio (de 11 de junho a 9 de setembro de 1944), realizaram-se antes da entrada em linha da divisão brasileira (15 de setembro), escapando, portanto, ao objetivo dos presentes comentários. Na porção setentrional, chamam a atenção duas nítidas transversais: as fortificações da "Linha Gótica" e a cadeia dos Apeninos. Na primeira, está clara a importância do Vale do Serchio, um dos dois únicos pontos em que foi rompida pelo IV Corpo. Neste vale foi empregada a primeira tropa brasileira a entrar em linha, basicamente, o 6º RI, lançado como "Destacamento FEB" e com atuação altamente louvável. Na segunda, evidencia-se o valor das alturas de Belvedere-Torraccia-Castello, as únicas nominadas em toda a frente dos Apeninos. Do mar da Ligúria ao centro da Itália, numa extensão de 150 a 200 km, três únicos pontos figuram no Roteiro. Um deles é Monte Castello. Os outros dois, Belvedere e Della Torraccia.

Estaria a FEB sendo empregada em setor secundário da frente? Caso afirmativo, qual seria o setor principal?

Neste lado do "Roteiro" há vários dados a ressaltar. Limitemo-nos à questão dos efetivos e às localidades libertadas.

Os 16.700 homens da FEB repre-

sentavam apenas 6,8% do efetivo do IV Corpo, com seus 246.300 homens. O cineasta, contudo, imagina que este pequeno contingente pudesse ter realizado operações estratégicas ou façanhas muito maiores.

Um total de 3.034 povoações foram libertadas pelo Corpo, incluindo 30 cidades grandes ou famosas. Dessas últimas, seis o foram pela FEB: Parma, Cremona, Piacenza, Turim, Alessandria e Lodi.

O lado direito do "Roteiro" relaciona as 23 divisões alemãs que lutaram contra o IV Corpo, e os 21 generais inimigos capturados, dois dos quais pela FEB.

Informa que o Corpo fez 165.000 prisioneiros de guerra, nos 325 dias em que esteve em combate. Desse total, credita-se à FEB a significativa parcela de 20.573, ou seja, 12,4% do montante. Apenas 35 brasileiros foram capturados pelos alemães; a nossa divisão capturou um número de alemães superior ao de seu próprio efetivo, o que equivale a dizer que cada febianos prendeu mais de um alemão.

Mais ou menos no centro está representada a rendição da 148ª Divisão Alemã: "*Nessa vizinhança, a FEB forçou a rendição da 148ª DI Alemã.*"

Está caracterizada a arrancada brasileira, de Reggio até Torino (Turim), embora ela tenha continuado até Susa, onde se estabeleceu contato com forças francesas.

Esse "Roteiro" fala por si só.

CONFIDENTIAL
SECRET

Enemy Defence Overprint No.6
Carta com o dispositivo de defesa do inimigo No.6
Prepared by PI Section HQ IX Corps
Preparada pelo serviço de Foto Informação do
Q.G. do IX Corps
Annex No.1 To IX Corps G-2 Report No.257
19 FEBRUARY 1945
Anexo No.7 Referência Boletim de Informação
do 2ª Secção do IX Corps do U.S.A. No.257
19 de FEVEREIRO de 1945

OFFICIAL
David
ACTG 6-2

CRITTENBERGER
MAJ. GEN.

LEGEND
LEGENDA

- Field Gun, Canhão de campanha
- Heavy A.A., Canhão a.a. (pesado)
- Light A.A., Canhão a.a. (leve)
- Mortar, Morteiro
- Strong Point, Ponto de Apoio
- Casemate, Casemata
- A.T. Gun, Canhão anti-tanque
- Pillbox, Casemata ligeira (pillbox)
- M.G. Position, Posição de metralhadora
- Road Block, Estrada bloqueada
- Road Cratered, Estrada destruída
- Weapon Pits, Posição de tiro organizado
- Trenches, Trincheiras
- Emplacement, Espaldões
- Dugouts, Abrigos
- V.P. Vehicle Pit, Parque de viaturas
- Mines, Minas
- Wire, Arame
- M.A. Military Activity, Atividade militar
- T.A. Troop Activity, Tiro característicos de trânsito ativo
- u. Unoccupied, Desocupado
- u.c. Under Construction, Obras em construção
- E.G. Enemy Occupied, Ocupado pelo inimigo
- Excavations, Escavações
- Prepared For Dem., Preparado para demolição
- Damaged, Em mau estado
- Blown, Destruido
- Ammo, Munição
- Dump, Depósito
- Petrol, Gasolina
- Supplies, Suprimentos
- Barracks, Aconfortamentos
- Hospital, Hospital



Gen Bda R/I JOSÉ MORETZSOHN, pertencente à Turma de 1950 da AMAN, serviu nos antigos 11.º e 12.º RI, na 2.ª/6.º B C, no Comando do IV Exército (hoje CMNE), no Gabinete do Ministro do Exército, no Gabinete Militar da Presidência da República, na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, no Estado-Maior do Exército. Foi auxiliar de Instrutor e Instrutor da AMAN, Instrutor da ECEME e comandou o Curso Básico da AMAN, o Batalhão da Guarda Presidencial e a 7.ª Brigada de Infantaria Motorizada. Tem vários trabalhos publicados sobre o problema brasileiro de transporte e sobre geopolítica.



COMPANHIA BRASILEIRA DO COBRE

BREVE HISTÓRICO

Dr. Henrique Anawate

A Companhia Brasileira do Cobre foi criada nos anos da II Grande Guerra Mundial quando o abastecimento de matérias-primas carentes tornou-se difícil. Por inspiração do Gen. Arthur Silvio Portela, então Diretor do Material Bélico do Exército e apoio do Mal. Cordeiro de Farias, então Interventor no Rio Grande do Sul, foi constituída a empresa em 2 de setembro de 1942.

A descoberta do minério de cobre das Minas do Camakuã é datada de 1865, quando o Cel. João Dias dos Santos descobre pedras verdes e azuis em suas terras. Até 1910 a mina foi trabalhada de forma intermitente, primeiro pela "The Rio Grande Gold Minig Limited", que lavrava ouro em Lavras do Sul, depois por empresários de Pelotas e ainda pela "Societé Anonyme des Mines de Cuivre du Camaquam". De 1932 a 1942 o DNPM realizou intensa pesquisa e, por um breve período, a Companhia Industrial Elétro-Químicas produz sulfato de cobre.

A eclosão da II Guerra Mundial trouxe ao País dificuldades no abastecimento do exterior de matérias-primas. Em 1942 o Gen. Arthur Silvio Portela, então diretor do Material Bélico do Exército, traçou um plano de intensificação da pesquisa de minerais "estratégicos", no qual o cobre era citado como o metal crítico nº 1. Como a região cuprífera do Rio Grande do Sul era considerada a mais promissora do Brasil, o Gen. Portela, de comum acordo com o Mal. Cordeiro de Farias, designou o Mj. R. Saldanha da Gama, professor de mineralogia da Faculdade de Filosofia de São Paulo, para acordar uma solução com os vários envolvidos. Após entendimentos que envolveram os proprietários das Minas, os compradores de minérios e o governador do Estado, foi fundada a Companhia Brasileira do Cobre (COBRACO). Autorizada a funcionar como sociedade de mineração pelo decreto 10.677, de 22/10/42, seu capital foi subscrito 1/3 pelo Estado do Rio Grande do Sul, 1/3 pela Laminação Nacional de Metais S.A. e o

tante por alguns proprietários e concessionários das minas e outras pessoas. Mais tarde a Laminção Nacional de Metais, do grupo Pignatari, assumiu o controle acionário operando as Minas de 1952 a 1974, de forma contínua.

Em 1974 a CBC é adquirida pelo BNDES/FIBASE, que contrata a DOCEGEO para fazer nova e intensa pesquisa geológica. Em fins de 1981 foi reiniciada a produção concentrada.

Paralelamente foi realizada pesquisa em vários outros alvos no Estado e descobriu-se, a 3km das Minas, a jazida Santa Maria. As limitações impostas pela Secretaria de Empresas Estatais, às empresas do Governo, atingiram em cheio a eficiência empresarial do empreendimento, pondo em risco sua estabilidade. A esta altura a presidência da CBC pede uma solução ao Banco, e aceita o desafio da reprivatização da CBC com o apoio geral do corpo gerencial. Em janeiro de 1988, o Governo Federal aprova reprivatizar a CBC através de leilão público, que foi marcado para 21 de outubro de 1988, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Na véspera, as empresas interessadas desistiram de participar do mesmo. Em 24 de outubro, as gerências da CBC encaminharam telex à BNDESPAR solicitando fosse estudada a possibilidade da CBC ser adquirida pelos próprios empregados, nas mesmas bases do edital, o que foi aceito pela direção do Banco em fins de novembro de 1988, confiante no êxito dessa primeira experiência no país, de uma empresa estatal a ser administrada pelos próprios empregados. Em reunião no Rio, foram definidas as bases e as etapas a serem cumpridas. Foi criada a BOM JARDIM S.A., cujo capital foi integralizado pela subscrição de ações por mais de 400 funcionários, em 20 de março de 1989. No dia seguinte, o Conselho de Administração elegeu sua primeira diretoria que formalizou junto ao BNDES em 4 de abril, a aquisição do controle acionário da CBC.

Fase atual – A CBC reprivatizada

Inicialmente foram superados os principais problemas existentes, e cumpridos os compromissos com o BNDES, decorrente da compra da empresa. Paralelamente, a ocupação com o futuro levou a direção a criar na CBC, a Superintendência de Desenvolvimento, com a incumbência da busca de novos empreendimentos. Assim, está desenvolvendo o florestamento nas terras da empresa onde já se instalou uma serra moderna que já entrou em operação (Mademina). Está em fase final a instalação da mina de sulfato de cobre e ultimam-se as tratativas para a implantação da Lavra e Mina de Beneficiamento de Calcário para corretivo de solo. A Superintendência de Desenvolvimento executa estudos para rochas ornamentais. Na jazida de Santa Maria, já está sendo aberta uma galeria de pesquisa para complementar as sondagens de superfície realizadas, e obter maiores conhecimentos daquele jazimento de Zinco-Chumbo e Estanho. Aliás, as intensas campanhas de pesquisas geológicas realizadas, tanto na fase anterior como agora com a CBC reprivatizada, não apresentaram resultados práticos. Assim, a CBC está disposta a investir em levantamento geofísico de alta resolução, através do processo elétrico magnético telúrico. Através do PADCT foi apresentado projeto associado ao Instituto Espacial São José dos Campos, que se aprovou. As autoridades Brasileiras, será a mais avançada contribuição da empresa ao sucesso da pesquisa no Rio Grande do Sul, no campo dos metais não ferrosos.



INFORMAÇÕES

ALTA TECNOLOGIA NO EXÉRCITO: SOLDADOS ROBÔS E CAPACETES INTELIGENTES

"A nova tecnologia pode tornar a guerra mais verossímil, adverte grupo em estudo realizado."

No início do século XXI, o Exército dos EUA pode estar utilizando robôs inteligentes para realizar muito do trabalho perigoso da guerra que os soldados de hoje têm que fazer.

Um estudo liberado sobre tecnologias militares do futuro diz que robôs e outros equipamentos não tripulados, dotados de armas com alta tecnologia e operados sob controle de computadores, podem tornar-se a "principal arma" do Exército do futuro.

A ênfase no emprego de substitutos para os combatentes humanos — e os esperados avanços na biotecnologia, na tecnologia dos sensores e outras áreas da ciência — podem dar aos soldados uma melhor chance de sobrevivência mas podem também tornar a guerra mais verossímil, advertem os autores do estudo de 301 pg do Conselho de Pesquisa Nacional.

"A opinião pública das nações mais desenvolvidas pode achar a guerra mais aceitável, se o número de perdas puder ser mantido baixo" eles escreveram. "A vantagem da agressão pode ser compensadora devido à capacidade do agressor de explorar uma vantagem temporária".

O estudo foi conduzido para o Exército por uma equipe de 100 especialistas reunidos pelo Conselho de Pesquisa, uma repartição da Academia Nacional de Ciências. A Academia é mantida pelo Congresso para efetuar estudos para o Governo.

Os preceitos da batalha terrestre no ano 2020 repousarão principalmente em duas áreas, de acordo com esse estudo, a saber:

- atingir o limite na coleta e proteção das informações. Nesta disputa os computadores serão decisivos. Milhões de computadores serão usados no campo de batalha. Eles variarão desde aparelhos passíveis de serem carregados por soldados a pé nos bolsos de suas blusas de combate e microprocessadores inseridos nos armamentos até computadores de grande porte, autênticas bibliotecas;

- utilizar robôs para cumprir missões perigosas como espionar, identificar forças hostis, limpar campos de minas, evacuar feridos e lutar nas linhas de frente.

Devido ao papel vital dos computadores nas guerras futuras, eles mesmos passarão cada vez mais a se tornar alvos compensadores, diz o estudo. O objetivo do Exército deve ser proteger suas redes de computadores dos vírus eletrônicos e da sabotagem, mesmo quando ele encontrar meios de neutralizar ou desorganizar os computadores inimigos.

Os comandantes terão um conhecimento bastante profundo sobre as condições do campo de batalha, graças aos computadores e aos sensores avançados.

As mudanças previstas no estudo têm enormes implicações para os soldados do futuro. Uma delas será que ele ou ela pode estar melhor protegido contra as enfermidades.

Dentro de dez anos, a melhoria nas tecnologias de memória do computador permitirá ao soldado carregar uma enorme quantidade de informações num pequeno "pacote", diz o estudo. Uma memória digital de 500 megabytes num pequeno aparelho de bolso capacitaria o soldado carregar detalhes das características do terreno, das

posições do inimigo, dos procedimentos médicos e instruções sobre como manter e reparar equipamentos.

Outro uso das possibilidades dos sensores avançados seriam nos "capacetes inteligentes" para os soldados. Ligados por microondas ou por fibras óticas a um sensor aéreo do tamanho de um pássaro, um soldado teria uma "telepresença" além do seu próprio campo de visão, assistindo um terminal de vídeo, dentro do seu capacete.

Materia publicada no The Leavenworth Times, edição de 08 Abr 92, e traduzida pelo Cel Art QEMA Marco Antonio Esteves Balbi.

AS TRÊS FASES DA ATIVIDADE AÉREA DO EXÉRCITO BRASILEIRO DESDE 1867

O insigne chefe militar, brigadeiro Eduardo Gomes, ao prefaciá-lo, como Ministro, o livro *História da Força Aérea Brasileira*, refere-se ao Balão de Observação utilizado por Caxias como "o primeiro emprego militar da Aeronáutica na América do Sul" e a semente da Aviação do Exército, "que muito mais tarde viria a se transformar no Ministério da Aeronáutica".

O corrente ano (1992) é histórico para a Aviação do Exército por marcar, de forma indelevel os 125 anos das primeiras atividades aéreas do Exército.

Vejamos as três fases dessa rota.

1ª Fase: O emprego Militar dos Balões

No século passado os combates da Guerra do Paraguai serviram de palco para a utilização de meios aéreos pelo Exército Brasileiro, quando o Marquês de Caxias empregou balões cativos, em 1867, para observar as linhas inimigas e obter informações necessárias para a condução das suas ações vitoriosas.

O grande estadista e gênio militar, antes mesmo de partir para a sua memorável campanha, visualizou o emprego daquele poderoso meio aéreo para surpreender as forças inimigas e impor a sua manobra de flanco. Este fato é comprovado historicamente no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, onde a encomenda ministerial para a construção, ali, de um aeróstato, a pedido de Caxias, leva a data anterior à da sua nomeação como comandante-em-chefe das Forças Brasileiras.

O Exército voltou vitorioso dos combates, mas o poder político descurou de seu preparo e, através de uma mentalidade bacharelesca, que impediu até o grande impulso do Marechal Hermes (1905), o Exército viveu uma época de frustrações militares e insucessos, como o vivido em Canudos. E aquela experiência aérea permaneceu adormecida por muitos anos.

2ª Fase: O Surgimento da Aviação do Exército

A eclosão da 1ª Guerra Mundial sacudiu o imobilismo. O Brasil não pôde ficar alheio, e tomou a decisão política de aderir à causa aliada contra os interesses totalitários da Alemanha.

Conforme foi enfocado em Monografia da ECEME, em 1987, o Exército enviou à França, em 1918, uma "Comissão de Estudos de Operações e de Aquisição de Material", composta de vinte e cinco oficiais, sendo três encarregados de assuntos da Aviação: 1º Ten Alzir Mendes Rodrigues Lima; 2º Ten Mário Barbedo; e 2º Ten Bento Ribeiro Carneiro Monteiro.

Esses oficiais tiveram, quando de seu retorno ao Brasil, participação efetiva na implantação da Escola de Aviação Militar, a qual foi inaugurada em 10 de julho de 1919.

Novamente a semente da atividade aérea passou a germinar e render frutos no seio da Força Terrestre. O Campo dos Afonsos foi o ninho das pioneiras "Águias Douradas" que passaram a habitar no peito dos Aviadores do Exército. Em 1927, foi criada a Arma de Aviação. O tempo perdido havia sido recuperado, mas o espírito reinante na ocasião estava voltado para a criação do Ministério da Aeronáutica, que nasceu do idealismo e abnegação dos aviadores da Marinha e do Exército. O interesse maior da Nação indicou essa providência necessária para aquela ocasião (20 de janeiro de 1941), e novamente o

Exército passou a conviver sem o seu componente aéreo, com grandes prejuízos doutrinários, sendo inclusive ultrapassado, nesse campo, por outros exércitos sul-americanos.

Essa situação precisava ser reavaliada, uma vez que os conflitos bélicos, passados e presentes, demonstram que só uma Força Terrestre com capacidade de intervir, com superioridade sobre o espaço aéreo adjacente à sua zona-de-ação, pode lograr efeitos decisivos na condução das operações militares vitoriosas.

3ª Fase: O Retorno da Águia Dourada

Tal como o Marquês de Caxias visualizou, no século passado, o emprego do componente aéreo; tal como o Ministro Caetano de Farias deu asas ao Exército, após a 1ª Guerra Mundial, também hoje o Exército passou, pela terceira vez, a contar com a sua aviação orgânica.

A nossa atual Aviação foi criada em 1986, e o seu Plano de Implantação divide-se em duas fases. A primeira, com duração de dez anos e término previsto para 1996, tem, como metas estabelecidas, a operacionalidade do 1º Batalhão de Helicópteros, de um centro de instrução, de um batalhão logístico e de uma companhia de precursores, organizações já criadas. A segunda fase prevê quatro batalhões de helicópteros, no FT 2000, e duas brigadas completas, para a FT 21.

Atualmente, o 1º Batalhão de Helicópteros conta com 52 helicópteros, sendo, 16 HA-1 (*Esquilo*), monoturbina, para emprego como aeronave de reconhecimento e ataque e 36 HM-1 (*Pantera*), biturbina, para manobra (transporte de tropa). No momento, estuda-se a aquisição das aeronaves para o centro de instrução.

A base de aviação de Taubaté é hoje o ninho da aviação do Exército e sede do grande comando enquadrante das unidades aéreas existentes, a Brigada de Aviação do Exército, atualmente é comandada pelo Gen Bda Durval Antunes Machado Pereira de Andrade Nery.

O ano de 1992 reveste-se, portanto, de grande importância para a aviação do Exército, por marcar os 125 anos das primeiras atividades aéreas de caráter militar pela Força Terrestre. Tal efeméride jamais será esquecida, por constituir-se, também, no marco da operacionalidade, quando aeronaves do Exército serão designadas para o cumprimento das missões aéreas de apoio, tão esperadas e sonhadas pela Força Terrestre.

A Águia voltou para ficar!

Não mais se conceberá um Exército moderno desprovido de seu componente aéreo. A História é sábia e o seu estudo demonstra que o atraso e a ineficácia vividos em outras épocas não se coadunam com o caráter profissional e a eficiência necessárias para o cumprimento das missões atuais do Exército.

Desta vez é para sempre!

Ten Cel Genino Jorge Cosendey
E3 da Bda Av Ex e Sócio Efetivo do IGHMB

O SESQUICENTENÁRIO DA PACIFICAÇÃO DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS POR CAXIAS

Com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, o Brasil viveu uma fase anárquica e turbulenta, marcada por motins, revoltas e revoluções, que só tiveram fim 14 anos mais tarde, com a pacificação da Revolução Farroupilha por Caxias, em Ponche Verde.

O fato significou, além, a pacificação da família brasileira e a preservação da unidade nacional, seriamente ameaçada desde 1831. Nem a maioridade de Pedro II em 1840 conseguira reunificar a família brasileira, agitada por um sonho de Federação e República, estimulado pelo Ato Adicional de 21 de agosto de 1834, que deu maior autonomia às províncias e fez do Brasil uma monarquia federativa.

O Exército foi muito perseguido e prejudicado depois de 7 de abril. Sutilmente afastados das cidades para "a defesa das fronteiras e do litoral" passou a sofrer a concorrência da guarda nacional e das polícias militares, então criadas. Em realidade, ele foi alvo do maior esforço de erradicação de toda a sua História.*

* *Ler Em busca de identidade — O Exército e a sociedade brasileira*, de Edmundo Campos — Rio, Forense, 1980.

Na época, as fortalezas e unidades de fronteira tiveram seus efetivos reduzidíssimos. Oficiais estrangeiros, que haviam lutado no Exército por nossa independência, integridade e soberania, de 1822 a 1831, foram dispensados, inclusive o mais tarde marechal Mallet, atual patrono da Artilharia.

Essas perseguições e injustiças geraram revoltas, motins e quarteladas por todo o Brasil.

No Rio, para contê-las recorreu-se ao Batalhão Sagrado, só de oficiais, do qual o futuro Duque de Caxias foi subcomandante.

A Farroupilha foi também uma revolta da maior guarnição do Exército, depois da do Rio, em aliança com a guarda nacional e forças econômicas (fazendeiros e charqueadores), como protesto pelas discriminações feitas ao Exército e seus membros e sobre às quais a História tem silenciado.

Os líderes militares dessa Revolução saíram de comandos de unidades do Exército: Bento Gonçalves, Bento Manuel, José Mariano de Matos, João Manoel de Lima e Silva (tio de Caxias) etc.

De 1831 a 1842, ocorreram as seguintes revoluções: a Cabanagem (PA, PE e AL), a Farroupilha (RS e SC), a Sabinada (BA), a Balaia (MA), e as de São Paulo e Minas.

As três últimas e mais a Farroupilha foram pacificadas por Caxias, o que lhe valeu o honroso e singular título com que foi consagrado pela História: *O Pacificador*.

Em 1842, disputas acirradas entre conservadores e liberais, em Minas (Ouro Preto, Barbacena, São João del Rei etc.), atingiram altíssima temperatura, bem como em São Paulo (Sorocaba, Itú, Porto Feliz, Faxina, Capivari e Curitiba etc.).

Os liberais visualizaram a derrubada do gabinete de ministros conservadores, sob o argumento de verem nele indícios de autoritarismo, pelas leis que criaram o *Conselho de Estado*, reformaram o *Código Penal*, chefias de Polícia nas províncias, e no ato que dissolveu a Assembléia Geral.

A trama revolucionária teve curso, no Brasil, através da sociedade secreta Clube dos Patriarcas Invisíveis.

Em São Paulo, o pretexto foi a substituição do Presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar, a manutenção do comandante-das-Armas, e o adiamento da abertura das câmaras legislativas.

E São Paulo e Minas foram à revolução.

A pacificação de São Paulo

Em 17 de maio de 1842, estourou a revolução em Sorocaba, cuja câmara proclamou Tobias de Aguiar e o ex-regente padre Feijó presidente e vice interinos de São Paulo. Declararam lealdade a D. Pedro II e absolutista e oligárquico o Gabinete de Ministros.

O objetivo militar era um ataque à capital, São Paulo, para depor o presidente que substituíra Tobias de Aguiar.

A Corte agiu rápido. Nomeou o Barão de Caxias, que acabara de pacificar o Maranhão, com carta branca para pacificar São Paulo. Caxias, com 400 homens, desembarcou em Santos. Cerrou logo para a capital alvo dos revolucionários, onde chegou em 22 de maio. Ali ocupou Mogi das Cruzes, organizou a defesa da capital e bloqueou a ponte de Pinheiros, que lhe dava acesso. Isolou os revolucionários, nas regiões de Itararé, Lorena-Guaratinguetá e Resende, apoios possíveis do Rio Grande, Minas e Rio de Janeiro. A essas foram incorporadas, de 18 de junho a 29 de agosto, as localidades paulistas de Guará, Lorena, Cunha, Queluz, Silveiras, Áreas e Bananal.

Os revolucionários perderam tempo e não atacaram São Paulo. Caxias pôde assim tomar a iniciativa. Em dois ataques sucessivos, obrigou os revolucionários a se retirarem para longe, perseguindo-os na direção São Paulo—Campinas. Em 7 de junho deu-se o combate de Venda Grande, no qual os revolucionários, com superioridade numérica, foram surpreendidos e batidos. Isso abriu caminho para Caxias investir Sorocaba, onde entrou vitorioso em 20 de junho, não tendo encontrado Tobias de Aguiar, que buscou a proteção dos farroupilhas. Encontrou, no comando da resistência, o padre Feijó, que tentou, sem êxito, negociar em condições privilegiadas. Foi preso com todo o respeito e afasado, de São Paulo, para o Espírito Santo.

Em 20 de maio, Caxias mandara, ao comandante militar dos revolucionários, uma carta nesses termos, na tentativa de evitar a sorte das armas:

“Que pretende? Quer V. S. empunhar as armas contra o governo legítimo de nosso Imperador? Não o creio porque o conhecimento de muito tempo, sempre trilhando o caminho do dever e da honra... Acabo de chegar da Corte munido de autoridade para tudo aplanar. Não tenho sede de sangue de meus patrícios, porém não deixarei de cumprir meus deveres como militar. Ainda

é tempo, não ensanguentemos o solo que nos viu nascer e não acendamos a guerra civil nesta bela província para não a vermos reduzida ao estado do Rio Grande de São Pedro do Sul e sua vizinha. Responda-me e não se deixe fascinar por vinganças alheias."

Não atendido em seu apelo, Caxias teve de cumprir seu dever com firmeza e doçura.

Antes de retornar ao Rio e ainda em São Paulo, em 5 de julho, Caxias escreveu à esposa:

"Meu bem. Ontem te escrevi uma carta por intermédio do Ministro da Guerra remetendo-te 200 mil réis para fazeres um vestido muito bonito com que devemos ir ao primeiro baile que houver aí no Rio depois de minha chegada... Beijos às nossas filhas. Teu Luiz."

Segundo Vilhena de Moraes, a quantia enviada para o vestido equivalia a um mês de gratificação de Caxias, correspondente ao comando que recebera.

Em 13 de julho, quando retornava ao Rio, em Guaratinguetá, Caxias soube de sua nomeação para pacificar Minas Gerais, com carta branca, como o fizera em São Paulo.

A pacificação de Minas Gerais

Em 10 de junho, três dias após a vitória de Caxias em Venda Grande, em São Paulo, estourou a revolta de Barbacena, cuja Câmara aclamou, presidente interino de Minas, o coronel José Feliciano, futuro barão de Cocais. Os motivos foram os mesmos que determinaram a revolta de Sorocaba. O presidente interino tomou diversas medidas administrativas. Várias cidades aderiram à revolução e muitas outras não.

A Corte, temerosa que o movimento se generalizasse pelo Brasil, tomou as seguintes providências: desarticulou a possibilidade de revolta no Rio pela adoção do estado de sítio; convocou guardas nacionais da reserva, em licença e férias e os funcionários públicos em disponibilidade; tornou obrigatório o salvo conduto para viagens em Minas; ordenou a prisão dos líderes do Partido Liberal, e direcionou para Minas os guardas nacionais que conseguiu mobilizar, bem com algumas unidades do Exército.

Os revolucionários tiveram a pronta adesão de São José del Rei, Queluz (Conselheiro Lafaiete) e outras cidades do sul de Minas ou ao norte e leste de Ouro Preto.

Ouro Preto resistiu à revolução sob a liderança do presidente legal Bernardo Veiga, que bateu os revolucionários em Mendanha (23 de junho) e Presídio (25 de junho), o que estimulou a reação à revolução.

Mas, apesar disso, os revolucionários dominavam a parte mais populosa de Minas e as comunicações com o Rio de Janeiro, fortificaram-se em Queluz (Conselheiro Lafaiete) e fizeram de São João del Rei a sua capital. Aí decidiram que conquistariam Ouro Preto com forças de Baependi, São João del Rei e Barbacena, após se unirem ao forte das forças revolucionárias em Cataguases.

Foi quando tiveram conhecimento da pacificação de São Paulo, o que provocou a diminuição da euforia inicial.

A vitória que obtiveram em Queluz (Conselheiro Lafaiete), em 26 de julho, acendeu a chama revolucionária.

Caxias chegou a Ouro Preto em 6 de agosto para pacificar Minas. Sua fama fez os revolucionários desistirem de atacar Ouro Preto e a evacuarem Queluz. Divergências começaram a dividir os revolucionários que se dirigiram para o leste e conquistaram, com pouca luta, Sabará, em 13 de agosto. Aí procuraram negociar uma rendição condicional, que não foi aceita. Inseguros, os revolucionários procuraram concentrar-se no arraial de Santa Luzia que proporcionava, por sua posição numa serra, comando de vistas e tiros sobre os seus acessos, além de apoiar um de seus flancos no rio das Velhas.

Em 20 de agosto, teve lugar o memorável combate de Santa Luzia, vencido com dificuldade pelas forças legais, que ali fizeram frente a 3.300 revolucionários, que souberam tirar grande partido tático das excelentes condições defensivas oferecidas pelo terreno. Com a vitória de Caxias em Santa Luzia, teve fim a revolta de Barbacena, que durou 2 meses e 10 dias e que causou sérias preocupações à Corte por sua maior consistência militar.

Caxias entrou vitorioso, e aclamadíssimo em Ouro Preto em 10 de setembro tendo, em 29 de agosto, sido promovido a marechal-de-campo graduado (atualmente general de divisão) com 30 anos de idade. Dois meses após, em 2 de novembro, assumia, no Rio Grande do Sul, a Presidência e o Comando das Armas para pacificá-la, o que aconteceria em 1º de março de 1845, com a Paz

de Ponche Verde, assunto objeto de nosso livro *O Exército farrapo e os seus chefes*, que consta do editorial da Biblioteca do Exército para este ano e no qual a ação pacificadora de Caxias é minuciosamente analisada.

Enfim, as pacificações do Maranhão, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul prepararam Caxias, providencialmente, para que ele conduzisse os brasileiros à vitória nas guerras externas contra Oribe e Rosas (1851-52) e contra o Paraguai (1866-63).

Caxias deixou, para a História Militar Mundial, um exemplo magnífico de como conduzir campanhas militares contra patrícios divergentes. Em suas campanhas de pacificação, viu nos adversários irmãos rebelados, e não inimigos. O líder Miguel Frias, de uma revolução no Rio que ele pacificou, foi o seu chefe de estado-maior na Revolução Farroupilha. José Mariano de Matos, Ministro da Guerra farrapo, foi o seu chefe de estado-maior, na guerra contra Oribe e Rosas.

Eis aí parte da explicação de sua maior característica, segundo Taunay: "A simplicidade na grandeza."

Cel R/1 Claudio Moreira Bento
Sócio Efetivo do IGHMB

OLIMPIÁDA INTERNACIONAL DE MATEMÁTICA — IME, Bicampeão Mundial

Em 9 anos de participação, representando a cultura matemática brasileira, os alunos do IME conquistaram duas Medalhas de Ouro e oito Medalhas de Bronze.

A representação brasileira naqueles encontros de gênios da matemática foi constituída por seis estudantes selecionados, em todo País, pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) e pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), com o apoio e incentivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

As medalhas de ouro foram conquistadas por Ralph Costa Teixeira, nas olimpíadas realizadas em 1986, na Polônia, e em 1987, em Cuba.

Em 1990, um aluno do IME, Luiz Amâncio Machado de Souza Júnior, do Curso de Graduação em Engenharia Mecânica, integrou a banca de examinadores da olimpíada realizada em Pequim, na China.

A contribuição do IME para a destacada participação brasileira no período de 1981 a 1991 é a seguir apresentada, com a relação nominal dos seus alunos que integraram a equipe nacional em cada evento, atestando sobremaneira o excelente nível de escolaridade de seu alunado.

- Washington — EUA — 1981: Alexandre Carlos Smith Chuva; Helder Manoel Venceslau; Henrique Carlos Aires Mendes e Luiz Alberto Lisboa da Silva Cardoso.

- Budapeste — Hungria — 1982: Paulo Sérgio Vieira de Brito.

- Praga — Tchecoslováquia — 1984: Alberto Maçaaki Utsumi; Cláudio de Carvalho Chamon; Cláudio José Morandini e Romildo Gonçalves Valente — os três primeiros Medalha de Bronze.

- Helsinque — Finlândia — 1985: Cláudio José Morandini; Mario Arlindo Casarin Junior e Ralph Costa Teixeira — os dois primeiros Medalha de Bronze.

- Varsóvia — Polônia — 1986: Ralph Costa Teixeira (Medalha de Ouro); André Luís Miana Malta e Marcelo Ricardo Xavier de Mendonça.

- Havana — Cuba — 1987: Ralph Costa Teixeira (Medalha de Ouro); Marcelo Ricardo Xavier de Mendonça (Medalha de Bronze) e Marcelo Coelho Ferraz.

- Braunschweig — Alemanha — 1989: Ta-deu Alexandre de Albuquerque e Silva.

- Pequim — China — 1990: Júlio de Souza Rebello; Marco Antônio Meggiolaro; Luiz Amâncio Machado de Souza Junior (Banca de Professores Examinadores) — os dois primeiros Medalha de Bronze.

- Sigtuna — Suécia — 1991: Alessandro Jacoud Peixoto.

CENTRO DE INFORMAÇÕES CULTURAIS — PROJETO VISCONDE DE TAUNAY

A direção do Centro já informou a respeito desse projeto, o qual tem por finalidade produzir uma coleção de cerca de 1.000 argumentos sobre vultos, temas, fatos e objetos/monumentos relacionados com a nossa História Militar Terrestre.

Tais argumentos se distribuirão, por períodos históricos, em nove livros tamanho médio, com cerca de cem argumentos cada qual.

Os originais, até o final deste ano, serão encaminhados à Biblioteca do Exército, com vistas à sua editoração.

Já temos alguns participantes do projeto, relativamente aos períodos da guerra holandesa (1624-1654), de 1887 a 1897, de 1900 a 1929, onde se destaca a reforma militar, e da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Alguns possíveis participantes ainda não se decidiram, por carecerem de uma explicação melhor sobre o tipo de trabalho — o *argumento* — e a estrutura do projeto.

O *argumento* é a base indispensável a qualquer roteiro de produtos culturais, como de filmes, de sessões de instrução ou de ensino de História.

Assim, à luz do argumento, o roteirista pode realizar o seu trabalho, tal como o cenógrafo ou o ilustrador de uma história em quadrinhos, por exemplo.

O Centro de Informações Culturais já está agindo no sentido de que dos argumentos do Projeto Visconde de Taunay surjam vídeos, cerca de 1.000 também.

Os elementos essenciais de um argumento são o *logos*, o *pathos* e o *ethos* — ensina Doc Comparato.

Diz esse especialista em seu livro *Roteiro/Arte e técnica de escrever para cinema e televisão*:

“*Logos* é a palavra, o discurso, a forma” do texto do argumento;

“*Pathos* é o drama humano”, “é a vida, a ação, o conflito do dia-a-dia gerando acontecimentos”;

“*Ethos* é a ética, a moral”, “o significado da estória, suas implicações morais, políticas etc.”, “o que se quer dizer” com ela.

Assim, relativamente ao período escolhido, o participante vai fazer uma pesquisa dinâmica das fontes fidedignas que o cobrem, buscando selecionar os melhores argumentos. Por exemplo, se a fonte são as memórias do Visconde de Taunay e o período guerra do Paraguai, deparará nele com o testemunho de Taunay sobre o combate de Peribeub, quando viu o general Osório, a cavalo, calmamente percorrer o terreno sob o fogo.

Esse trecho é um argumento sobre a vida de Osório, no contexto do combate em causa, sob a *palavra*:

Osório em Peribeub, um exemplo de bravura.

Por esse exemplo se vê que os participantes, ao fazerem uma pesquisa ou leitura dinâmica nas fontes fidedignas, são antes juízes criteriosos.

Às vezes será necessário alguma elaboração, tal a de um “nariz de cera” para esse ou aquele argumento, mas nada de elaboração literária exaustiva, pois esta, em conjunto, está nas fontes pesquisadas.

A autoria individual dos participantes ficará caracterizada pelo seu critério seletivo e a complementação necessária, padronizada e curta.

Em suma, o trabalho é ao máximo abrangente, mas não cansativo. E o produto deve ser uma agradável antologia de História Militar Terrestre.

O Centro cooperará estreitamente com os participantes na medida das suas necessidades quanto ao desenvolvimento do projeto. Tal, por exemplo, colocando à sua disposição subsídios quanto às fontes e demonstração com fundamento na sua base pioneira de argumentos, em especial para apoiar o ensino de História do Brasil.

Cel R/1 Francisco Ruas Santos



DESTAQUES DA IMPRENSA

VOANDO BAIXO E DEVAGAR

A idéia de que a aviação é um meio de transporte que se caracteriza pela alta velocidade e altitude em que voam as aeronaves é totalmente desacreditada pelos entusiastas por dirigíveis. Os mais-leves-que-o-ar são muito lentos (130 a 145 km/hora) e obtêm seu melhor desempenho voando ao nível do mar.

Os dirigíveis são em geral vistos como uma reliquia do passado, mas sua tecnologia continua a ser desenvolvida. A possibilidade de obter *encomendas militares* nos Estados Unidos e Grã-Bretanha poderá criar novas chances para esse tipo de aeronave, num futuro não muito distante.

O engenheiro aeronáutico Sergio Bittencourt Arella Gomes fez uma tese de doutorado na Inglaterra sobre o assunto e tornou-se um dos maiores especialistas do ramo. Segundo ele, em países da Europa onde os dirigíveis estão em operação, eles são encarados como coisas exóticas, enquanto no Brasil ele nota grande interesse comercial por parte de empresários.

Atualmente, existem no mundo cerca de 25 aeronaves desse tipo em voo. Seu emprego é essencialmente civil e tem se concentrado na área de publicidade, vôos panorâmicos e atividades policiais.

Na década de 30, os mais-leves-que-o-ar tiveram um importante papel no transporte de passageiros, até que a tragédia do Hindenburg definitivamente os retirou de cena.

Na área militar, houve intensa operação em diferentes países, antes, durante e após a I Guerra Mundial; também com dirigíveis rígidos (dotados de estrutura metálica interna). A marinha americana utilizou os *blimps* (aeronaves não-rígidas)

para patrulhamento marítimo, desde a II Guerra Mundial até a década de 60.

Hoje, todas as aeronaves em uso são do tipo não-rígido e algumas empregam métodos avançados de construção.

A maior esperança para o setor é o contrato de desenvolvimento para uma *aeronave de alarme antecipado para a esquadra americana*. O dirigível deverá ter 50.000m³ e receberá a designação YEZ-2A, mas as verbas já alocadas estão atualmente bloqueadas.

O projeto original englobaria a firma americana Westinghouse, encarregada dos instrumentos eletrônicos, e a britânica Airshica, que faria a aeronave. A falência dessa última levou a Westinghouse a se tornar responsável por todo o programa.

Dentro desse projeto, já está voando nos EUA o *Sentinel 1000*, que é um modelo em escala do aparelho definitivo. Seus comandos em X são acionados por fibras óticas e o envelope é todo feito em *kevlar* de composição especial. O nariz é um cone de material composto para evitar deformações em voo. O formato restante é mantido por diferencial de pressão.

O *Sentinel 1000* utiliza tecnologia desenvolvida anteriormente pela Airship, com a participação do brasileiro Sergio Gomes. Os motores são de fabricação Porsche e ficam localizados dentro da barqueta. A transmissão entre os *motores* e as hélices é feita por eixos de helicópteros. As hélices de 5 pás são envoltas por dutos que pivotam 45 graus, auxiliando as manobras de decolagem e pouso.

O *Sentinel 1000* tem uma carga útil de 2,5 toneladas, mas seu eventual sucessor, o *5000* (de-

rivado do YEZ-2A), poderá levantar até 25 toneladas.

Um aspecto interessante é que o *Sentinel 1000* tem uma massa total de 9.700kg, mas, na decolagem, o gás do envelope anula essa massa e o aparelho pesa apenas 250kg.

A produção atual de dirigíveis não é feita em série e depende fundamentalmente das encomendas. O mercado, entretanto, tem diversos modelos em comercialização. A Slingsby da Grã-Bretanha fabrica e vende os *Airship 500HL* e *600*, por 3,5 milhões de dólares cada. A Loral, dos EUA, oferece o Z-22 (ex-*Goodyear*) com carga útil de 2 toneladas por 13 milhões de dólares. Na Alemanha, a WDL tem alguns aparelhos em voo, enquanto a China construiu um protótipo baseado no *Airship* britânico. Um dirigível curioso é o pequeno *A-60 Lightship*, projetado nos EUA, cujo envelope é totalmente translúcido.

O futuro dos dirigíveis em uso comercial parece incerto, mas os entusiastas acreditam numa reviravolta do mercado. Não restam dúvidas, no entanto, de que a visão de um enorme dirigível pairando no ar cria imagens de nostalgia que podem ser restauradas, desde que o dirigível possa proporcionar retornos econômicos.

(Matéria extraída da Seção "Aviação" do Jornal do Brasil, edição de 02.05.92.)

EUROPA EM TRANSIÇÃO

As recentes eleições nos principais países europeus sacudiram o *establishment* político do Velho Continente. O recuo dos socialistas na França, o ressurgimento de agremiações de extrema-direita na Alemanha, o aparecimento do movimento separatista na Itália sugerem um processo de saturação com as velhas idéias e os personagens tradicionais da cena política.

Os eleitores deram um basta a governos que retiravam sua razão de ser de um inimigo externo que desapareceu. Disseram *chega* a métodos e alianças que se justificavam na promessa de uma prosperidade ininterrupta, mas que esbarraram

na recessão e no desemprego crescente. Deram aos partidos dominantes o recado de que esperam soluções criativas para novos problemas.

De 1989 para cá muita coisa mudou. As distinções entre centro, esquerda e direita perderam nitidez. O mundo dividido e estável da guerra fria transformou-se num mundo imprevisível e multipolarizado. As pessoas percebem que estão entrando em uma nova era, mas ainda não discernem suas características — não sabem mais o que esperar do Estado, sentem-se incapazes de enfrentar problemas do mundo pós-guerra fria, tais como a globalização dos mercados, a internacionalização das empresas, a proteção da ecossfera e a explosão das redes de comunicação. Daí a confusão.

Há quem receie que o desconcerto político, o vazio ideológico e o descrédito do ritual democrático exprimem uma notável decepção diante da descoberta do caráter artificial dos poderes tradicionais. O desmoronamento da URSS, a incapacidade dos Estados Unidos em transformar seu poderio militar em dividendos políticos, a falta de propósito dos jovens japoneses, a ausência de um projeto na França etc., traduzem incertezas em escala planetária. E o desaparecimento de tábuas de salvação ideológicas e políticas deixa a cidadania órfã de certezas.

Existem várias formas de se reagir a essas incertezas.

Apesar das evidências históricas, os sectários e extremistas se agarram às crenças de ontem. Mesmo anacrônicas, essas certezas funcionam como um consolo psicológico e um bálsamo religioso na busca de salvação pessoal. A falsa consciência política torna-se o biombo protetor da fidelidade a princípios rígidos e inamovíveis. O integrismo islâmico, o nacionalismo catalão, o ressurgimento dos racismos, o recalitrante comunismo cubano são avatares da mesma militância no equívoco. Regionalismos, particularismos, teorizações conspiratórias, xenofobia e racismo são "recaídas" simplificadoras do mundo que se anuncia.

Para os nietzschianos *fin-de-siècle*, a morte das certezas ideológicas provocou um vazio metafísico, que exige o retorno a algum tipo de transcendência moral. Tentados pelo niilismo, impotentes diante da degradação populista e comercial da democracia, os jovens conservadores decretam o fim da História e resumem tudo a uma busca pessoal de salvação espiritual e mística. Na versão *kitsch*, entre Jung e a *new age* californiana.

Os cínicos militam no ecletismo pós-moderno, degustando o vazio moral como uma liberação, tanto da idolatria dos grandes sistemas de idéias quanto das utopias políticas assassinas. Este grupo floresceu nos anos 80, oscilando entre o politeísmo político e o agnosticismo ideológico. O resultado foi o escamoteamento da vida pública em benefício da orgia do narcisismo, o culto lúdico do corpo, do esnobismo da saúde, do "inimigo à sombra do poder". Os céticos se encolheram na indiferença e na impotência, recusando-se sistematicamente a cooperar com um mundo tido como inescrupuloso e interesseiro. Votam romanticamente em branco.

Esta tipologia aproximativa arrola as principais modalidades do protesto moderno europeu. Fenômeno curioso num continente cheio de perspectivas, às vésperas de consumir, ainda que de maneira aproximada, a integração de mercados nacionais em um único megamercado de mais de 300 milhões de pessoas, capaz de alçar as corporações européias à economia de escala e à competitividade das firmas americanas e japonesas. É que o objetivo, agora, não é apenas econômico, mas político: um processo capaz de alterar o equilíbrio mundial, mas que também perturba o ânimo e o *statu quo* político europeu.

As reformas em curso na Europa Oriental, a evolução do Banco Europeu de Desenvolvimento, a crise iugoslava foram etapas bem-sucedidas na direção de um continente que demonstra ter uma só vontade e falar com uma só voz. No entanto, a cúpula européia de Maastricht, de dezembro último, não conseguiu definir com precisão o grau de integração da nova Europa.

Tenderá ela ao modelo ultra-unificado, proposto pelos burocratas da Comunidade em Bruxelas? Ou ao modelo mais frouxo, proposto pela *ex-premier* britânica Margaret Thatcher? É o que pergunta o professor Robert Gilpin, da Universidade de Princeton. Em sua opinião, o novo formato deve se situar a meio caminho de ambos, quem do modelo de Bruxelas, mas além do modelo inglês.

É certo que a consolidação de um gigantesco mercado interno europeu implica a transferência e responsabilidades a um Banco Central e a um Parlamento europeus, assim como à burocracia baseada em Bruxelas. Mas nenhum país europeu resolveu, até o momento, abrir mão dos atributos tradicionais da soberania: forças armadas in-

dependentes, direito de cunhar moeda, direito de cobrar impostos.

O tamanho da comunidade é outro problema. Em que medida os 12 se tornarão, em breve, 14, ou 16? Em que medida a ampliação enfraquece o núcleo original, suas indústrias automobilística e eletrônica, sua agricultura? Avançamos em direção da Fortaleza Europa, ou da Europa aberta para o mundo? Essas e outras dúvidas, combinadas com o *mood* acima mencionado e com o surgimento de forças políticas heterodoxas, dão a medida da complexidade e da extrema fluidez da evolução econômica e política do continente europeu.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 29.04.92.)

HELMUT SCHMIDT E McNAMARA

João Paulo Reis Velloso é o Pavarotti dos seminários. Todos os anos, em setembro, organiza o Fórum Brasil, que pretende ser uma oficina de idéias para melhorar tanto a direita como a esquerda no país. Como bom tenor, vez por outra gosta de dar um dó-de-peito. Foi o que fez há três semanas, no quadro do calendário oficial das Nações Unidas para a Eco-92, reunindo um seminário sobre a Nova Ordem Mundial.

A contribuição acadêmica para a análise da Nova Ordem, feita principalmente por professores anglo-americanos, foi muito boa, mas as grandes vedetes foram os políticos: o ex-chanceler da Alemanha Helmut Schmidt e Robert McNamara, ex-secretário da Defesa dos Estados Unidos.

Nada como um velho político que, já tendo provado o grande mando de uma potência mundial, não concorre mais a cargos eletivos e conquista a liberdade de fazer as suas análises sem pensar no jornal do dia seguinte. É o caso de ambos, mas, sobretudo, o de Schmidt, que, sobre McNamara, tem a tripla vantagem de ter sido eleito para a chefia do seu país, ter as suas origens em um partido socialista, herdeiro de quase

um século de lutas operárias, e de vir do sofrido centro da Europa, onde pela primeira vez em mil anos se gozam as vantagens de uma sólida paz.

A visão mundial de Helmut Schmidt pouco tem de róseo. Não compra as baboseiras simplificadoras de ex-analistas da CIA como esse tal de Fukiyama, que pensa ter decretado o fim da história com um artigo no *Foreign Affairs*. "No decorrer desse século", diz, "presenciamos o desabamento de cinco impérios: o Império Otomano, o Austro-Húngaro, o III Reich, o Império Japonês e o Império Britânico. O mundo não conseguiu ainda absorver pacificamente as consequências do desaparecimento de nenhum deles. As guerras do Oriente Médio são heranças dos turcos. As da Iugoslávia vieram dos Habsburgos. Os japoneses eram os senhores das duas Coreias. Só no subcontinente indiano já ocorreram três guerras entre a Índia e o Paquistão desde a saída dos ingleses, e muitos dos problemas centro-europeus e poloneses têm as suas raízes no império de Hitler. Logo, o estabelecimento de uma nova ordem de paz no império russo deverá consumir pelo menos meio século".

McNamara acrescenta um dado estatístico: nos últimos 45 anos ocorreram 125 conflitos armados, com uma perda de 40 milhões de vidas.

Quando se lêem as análises apresentadas pelos russos que participaram do seminário, não é difícil concordar com o pessimismo de Schmidt.

O professor Smelgov, da Academia de Ciências de Moscou, um homem triste que parece saído de uma peça de Tchecov, faz um balanço: 40% da indústria soviética era dedicada à produção bélica e está praticamente parada. Há 300 mil oficiais que não têm casas para morar e vivem nos quartéis ou em barracas de campanha. Em junho serão desmobilizados dois milhões de soldados que não encontrarão lugar no mercado de trabalho. Noventa por cento da população está abaixo da linha de pobreza, ganhando cinco dólares por mês por causa da não-indexação dos salários e da inflação galopante.

Helmut Schmidt fala dos Estados Unidos como os americanos falam de nós. Diz que a decadência daquele imenso país é *home made*, que a estabilidade da economia norte-americana está perigosamente dependente da contribuição de não-americanos e que os americanos não devem pensar que vão continuar para sempre consumindo um quarto das poupanças mundiais para cobrir

os seus *déficits* orçamentários e comerciais. No entanto, adverte, não se deve subestimar o potencial dos Estados Unidos. Com quatro a seis anos de uma liderança decidida a enfrentar os problemas, o país pode voltar ao bom caminho.

A Alemanha, segundo o seu ex-chanceler, não terá capacidade econômica para influir nos negócios internacionais até o fim do século. No ano passado gastou 90 bilhões de dólares para incorporar à sua economia a ex-Alemanha Oriental e esse ano deve gastar outros 110 bilhões. "E note que são apenas 17 milhões de pessoas", assinala. "Imaginar que existe no mundo dinheiro para fazer a mesma coisa com os 220 milhões de russos, como pretende o ex-presidente Nixon, é uma loucura de quem não sabe do que está falando."

O Japão tem um *superávit* estrutural no seu comércio com o resto do mundo e transformouse no maior credor mundial, constata Schmidt. Cedo vai perceber que as pessoas não gostam de quem lhes empresta dinheiro. No entanto, quem se dedica a falar mal dos japoneses é porque não sabe ajudar a si mesmo. Uma incógnita é o que acontecerá quando o Japão se tornar a potência militar hegemônica no sudoeste asiático.

McNamara concordou com quase tudo que Schmidt disse, mas tocou em dois pontos que o chanceler deixara de lado: a redução dos gastos com armamentos e o controle da natalidade. Quer que se cortem as despesas militares pela metade em cinco a sete anos, liberando 500 bilhões de dólares anuais para cuidar de coisas mais úteis, como a sobrevivência ecológica do planeta. Adverte que, se não houver uma importante redução no crescimento populacional das nações do Sul, não haverá crescimento do seu bem-estar nem aumento da sua renda *per capita*. "A população do mundo está dobrando a cada 40 anos", diz ele, "e dobra a cada 25 anos em países como a Nigéria e o Egito. A natureza não pode suportar isso. Cada país deveria estabelecer um limite para a sua população, procurando manter-se dentro desse limite por todos os meios e modos. E os países desenvolvidos têm de buscar recursos energéticos que não produzam gases-estufa para não aumentar a temperatura da Terra. Se os mares subirem 10 centímetros, Bangladesh e milhares de ilhas no Pacífico desaparecem. Isso significa guerra na certa".

Essa constatação é contraditória com a reco-

endação de cortes nas despesas militares, pelo menos nos países do Sul.

Tanto Schmidt como McNamara concordam em que não existe uma ordem planetária. O que existe, sim, é um mundo de conflitos, piores, talvez, que a bipolarização. Ou, como dizia há décadas o filósofo católico Emmanuel Mounier, existe é a *desordem estabelecida*.

Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 29.04.92. Assina-a o jornalista e cientista político Márcio Moreira Alves.)

NOVA ORDEM MUNDIAL

Não se faz política externa sem um projeto nacional. As forças armadas perdem a sua mais importante função constitucional, a prepararem-se para a defesa do território, se não houver política externa. Uma política externa sem um mínimo de apoio militar é mero exercício de retórica. Quem disse isso foi Henry Kissinger. E o conjunto dessas políticas, externa e militar, depende da visão que os dirigentes políticos, no Congresso e no Executivo, tenham da nova ordem mundial.

A falta de um consenso parlamentar ou pelo menos, de uma opinião majoritária sobre essas políticas básicas, é mais a resultante da perplexidade das elites brasileiras, a sindical, inclusive, do que do despreparo dos congressistas. E, também, resultante da recusa de todas as elites em passar riqueza para os mais pobres.

Para se ter uma idéia da pouca importância dada a esses problemas no Congresso: a enumeração dos pronunciamentos feitos em ambas as casas sobre assuntos militares desde 1985 ocupa 202 páginas. No entanto, nenhum desses discursos versou sobre macropolítica. Ficaram um picadinho, à exceção dos que trataram de um futuro Ministério da Defesa, proposta que só entrará em pauta real caso o parlamentarismo seja aprovado no plebiscito do ano que vem. Mais: o Senado não tem uma comissão específica de defesa nacional. Ela é um apêndice da Comissão

de Relações Exteriores. No regimento da Câmara a única comissão que um deputado pode acumular como titular é a de Defesa Nacional, cuja presidência não é disputada pelos grandes partidos. Em 1991, coube ao PL. Esse ano, repetiu, indo para um deputado de Mato Grosso.

E que diabo é essa tal de nova ordem mundial? Para resumir, é uma briga de branco. Amarelo, também. Nela não entram os países subdesenvolvidos, a gente "de cor", negra e mestiça, como a maioria dos brasileiros, que nem mais serve como mão-de-obra barata e despreparada. Cocô de cachorro na calçada os franceses já retiraram com uma ciclista munido de aspirador. As fábricas de garrafas podem funcionar prescindindo de operários, os robôs soldam melhor que os homens sem sentir calor e a Benetton corta a laser não sei quantos milhões de peças em uma indústria que emprega 16 pessoas.

Ideologicamente, a nova ordem mundial é unificada. Não porque o capitalismo tenha resolvido os problemas do mundo, mas porque o socialismo real não resolveu os seus e dissolveu o Império Soviético como um pedaço de açúcar dentro d'água.

Unificado o mundo no que respeita à apropriação privada dos resultados da produção, o que quer dizer que a Guerra Fria acabou, a nova ordem mundial passa a ser a disputa clássica pela apropriação entre nações e blocos de nações da riqueza do planeta. Ou seja: voltamos ao século XIX. No passado, a disputa pelo espólio colonial resultou em duas guerras mundiais e várias guerras localizadas.

A repetição dos conflitos entre as potências da primeira linha parece improvável.

A Europa dos Doze, com uma renda *per capita* de 21 mil dólares por ano e 76 anos de expectativa de vida, está rica e contente demais para romper os 47 anos de paz de que goza pela primeira vez em um milênio. Não deixará, no entanto, de ter a sua área de influência hegemônica, que é histórica: a Europa do Leste, os Balcãs e a Turquia. O interesse que tiver pela América Latina será marginal, mantendo-se os laços franceses e ingleses com as suas ex-colônias africanas.

O Império do Sol Nascente, o mais homogêneo país do mundo, trocou os canhões pelos microchips. Está mesmo é dedicado a conquistar os Estados Unidos com o abraço do samurai. Nenhuma barreira econômica, nenhum apelo nacio-

nalista a "comprar americano" parece capaz de deter a avassaladora competência japonesa.

Resta o país que ainda é, de longe, a maior economia do mundo, que é a única potência militar global e em cuja área de hegemonia vivemos.

A política dos Estados Unidos em relação aos países latino-americanos está dividida em dois compartimentos: a política em relação ao México e à Venezuela, grandes produtores de petróleo, que gozam de atenções especiais, e a política em relação ao resto, certa vez definida por Richard Nixon como de *negligência benigna*. O embaixador do Brasil em Washington, que já andou pelo vigésimo lugar na ordem de importância, deve estar no quadragésimo, hoje em dia.

Há complicadores nesse quadro: o narcotráfico e as preocupações ambientais a respeito da Amazônia.

Em relação ao narcotráfico, norteador das relações com a Colômbia, o Peru e a Bolívia, os americanos gostariam de ver maior eficiência no aparelho repressivo do estado brasileiro, no que têm toda razão. A queda do preço das drogas nas ruas americanas está incentivando os traficantes a investirem no mercado brasileiro de consumo. O volume de dinheiro movimentado por esse negócio é, por si, uma ameaça de dissolução das instituições. Pode comprar policiais, juízes, congressistas, até generais e governadores, como ocorre com os nossos vizinhos. E pode ampliar ao país o domínio que já começa a exercer no Rio de Janeiro. Na Colômbia o problema tornou-se tão sério que, após o assassinato de mais de mil juízes e dois candidatos à Presidência, criaram o *juiz secreto*, só conhecido dos seus superiores hierárquicos.

Inaceitável é a pretensão americana de transformar as Forças Armadas brasileiras em uma superpolícia Federal sob o comando da DEA, Drug Enforcement Agency.

Quanto à Amazônia, haveria que separar o que é uma justa preocupação a respeito da escandalosa devastação praticada em nossas fronteiras agrícolas, que deveríamos usar como argumento para obter recursos em favor do desenvolvimento sustentável, daquilo que sejam projetos de internacionalização territorial e de exploração incontida dos nossos recursos minerais. Esses projetos não são explicitados, o que não quer dizer que não existam. Em todo caso, é sobre a questão amazônica que devemos esperar os

maiores atritos internacionais no futuro, tanto com os Estados Unidos como com os demais países desenvolvidos.

A nova ordem mundial precisa tanto de território como a ordem mundial antiga.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 08.04.92. Assina-a o jornalista e escritor Márcio Moreira Alves.)

O SATÉLITE E A TRIBO

Duas tendências políticas extremadas — a tribalização e o globalismo — se apresentam como modelos políticos alternativos no mundo pós-guerra fria. Segundo Benjamin R. Barber, que os descreve minuciosamente na revista *The Atlantic Monthly*, nenhum deles é muito democrático.

De um lado, temos a tendência à "libanização" dos estados nacionais, implicando na luta de povos e culturas entre si, em guerras santas do tipo Jihad, conduzidas em nome de credos estreitos contra toda forma de interdependência.

Do outro, um esforço de universalização dos mercados, exigindo integração e uniformidade, hipnotizando o mundo com computadores, *fast food*, MTVs e McDonalds, numa rede comercial global e homogênea — uma espécie de McWorld. As duas tendências são às vezes visíveis num mesmo país, como a Iugoslávia, que pretendeu aderir à Europa para depois explodir em fragmentos.

É um cabo de guerra entre os ódios parciais e a universalização dos mercados — o primeiro recriando limites étnicos subnacionais, o segundo tornando as fronteiras porosas de fora para dentro. Nenhum desses impulsos interessado na questão da cidadania ou nos meios práticos para se chegar a um governo democrático.

A globalização política do mundo exprime a superposição de enormes mercados transnacionais às economias nacionais. O velho conceito de soberania se submete ao impacto dos bancos inter-

nacionais, associações de comércio exterior, lobbies como a OPEP e a Greenpeace, serviços de informação como a CNN e a BBC, organizações internacionais como a ONU e o Bird. Todos eles são inimigos do paroquialismo, do facciosismo e do isolacionismo, em luta contra hábitos e ideologias e em busca de uma mesma linguagem.

A interdependência exprime a impossibilidade da vida econômica autárquica, devido à escassez dos recursos — a má distribuição do solo arável e dos recursos minerais do planeta. Toda nação precisa de algo que outras têm, algumas são desprovidas de quase tudo do que precisam.

A mundialização passa também pelas novas tecnologias da informação — televisão, computadores, fibras-ópticas e microchips. Satélites não respeitam fronteiras nacionais. A *glasnost* soviética utilizou as copiadoras e o fax. No mundo de hoje, a penetração cultural é mais poderosa do que as armas. A ecologia é outro tópico transnacional: a destruição das florestas tropicais, a chuva ácida e a emissão de dióxido de carbono na atmosfera são assuntos que dizem respeito a toda humanidade.

No entanto, sociedade consumista e democracia não são sinônimos: um mercado eficiente requer consumidores livres para comprar mercadorias que competem entre si, não que cidadãos sejam livres para eleger valores e crenças através de seus representantes no parlamento. Mercados livres floresceram no Chile de Pinochet e sob governos militares em Formosa e na Coreia do Sul.

A tendência Jihad é ideológica, local, integralista: é uma cultura mais do que um país, uma seita mais do que uma religião. São facções e dissidências religiosas em guerra tanto contra o processo de globalização quanto contra os estados nacionais tradicionais. Curdos, bascos, catalães tendem a pulverizar nações.

A guerra deixa de ser o instrumento de uma política para se tornar um emblema da identidade. Por esta lógica, a Geórgia reivindica sua autonomia da URSS, em seguida enfrenta as reivindicações dos ossetos. Religiões monoteístas do passado tornam-se paroquiais, violentas, sectárias, etnocêntricas e combatem a civilidade em nome do grupo.

Mas nem McWorld nem Jihad precisam ou promovem a democracia. A globalização estimula a paz, a prosperidade e uma relativa unidade, muitas vezes às expensas da independência, da co-

munidade e da identidade. A universalização requer ordem, tranquilidade e ausência de estrangimentos. Mas não cidadania, participação e justiça social. Déspotas sanguinários são aceitáveis, contanto que deixem o mercado em paz e não hostilizem os vizinhos — o erro fatal de Saddam Hussein.

A revolução de 1989 na Europa Oriental, que pareceu nascer de uma ânsia generalizada por valores democráticos, logo deteriorou na direção do McWorld. O mundo Jihad garante a solidariedade pela obediência e pela guerra contra o estrangeiro. O culto à personalidade, o fanatismo e a intolerância são típicos do tribalismo — muito pouco adequados ao cultivo de cidadãos capazes de se autogovernarem. Frequentemente, este processo desanda na anarquia, na repressão e nas perseguições.

Ambas as tendências são antipolíticas. A globalização age através da burocracia, da meritocracia e dos princípios do *laissez faire* que privilegiam a eficiência e a produtividade às expensas da liberdade cívica e da autonomia. A retribalização produz o partido único, a junta militar, o fundamentalismo teocrático, a tirania pessoal.

A questão é saber como combater a indiferença à democracia expressa pela globalização e a hostilidade a ela expressa pela retribalização. Se o impulso do tipo Jihad é inóspito à democracia, todo o problema consiste em procurar um governo democrático, capaz de acomodar o paroquialismo e o comunitarismo, resgatando-os de suas perversões e tornando-os mais tolerantes e participatórios.

O sistema representativo federativo pode compensar a indiferença do tipo McWorld à democracia, temperando a força da oligarquia burocrática, corrigindo a meritocracia elitista e protegendo as minorias. A evolução na Europa Oriental deixou claro que a importação de partidos políticos, parlamentos e imprensa livre não bastam para estabelecer uma sociedade civil democrática. A democracia cresce de baixo para cima e não pode ser imposta de cima. A superestrutura institucional é um coroamento: vem por último. O lema histórico dos verdes é extremamente útil para se estimular o caminho: "Pense globalmente, aja localmente."

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 03.05.92.)

AS RAZÕES DO CIDADÃO

Cinquenta anos atrás o mundo vivia o auge da vaga estatizante. O governo americano construía barragens e estradas. Países da Europa Ocidental e da América Latina nacionalizavam bancos, indústrias e sistemas de saúde. Regimes comunistas do Leste Europeu liquidavam o setor privado de suas economias.

A onda mudou de direção nos anos oitenta: iniciada na América de Reagan e na Inglaterra de Margareth Thatcher, a vaga privatista se espalhou. A contração do estado reduziu impostos e estimulou a eficiência e a qualidade dos encargos estatais remanescentes. No final dos anos oitenta, a venda de empresas estatais foi da ordem de 185 bilhões de dólares.

Os países em desenvolvimento tornaram-se privatizantes, ou por motivos políticos e ideológicos ou para aumentar suas receitas. Na Argentina de hoje, um governo peronista extinguiu o monopólio do serviço telefônico, vendeu a linha aérea nacional e a petroquímica estatal por mais de dois bilhões de dólares. O processo se alastrou pela Hungria, Tchecoslováquia e Polônia. Nos Estados Unidos, governos estaduais e municipais adotaram a privatização para equilibrar seus orçamentos.

Os melhores críticos da privatização argumentam que a gestão privada, por si só, não se traduz necessariamente em eficiência. Os administradores do setor privado, com mentalidade corporativa e estratégias voltadas prioritariamente para o lucro acabavam tornando certos serviços inacessíveis a muita gente, além de negligenciar a área educacional e setores carentes.

A questão das virtudes e dos limites da privatização — se ela servia, ou não, ao interesse público — era mais ampla e complexa do que a fé cega na utopia da mão invisível ou as teorias conspiratórias dos nacionalistas fanáticos. John B. Goodman e Gary W. Loveman trataram do assunto na *Harvard Business Review*. Aversos a maniqueísmos, trocaram o terreno ideológico pelo campo pragmático do desempenho administrativo e da responsabilidade perante o interesse público. E chegaram a três conclusões:

Primeira: nem os administradores privados, nem os públicos, atuam sempre no interesse de seus acionistas, os cidadãos na segunda hipótese. A privatização só funciona se os executivos do

setor privado forem incentivados a agir no interesse público, o que inclui a eficiência mas não se reduz a ela.

Segunda: é mais fácil conciliar lucro com interesse público quando o bem ou serviço privatizado está num mercado competitivo. A atuação empresarial, neste caso, é disciplinada pela concorrência.

Terceira: quando as condições acima não se reúnem, a presença do governo é necessária, pois a simples transferência da esfera pública para mãos particulares não diminui forçosamente os custos, nem melhora a qualidade dos serviços.

Em muitos países em desenvolvimento, as estatais operavam com *déficits* substanciais e eram responsáveis por cerca da metade de todo o endividamento doméstico. A privatização foi a saída para a má situação financeira do setor público: quando os créditos internacionais murcharam, no início dos anos oitenta, os governos passaram a vender bens públicos para fazer caixa. Foi também uma forma de enfrentar os poderosos sindicatos do setor público.

A América de Reagan procurou diminuir o estado para aumentar a eficiência e a competição, e reduzir os gastos. Isto funcionou em certos casos, não em outros. A privatização das prisões, por exemplo, feita na base de contratos de longo prazo, não gerou competição e suas promessas ficaram aquém dos resultados. Por outro lado, a nova classe de "contratadores privados" nem sempre foi mais eficiente e imune à corrupção.

Em vez de se privatizar por princípio, é preciso analisar pragmaticamente se determinados objetivos são mais facilmente atingidos pela gestão pública ou privada. Não basta reduzi-los a uma vaga "eficiência", mas defini-los antecipadamente. Frequentemente, o interesse público é bem mais amplo do que os interesses particulares e a privatização pode acarretar uma lesão em valores democráticos que não se reduzem à eficiência contábil. Tanto o desempenho do setor público quanto do privado deve ser aferido e monitorado para evitar esse tipo de distorção.

Para que os administradores privados ajam no interesse público, antes da privatização o governo deve identificar e definir o que é interesse público. Isto facilita a compreensão das obrigações e responsabilidades por parte do administrador, permitindo-lhe conciliar as compensações da gestão privada com os desejos expressos da cidadania.

De um ponto de vista pragmático, a propriedade de um bem ou serviço — público ou privado — é menos importante do que a dinâmica do mercado ou da instituição que a produziu. Na Europa Oriental, a questão tem sido "como privatizar", ou "o que privatizar". E os novos governos se não conta de que a privatização só é eficiente quando é politicamente aceitável. O cerne da questão está na natureza das mudanças organizacionais, não no debate ideológico sobre o papel e a eficiência do governo.

A substituição da gestão pública pela privada não atende por si só o interesse público, assim como a propriedade privada não é em si garantia de lucro para os acionistas de muitas grandes empresas. A responsabilidade e a consonância com os interesses do público são os fatores decisivos. Eles surgem da competição e de mecanismos que garantam que os administradores façam o que nós — os verdadeiros proprietários — queremos que eles façam.

Reprodução do editorial do Jornal do Brasil, edição de 30.03.92.)

CIÊNCIA E MITO NA QUESTÃO ECOLÓGICA

Hesito em entrar nesse assunto do meio ambiente que reúne no Rio tantas sumidades. O simples fato de os problemas da Terra promoverem essa conferência mundial, com a presença de mais de cem chefes de Estado e de governo, parece suficiente para tirar qualquer dúvida sobre a importância das preocupações ecológicas, que não podem mais ser atribuídas a minorias excitadas e a grupos carentes de novos mitos com que alimentar uma ansiedade compulsiva.

Confesso que não consigo me tocar com o drama que abala a consciência de tantas pessoas que se põem na militância da salvação da Terra e dos seus habitantes. Tenho a tranqüila convicção de que não dispomos do comando da nave em que navegamos nesse universo, cuja língua ape-

nas começa a ser soletrada. Sei no entanto que, se não temos o comando dela, melhor será mantê-la limpa e asseada até que sejamos convidados a trocá-la por outra, se houver risco concreto de ela virar apenas poeira cósmica. Nessas trocas, nossos descendentes poderão passar ainda alguns bilhões ou trilhões de anos.

Os homens que têm responsabilidade de pensar sobre os grandes temas e procurar solução para os problemas maiores estão entregues à tarefa de aumentar nossa agilidade no espaço de modo a assegurar futuros transbordos, se for o caso ou se for mesmo apenas conveniente. A nós, ignorantes e por isso mesmo irresponsáveis, restam apenas admirar essas cabeças agitadas e inquietas que especulam sobre os mistérios do mundo e procuram entendê-los para dominá-los.

Do ponto de vista menor e apenas pragmático, cumpre constatar que o debate sobre a proteção do meio ambiente evoluiu a ponto de tirar a nós, os países mais pobres, da situação de principais agressores da natureza e da vida. Hoje já se sabe que queimar mato não é tão poluente, pois se o fosse a Terra não teria resistido à devastação de todas as florestas do Hemisfério Norte promovida pelas imposições do desenvolvimento econômico. Já se sabe que são os ricos que poluem mais. É natural assim que os Estados Unidos gastem seus bilhões ou trilhões de dólares para limpar sua casa e impedir que seus dejetos industriais afetem a atmosfera comum.

De nossa parte, a grande poluição é a da miséria, e só crescendo economicamente, com ou sem a ajuda do Primeiro Mundo, poderemos dar nossa contribuição à melhoria das condições de vida na Terra. Os outros temas, como camada de ozônio, etc. ainda se incluem numa mitologia sobre cuja exata dimensão os cientistas que podem tratar do assunto continuam a queimar os miolos. Nossas reservas florestais serão protegidas à luz dos novos conhecimentos, mas também em função do nosso próprio progresso como povo e como nação.

Os visionários da ecologia procuram ampliar e enriquecer os seus temas. A questão da sobrevivência das comunidades indígenas, por exemplo, é alçada à categoria de problema universal, quando se trata apenas de dar-lhes, ainda que tardiamente, condições de sobrevivência para preservar uma cultura que terá mais a ver com a documentação das estruturas culturais primitivas

do que com o bem-estar dos sobreviventes da ocupação da América pelo europeu e seus escravos africanos. O destino da humanidade e a sobrevivência da Terra nada têm a ver com a demarcação das reservas dos ianomâmis.

A ciência irá ajudar-nos a fazer a utilização das nossas riquezas de maneira crescentemente racional de modo a evitar aqui que se reproduza o assalto indiscriminado aos bens da natureza realizado pelos povos que hoje alcançaram excelente padrão de vida por não terem sido detidos por um alerta ecológico da escala do que hoje se realiza. Já se sabe, porém, que a composição entre progresso e ambiente é, além de desejável, possível.

Nações como o Brasil estão destinadas a conviver com suas florestas, mas sem abdicar do seu uso econômico, impedindo até mesmo que as ma-

tas se transformem em obstáculos à natural expansão de um povo historicamente decidido a ocupar seus espaços. Reuniões como essa que se realiza no Rio de Janeiro irão contribuir para que as coisas se clareiem e se impeça que simples preconceitos gerem novos mitos.

Sei que as origens políticas do governador Gilberto Mestrinho, do Amazonas, são questionadas. Não se pode contudo ignorar que ele tem tido coragem e lucidez para pôr em termos realísticos o problema da Amazônia. Não há dúvida de que entre Sting e Raoni, de um lado, e Mestrinho, de outro, o país vai ficando cada vez mais com o *Boto Tucuxi*.

(Reprodução da Coluna do jornalista Carlos Castello Branco, publicada no Jornal do Brasil, edição de 07.06.92.)

CONCREJATO

SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A.

A **Concrejato Serviços Técnicos de Engenharia S.A.**, empresa especializada em restauração predial, reforço e recuperação de estruturas, com filiais e escritórios em estados brasileiros vem prestando seus serviços especializados para diversas entidades governamentais, entre elas o Exército Brasileiro, para quem concluímos recentemente a Restauração da fachada do Palácio Duque de Caxias e a restauração das estruturas dos blocos I e II e impermeabilização da lage da guarda do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro.

Nestas duas obras foram retirados todo o revestimento comprometido e através de testes de percussão determinou-se a extensão das áreas que apresentaram sinais de deslocamento, desagregação e ainda sintomas de oxidação das ferragens.

Foram substituídas as armaduras corrigidas e que se apresentavam comprometidas. As superfícies de toda a fachada foram limpas com a utilização de hidrojateamento.

Após a limpeza, as áreas foram reconstituídas com a aplicação de adesivo tixotrópico à base de epoxi, próprio para garantir a aderência perfeita entre o concreto remanescente e a argamassa de preenchimento.

Posteriormente à aplicação da resina foi sobreposta uma argamassa rica de cimento e areia aditivada. Na obra do Palácio Duque de Caxias está sendo agora executada a pintura das fachadas, faltando atualmente a fachada "Central do Brasil" e a fachada "Light".

Paralelamente estão sendo feitos a limpeza das superfícies com bronze, o polimento e a troca de peças de granito rachadas e/ou quebradas, lavagem e limpeza dos vidros e restauração das esquadrias.

Para a obra do Forte de Copacabana foi realizado um tratamento de trincas e fissuras no Corpo de Guarda, além de impermeabilização com *manter-plas-N*.

PALACIO DUQUE DE CAXIAS EM SUA FACHADA RESTAURADA A CONCREJATO ORGULHA-SE DE TER REALIZADO ESTA OBRA



CONCREJATO 
SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA S.A.

**QUALIDADE COM GARANTIA
EM RECUPERAÇÃO DE ESTRUTURAS**

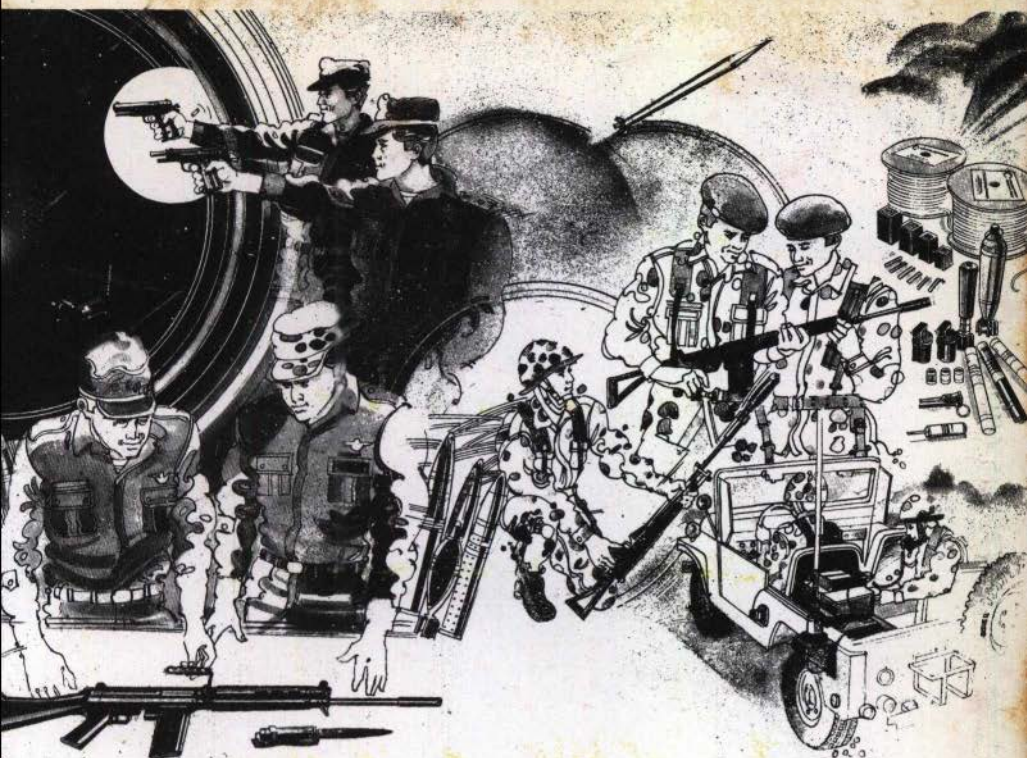
RECUPERAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL
APLICAÇÃO DE CONCRETO JATEADO
TRATAMENTOS ESPECIAIS DA SUPERFÍCIE DO CONCRETO
RESTAURAÇÃO PREDIAL
CONSTRUÇÕES ESPECIAIS

Rua Fonseca Teles, 40 – Tel 585-3335 – Fax 589-8967 Cep 20940-060
Rua Quintana, 753 4º and. – Tel 536-3500 – Fax 240-2387 Cep 04569-011
Av. Pres. Carlos Luz, 5309 – Tel 441-1799 – Fax 441-1262 Cep 31310-250
SCS. – Edifício Carioca, sala 609 – Tel 224-8322 – Fax 321-1927 Cep 70325-900
Av. Antonio Carlos Magalhães, 2573 sala 1105 Tel 359-8862 – Fax 358-8188 Cep 40330-600
Av. N.S. de Fátima, 58 – Tel 251-2801/251-1840 Fax 215-2810 Cep 50781-721



PRODUÇÕES
GRÁFICAS E
PUBLICIDADE
LTD.A.

Rua Senador Dantas, 117, sala 1743, Rio - RJ
Tels.: 533-0037 - 240-1530



IMBEL: presença marcante no dia-a-dia das Forças Armadas

Na arma da sentinela, nas aplicações militares, na ordem unida, na pistola "de serviço", está a presença da IMBEL, através do fuzil FAL e sua versão para tropas especiais e da tradicional pistola 9mm M974. Nos exercícios de campo a IMBEL está presente através de rádios e telefones nas comunicações entre unidades. Além da pólvora, que carrega a munição de armamentos leves, morteiros e canhões, propulsiona mísseis, aciona iniciadores e artifícios, até as grandes cargas de arrebentamento e fragmentação. Esta é a IMBEL que cumpre a sua missão na atividade da Fábrica Presidente Vargas, Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica, Fábrica de Itajubá e Fábrica da Estrela.

Esta é a IMBEL presente no seu dia-a-dia.

Há 184 anos na ativa.



Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
Vinculada ao Ministério do Exército

Rua São Joaquim, 329 - Liberdade - CEP 01508
Tel.: (011) 270-5622 - Telex: (011) 33238 IMBL BR - Fax: (011) 278-7581
São Paulo - SP - Brasil

Dê mais valor ao seu carro.

**Veja por que você deve pedir
o Seguro Auto Bradesco:**

- Cobertura Opcional para Despesas Extraordinárias: 110% de indenização.
- Cobertura para Colisão, Incêndio, Roubo e Reboque.
- Ampla Rede de Atendimento em todo o Brasil.
- Linha Direta com a Seguradora.

Ligue Grátis para (061) 800-3131

Seguro
auto
BRADESCO

Um produto
BRADESCO
SEGUROS